

MESTRADO INTEGRADO
EM ARQUITETURA E URBANISMO

REVITALIZAÇÃO DO CASTELO D. DINIS

Vila Nova de Cerveira

1.1 _ INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO

Diogo Belchior Carvalho
Orientadora: Prof. Dr. Arq. Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

PREFÁCIO

Esta dissertação de projeto foi desenvolvida para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na Escola Superior Gallaecia. A realização desta dissertação desenvolveu-se de Fevereiro de 2013 a Março de 2014, sob a orientação da professora Doutora Mónica Alcindor.

A investigação enquadra-se no âmbito da arquitetura militar dos castelos de origem medieval, no âmbito da problemática relativa à revitalização dos espaços urbanos, no caso dos centros históricos.

O projeto foca a análise da arquitetura militar medieval numa relação com o espaço urbano, devido às suas carências funcionais que se tem arrastado até ao século atual, com a finalidade de identificar as ligações mais relevantes entre a estrutura militar e o espaço urbano envolvente.

AGRADECIMENTOS

Neste capítulo presta-se os reconhecimentos a todos os que contribuíram na elaboração da dissertação. À minha orientadora, professora doutora Mónica Alcindor, pela disponibilidade, apoio demonstrado, partilha de sabedoria, compreensão, exigência e pela dedicação na orientação da investigação e projeto.

Às entidades públicas e privadas, responsáveis pelo auxílio da principal documentação relativamente aos estudos de caso, no caso da câmara municipal de Celorico da Beira, câmara municipal de Torres Novas e pelo Atelier 15, pelo interesse demonstrado no estudo. Sem o material fornecido por estas entidades a realização desta investigação e projeto não tinha sido possível.

Um especial agradecimento à câmara municipal de Vila Nova de Cerveira, na cedência de informação e na disponibilidade demonstrada, sempre disponível a ajudar e a motivar para uma boa realização do projeto, visto que também apresenta interesse na revitalização do Castelo D. Dinis.

A todos os meus colegas de turma, pelo apoio e companheirismo. Destacar agradecimento especial à Bruna Gomes, Carlos Filipe e Sérgio Gonçalves, que sempre me apoiaram e estiveram presentes nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos Rosário Alão e Rui Ribeiro pelo encorajamento e ajuda incondicional ao longo de toda a investigação e projeto.

E por último a toda a minha família, fundamentais não só na presente dissertação mas em todo o percurso académico, Florbela Carvalho e Joaquim Carvalho, os meus pais, e David Carvalho, o meu irmão, pelo apoio e dedicação.

Obrigado a todos.

RESUMO

As transformações ocorridas nas estruturas militares de origem medieval até ao século XXI motivaram a realização deste estudo/projeto. O espaço destas estruturas militares teve que se adaptar às novas necessidades socio culturais, para uma melhor compreensão da sua arquitetura e da sua relação com o espaço urbano.

A investigação foi desenvolvida a partir da fundamentação teórica através da definição de três grandes conceitos, património, espaço urbano e centro histórico. Posteriormente foi analisado três estudos de caso. A análise do objeto de estudo, centrada no Castelo D. Dinis, é focada através da revitalização do espaço urbano em centros históricos. Este tipo de revitalização esteve patente nos projetos dos castelos de Linhares, Torres Novas e na Muralha de Idanha-a-Velha. A análise destes projetos de revitalização fundamentam-se na definição das características arquitetónicas evidentes na arquitetura militar de origem medieval e na sua interação com os espaços urbanos dos centros históricos, espaços públicos de eleição.

Os objetivos deste estudo/projeto consistem em identificar diferentes tipos de revitalização do espaço urbano em castelos de origem medieval, extrair estratégias para revitalização do espaço urbano em castelos de origem medieval e definir a nível espacial a melhor solução para revitalizar o Castelo D. Dinis.

A metodologia de investigação fundamenta-se no método de multicasos, de natureza comparativa, dos três castelos de origem medieval. As técnicas de recolha de informação baseiam-se na análise documental, entrevistas e observação no local (notas de campo) dos projetos de revitalização dos castelos em estudo, para assinalar as características arquitetónicas e espaciais, tendo em conta sempre a sua relação com o espaço urbano.

O estudo demonstrou a importância da investigação na temática proposta, sendo esta de relevância para o projeto de revitalização dos castelos de origem medieval. O propósito da investigação/projeto é de realizar um contributo sobre os espaços urbanos obsoletos, no caso dos espaços interiores e exteriores em desuso das estruturas militares de origem medieval. Este estudo/projeto é pertinente devido às carências funcionais destas estruturas que se tem arrastado até ao século XXI. Propondo assim uma solução que visa devolver estes espaços à comunidade, contribuindo para a dinamização e valorização do castelo como monumento do centro histórico.

Palavras – Chave:

Castelo D. Dinis
Património
Espaços Urbanos
Centro Histórico
Revitalização

ABSTRACT

The transformations occurred on the military structures of medieval origin until the XXI century, motivated the realization of this study / project. The military structure's space had to adapt to the new socio-cultural needs, to a better comprehension of its architecture and of its relationship with the urban space.

The investigation was developed from the theoretical fundamentation through the definition of three great concepts: patrimony, urban space and historic center. Posteriorly, three study cases were analyzed. The analysis of the study's object, center on the D.Dinis castle, focuses through the revitalization of the urban space on historic centers. This kind of revitalization was patent in the projects of the castles of Linhares, Torres Novas and in the Idanha-a-Velha wall. The analysis of these revitalization projects are based on the definition of the architectural characteristics evident on the military architecture of medieval origin and in its interaction with the urban spaces of the historic centers, public spaces of election.

The goals of this study / project consist in identifying different kinds of revitalization of the urban space in medieval origin's castles, to extract strategies to the revitalization of the urban space in medieval origin's castles and define in spatial level the best solution to revitalize the D.Dinis Castle.

The investigation methodology is based on the multi case method, of comparing nature, of the three castles of medieval origin. The information collection techniques are based on the documental analysis, interviews and local observation (field notes) of the revitalization projects of the castles in study, to signal the architectural and spatial characteristics, taking into account its relationship with the urban space.

The study demonstrated the importance of the investigation in the proposed theme, being this of relevance to the revitalization project of the medieval origin castles. The purpose of the investigation / project is to perform a contribute about the obsolete urban spaces, in the event of the interior and exterior spaces in disuse of the military structures of medieval origin. This study / project is relevant due to the functional deficiencies of these structures, which were dragging until the XXI century. Proposing thus a solution which aims to return this spaces to the community, contributing to the development and valorization of the castle like a monument of the historic center.

Key – Words:

Castle D. Dinis
Patrimony
Urban Space
Historic Center
Revitalization

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

Prefácio	2
Agradecimentos	3
Resumo.....	4
Abstract	5
Capítulo I _ Capítulo Introdutório.....	9
1.1 Contextualização da Investigação	10
1.2 Justificação da Problemática	11
1.3 Objetivos	11
1.4 Objeto de Estudo.....	12
1.5 Revisão da Literatura.....	13
1.6 Metodologia de Investigação	15
1.6.1 Natureza e definição dos estudos de caso	15
1.6.2 Ferramentas de investigação	16
1.6.3 Tratamento dos dados	18
Capítulo II _ Fundamentação Teórica.....	20
2.1 Património.....	21
2.1.1 Património Arquitetónico.....	21
2.1.2 Evolução da Arquitetura Militar Medieval até ao século XXI.....	22
2.2 Espaços Urbanos	26
2.2.1 Conceito de espaço público	26
2.2.2 Espaço público e espaço privado	27
2.2.3 Espaços públicos privatizados	27
2.2.4 Vazios urbanos	27
2.2.5 Espaços urbanos obsoletos	29
2.2.6 Tipologias de obsolescência	30
2.2.7 Outros fatores temporais dos espaços urbanos obsoletos.....	30
2.3 Centro Histórico	32
2.3.1 Revitalização.....	34

Capítulo III _ Estudos de Caso.....	36
Análise individual	37
3.1 Estudo de Caso _ Castelo de Linhares _ REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CASTELO DE LINHARES	38
3.1.1 Apresentação _ Castelo de Linhares	39
3.1.1.1 História	39
3.1.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio	40
3.1.2 Análise _ REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CASTELO DE LINHARES.....	42
3.1.2.1 Programa	42
3.1.2.2 Intervenção	42
3.1.3 Resultados Finais.....	49
3.2 Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ RESTAURO DA PORTA NORTE E ARRANJOS EXTERIORES.....	51
3.2.1 Apresentação _ Muralha de Idanha-a-Velha	52
3.2.1.1 História	52
3.2.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio	54
3.2.2 Análise _ RESTAURO DA PORTA NORTE E ARRANJOS EXTERIORES	56
3.2.2.1 Programa	56
3.2.2.2 Intervenção	56
3.2.3 Resultados Finais.....	65
3.3 Estudo de Caso _ Castelo de Torres Novas _ ENVOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DO CASTELO DE TORRES NOVAS	69
3.3.1 Apresentação _ Castelo de Torres Novas.....	70
3.3.1.1 História	70
3.3.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio	72
3.3.2 Análise _ ENVOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DO CASTELO DE TORRES NOVAS	73
3.3.2.1 Programa	73
3.3.2.2 Intervenção	73
3.3.3 Resultados Finais.....	81
Análise comparativa	84
3.4 Casos de Estudo	85
3.4.1 Análise Comparativa _ Estudos de Caso	86

Capítulo IV _ Estudo do Local	90
4.1 Apresentação _ Castelo D. Dinis.....	91
4.1.1 História	91
4.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio	92
4.2 Análise _ Estado Atual _ Castelo D. Dinis.....	94
4.2.1 Programa	94
4.2.1 Análise Documental	95
4.2.2 Entrevistas	97
4.2.3 Observação (notas de campo)	98
4.3 Resultados Finais.....	101
Capítulo V _ Conclusão	104
5.1 Considerações Finais	105
5.1.1 Resposta aos Objetivos	105
5.1.2 Conclusões Gerais	109
Capítulo VI _ Bibliografia.....	111
6.1 Bibliografia Geral.....	112
6.2 Referências Bibliográficas	115
6.3 Índice de Imagens	120
Capítulo VII _ Anexos.....	124

CAPITULO I _ CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

A presente investigação, inserida na temática do Património e que visa a Revitalização, é a base teórica para a realização do projeto de arquitetura: Revitalização do Castelo Medieval D. Dinis. As bases e os princípios para a realização do projeto são as conclusões ou resultados finais de cada tema desenvolvido na investigação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

No século XIII, surge em Vila Nova de Cerveira (V.N.C) a primeira fortificação, o Castelo Medieval, foi mandada “construir por D. Dinis, segundo as práticas correntes da época, apesar de, presumivelmente, os anteriores monarcas já se terem preocupado com a questão da sua defesa” (CIEFAL-ICOMOS, 2008, 121). Em termos arquitetónicos, a fortificação encontra-se na transição entre o românico e o gótico, mas os princípios góticos dominam a estrutura. A partir do século XVI, surge encostado à muralha, o primeiro alinhamento de habitações construído. Assiste-se assim a uma mudança no desenvolvimento da vila. O aumento da população levou a que o crescimento urbanístico da vila extravasasse os panos de muralha do castelo e se definisse uma nova linha de muralha no século XVII. Constrói-se assim uma fortaleza, onde havia a necessidade de fortificar mais adequadamente a povoação. Nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX assiste-se a uma progressiva decadência da estrutura fortificada moderna por consequência da evolução da malha urbana. A vila cresce pelas suas muralhas e pela estrutura viária já definida. “De um modo geral a visão do conjunto fortificado está modificada pelo crescimento urbano da cidade” (CIEFAL-ICOMOS, 2008, 136).

Atualmente, “como na maioria das fortalezas do Minho (o castelo) está catalogado pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público (IIP) e Zona Especial de Proteção (ZEP)” (CIEFAL-ICOMOS, 2008, 137). Os elementos conservados do castelo foram sendo restaurados e reabilitados em numerosas ocasiões. Nos anos 40, este sofre a primeira intervenção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Nesse momento observa-se que “a arquitetura defensiva de Cerveira possui diferentes graus de conservação. O castelo medieval conserva a sua configuração antiga, ainda que muito alterada pela passagem do tempo, as remodelações e diferentes usos sucessivos” (CIEFAL-ICOMOS, 2008, 136).

A intervenção mais recente aconteceu nos anos 80, momento em que tem utilização como pousada. “A visita ao interior da fortaleza não se pode concluir sem admirar as ruínas, conservadas, ..., o moderno edifício, da autoria do arquitecto Alcino Soutinho, que faz parte do complexo hoteleiro da pousada...” (Almeida, 2000, 18), este dá resposta à problemática do espaço castelo. “A recuperação dos imóveis permitiu pôr em destaque o conjunto de construções quinhentistas que Duarte D’Armas mostra e que o visitante pode intuir na esquadria regular dos silhares de granito que compõem as fachadas, nos elementos decorativos típicos daquela época, como destaque para o chanfrado dos lintéis e ombreiras de portas e janelas” (Almeida, 2000, 17).

1.2 JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O projeto de requalificação do arquiteto Alcino Soutinho procurava dar resposta à primeira problemática anteriormente identificada. Com a implantação da pousada no interior do castelo, como resposta a um problema existente no uso do espaço. Esta solução funcionaria, sensivelmente, durante 20 a 25 anos, dando-se assim o encerramento da atividade da Pousada no início do século XXI, o que se supõe que não foi devidamente planeado/estudado/analísado o desenvolvimento sociológico da população e o futuro do equipamento da pousada que cai em desuso. Não resolvia a problemática essencial que era dinamizar todo aquele espaço do castelo, criando assim uma segunda problemática.

Concluindo, todo o espaço do Castelo Medieval continua atualmente com a primeira problemática, define-se assim como um espaço obsoleto que carece de dinâmicas sociais, económicas e culturais, tendo-se gerado uma segunda problemática que é a inatividade do equipamento da pousada. A atual proposta procura uma solução inovadora para dar resposta às duas problemáticas, convertendo o espaço do castelo num espaço ativo, atrativo e inovador, e o equipamento da pousada num equipamento que dê resposta a uma eventual carência identificada em Vila Nova de Cerveira.

1.3 OBJETIVOS

No âmbito da investigação todo o processo de análise e estudo reincidirá sobre o espaço urbano em castelos de origem medieval. Para definir o processo de investigação, é fundamental estabelecer os seguintes objetivos:

Identificar diferentes tipos de revitalização do espaço urbano em Castelos de origem Medieval;

Este objetivo é essencialmente para identificar quais são os diferentes tipos de revitalização do espaço urbano existentes em castelos de origem medieval, de acordo com as características, físicas e espaciais, do castelo D. Dinis. Identificando os diferentes tipos de revitalização é essencial analisar, relacionar e comparar as várias soluções que foram aplicadas noutros projetos, para daí extrair estratégias de revitalização.

Extrair estratégias para revitalização do espaço urbano em Castelos de origem Medieval;

Depois de cumprido com o primeiro objetivo é possível extrair diferentes estratégias. Essas estratégias serão analisadas e estudadas ao pormenor, para entender quais são os pontos positivos e negativos dessas soluções. Assim, na hora de aplicar estratégias, têm-se em atenção todos os fatores positivos e negativos das estratégias analisadas.

Definir a nível espacial uma solução para Revitalizar o Castelo Medieval D. Dinis;

Com os dois primeiros objetivos cumpridos, sucede-se á realização do projeto e aqui é importante definir a nível espacial a melhor estratégia/solução para revitalizar o castelo medieval D. Dinis. A definição das várias estratégias a aplicar no projeto são essencialmente importantes para se resolverem as problemáticas atualmente existentes, no castelo medieval D. Dinis, e não cair no erro de criar outras problemáticas.

1.4 OBJETO DE ESTUDO

Os objetos de estudo desta investigação são os castelos de origem medieval. É importante a análise destas estruturas históricas devido às suas carências funcionais, desempenhavam um papel de defesa e se destinavam a prevalecer na paisagem como sinais de poder, perdendo utilidade em maioria dos casos. O estado de conservação destes testemunhos é muito variável, a maior parte dos casos carece de trabalhos contínuos de valorização e reutilização de usos.

Tudo isto deve ser levado em consideração no mundo contemporâneo, em que o consenso em torno do património se ergue como sinal de civilidade e cultura. A recuperação destes monumentos são, na sua maior parte, espaços que carecem da presença do homem e que foi o responsável pela sua origem.

Paralelamente ao objeto de estudo surge outro fator de análise e estudo, que caracteriza e define os espaços exteriores e interiores em desuso das estruturas de origem medieval. São espaços que carecem de dinâmicas sociais, económicas e culturais, e que se definem como espaços urbanos obsoletos, que surge a partir do conceito de 'vazio urbano'.

Com a identificação do objeto de estudo surge a necessidade de focar num exemplo concreto sendo o principal objeto de estudo desta dissertação. O exemplo selecionado é o Castelo Medieval D. Dinis, que apresenta os indicadores referidos anteriormente. Este já foi alvo de vários estudos e intervenções, nomeadamente a requalificação das habitações do interior do castelo a pousada, da autoria do Arquitecto Alcino Soutinho, nos anos 80. Atualmente apresenta-se como um espaço sem uso e sem a presença de dinâmicas sociais, económicas e culturais, daí o tema desta dissertação.

1.5 REVISÃO DA LITERATURA

Na sequência da literatura identificam-se termos que acompanham a investigação, como espaço público, espaço privado, espaço coletivo, espaços públicos privatizados, espaços urbanos, espaço e lugar. A partir destes e como referência central para a investigação e que serviu de apoio à elaboração do referencial teórico, destaca-se a dissertação de Cláudia Sousa (2010) – DO CHEIO PARA O VAZIO: Metodologia e Estratégia na Avaliação de Espaços Urbanos Obsoletos.

Na revisão da literatura desta dissertação evidenciam-se vários autores que contribuíram para a análise do espaço urbano, como por exemplo, **Jan Gehl** em *La Humanización del Espacio Público*, este autor questiona aquilo que prejudica a qualidade urbana e aquilo que torna atrativo o espaço público, refletindo sobre o conceito de ponto de encontro e de como o centro comercial assume um novo papel, muito embora, seja a cidade que torna saudáveis os espaços públicos. Desta forma, a cidade proporciona espaços públicos que facilitem e estabeleçam esses contactos através das atividades básicas como o ver, andar ou sentar.

Outros autores refletem sobre as dimensões do *design* urbano, e na revisão da literatura destaca-se, **Matthew Carmona [et al]** em *Public Places – Urban Spaces The dimension of Urban Design*, este autor desenvolve ideias, teorias e pesquisas do *design* urbano, explicando quais os incentivadores de mudança e renovação e explorando os contextos globais e locais, assim como os processos no qual atua o desenho urbano. Deste modo é importante reter a questão temporal uma vez que as transformações geram espaços que já não são e outros que ainda não são.

Contudo, autores como, **Marc Augé** em *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, exploram o conceito *não-lugares* como sendo espaços de anonimato. Estes espaços de *não-lugares* são, por exemplo, supermercados, aeroportos, hotéis, auto-estradas, entre outros. Assim, usa o fenómeno da ‘supermodernidade’ para descrever o excesso de informação e de espaço recorrente de uma sociedade consumista. Pretende criar aquilo que ele chama de ‘armadura intelectual’ para uma antropologia da supermodernidade. Tenta fazê-lo através da distinção entre lugar antropológico (monumentos históricos e a vida social interativa) e não-lugar (onde as pessoas se relacionam de uma maneira uniforme e onde a vida orgânica não é mais possível).

Para além da análise do espaço urbano é fundamental relacionar o espaço urbano com a arquitetura e autores como, **Solá-Morales** em *Territórios*, propõe ao leitor um pensamento sobre a cidade e a arquitetura, a partir do existente e do que se pode desenhar consoante a sua evolução. É a partir da análise do existente que se tentam compreender os mecanismos sobre os quais se produz a cidade contemporânea. São um conjunto de reflexões que procuram estabelecer alguns conceitos de forma a contribuírem para a compreensão e entendimento da cidade e do espaço urbano atual.

São importantes as reflexões sobre os *terrain vague*, enquanto espaços ‘do disponível’, assim como as reflexões sobre a *arquitectura líquida*, que relaciona tempo e espaço de uma outra maneira, tornando-se num conceito emergente e cada vez mais presente nas cidades contemporâneas.

Assim, para entender a evolução da cidade é fundamental refletir sobre os novos princípios do espaço urbano, destacando-se na revisão da literatura autores como, **François Ascher** em *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*, onde se destaca pela reflexão sobre a evolução da cidade, concentrando-se nas diferentes fases do processo de ‘modernização’ e como o que as define e diferencia umas das outras, tentando compreender os critérios fundamentais da sua evolução.

Reflete também sobre os conceitos de urbanização e modernização relacionando-os um com o outro, e parte do sistema de mobilidades que caracterizam a evolução destes processos e que se traduzem no desenho das cidades. Propõe ainda um conjunto de conceitos que definem o desenho das cidades, traduzindo-os num ‘novo-urbanismo’, assim como, alguns conceitos que surgem destes novos princípios e se traduzem em novos compromissos.

Na presente revisão da literatura e com o referencial teórico definido distinguem-se novos conceitos, que acompanham toda a investigação teórica e que se vai refletir na prática do projeto, como vazios urbanos, *terrain vague*, não lugares, espaços urbanos obsoletos e tipologias de obsolescência.

Assim, surgem outros fatores temporais dos espaços urbanos obsoletos, importantes na hora da prática do projeto, tais como acessibilidade, mobilidade, transformações de identidade, estratégias de mudança e princípios para um novo urbanismo.

Depois da análise sobre espaço urbano, é fundamental relacionar com a problemática existente nos centros históricos e na revisão da literatura destaca-se a **Carta de Toledo de 1986**. Desta forma, a revisão da literatura tem especial atenção aos princípios e objetivos definidos sobre os centros históricos, definidos pela Carta de Toledo que se destaca pela salvaguarda das cidades históricas, esta entende-se como as medidas necessárias para a sua proteção, conservação, restauro, desenvolvimento e adaptação à vida contemporânea das cidades históricas. Esta carta surge a partir do estado de degradação, de desagregação e mesmo destruição dos centros históricos, que atinge universalmente todos os centros históricos.

Perante esta situação, que provoca perdas irreversíveis de carácter cultural, social e económico, o ICOMOS viu necessário a realização de uma Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, onde se define os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequada para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, mas, a presente revisão da literatura foca essencialmente os centros históricos (Carta de Toledo, 1986).

Contudo, é fundamental a análise das cartas internacionais que abordam o tema da restauração arquitetónica, como por exemplo, a Carta do Restauro de 1972 e a Carta de Ravello de 1995, ambas abordam os métodos para uma boa conservação e restauração do monumento arquitetónico.

Segundo a análise da **Carta do Restauro (1972)**, esta surge da adequação dos princípios expostos pelas Cartas de Atenas e Veneza. Esta trata fundamentalmente das restrições das intervenções e das limitações das intervenções sustentadas e de carácter conservacionista, propondo inúmeros critérios das restaurações arquitetónicas.

No entanto, surge a elaboração da **Carta de Ravello em 1995**, consequência de um simpósio apelidado "Recomendações Sobre Aspectos Estruturais do Restauro de Património Arquitetónico", sobre os aspetos estruturais do restauro monumental. Segundo, a análise da mesma, propunha-se uma metodologia baseada em profundos estudos patológicos, capazes de valorizar os danos e problemas e de estabelecer os critérios que se deviam abordar para os resolver. Esta desenvolve os princípios gerais, a base conceptual de toda a atuação restauradora, como por exemplo, a necessária reversibilidade das intervenções.

Desta forma, a revisão da literatura pretende relacionar a estrutura do espaço urbano com o património dos centros históricos das grandes ou pequenas cidades, interpretando e compreendendo assim as problemáticas dos centros históricos existentes na sua estrutura urbana, relacionando e devolvendo o património dos centros históricos às suas próprias estruturas urbanas.

1.6 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1.6.1 Natureza e definição dos estudos de caso

A metodologia utilizada é baseada no tipo de investigação do método de estudos de caso, de natureza comparativa (Yin, 2003) de três estruturas arquitetónicas de origem medieval. De um modo geral, os estudos de caso são de natureza qualitativa ou naturalística. No entanto, há situações em que a análise quantitativa se justifica, nomeadamente para complemento de dados recolhidos por observação direta.

O método de estudo de casos é baseado no estudo de várias situações semelhantes, como o caso dos projetos de revitalização em estruturas arquitetónicas militares de origem medieval, mas em diferentes tipos edificatórios e diferentes contextos, ou seja, em diferentes estruturas arquitetónicas militares de origem medieval. Este método foi escolhido para poder fazer uma comparação dos estudos de caso e obter vínculos entre a arquitetura militar de origem medieval e os projetos de revitalização.

Os tipos edificatórios de referência são casos particulares, que tratam da revitalização do espaço castelo, analisando diferentes ferramentas (Yin, 2003). Os três estudos de caso foram selecionados tendo em consideração determinados critérios de seleção.

Os estudos de caso selecionados são:

- Castelo de Linhares – Arquitetura militar / Castelo – Classificado como Monumento Nacional – Projeto _ **Requalificação e Revitalização do Espaço Interior do Castelo de Linhares**; ¹
- Muralha de Idanha-a-Velha – Arquitetura militar / Muralha – Classificado como Monumento Nacional – Projeto _ **Restauro da Porta Norte e arranjos exteriores**; ²
- Castelo de Torres Novas – Arquitetura militar / Castelo – Classificado como Monumento Nacional – Projeto _ **Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas**; ³

_ Critérios de seleção dos estudos de caso:

A seleção dos três estudos de caso surgiu através de uma lista de estruturas militares que corresponde-se com determinados critérios de seleção: localização geográfica na região norte e centro de Portugal ⁴, tendo em consideração a arquitetura militar de origem medieval (castelo e muralha), a similitude do caso Cerveira, a característica física/estrutural ⁵ (relativo ao espaço urbano e ao edifício), funcional ⁶ (relativo ao uso), local ⁷ (relacionado com o espaço urbano, a localização e os padrões de acessibilidade), legal ⁸ (regras de funcionalidade) e imagem ⁹ (espaços cuja imagem afeta a paisagem e o ambiente urbano), intervenções realizadas no final do século XX e no início século XXI, a estratégia de revitalização do espaço e reabilitação do equipamento.

Só no final da seleção de cada um destes critérios é que se chega aos três estudos de caso selecionados, ou seja, estes comportam as características pré-definidas.

¹ Capítulo VII _ Anexos, ficha técnica do estudo de caso, p. 128

² Capítulo VII _ Anexos, ficha técnica do estudo de caso, p. 137

³ Capítulo VII _ Anexos, ficha técnica do estudo de caso, p. 145

⁴ Capítulo VII _ Anexos, lista de estruturas militares do norte e centro de Portugal, p. 126

^{5 6 7 8} Sousa, C. (2010). *Do Cheio Para o Vazio: Metodologia e Estratégia na Avaliação de Espaços Urbanos Obsoletos*. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Lisboa, Portugal: Instituto Superior Técnico Universidade Técnica de Lisboa.

1.6.2 Ferramentas de investigação

_ Análise Documental (Albarelo “*et.al.*”, 1997):

De uma maneira ou de outra, não existe investigação sem documentação. Este procedimento estimula a criatividade do investigador. Permite alargar o quadro teórico, situar comparativamente a sua problemática, conhecer resultados interessantes, tomar consciência da originalidade do seu ponto de vista, ou seja, clarificar as suas ideias e estabelecer o estado da questão. Para tal investigação existem vários tipos de fontes documentais. As fontes documentais dividem-se em duas fontes, as fontes não escritas (os objetos e os vestígios materiais, a iconografia, as fontes orais e a imagem e som registados) e as fontes escritas (os documentos oficiais, as fontes não oficiais e as fontes estatísticas). (Albarelo “*et.al.*”, 1997)

Levantamento e recolha de informação referente à temática proposta, através de fontes documentais não escritas e escritas:

- Os objetos e os vestígios materiais (elementos conservados dos castelos em estudo)
- Iconografia (representações gráficas dos castelos em estudo, levantamentos arquitetónicos, desenho técnico de projetos)
- Fontes orais (entrevistas – à população local e visitante baseadas num guião com perguntas objetivas)
- Documentos oficiais (PDM e outros documentos encontrados)
- Fontes não oficiais (imprensa local, revistas, publicações periódicas e livros)

_ Entrevista (Bruyne, Herman, & Schoutheete, 1991):

A entrevista é uma das técnicas de recolha de dados, caracteriza-se por ser estruturada, livre, centralizada num tema particular, informal e contínua. O tipo de informações são, fatos observados e/ou opiniões expressas sobre: os acontecimentos, os outros e a própria pessoa; mudanças de atitudes, evoluções dos fenómenos, significação das respostas e conteúdo latente (Bruyne, Herman, & Schoutheete, 1991). As entrevistas, realizadas *in loco*, dirigem-se às entidades locais e população baseadas num guião com perguntas objetivas.

_ Fotografia (Bodgam & Biklen, 1994):

As fotografias são uma técnica de recolha de informação que dão fortes dados descritivos, são muitas vezes utilizadas para compreender o subjetivo e são analisadas indutivamente. As fotografias que são utilizadas em investigação podem ser divididas em duas categorias: as fotografias encontradas e as fotografias reproduzidas pelo autor. As fotografias encontradas que aparecem num meio que se está a estudar podem oferecer uma visão como certos acontecimentos desse meio eram e uma visão histórica do local. As fotografias produzidas pelo autor podem simplificar o recolher da informação factual (Bodgam & Biklen, 1994). As fotografias encontradas e reproduzidas pelo autor são um complemento da análise documental e justificativas e comprovadoras das notas de campo, reproduzidas no local.

_ Observação (Gil, 1995):

A observação consiste num elemento fundamental para a pesquisa. Desde a escolha e formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. A observação é sempre utilizada na recolha de dados; ou conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação (Gil, 1995). A observação é a principal e primeira técnica das notas de campo, realizada no local, assim a observação está inteiramente ligada à realização das notas de campo.

As notas de campo (Bodgam & Biklen, 1994) são de carácter descritivo e/ou reflexivo decorrentes através da observação direta no local. São o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no desenvolvimento da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo.

O tratamento de informação será do tipo qualitativo (Bardin, 1979), sobre análise do conteúdo.

Estudos de casos	Análise Documental					Entrevista		Fotografia		Observação
	Objetos e vestígios materiais	Iconografia	Fontes orais	Documentos oficiais	Documentos não oficiais	Locais	Turistas	Arquivo	Autor	(notas de campo)
Castelo de Linhares		✓	1 ✓	✓		1 ✓		✓	1 ✓	1 ✓
Muralha de Idanha-a-Velha		✓	2 ✓	✓	✓	2 ✓		✓	2 ✓	2 ✓
Castelo de Torres Novas		✓	3 ✓	✓	✓	3 ✓		✓	3 ✓	3 ✓

- 1- Todos os pontos assinalados foram realizados no próprio local, no dia 26/06/2013, a partir das 08h:30m, até ao final do dia.
- 2- Todos os pontos assinalados foram realizados no próprio local, no dia 27/06/2013, a partir das 09h:00m, até ao final do dia.
- 3- Todos os pontos assinalados foram realizados no próprio local, no dia 29/06/2013, a partir das 10h:00m, até o final do dia.

1.6.3 Tratamento dos dados

Para estudar e analisar os três estudos de caso, dividiram-se os indicadores de análise por cinco categorias de tipos de obsolescência diferentes (física/estrutural, funcional, local, legal e imagem), utilizando sempre as técnicas/instrumentos de investigação referidos anteriormente.

As cinco categorias, referidas no estado da arte, servem, de uma forma metódica, para reter o maior número de informação sobre os três estudos de caso, identificando os tipos de obsolescência de cada caso. Assim, a partir das técnicas/instrumentos de investigação, utilizadas corretamente em cada categoria, obtêm-se as respostas e posteriormente as conclusões para o principal objeto de estudo, o Castelo D. Dinis.

Os indicadores/categorias baseiam-se na análise dos tipos de obsolescência existentes em cada estudo de caso.

A primeira categoria, obsolescência física/estrutural, define-se tanto ao espaço urbano como ao edifício, analisa fatores como as condições ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção (Carmona, 2003).

A segunda categoria, obsolescência funcional, define-se pelo uso atual dos espaços ou edifícios, avalia se estes estão atualmente aptos ou se o uso é o mais adequado tendo em vista o contexto geral da cidade (Carmona, 2003).

A terceira categoria, obsolescência local, define-se mais pelo espaço urbano. Avalia a localização fixa relativamente à mudança, a acessibilidade, custos de trabalhos, entre outros (Carmona, 2003).

A quarta categoria, obsolescência legal, define-se pelas regras de funcionalidade, que os espaços ou edifícios não têm ou não conseguem ter (Carmona, 2003).

A quinta e última categoria, obsolescência de imagem, define-se pela alteração de imagem dos espaços ou edifícios ao longo dos tempos. Avalia, também, a paisagem e o ambiente urbano afetados negativamente pelos espaços urbanos ou edifícios (Carmona, 2003).

	Indicadores / Categorias	Técnica / Instrumento	Fonte / Sujeitos
Tipos de Obsolescência	Física / Estrutural	Análise documental	Documentos e planos; relativos aos projetos: _ Requalificação e Revitalização do Espaço Interior do Castelo de Linhares _ Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas _ Restauro da Porta Norte e arranjos exteriores;
		Entrevista	Executadas à população local baseada num guião com perguntas objetivas.
		Fotografia	Recolhidas em arquivo; Produzidas nos locais em estudo pelo autor.
		Observação (notas de campo)	Observação direta no local produzida pelo autor. Apontamentos feitos através da observação direta no local.
	Funcional	Análise documental	Documentos e planos; relativos aos projetos: _ Requalificação e Revitalização do Espaço Interior do Castelo de Linhares _ Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas _ Restauro da Porta Norte e arranjos exteriores;
		Entrevista	Executadas à população local baseada num guião com perguntas objetivas.
		Observação (notas de campo)	Observação direta no local produzida pelo autor. Apontamentos feitos através da observação direta no local.
	Local	Análise documental	Documentos e planos; relativos aos projetos: _ Requalificação e Revitalização do Espaço Interior do Castelo de Linhares _ Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas _ Restauro da Porta Norte e arranjos exteriores;
		Entrevista	Executadas à população local baseada num guião com perguntas objetivas.
		Fotografia	Recolhidas em arquivo; Produzidas nos locais em estudo pelo autor.
	Legal	Análise documental	Documentos e planos; relativos aos projetos: _ Requalificação e Revitalização do Espaço Interior do Castelo de Linhares _ Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas _ Restauro da Porta Norte e arranjos exteriores;
		Entrevista	Executadas à população local baseada num guião com perguntas objetivas.
Imagem	Entrevista	Executadas à população local baseada num guião com perguntas objetivas.	
	Fotografia	Recolhidas em arquivo; Produzidas nos locais em estudo pelo autor.	
	Observação (notas de campo)	Observação direta no local produzida pelo autor. Apontamentos feitos através da observação direta no local.	

CAPITULO II _ FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos que são abordados nas seguintes alíneas são alvo de uma fundamentação teórica, uma vez que são fundamentais para a compreensão do conceito com o qual a investigação se vai fundamentar. Neste ponto são definidos os conceitos de património, que aborda o património arquitetónico e a evolução da arquitetura militar medieval até ao século XXI, o conceito de espaços urbanos, que aborda o conceito de espaço público, espaço privado, espaços públicos privatizados, vazios urbanos, espaços urbanos obsoletos, tipologias de obsolescência e outros fatores temporais dos espaços urbanos obsoletos e, por último, o conceito de centro histórico. Estes termos fundamentam-se e relacionam-se na intervenção do património dos centros históricos.

2.1 PATRIMÓNIO

Para uma melhor definição do projeto ou intervenção numa pré-existência, a definição de património é importante, sendo a base de definição, caracterização e elaboração do conceito de intervenção no património.

Conforme os princípios da Carta de Cracóvia (2000), qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade.

O conceito de património pode definir-se como a caracterização de todos os bens que representam ou são testemunhos com valor histórico ou cultural. O património pode ser de interesse histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, artístico, etnográfico, industrial, técnico, social e científico, deve demonstrar valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade.

Segundo o comité de redação da Carta de Cracóvia (2000), o património – é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.

Aqui estão reunidas as características que definem o Castelo Medieval D. Dinis, em particular as características históricas, arqueológicas e arquitetónicas conferem-lhe a *designação* de património, sendo importante revitalizar este monumento que marca uma época no contexto da vila, não só importante como património arquitetónico e arqueológico como também é importante a sua referência sociocultural.

2.1.1 Património Arquitetónico

O património arquitetónico é igualmente *designado* como património cultural tangível imóvel. O património cultural define-se como: monumentos, conjuntos e locais de interesse, segundo a Convenção de (1972). Sendo que os monumentos são: obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Para melhor entender esta definição, é importante saber que o património arquitetónico em Portugal obedece a regras precisas de classificação e proteção, definidas pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), nomeadamente nas vertentes históricas, culturais, estéticas, sociais, técnicas e científicas.

O património arquitetónico e arqueológico assim protegido são incluídos em três categorias: monumento, conjunto e sítio, são ainda classificados como imóvel de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

O objeto de estudo da investigação, o Castelo Medieval D. Dinis está catalogado como monumento, classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público, sobre proteção do Decreto nº 735/74, DG, 1.ª série, n.º 297 de 21 dezembro 1974 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 252 de 30 outubro 1946.

Segundo a Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975), preparada pelo Comité dos Monumentos e Sítios do Conselho da Europa, adota e proclama os princípios da presente Carta:

1.º O património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.

2.º A encarnação do passado no património arquitetónico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desabrochar do homem.

3.º O património arquitetónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível.

4.º A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades.

5.º O património arquitetónico tem um valor educativo determinante.

6.º Este património está em perigo.

7.º A conservação integrada afasta as ameaças.

8.º A conservação integrada requer o emprego de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

9.º A participação de todos é indispensável ao sucesso da conservação integrada.

10.º O património arquitetónico é um bem comum do nosso continente.

Para além das definições referidas, a Convenção para Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (1972) define também a expressão do património arquitetónico, é considerada como integrando os seguintes bens imóveis:

1) Os monumentos – todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;

2) Os conjuntos arquitetónicos – agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;

3) Os sítios – obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.

2.1.2 Evolução da Arquitetura Militar Medieval até ao século XXI

Segundo estudos realizados, durante muitos séculos, os castelos e cercas muralhadas medievais condicionaram a evolução urbana das cidades. A sua obsolescência levou a que fossem considerados como um obstáculo físico ao desenvolvimento da cidade (Santos, 2008). Mas, na origem das preocupações patrimoniais, os antigos elementos defensivos medievais foram adquirindo novamente importância enquanto elementos pertencentes ao espaço urbano, contribuindo e influenciando o desenvolvimento das cidades. Portugal não foi imune a estes movimentos, e aplicou vários princípios nas intervenções patrimoniais envolvendo estruturas militares medievais.

Sendo assim, o castelo vê-se desde então consagrado como elemento valorativo da história medieval e colhe adeptos nas vertentes turísticas, artística e literária e não é estranho ao poder político (Fernandes, 2005). Mesmo assim, as cercas muralhadas continuam a agir enquanto elementos condicionadores de todo o processo de planeamento urbano, pois a circunscrição da malha urbana histórica por um perímetro muralhado configura uma fronteira física incontornável que, uma vez mais, volta a proteger a cidade intramuros.

_Romanos

Para melhor compreender esta evolução e mudança, nas estruturas arquitetónicas militares, é importante retroceder no tempo. O início do séc. V marcou o fim do domínio do império romano sobre a Península Ibérica e o acentuar de um clima de instabilidade e insegurança que vinha sendo marcado pela crise governativa e pelas invasões de povos bárbaros. Perante tal, as cidades iniciaram um processo conhecido por “encastelamento”, (Santos, 2008) que se prolongou durante séculos, quando subitamente se construíram e reformaram sistemas defensivos que tiveram profundo impacto nas cidades.

_Muçulmanos

No entanto, após a invasão da Península Ibérica pelos muçulmanos, novos elementos defensivos passaram a marcar as cidades e a sua silhueta, (Santos, 2008) resultantes da introdução de novas técnicas e formas na arquitetura militar, e de um novo sistema administrativo, um sistema palatino fortificado localizado no ponto mais alto da cidade.

_Reconquista Cristã

Mas, com a reconquista cristã do território português aos muçulmanos, intensificou-se um processo de evolução urbana iniciado ainda no período islâmico, com a criação e desenvolvimento de arrabaldes urbanos fora das muralhas, e de zonas livres de construção localizadas geralmente junto às entradas principais das cidades (rossios, terreiros ou largos), onde se realizavam mercados, feiras e outras atividades sociais (Santos, 2008). Assim sendo, as ruas principais assumiam-se como eixos estruturantes da cidade, ao ligarem as portas principais da muralha aos edifícios mais importantes da cidade, como o castelo, a igreja, o palácio ou mesmo outras portas.

_Época Medieval

Na época medieval, o amuralhamento das povoações possuía enorme importância, a expressão “fazer vila” era sinónimo de demarcação espacial através da construção de muralhas, as quais delimitavam com precisão o espaço sujeito à nova ordem institucional fundada (Santos, 2008). No entanto, estes sistemas defensivos medievais entraram em decadência e permitiram, uma transformação mediante obras de adaptação às novas tecnologias da pirobalística em zonas de defesa do território, enquanto nas restantes zonas se assistiu ao seu declínio e desvirtuação, com abertura de novas portas, permissão de construção adossada ou derrube de partes de muralha.

_Idade Moderna

O início da Idade Moderna trouxe a afirmação da pirobalística, que se refletiu na arquitetura militar, a qual necessariamente teve de se adaptar à nova realidade, mediante novas tecnologias, elementos arquitetónicos e fisionomias (Santos, 2008). No entanto, um novo modelo de perceção e defesa do reino determinou a preferência por estruturas defensivas que protegessem as vias de comunicação e assim dificultassem a progressão inimiga pelo território, ao contrário das que, como os castelos medievais, se situavam referencialmente em posições dominantes, de acessibilidade limitada e que eram mais facilmente defensáveis. Essas dificuldades de acessibilidade, que anteriormente atraíram populações para sua proteção, acabaram mais tarde por lhes serem fatais, quando esses castelos foram abandonados pelas suas populações em prol de outras localizações mais favoráveis para a normal vivência.

_Seculo XIX / XX

É importante saber que, em Portugal, as preocupações a nível patrimonial colocaram-se pela primeira vez com maior vigor depois da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, na qual se decidiu colocar em hasta pública numerosos bens nacionais, qualquer que fosse a sua natureza, exceto as «(... obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados, como primores da Arte, ou monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais ...)».(Carta de Lei, 1835. P.358)

_Estado Novo

Contudo, foi na época da ditadura militar do Estado Novo que se instituiu e seguiu uma filosofia de intervenção nos monumentos mais agressiva, encarnada pela criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) em 1929, que centralizou neste organismo os serviços relacionados com o projeto e construção civil do Estado, destacando-se as intervenções no património arquitetónico (Santos, 2008). Sendo assim, os castelos medievais foram um dos mais importantes mecanismos de legitimação política do regime vigente, como testemunhos venerados do nascimento da pátria que era necessário transmitir às gerações vindouras e que se constituiu, na sociedade portuguesa, como um elemento fundamental para a construção da identidade de Portugal.

Porém, os edifícios militares medievais, esvaziados das suas funções primordiais e em muitos casos destituídos de ocupação, assumiram então valor histórico, artístico, simbólico e pedagógico que, aliado ao vetor turístico constituiu um fator justificativo para os gastos com as intervenções (Santos, 2008). Assim, enquanto a maioria dos edifícios que sofreram intervenção adquiriu como função o ser museu de si próprio, seja como simples castelo evocativo de si mesmo, seja albergando pequenos museus e centros de interpretação ligados à sua história, em alguns casos os castelos adquiriram novas funções em parte relacionadas com as anteriores, como o sejam a adaptação/transformação dos paços do castelo de Óbidos e do castelo do Alvito para pousadas turísticas.

Sendo assim, a importância que os castelos medievais foram novamente adquirindo, após a sua valorização enquanto património, a qual proporcionou a sua reabilitação enquanto elementos arquitetónicos singulares, desenvolveu igualmente um claro contributo enquanto elemento pertencente a um espaço urbano mais vasto, contribuindo e influenciando o desenvolvimento das cidades, à imagem do que se passou séculos antes, embora anteriormente por motivos mais funcionais.

Mas, o gradual abandono vivido pelas estruturas defensivas por parte da realocação das suas populações em prol de outras localizações mais favoráveis ao normal desenrolar das suas vivências, ditado por necessidades de salubridade, de facilidade de comunicação e acessibilidade, de expansão e por exigências socioeconómicas, criaram enormes vazios na malha urbana das cidades, verdadeiras ilhas de degradação e sem utilidade funcional, devido ao processo de obsolescência dos castelos e cercas medievais (Santos, 2008).

_Movimento Moderno

Perante tal, com o início do Movimento Moderno, surgiram novos pressupostos no modo como se encaravam os monumentos na cidade, e a filosofia das intervenções que se deveriam de realizar (Santos, 2008). As gerações de arquitetos influenciadas por este movimento e que atuavam na área do património arquitetónico e urbanístico estavam seguramente familiarizados com os preceitos teóricos dos CIAM, patentes na Carta de Atenas de 1933, os quais Le Corbusier também defendia.

_ Década de 40

Sabe-se que, Portugal não foi imune a estes movimentos, e aplicou princípios análogos nas intervenções patrimoniais sobretudo na década de 40 do séc. XX (Santos, 2008). Pode-se acrescentar que, o entendimento do património fazia-se segundo uma relação entre os edifícios singulares (monumentos), os edifícios comuns e o espaço público.

_ Década de 50

No entanto, a partir dos anos 50 do séc. XX começaram a surgir “planos de melhoramento” que, mais do que simples planos de embelezamento de fachadas e espaço público, se pretendeu criar infraestruturas e recuperar o espaço construído, melhorando assim a qualidade dessas áreas urbanas. Segundo, os critérios de planeamento, estes pressupõem uma atuação que vai para além das simples intervenções físicas de embelezamento do espaço público, reabilitação da mancha construída ou criação de infraestruturas.

_ Século XX / XXI

Segundo Fernandes (2005), entre 1980 e 2005 realizaram-se 119 intervenções arqueológicas em castelos, muralhas, torres e atalaias do período medieval, correspondendo várias a projetos de investigação de média/longa duração. Na realidade, boa parte das intervenções em meio urbano nasce da investigação de castelos, os monumentos que a comunidade identifica como o repositório vivo das memórias do passado. A carga simbólica do castelo mantém-se muito próxima da velha conceção e continua a justificar os investimentos das intervenções. Hoje em dia, a intensa apropriação turística deste tipo de espaços, por vezes associada a empenhos políticos locais e mesmo nacionais, desenvolve o seu estudo e o maior conhecimento da sua história, tanto a dos edificadas como a do subsolo.

Sendo assim, mais do que desenvolver cidades-necrópole musealizadas e despojadas de vida, procurasse preservar o espírito que permitiu a manutenção destes espaços até aos dias de hoje, na medida em que foram essas vivências que asseguraram a sua conservação; as pessoas conservam o que é seu, e espera-se que isso sirva como incentivo para a salvaguarda dos centros antigos (Santos, 2008). É do interesse público que os centros antigos mantenham as qualidades que os valorizaram, e que não percam residentes e se transformem em meros espaços comerciais para turistas durante o dia, e discotecas a céu aberto ou cidades-fantasma durante a noite.

2.2 ESPAÇOS URBANOS

2.1.1 Conceito de espaço público

O espaço público é, um espaço com um carácter coletivo do seu uso, espaços democráticos que promovam os valores de dignidade, igualdade e diferenciação, estimulando novas capacidades e competências tanto dos seus utilizadores como deles mesmos (Sousa, 2010).

Alguns autores referem ainda duas características do espaço público. Para Borja (2003), é impossível dissociar o conceito de espaço público do de cidade. O espaço público da cidade é o espaço quotidiano, dos jogos, das relações casuais ou habituais com os outros, do decorrer diário entre as diversas atividades e do encontro. No entanto, para Solà-Morales (2002), o espaço público representa a cidade, tanto física como simbolicamente. É o espaço mediador, ou espaço democrático entre o território, sociedade e política. Projetar o espaço público pressupõe a existência de um coletivo que partilha a identidade e dignidade, nos seus direitos e deveres. No entanto, Borja (2006) define ainda que, a origem do espaço público surge de um processo de “democratização urbana”, contra o processo de apropriação privada, onde existe uma conquista social.

Assim, espaço e sociedade estão claramente relacionados e a sua relação assenta num processo bilateral onde, por um lado as pessoas e sociedades criam e modificam o espaço, mas pelo outro são influenciadas por esse mesmo espaço (Carmona, 2003). Contudo as relações sociais, segundo Sousa (2010) podem ser: constituídas pelo espaço, quando as características do espaço público influenciam a forma como os indivíduos se instalam nele; constrangidas pelo espaço, quando o ambiente físico facilita ou obstrui a atividade humana; e mediada pelo espaço, quando a fricção da distância facilita ou inibe o desenvolvimento de várias práticas sociais. Assim, pretende-se que o espaço público seja um espaço distémico, à semelhança do ‘lugar antropológico’, espaços de representação e apresentação, de si e dos outros, mas o que habitualmente acontece hoje em dia, fruto da sociedade moderna, é um espaço público proxémico, descrito pelo antropólogo Edward Hall, “o conjunto das observações que o homem faz do espaço referentes a um determinado uso”. (Lopes, 2009).

Também se pode definir globalmente o conceito de espaço público através de três desafios globais de política urbana (Borja, 2003), como por exemplo: desafio urbanístico, um elemento ordenador do urbanismo que atua independentemente da escala do projeto urbano, tendo a capacidade de organizar um território capaz de suportar diversos usos e funções e de criar lugares; desafio político, que se divide em duas dimensões: por um lado a relação social no espaço público e por outro lado a relação com o direito do cidadão à afirmação, confrontação e manifestação; e por último, o desafio cultural, que se entende como um grau de monumentalidade de um espaço.

Assim, segundo Sousa (2010) os espaços públicos configuram uma rede contínua que se estende em toda a área urbana, assumindo diferentes papéis: são o elemento articulador e de conectividade entre a área urbana e a sua envolvente territorial; suportam a mobilidade urbana interna ao integrar os canais de comunicação necessários para os indivíduos se moverem; são elementos participantes na edificação e usos privados, permitindo-lhes o acesso e fornecendo-lhes um ambiente urbano; são elementos expressivos da imagem da cidade, introduzindo variantes na paisagem urbana; são espaços de representação e identificação social, assim como de lazer; e têm um carácter funcional para as redes de serviços urbanos necessárias à cidade.

Desta forma, a estas características do espaço público pode-se acrescentar: o seu carácter geral, uma vez que se refere à cidade na sua totalidade; o seu carácter coletivo, sendo um espaço de uso para todos os habitantes e visitantes; e um espaço comum, conduzido pelo direito público, e por conseguinte, pertencente a todos os cidadãos, ou dando-lhes direitos de uso.

2.2.2 Espaço público e espaço privado

Antes de desenvolver o conceito de espaço público ou espaço privado importa compreender o conceito de domínio público.

“Idealmente, o domínio público funciona como um fórum para a acção e representação política; como um elemento neutro para a interação social, entrelaçamento e comunicação; como um estágio para a aprendizagem social, desenvolvimento pessoal e troca de informação.” (Sousa, 2010, p 29)

Desta forma, os espaços públicos são, na sua dimensão física, todos aqueles acessíveis ao público e usados por este, incluindo (Carmona, 2003), espaços públicos exteriores, que são os espaços entre as zonas privadas, praças, ruas, autoestradas, parques, entre outros, em solo urbano, e florestas, lagos, rios, em solo rural; espaços públicos interiores, instituições públicas como bibliotecas, museus e transportes públicos como comboio, autocarro, aeroportos, estações, entre outros; e espaços semipúblicos interiores e exteriores, apesar de serem legalmente privados, espaços como campos universitários, locais de desporto, restaurantes, cinemas, centros comerciais, também são parte do domínio público.

2.2.3 Espaços públicos privatizados

Os espaços públicos privatizados são lugares controlados, aparentemente seguros mas sobretudo fictícios onde a aparência prevalece sobre a realidade (Gehl, 2006).

Segundo Sousa (2010) os espaços públicos privatizados são, espaços que podem fazer emergir uma nova cidadania: aquela em que o indivíduo não é capaz de se relacionar com ‘o outro’ retirando ao espaço público uma característica fundamental, a diversidade. No entanto, a privatização do espaço público supõe o perigo da perda de direitos dos cidadãos já conquistados como por exemplo de algumas minorias étnicas ou sexuais (Borja, 2003).

2.2.4 Vazios urbanos

Segundo autores como, Sousa (2010), este conceito, de vazios urbanos, gera alguma ambiguidade porque afinal há ‘vazios urbanos’, que não são efetivamente vazios, ou porque há espaços que não se enquadram na categoria de ‘vazios urbanos’, nem noutra qualquer, e portanto tornou-se inevitável explorar este conceito.

Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros “vazios”, menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra. (Sousa, 2010, p 57)

Assim, os vazios urbanos são espaços importantes para o equilíbrio da cidade, uma vez que incorporam funções sociais e urbanas (Morgado, 2005). Mas, Sousa (2010) refere que os 'vazios urbanos', devido a processos de marginalização, degradação e decadência física, económica e social, são vistos como resultado de fenómenos de rarefação, indefinição ou rutura urbana. Os vazios urbanos são ainda, espaços que aguardam por uma requalificação, uma vez que potenciam a memória, a identidade coletiva e o uso quotidiano na expressão da troca e do comércio, da informação e da comunicação, do debate e da manifestação. Têm um potencial de liberdade associado.

"O termo 'vazio urbano' começou a desenhar-se como consequência pós-industrial das cidades." (Sousa, 2010, p 58)

No entanto, existem duas ideias generalizadas em relação aos 'vazios urbanos': a primeira é a de que, normalmente, são espaços da cidade ausentes de construção e a segunda é que se trata de espaços desqualificados, degradados e de indefinição ou rutura urbana, muitas vezes até suburbanos, decorrentes de um processo de marginalização da/na cidade.

Para melhor organizar e estruturar a ideia de 'vazio urbano' divide-se este em três universos conceptuais (Sousa, 2010): universo construído, que se caracteriza pelos 'Vazios Urbanos' no tecido urbano construído, uma problemática mais comum e imediata que pode ter múltiplas e variadas origens, como a ausência de construção se constitui um vazio da/na cidade; universo económico, que se caracteriza pelos 'Vazios Industriais' nas cidades predominantemente com um perfil terciário, vazios industriais cuja transformação de uso leva ao aparecimento de vazios decorrentes de antigas áreas ferroviárias, fábricas e portos; e o universo social, que se caracteriza pelos 'Vazios Demográficos' nas áreas urbanas que eram densamente construídas, mas que com a consequente desocupação devida, por exemplo, à substituição do perfil populacional, levam à redução da densidade populacional e ao consequente aparecimento dos chamados 'vazios demográficos', que se traduzem no abandono e degradação das construções e do tecido urbano.

No entanto, quando se classifica um espaço de 'vazio urbano' é porque se vê uma oportunidade de mudança, que pode implicar novo uso, nova construção, ou pelo contrário, uma qualificação como espaço de memória ou espaço verde ou espaço de nova infraestruturação. Assim, segundo Sousa (2010) estes espaços acrescentam outras características, inerentes a estes espaços, como potenciadores e modificadores da cidade, independentemente do universo a que pertençam: a adaptabilidade, que se caracteriza pelos elementos de uma enorme flexibilidade no que diz respeito à possibilidade de criação/satisfação de múltiplas funções; e a estrutura, que se caracteriza pelos elementos que possibilitam a formação de novas estruturas através de 'redes' de hipóteses que avaliadas em conjunto são profundamente impulsionadoras e reformadoras da cidade, elementos de oportunidade para a criação e alteração do ambiente urbano e consequentemente da 'organização coletiva' do espaço urbano.

Mas, no contexto da viabilização de projetos urbanos, estes espaços podem ter: um carácter efémero, temporário ou não, um espaço disponível que possibilita a criação de elementos com uma função transitória ou definitiva (questão da estabilidade); e um carácter contemporâneo/atual, elemento de oportunidade de intervenção no sentido que possibilita a reinvenção das cidades e de requalificação física e social das mesmas.

2.2.5 Espaços urbanos obsoletos

No entanto, Sousa (2010) refere que tanto os espaços urbanos, como os edifícios que os integram tornam-se obsoletos devido à sua incapacidade de se adaptar às mudanças, sejam elas de ordem tecnológica, económica, sociocultural, ou física (ambiental).

Espaço urbano refere-se a todos os espaços dentro do território urbano, da cidade. Esses espaços podem ter ou não construções mas a sua classificação não depende só disso, aliás alicerça-se no grau de obsolescência desses espaços/construções na cidade atual. Como tal, os espaços urbanos obsoletos pretendem classificar espaços urbanos que já entraram num processo de obsolescência. (Sousa, 2010, p 73)

Mas, Carmona (2003) afirma que, nos espaços urbanos obsoletos, o processo de obsolescência traduz-se em cinco dimensões, sendo que algumas estão mais relacionadas com os edifícios e/ou as suas funções, enquanto outras estão mais relacionadas com os espaços urbanos em si:

1. Obsolescência Física/Estrutural – é relativa tanto ao espaço urbano como ao edifício e tem como causa vários fatores relacionados essencialmente com as condições ambientais e com o seu envelhecimento associado à fraca manutenção;
2. Obsolescência Funcional – quando os espaços ou edifícios não estão atualmente ‘aptos’ para o seu uso corrente ou quando o seu uso não é o mais adequado tendo em vista um contexto geral da cidade. Consideraremos também espaços sem uso sendo que esse seria o seu grau maior de obsolescência funcional. São essencialmente os espaços urbanos subutilizados, ou no limite, quando o uso já não se aplica, os espaços urbanos desafetados;
3. Obsolescência Locacional – está mais relacionada com o espaço do que propriamente com o edifício. Traduz-se essencialmente na sua localização fixa relativamente à mudança, seja em padrões de acessibilidade, custo de trabalhos, entre outros.
4. Obsolescência Legal – quando são introduzidas regras de funcionalidade, seja nos edifícios ou nos espaços, que estes não têm ou não conseguem ter.
5. Obsolescência de Imagem – ligados essencialmente às perceções de mudança, onde os valores se alteram e necessariamente a imagem dos espaços ou edifícios. Consideraremos ainda espaços cuja imagem afeta negativamente a paisagem e o ambiente urbano, tendo noção que este tipo de avaliação é mais subjetiva.

Este autor afirma ainda que, neste processo existem vários graus de obsolescência (muito, médio, pouco) que são determinados pela forma como as características do espaço resistem ou não à mudança: a elasticidade, que é a capacidade dos espaços urbanos para resistirem à mudança sem deformação excessiva, resistindo física e estruturalmente à obsolescência; e a robustez, que é a capacidade dos espaços urbanos em acomodarem a mudança, isto é a sua capacidade de adaptabilidade que se traduz em poucas mudanças na sua forma física, resistindo à obsolescência funcional.

No entanto, estes espaços urbanos obsoletos em condição expectante, embora atualmente possa não ser reaproveitados para integrar o ‘ciclo de vida’ da cidade, são espaços em stand by, estão disponíveis para alterar a o seu estado no futuro. Com isto pretende-se dizer que não é por ser obsoleto ou estar num processo de obsolescência que é necessária uma solução rápida e eficaz para esses espaços e que essa solução passe, no caso de estarem vazios, pelo seu preenchimento. É sim importante identificá-los enquanto espaços urbanos obsoletos e caracterizar o(s) tipo(s) de obsolescência(s). (Sousa, 2010, p76, 77)

2.2.6 Tipologias de obsolescência

Os espaços urbanos obsoletos podem ser classificados em três tipologias (Sousa, 2010): Espaços Urbanos Desocupados, espaços que não têm ocupação física, isto é, edificações. São efetivamente vazios na cidade, porém, podem ser espaços que contêm memórias associadas a determinadas coletividades, mesmo sem nenhum excedente físico; Espaços Urbanos Desafetados, espaços que não têm uso atual, normalmente edificados. Estas construções estão devolutas, no sentido em que não são usadas, independentemente do seu estado de conservação, porém, estes espaços permanecem no tempo e no espaço e remetem para memórias através da sua presença física. O conceito de 'vazio urbano' ou *terrain vague* comporta estas duas categorias de espaços; Espaços urbanos subutilizados, espaços que têm uma ocupação e/ou uso, mas que atualmente essa ocupação/uso é inadequada, ou esses espaços têm potencial para um uso/ocupação mais eficaz e eficiente no tecido urbano enquanto um todo. É importante perceber que se trata de estruturas ativas, mesmo que do ponto de vista da cidade, pouco viáveis.

2.2.7 Outros fatores temporais dos espaços urbanos obsoletos

_Acessibilidade

Segundo Sousa (2010) é importante saber que, no urbanismo contemporâneo é essencial a noção do acesso dos recursos da cidade a todos. Trata-se de um questão de direitos, o 'direito à cidade' pois não deve existir nenhum elemento, seja de natureza material, social, económica, cultural ou jurídica que possa impedir os indivíduos do acesso à cidade e aos seus espaços. A questão da acessibilidade pode ainda ser discutida em termos de mobilidade, porque a acessibilidade a determinado lugar depende do tipo de deslocação que é necessário fazer. Sempre que a deslocação for do tipo privada (carro), o uso de determinados ambientes urbanos será menos acessível do que se a possibilidade da deslocação a esses lugares for mais variada. Como tal, fala-se em 'desenho urbano inclusivo', como ferramenta que concentra diferentes usos, criando lugares e instalações acessíveis no tempo.

"É a partir da noção de espaços democráticos que Borja considera que para que a cidade democrática seja real é necessário otimizar a mobilidade de todos os cidadãos e a acessibilidade a todas as áreas da cidade." (Sousa, 2010, p 82)

_Mobilidade

Para entender o conceito de mobilidade, Sousa (2010), afirma que é importante dizer que o serviço público de mobilidade e acessibilidade urbana é um conceito desenvolvido por Ascher que pretende reformular conceito de transporte público, uma vez que considera que esta noção é restritiva e inadaptada às necessidades atuais. Perante a diversificação de necessidades há uma inadaptação dos equipamentos públicos e das suas prestações. A questão da relação espaço-tempo na mobilidade física revela-se principalmente no que se refere aos transportes públicos e à sua resposta perante os cidadãos. A necessidade de mobilidade aumenta tanto em termos de autonomia, como conforto, segurança ou velocidade (Ascher, 2010). Assim, para Sousa (2010), estas noções são importantes para o desenvolvimento do serviço público de mobilidade e acessibilidade urbana, mas também é preciso considerar o desenvolvimento de planos de deslocação urbana que tenham em conta, não só o desempenho do conjunto de sistemas de transportes como pela qualidade de mobilidade dos cidadãos.

_ Transformações de Identidade

Para melhor compreender o conceito de transformações de identidade, autores como, Brandão (2008) define identidade urbana como fenómeno dinâmico, a partir da noção de percepção e da imagem urbana. A percepção da identidade caracteriza-se no sentido em que esta permite o reconhecimento do carácter de um lugar, através de um sentimento de pertença do indivíduo a um espaço, produzindo memórias individuais e coletivas. A imagem urbana traduz-se na escala urbana através de um conjunto de imagens (justapostas ou retransmitidas) que nos permitem, num contexto genérico, reconhecer e destacar das outras.

No entanto e segundo o mesmo autor, existe um conjunto de conceitos associados à percepção dinâmica da identidade dos lugares, importantes para a sua construção, como por exemplo, a memória coletiva, que se caracteriza pela avaliação da memória nos espaços urbanos obsoletos, onde a memória urbana desses espaços deve ser preservada, uma vez que pode ser de grande importância para o imaginário coletivo e que são os factos que ali ocorreram que tornam esses espaços irrepetíveis e lhes confere a sua identidade; o uso, que se caracteriza pelas várias razões que podem levar à desafetação e afetação a novos usos dos espaços urbanos, o que se traduz necessariamente em novos significados e em (novas) identidades urbanas diferentes; os espíritos de lugar, que se caracterizam pela alteração da nova sociedade, onde se alteram os significados dos espaços urbanos, assim como as imagens e os ícones que os representam. Nasce então novos 'espíritos de lugar' diferentes dos que existiam anteriormente; a afirmação de identidade, que atualmente é afirmada a partir da publicidade e do consumo traduzindo-se na 'cidade espetáculo' fruto da globalização; e a organização simbólica do espaço, que se reconhece em elementos como a toponímia, a estrutura dos traçados, a arquitetura, os monumentos e os meios de comunicação. Sempre que estes valores se alterem no tempo, alteram a forma como decorre a organização simbólica do espaço, sendo que poderão surgir novos elementos não considerados atualmente, decorrentes do avanço do processo de modernização.

Mas, ainda assim, as transformações de identidade atuam no espaço público em várias dimensões: a Dimensão Morfológica, que se traduz na evolução e mudança do desenho da cidade e dos seus espaços ao longo do tempo; a Dimensão Visual e Percetiva, que são as imagens mentais dos utilizadores da cidade vão-se alterando assim como a representação do espaço devido às variações culturais e estéticas que surgem com a mudança; a Dimensão Vivencial e Funcional, que são as vivências alteram a forma como os espaços urbanos passam a funcionar fruto da mudança; a Dimensão Social e Cultural, que são os tipos de atividades que se praticam no espaço público podem ser necessárias, opcionais ou sociais; e a Dimensão Económico-Legal, que se traduz essencialmente em três tipos, na propriedade dos espaços, nos elementos legais e nas condições de mercado. São fatores que podem proporcionar a obsolescência de alguns espaços urbanos.

_ Estratégias de Mudança

As estratégias de mudança podem apoiar-se nestes espaços urbanos obsoletos enquanto espaços com dinâmicas de revitalização urbana (Sousa, 2010), seja como espaços disponíveis, seja para combater a sua obsolescência, permitindo que passem de um estado urbano obsoleto para outro que não o seja, reintroduzindo-os nas dinâmicas da cidade, tornando-se espaços mais eficientes e eficazes.

Sendo assim, este processo de mudança tem de se apoiar em critérios mínimos regulamentares, aumentando a flexibilidade e promovendo morfologias abertas e interativas, assim como na interação entre lugares e estruturas, sistemas e arquiteturas, produzida ao mesmo tempo em que se expressa a dinâmica de mutação.

2.3 CENTRO HISTÓRICO

Para uma melhor definição do projeto ou intervenção numa pré-existência, a definição de centro histórico é importante, sendo a base de definição, caracterização e elaboração do conceito de intervenção no património dos centros históricos.

O centro histórico, outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, meios urbanos de produção e de comércio, negócios e administração. Entretanto, a expansão física rompe este quadro, ao deslocalizar os sectores produtivos, administrativos e residenciais, dando lugar à desertificação e envelhecimento da população residente, à pobreza e à degradação da actividade económica e dos edifícios (Caetano, 1999. P. 19).

Conforme os princípios da Carta de Toledo (1986), Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, a salvaguarda das cidades e centros históricos deve fazer parte de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização. Contudo, os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem, em particular: a forma urbana; as relações entre os diferentes espaços urbanos; a forma e aspeto dos edifícios, que se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem; e as vocações diversas da cidade, adquiridas no decurso da sua história. Assim, a participação e a implicação dos habitantes de toda a cidade são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda, devem ser procuradas em todas as circunstâncias, e favorecidas pela necessária tomada de consciência de todas as gerações. Tendo em conta que, nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e respetivos centros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes. Sendo importante entender que, as intervenções realizadas numa cidade ou centro histórico devem ser conduzidas com prudência, método e rigor, evitando todo o dogmatismo, mas tendo em conta problemas específicos, em cada caso particular.

Autores como, Queirós (2007) definem que o conceito de centro histórico tem sofrido alterações à medida que os tempos passam. Contudo é visto como um livro de memórias materiais e imateriais, que possui importantes referências e indicações de identidade dos povos que aí habitam e habitaram ao longo do tempo. Define centro histórico como sendo um espaço físico condicionado pelas relações que se foram estabelecendo entre as pessoas, ao longo do tempo. É uma fase da história em que se reconhece que estes centros não devem ser vistos apenas como detentores de uma herança física e material, mas sim como elementos indispensáveis à compreensão dos hábitos, crenças, tradições, e relações sociais que se foram desenvolvendo ao longo do tempo e que, obviamente são representativos da identidade de uma população.

A planificação da salvaguarda das cidades e centros históricos deve ser precedida de estudos pluridisciplinares, como por exemplo, segundo o plano de salvaguarda deverá esforçar-se por definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos com o conjunto da cidade e deverá beneficiar da adesão dos habitantes. Contudo, a conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do que está construído, tal como o melhoramento do “habitat” deve constituir um dos objetivos fundamentais da salvaguarda das cidades históricas, destacando os centros históricos.

Atualmente quando se fala em centro histórico de uma cidade associa-se a um local da cidade onde predominam edifícios antigos, alguns bastante degradados; onde a população residente é maioritariamente envelhecida, não por opção própria muitas vezes, mas porque não têm posses para pagar rendas mais elevadas e onde se vive em condições precárias. Esquecendo-se assim de todo o património adjacente, seja ele material ou cultural, e que tanto valor trás à cidade.

Perante tal, chega-se à conclusão que o centro histórico coincide com o espaço urbano que antigamente correspondia à totalidade da cidade, onde conviviam classes sociais distintas e todos os meios urbanos. No entanto, segundo Queirós (2007) a expansão física urbana rompe com este quadro, começando a aparecer, dentro do primitivo recinto, grandes diferenças tanto no tecido físico, como no social. Em consequência destas alterações, no centro histórico encontram-se sectores muito diferentes, uns como resultado de intervenções radicais sobre o tecido, outros distinguem-se pela não intervenção, com condições muito distintas de evolução, estado físico e nível social.

Assim, pode-se concluir que, o conceito de centro histórico, corresponde ao núcleo da cidade, ao seu local inicial, onde durante séculos se edificaram grandiosos edifícios e monumentos, reflexo das culturas e relações entre os humanos que aí habitaram.

Contudo, é fundamental a análise das cartas internacionais que abordam o tema da restauração arquitetónica, ou seja, no momento de intervenção é preciso ter em consideração todos os critérios essenciais para uma clara e justa intervenção no objeto arquitetónico.

Assim, segundo a Carta do Restauo (1972), onde trata das restrições das intervenções e das limitações das intervenções sustentadas e de carácter conservacionista, propõe-se: um estudo amplo que abarcasse tanto a obra original como as diferentes intervenções históricas testemunhadas no monumento; um registo tanto gráfico (levantamento e anotações) como fotográfico; um estudo métrico e patológico, capaz de informar tanto o estado de deterioração do edifício como das intervenções históricas por ele padecidas; o necessário acompanhamento contínuo do estado do edifício depois do seu restauro ou obra de consolidação para evitar futuros problemas; e o respeito que a passagem do tempo tenha deixado no monumento, com as suas diferentes fases cronológicas e adições ou transformações, testemunho da sua evolução. Perante tal, ficam assegurados todos os critérios para salvaguarda e restauração, dos conjuntos de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, particularmente os centros históricos.

É então que, em 1995 se celebrou o simpósio apelidado "Recomendações Sobre Aspetos Estruturais do Restauro de Património Arquitetónico" que teve como consequência a *Carta de Ravello, sobre os aspetos estruturais do restauro monumental*. Propunha-se uma metodologia baseada em profundos estudos patológicos, capazes de valorizar os danos e problemas e de estabelecer os critérios que se deviam abordar para os resolver. Esta desenvolve os princípios gerais, a base conceptual de toda a atuação restauradora, como por exemplo, a necessária reversibilidade das intervenções, ou seja, qualquer tipo de restauro, ampliação ou intervenção deverá prevenir uma futura intervenção com outros critérios, outra perspectiva que não tem que ser afetada por nenhuma intervenção anterior, para o qual se deve prever a sua possível desmontagem sem prejudicar em nenhum momento o monumento histórico nem total nem parcial e permitir assim uma intervenção posterior mais moderna e eficaz com novos critérios. Sabe-se ainda que, as intervenções irreversíveis prejudicaram o trabalho de investigação posterior e a aplicação de métodos modernos e mais eficazes, ou seja, será fundamental seguir com os princípios gerais da Carta de Ravello (1995), cumprindo com a total reversibilidade de toda a intervenção.

2.3.1 Revitalização

No que diz respeito às cidades portuguesas, os centros históricos em específico, apresentam um conjunto vasto de problemas comuns que merecem especial atenção: o despovoamento, o envelhecimento, a precariedade do parque habitacional, o tráfego automóvel, acessibilidades e estacionamento, os equipamentos de saúde, escolares, de cultura e de lazer e o mercado tradicional (Queirós, 2007).

O despovoamento, apesar de clássico, continua a ser um dos principais problemas dos centros históricos portugueses. No entanto, tem alcançado dimensões desmedidas, tanto em Portugal como em outros lugares da Europa, começando a verificar-se aquando a construção de bairros residenciais na periferia das cidades. Estes novos espaços urbanos obstruíram a permanência de jovens nos centros históricos provocando simultaneamente a deterioração dos edifícios ocupados por parte da população idosa que, sem recursos económicos, se vê incapacitada para os recuperar.

O envelhecimento, onde a população residente nestas áreas é maioritariamente idosa, sendo que, cerca de 25% tem mais de 65 anos, FONTE INE, acarreta incalculáveis consequências para o crescimento e recuperação sustentáveis dos nossos centros históricos, não permite a recuperação do parque habitacional uma vez que esta camada específica da população não possui meios económicos para fazer as respetivas construções; existindo assim, cada vez mais, ausência de jovens que acaba por originar um abandono crescente.

A precariedade do parque habitacional, apesar das inúmeras tentativas para resolver este problema, a habitação não deixou de afetar a imagem dos centros históricos portugueses, onde o congelamento das rendas foi, talvez, a medida que mais contribuiu para a degradação das habitações. O estado de ruínas destas casas, muitas em risco de desmoronamento, deve-se ao facto de serem privadas. Por outro lado, a atual legislação faz com que as autarquias percam o direito a intervir, podendo apenas dar ou não autorização para a realização das obras. Outra situação, para além de grave, torna-se insuportável uma vez que, como já foi referido anteriormente, se trata de população idosa e com poucos recursos financeiros.

O tráfego automóvel, acessibilidades e estacionamento, caracteriza-se pelo traçado do centro histórico com ruas estreitas que complica bastante a circulação de veículos, o que condiciona também a circulação de peões. O facto de estes centros serem maioritariamente habitados por idosos exige que determinadas medidas sejam aplicadas, nomeadamente alterações no traçado das ruas, no entanto mantêm-se as pedras em calçada, as ruas estreitas e íngremes, entre outras coisas.

Os equipamentos de saúde, escolares, de cultura e de lazer, são outros aspetos que marcam os nossos centros históricos como a carência de infraestruturas e equipamentos. Ao nível da saúde são insuficientes os equipamentos disponíveis e com poucas condições. Quanto a equipamentos escolares a questão deve ser analisada segundo outra perspetiva. Eles existem, no entanto, a construção de escolas nas periferias provocou um crescente abandono, contribuindo igualmente para desertificação. Os equipamentos culturais existem, por vezes até em grande número, no entanto, o espaço envolvente de abandono e desertificação acaba por fazer com que esses espaços fiquem camuflados e pareçam inexistentes ao olhar do público. Quanto à construção de espaços verdes, são poucas ou quase nenhuma as zonas destinadas, o que acaba por tornar-se um entrave para cativar novos turistas.

O mercado tradicional, tal como o centro histórico era o local onde se efetuavam todas as transações económicas. Contudo, a expansão das cidades com a construção de novos bairros nas periferias, acabou por transferir estas atividades para outras zonas da cidade. Um outro fator que contribuiu para a desvitalização destes centros foi a abertura de centros comerciais e hipermercados nas periferias, o que deslocou a maior parte da população para esses espaços. Sendo o comércio crucial para a habitabilidade, a sua inexistência provoca uma perda da capacidade de atração da população que não quer viver nestes centros, o clima de insegurança agrava-se, o que trás inúmeras consequências no tecido urbano. Assim sendo, é necessário identificar o que está errado para que se possam operar estratégias de intervenção. Só assim se pode evitar que estes centros caiam em esquecimento. São eles que confinam às cidades importância e que preservam as memórias que nos identificam e preservam a nossa identidade como cidadãos.

Desta forma e segundo Queirós (2007), a revitalização de um centro histórico, passa pela introdução de novas atividades e o preenchimento das áreas devolutas, quer pelo restauro de velhos edifícios, quer pela construção de novos, sempre que se justifique.

“Engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.” (Carta de Lisboa, 1995).

A revitalização dos centros históricos tem sido alvo de muita discussão, estando a discussão concentrada entre opostos. De um lado, é vista como estratégia de preservação e revalorização de tecidos degradados das cidades, de outro, com a expulsão dos habitantes historicamente enraizados e a transformação de centros históricos em simulacros da vida tradicional, voltados aos turistas (Meneguello, sd). O mesmo autor refere ainda que, o próprio conceito de centro possui uma origem bastante recente. Não antes do final de Segunda Guerra os centros históricos passaram a receber a atenção de arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos. Naquele momento, já se identificava que centro não dizia mais respeito à ideia espacial de centralidade. Com o crescimento das cidades, diluiu-se a localização do centro como coordenada espacial, fortalecendo a ideia de centro cívico, comercial e, especialmente, de depósito e expressão física de experiências coletivas.

CAPITULO III _ ESTUDOS DE CASO

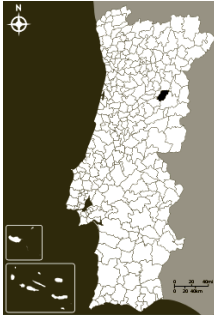
ANÁLISE INDIVIDUAL

_ Informação obtida da análise documental, das entrevistas e da observação (notas de campo)

3.1 ESTUDO DE CASO _ CASTELO DE LINHARES _ REQUALIFICAÇÃO E REVITALITAÇÃO DO CASTELO DE LINHARES

ESTUDO DE CASO _ CASTELO DE LINHARES

3.1.1 APRESENTAÇÃO _ CASTELO DE LINHARES



[Fig. 1] Linhares



[Fig. 2] Castelo de Linhares



[Fig. 3] Intervenção: circuito pedonal

_Localização

Guarda / Celorico da Beira / Linhares (Castelo de Linhares).

_Designação

Castelo (Castelo de Linhares).

_Tipologia

Arquitetura Militar: Castelo (Castelo de Linhares).

_ Categoria / Proteção

Classificado como MN – Monumento Nacional (Castelo de Linhares).

_ Grau

Imóvel ou conjunto com valor excecional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional (Conceição, 1997).

_ Utilização Inicial / Utilização Atual / Propriedade

Militar: Castelo / Marco histórico-cultural: turística / Pública: estatal (Conceição, 1997).

3.1.1.1 História

3.1.1.1.1 Origem / Cronologia

A vila de Linhares caracteriza-se pela sua fundação medieval, com foral concedido em 1169 por D. Afonso Henriques, perde este estatuto de centro urbano quando em 1855 se dá a reforma administrativa liberal. A história de Linhares, associada à estrutura fortificada e modelo urbanístico hoje consolidados no seu núcleo histórico, tem origem no contexto gerado com a reconquista Cristã, apesar de ter conhecido a fixação de povos pré-romanos e existir registo escrito da passagem de romanos, visigodos e muçulmanos (aldeias históricas).

Estabilizadas as fronteiras do reino português, Linhares continuou a ter um papel estratégico, pois fazia parte do sistema defensivo que guardava a Bacia do Mondego, na retaguarda das fortificações da raia beirã. A estrutura de ocupação do espaço da antiga vila de Linhares caracteriza-se por ser um tipo de povoamento medieval (séculos XII-XIV), com desenvolvimentos significativos no período quinhentista (século XVI) (aldeias históricas).

O castelo, integrado no sistema defensivo beirão, construído a mais de 800 m de altitude, num terreno desnivelado e rochoso, constitui o núcleo gerador do aglomerado. Na encosta de Linhares e cruzada por um antiga via romana, estendeu-se a povoação, o sistema fortificado, entregue a um alcaide e dispendo de pequena guarnição militar, defendia um território bem como a sua população e bens (aldeias históricas). A estrutura urbana de Linhares e a disposição dos seus espaços fundamentais refletem esta organização militar, administrativa e social.

Sendo a principal estrutura defensiva, o castelo, apresenta dois recintos amuralhados, duas torres, a de menagem e a torre do relógio, quatro portas e duas cisternas, tendo sido intervencionado a partir dos anos 40. O circuito interior envolvido pelas muralhas está dividido em dois espaços fechados, a Oeste, de maior dimensão, pode ter funcionado como ponto de apoio à torre de Menagem, sendo, portanto uma zona militar onde estão localizadas as cisternas; e a Este, que serviu de resguardo das populações da vila e dos bens essenciais à sobrevivência em caso de ataques inimigos (aldeias históricas). Trata-se de uma construção imponente, integrada na linha de fortalezas da região beirão. Esta importante estratégia defensiva foi sendo construída desde os tempos do fundador da dinastia para proteger o lado leste do território de possíveis investidas inimigas.

Esta estrutura militar é Monumento Nacional desde 1922, onde sofreu obras de intervenção, na década de 40, concedidas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. No 01 de Junho de 1992, o imóvel é afeto ao Instituto Português do Património Arquitectónico, pelo Decreto – Lei 106f / 92, DR, 1ª série A, nº 126 (aldeias históricas).

3.1.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio

3.1.1.2.1 Descrição

O Castelo é constituído por dois recintos muralhados fechados, de traçado irregular de configuração alongada e perfil sinuoso, adaptados à topografia e desnivelados, integrando afloramentos rochosos, descrevendo vários ângulos retos e um semicírculo no ângulo Noroeste. [Fig. 4] As muralhas assentam em maciços rochosos, desprovidas de merlões, mas conservando o adarve e escadas de acesso e não possuindo quaisquer construções adossadas.

O recinto do lado Oeste, de maior perímetro, corresponde à cidadela (Conceição, 1997), enquanto o recinto do lado Este integraria a primitiva povoação (Conceição, 1997). Apresenta duas torres: a Torre de Menagem de planta retangular integrada no troço separador dos dois recintos e a Torre do Relógio, também de planta retangular, no lado Este. [Fig. 5] Observa-se uma espécie de cubelo em relevo no pano Sul da cidadela, zona que integra as fundações de duas cisternas de planta quadrada e de outras construções pertencentes à alcaidaria (Conceição, 1997).

O castelo possui quatro portas, em todo o seu perímetro, uma primeira orientada a Sul [Fig. 6], abrindo para o recinto de menor perímetro, em arco de volta quebrada e coberta com abóbada de berço quebrado, conservando a charneira em cantaria; uma outra no pano de muralha orientada a Norte [Fig. 7] e em arco pleno; uma terceira no pano que separa os dois recintos [Fig. 8], em arco de volta quebrada e coberta com abóbada de berço quebrado, conservando a charneira em cantaria; a Porta da Traição no lado Oeste [Fig. 9], em arco pleno.

Possui ainda a Torre de Menagem, de planta retangular e a cobertura é rebaixada de quatro águas. O seu alçado principal é orientado a Oeste e sem embasamento. O acesso é feito ao nível do segundo piso, através de escadas metálicas e de uma porta em arco reto com umbrais talhados em oblíquo e encimado por arco de descarga em volta quebrada. Possui nos quatro alçados frestas retas.

O interior da torre é composto por três pisos, com pavimentos e escadas metálicas. Para além da Torre de Menagem, o castelo possui ainda a Torre do Relógio, de planta retangular e a cobertura é rebaixada de quatro águas. O alçado principal está orientado a Oeste, mostrando ao nível do primeiro piso, mas acima do nível do solo, uma porta em arco reto rematado por arco de descarga em volta quebrada. Possui frestas retas em todos os alçados e duas gárgulas de secção semicircular no lado Norte. O interior é composto por três pisos com estrutura em madeira.

3.1.1.2.2 Materialidade

Os materiais identificados, a partir da recolha de informação são: o granito, cantaria, aparelho isódomo; a madeira; o ferro; a telha de aba e canudo (Conceição, 1997).

3.1.1.2.3 Intervenções Realizadas (Conceição, 1997)

1936 / 1937 - Diversas obras de restauro;

1941 – 1945 - Obras de restauro: construção de muralha com silhares de cantaria e cheios de alvenaria argamassada, escavação de terras; assentamento de cantaria em degraus, vigamento de madeira e soalho para pavimentos; recalçamento das muralhas com aproveitamento de silhares, construção de muralha, limpeza e tomada de juntas, assentamento de portas em madeira, escavação de terras;

1958 - Obras de beneficiação: reconstrução de troço de muralha com silhares de cantaria e cheios de alvenaria argamassada, tomada de juntas e respaldo dos passadiços nas muralhas Norte e Sul, desentulhamento do piso térreo da Torre de Menagem e consolidação dos seus paramentos interiores;

1959 - Obras de restauro: trabalhos complementares de beneficiação das torres, reparação do piso em madeira ao nível da porta da Torre do Relógio, incluindo escoramento e remate no vão da passagem dos pesos do relógio, construção de pavimentos em madeira no piso intermédio da Torre do Relógio e na Torre de Menagem, construção de escadas e portas em madeira nas referidas torres, substituição das vergas das frestas no primeiro piso da Torre do Relógio, refechamento das juntas dos paramentos interiores do primeiro piso da Torre do Relógio, construção de escadas em ferro, limpeza do telhado e tomada de juntas no parapeito ameado de ambas as torres, consolidação da muralha e cunhal da Torre de Menagem, consolidação dos passadiços da muralha Oeste, arranjo e limpeza das ruínas das construções existentes no recinto do castelo, demolição de casas e arranjo do terreno;

1960 - Obras de arranjo e limpeza do terreno envolvente, consolidação dos apoios das muralhas, incluindo refechamento de juntas e assentamento de alguns silhares em cantaria, escavações e terraplanagens no interior do recinto;

1979 - Obras de restauro: substituição do telhado da Torre de Menagem, incluindo a sua armação, reparação dos adarves com reposição de pedras nas falhas e refechamento de juntas;

1984 - Obras de beneficiação: reconstrução da porta Sul em madeira, reparação das duas restantes portas, beneficiação de um paramento de muralha, pintura de grade;

1994 / 1997 - Obras de requalificação, reconstrução da estrutura interna das torres, arranjo dos recintos internos (colocação de novas escadas metálicas, pavimentação e ajardinamento), colocação de grade metálica em todo o perímetro do adarve.



[Fig. 4] Planta de cobertura



[Fig. 5] Torre de Menagem e do Relógio



[Fig. 6-9] Portas de Acesso

3.1.2 ANÁLISE _ REQUALIFICAÇÃO E REVITALITAÇÃO DO CASTELO DE LINHARES

O projeto realizado é da autoria do IPPAR, atual IGESPAR. A intervenção realizada situa-se em Linhares, concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda. O castelo de Linhares caracteriza-se por ser uma estrutura militar: castelo e está identificado como Monumento Nacional (IGESPAR).

3.1.2.1 Programa

A aldeia de Linhares está incluída no Programa das Aldeias Históricas (Boura, s.d), considerada um verdadeiro museu ao ar livre. O Programa das Aldeias Históricas foi formulado pelo governo português em 1991 e desde então restaurou algumas aldeias históricas da Beira Interior, nomeadamente, Linhares da Beira. O Programa das Aldeias Históricas de Portugal foi criado no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) e aprofundado durante o III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) (Boura, s.d). Este programa caracteriza-se por uma estratégia de desenvolvimento e valorização, do interior da Região Centro, centrada na promoção de recursos genuínos e diferenciadores como história, cultura e património.

Assim, em 1997, iniciou-se a realização de um projeto de requalificação do Castelo de Linhares, que, pretendeu a revitalização do seu espaço interior, devolvendo à comunidade um espaço cultural, tornando-o num espaço atrativo de Linhares da Beira. Ao longo dos anos, o castelo, sofreu várias e enúmeras intervenções, no entanto, a mais recente intervenção visou a renovação das escadarias metálicas, a proteção da parte interna do adarve com guardas, a criação de um percurso em plataformas de betão, para facilitar o trajeto pedonal, e a renovação da organização interna das torres.

3.1.2.2 Intervenção

3.1.2.2.1 Análise Documental

A intervenção no Castelo de Linhares, da responsabilidade do atual IGESPAR, é a última intervenção desenvolvida no Castelo de Linhares.

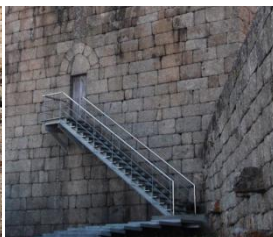
Obsolescência Física / Estrutural:

Esta obsolescência reporta sobre o espaço e ou edifício analisa fatores relacionados com as condições ambientais e a fraca manutenção (Carmona et al, 2003). Assim, o principal ponto de observação é a estrutura física/estrutural da intervenção.

As principais intervenções realizadas no interior do castelo são, o circuito pedonal [Fig. 10], as escadarias metálicas [Fig. 11], a proteção da parte interna do adarve com guardas [Fig. 12] e a reorganização do interior das torres. [Fig. 13] Estas intervenções foram fundamentais para a comodidade e segurança dos utilizadores. Tanto as escadarias metálicas como o interior das torres apresentam-se num bom estado de conservação. No entanto, o circuito pedonal apresenta algum grau de degradação, este desenha-se em plataformas de betão com base quadrangular e a sua estrutura com perfis metálicos.



[Fig. 10] Circuito Pedonal



[Fig. 11] Escadaria Metálica



[Fig. 12] Proteção



[Fig. 13] Interior das Torres

Obsolescência Funcional:

A análise da obsolescência funcional (Carmona, 2003), nomeadamente os espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados, define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado.

A intervenção realizada no interior do castelo, nomeadamente o circuito pedonal, responde às necessidades básicas de conforto que um circuito pedonal exige, onde o projeto visa vencer a topografia irregular existente [Fig. 14] no interior do castelo, no entanto, os objetivos desta solução não foram totalmente alcançados, pois, o esquema do circuito não permite a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada [Fig. 15], tal como as escadarias de acesso ao espaço oeste do castelo [Fig. 16] e às torres. [Fig. 17]



[Fig. 14] Topografia Irregular

[Fig. 15] Circuito Pedonal

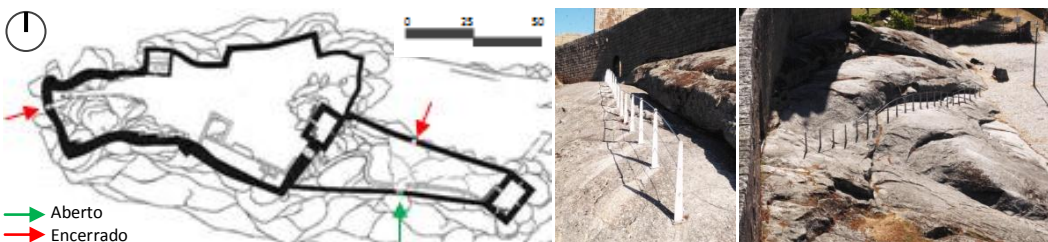
[Fig. 16] Escadaria [Fig. 17] Acesso à Torre

Obsolescência Local:

Ao contrário das anteriores, a obsolescência local (Carmona, 2003), está mais relacionada com o espaço, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros.

Analisando os fatores de acessibilidade do castelo, este constitui três acessos ao seu interior [Fig. 18], no entanto, só o acesso da porta Sul é que está ativo, tanto a porta Norte como a porta Oeste (porta da tração) estão atualmente encerradas e desprovidas de qualquer tipo de acesso exterior.

A porta Norte e a porta Oeste têm condições para serem uma alternativa à porta Sul, visto que o acesso à porta Sul não permite a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada [Fig. 19], pois este faz-se sobre um enorme rochedo que se encontra sob o castelo. [Fig. 20]



[Fig. 18] Planta de Acessos

[Fig. 19] Acesso Sul

[Fig. 20] Acesso Principal

Obsolescência Legal:

Ao analisar os espaço e ou edifícios, é importante entender as suas regras de funcionalidade, que estes não têm ou não conseguem ter, esta análise advém da obsolescência legal (Carmona, 2003).

Para além de ser um espaço público, um espaço histórico e cultural, o castelo, constitui dois equipamentos turísticos, o posto de turismo de Linhares e um museu, situados no interior das duas torres do castelo. No entanto, estes cumprem com algumas regras de funcionalidades, nomeadamente com o horário de funcionamento. Ao contrário do posto de turismo e do museu, o espaço do castelo está sempre aberto à população local e visitante, tanto em horário diurno como noturno, sendo que o posto de turismo e o museu funcionam das 09h:00m até às 17h:30m e encontram-se encerrados todas as quartas feiras.

Obsolescência Imagem:

Distinta das obsolescências anteriores, a obsolescência de imagem (Carmona, 2003), define-se pela alteração de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano.

Desta forma, a requalificação do castelo, contribuiu para a dinamização e valorização do seu espaço interior. [Fig. 21] Assim a intervenção não se limitou na valorização do castelo como monumento [Fig. 22], mas, criar condições de comodidade e segurança aos utilizadores.

Sendo o principal foco turístico da aldeia, o castelo [Fig. 23], terá de ser entendido como a imagem de marca, apesar de Linhares ser uma aldeia histórica e que vive da atração turística como um conjunto arquitetónico. [Fig. 24]

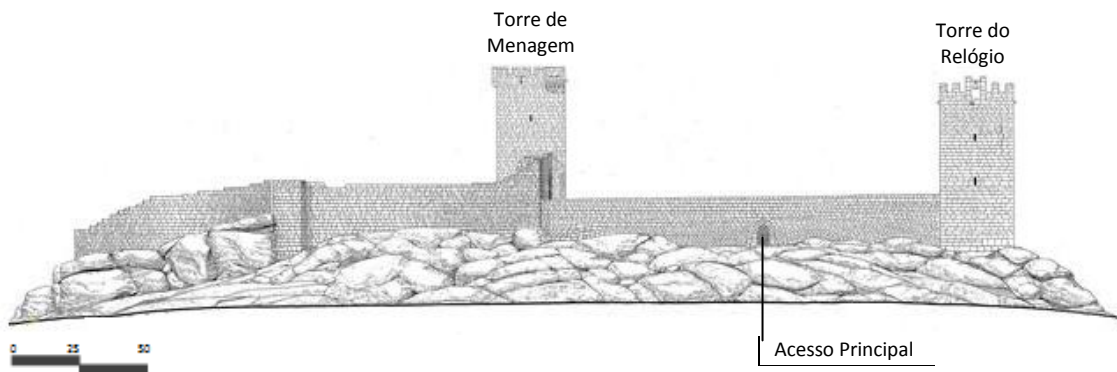


[Fig. 21] Espaço Interior

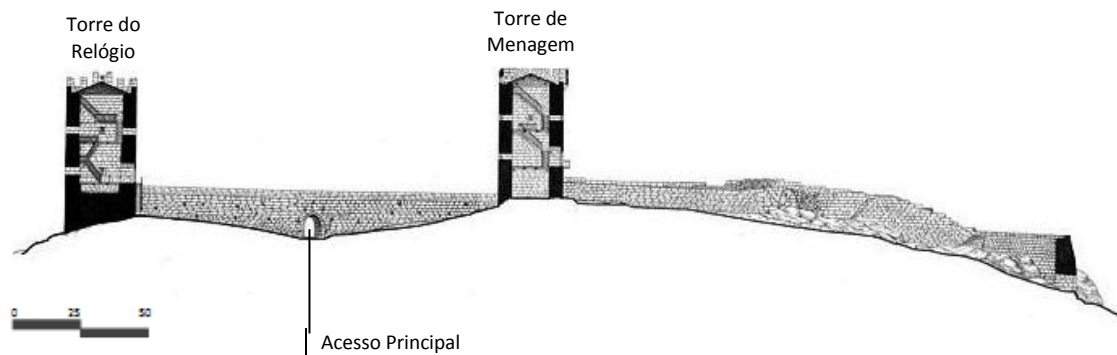
[Fig. 22] Monumento: Castelo

[Fig. 23] Castelo

[Fig. 24] Aldeia Histórica



[Fig. 25] Castelo _ Alçado Sul



[Fig. 26] Castelo_ Corte Longitudinal

3.1.2.2.2 Entrevistas⁹

Para complementar a informação da análise documental, é utilizado outra técnica de recolha de dados, a entrevista. Esta técnica de recolha de dados permite obter informação sobre fatos observados e/ou opiniões expressas. A entrevista, realizada no local, dirige-se às entidades locais e principalmente à população, tratando-se de informantes indiretos. As entrevistas foram realizadas no dia 26/06/2013, a partir das 08h:30m, até ao final do dia.

Obsolescência Física / Estrutural:

Apesar de se observar, pontualmente, alguns vestígios de pouca conservação / manutenção, a opinião dos entrevistados é unânime, considerando que no geral a estrutura do castelo está conservada. No entanto, a intervenção em estudo, apresenta alguns sinais de degradação.

Obsolescência Funcional:

Na aldeia de Linhares é curioso entender que os próprios arruamentos e cruzamentos são utilizados como espaços públicos de convívio. Para além do castelo, os espaços mais utilizados pelos habitantes são os largos, o largo da igreja, a envolvente do castelo e o parque infantil. Os principais motivos dos entrevistados, para usufruir destes espaços, são o convívio, o comércio e o lazer. Mas, o espaço envolvente ao castelo é o mais atrativo, pois caracteriza-se por ser um espaço verde e que proporciona uma paisagem sobre os vales e cumes da montanha.

O espaço do castelo, para além de ser agradável, verde e que proporciona boas vistas, é um espaço público, onde todos devem ter acesso. No entanto, para o entrevistado nº 2, o castelo deveria ser encerrado no horário noturno, para proteção ao vandalismo.

Sendo um espaço público, segundo os entrevistados, o castelo é um espaço que deveria ser muito mais utilizado, principalmente pelos locais. O espaço interior do castelo é pouco utilizado, visto que a população local já conhece e porque o próprio espaço não oferece mais nada, para além do espaço verde e da paisagem sobre as montanhas. No entanto, o castelo continua a ser bombardeado com turistas, pois, o castelo foi mais divulgado e publicitado depois da última intervenção.

Apesar de ser um espaço que deveria receber mais atividades e ser mais dinamizado, os entrevistados, consideram que a intervenção foi importante na questão da mobilidade, da conservação e da possibilidade de perda de todo aquele património.

Obsolescência Local:

No que se refere à acessibilidade, depois da intervenção, os entrevistados consideram que o castelo está mais acessível, no entanto, referem que para pessoas idosas e ou pessoas com mobilidade condicionada o acesso é difícil ou mesmo impossível de ser feito, tanto o circuito exterior como o circuito interior do castelo.

Segundo a análise documental existem três acessos que ligam o exterior ao interior do castelo, mas, os entrevistados afirmam que atualmente, só se acede ao interior do castelo através da porta sul, considerada a porta principal. Para o entrevistado nº 1 não é positivo ter mais do que um acesso, pois não havia controlo da entrada e saída das pessoas, mas, para os restantes entrevistados o facto de ter mais do que um acesso é positivo, porque, havia a possibilidade de criar um acesso, pela porta Norte, para as pessoas com mobilidade condicionada e também consideram que seria interessante que as pessoas pudessem entrar e sair por acessos diferentes.

⁹ Capítulo VII _ Anexos _ Estudo de Caso _ Castelo de Linhares _ Entrevistas _ p. 129 - 134

Obsolescência Legal:

No contexto geral, os entrevistados consideram que a intervenção influenciou o uso do castelo, passando a ser mais divulgado e publicitado. Mas, segundo os entrevistados, esta intervenção não acrescentou nada de novo à população local e não se ajustou às necessidades de acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

Para além da intervenção realizada, os entrevistados foram questionados em relação ao uso e dinamização que o espaço do castelo deveria ter. Contudo, a opinião divide-se, um uso público seria melhor porque o uso privado poderia privatizar o espaço do castelo e um uso privado seria muito mais dinâmico e muito mais ativo que um uso público. No entanto, a dinamização do espaço do castelo passava por atividades culturais, lojinhas para vendas de produtos locais, filmes ao ar livre, festas, feira do livro, ginástica ao ar livre, *workshops*, entre outros.

Obsolescência Imagem:

O castelo de Linhares tem para os habitantes um valor histórico, simbólico e atualmente é um dos principais pontos turísticos, influenciando turisticamente a aldeia de Linhares.

Contudo, alguns entrevistados consideram que houve um aumento turístico, no entanto, outros, consideram que, em Linhares, sempre houve turistas e que o número de turistas que se deslocam a Linhares é relativamente o mesmo. Para além do número de visitas ao castelo, os entrevistados, afirmam que os turistas não se deslocam a Linhares só para visitar o castelo, mas sim pela aldeia, ou seja, toda a aldeia é um conjunto histórico.

3.1.2.2.3 Observação (notas de campo)¹⁰

Obsolescência Física / Estrutural:

Sabendo que a obsolescência física / estrutural se define pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção, relativamente aos espaços e edifícios, a observação foca-se no estado de conservação do castelo e da nova intervenção.

Segundo o levantamento realizado no local, a estrutura do castelo apresenta-se com uma ligeira falta de manutenção, observam-se diferentes graus de degradação na estrutura e presença de vegetação no alçado Norte. [Fig. 27] Observa-se de igual modo, na envolvente do castelo, principalmente nas zonas Norte e Oeste, vegetação muito alta, impedindo o acesso ao castelo. [Fig. 28]

Para além do castelo, os circuitos pedonais também apresentam algum grau de degradação. O corrimão do acesso principal [Fig. 29] apresenta-se com vários níveis de deterioração, tal como o circuito interior do castelo. Este desenha-se em plataformas de betão com base quadrangular e a sua estrutura com perfis metálicos, em algumas peças observa-se a armação [Fig.30] e algumas estão parcialmente soltas.



[Fig. 27] Alçado Norte



[Fig. 28] Vegetação: Zona Norte



[Fig. 29] Corrimão



[Fig. 30] Circuito Pedonal

¹⁰ Capítulo VII _ Anexos _ Estudo de Caso _ Castelo de Linhares _ Observação (notas de campo) _ p. 135

Obsolescência Funcional:

Observando, através da obsolescência funcional, a intervenção destaca-se por alguns aspetos que caracterizam o seu uso atual e se este é o mais adequado.

A intervenção realizada, nomeadamente o circuito pedonal, não foi muito bem conseguida, pois, o esquema do circuito não permite que a acessibilidade seja permitida a pessoas com mobilidade condicionada. Tal como o circuito, as escadarias de acesso às torres não permitem a acessibilidade a todos. Tanto as plataformas de betão do circuito pedonal como a estrutura metálica das escadarias são consideradas perigosas em dias de chuva, provocando a queda de algumas pessoas.

O interior do castelo está equipado com algum material urbano, um bebedouro [Fig. 31], um caixote do lixo, um corrimão, no segundo espaço do castelo no circuito sobre a muralha, e um binóculo miradouro, [Fig. 32] serve para usufruir da paisagem, que a cota do castelo oferece, no entanto, para se poder utilizar este equipamento é preciso pagar 1€. O binóculo miradouro encontra-se sobre uma estrutura de madeira, [Fig. 33] esta ocupa toda a largura do circuito da muralha e já se encontra em estado de degradação. [Fig. 34]



[Fig. 31] Bebedouro



[Fig. 32] Binóculo Miradouro



[Fig. 33] Binóculo: Estrutura Base



[Fig. 34] Estrutura Madeira: Estado

Obsolescência Local:

Este tipo de obsolescência define-se pelo espaço urbano, avaliando fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros.

A principal observação recai sobre a acessibilidade ao castelo. Existem atualmente três acessos ao interior do castelo, mas só a porta Sul é que é utilizada. A porta Norte e a porta Oeste estão encerradas, no entanto, a porta Norte tem condições para ser uma alternativa às pessoas com mobilidade condicionada [Fig. 35] e a porta Oeste [Fig. 36] uma outra alternativa para se aceder ao interior do castelo, dinamizando o castelo com vários acessos alternativos. A porta principal, a porta sul, é de difícil acesso, pois este faz-se sobre um enorme rochedo que se encontra sob o castelo, [Fig. 37] o que dificulta a acessibilidade e impossibilita o acesso a pessoas com mobilidade condicionada.

Os acessos interiores do castelo, nomeadamente, os acessos em escadaria de alvenaria [Fig. 38] que fazem a ligação à zona superior da muralha são bastante irregulares, estreitas e perigosas, não se encontram com qualquer tipo de proteção, como por exemplo, um simples corrimão.



[Fig. 35] Acesso Norte



[Fig. 36] Acesso Oeste



[Fig. 37] Acesso Sul



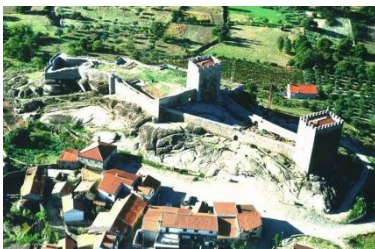
[Fig. 38] Acesso Adarve

Obsolescência Legal:

Analisando as regras de funcionalidades, que os espaços não têm ou não conseguem ter, o espaço do castelo cumpre com algumas regras, nomeadamente com o horário de funcionamento do posto de turismo e do museu que se encontram nas duas torres do castelo, estes espaços encontram-se encerrados todas as quartas feiras. Contudo, o espaço do castelo está sempre aberto à população local e visitante, tanto no horário diurno como noturno.

Obsolescência Imagem:

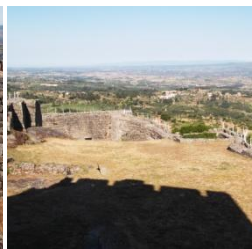
As intervenções que alteram os valores da imagem dos espaços e dos edifícios, no património arquitetónico, são muito marcantes e sempre alvo de críticas. No entanto, o castelo está perfeitamente situado e incorporado na paisagem rural de Linhares. [Fig. 39] Tanto o corrimão [Fig. 40] que circunda o segundo espaço do castelo [Fig. 41] como os focos de luz [Fig. 42] que iluminam o castelo estão muito bem dissimulados, este último está oculto entre as pedras que se encontram entorno do castelo.



[Fig. 39] Castelo: Vista Aérea



[Fig. 40] Corrimão

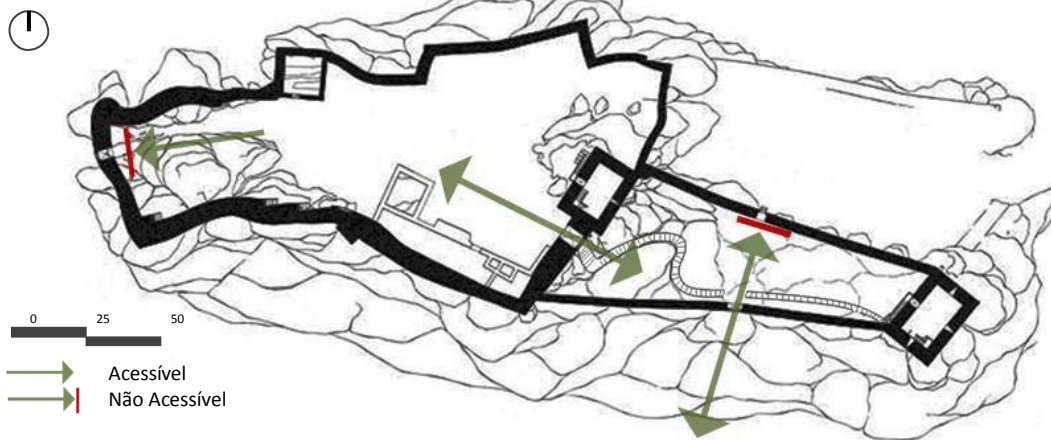


[Fig. 41] Espaço Oeste

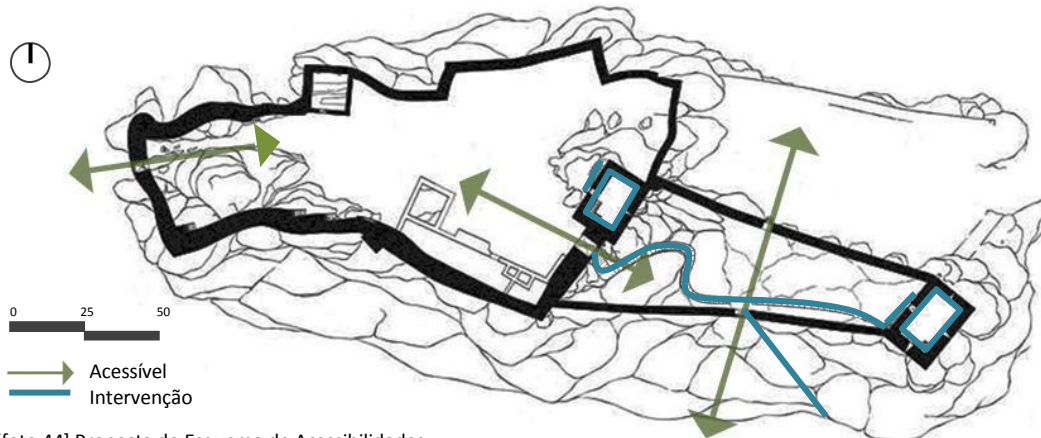


[Fig. 42] Iluminação

Análise de acessibilidades após projeto de intervenção e proposta associada:



[Fig. 43] Atual Esquema de Acessibilidades



[foto 44] Proposta do Esquema de Acessibilidades

3.1.3 RESULTADOS FINAIS

A análise do estudo de caso, projeto intitulado como Requalificação e Revitalização do Espaço Interior do Castelo de Linhares da responsabilidade do IPPAR, atual IGESPAR, dividiu-se em três ferramentas de investigação, a análise documental, a entrevista e a observação (notas de campo), sempre complementadas com a fotografia. Assim, é formado um triângulo de três ferramentas de investigação que se complementam umas com as outras, cruzando a informação de cada uma para obter os resultados finais sobre o estudo de caso.



A informação obtida, das três ferramentas de investigação, é estruturada e organizada pelos indicadores de análise, divididos por cinco categorias de tipos de obsolescência, obsolescência física/estrutural, obsolescência funcional, obsolescência local, obsolescência legal e obsolescência de imagem.

Obsolescência Física / Estrutural:

A obsolescência física/estrutural define-se pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção (Carmona, 2003). Assim, os principais focos de estudo são o castelo, as escadarias metálicas, o interior das torres e o novo circuito pedonal.

Segundo o levantamento realizado no local, a estrutura do castelo apresenta-se com uma ligeira falta de manutenção. Observam-se diferentes graus de degradação na estrutura e presença de vegetação muito alta no alçado Norte e Oeste, impedindo o acesso ao castelo.

Tanto as escadarias metálicas como o interior das torres apresentam-se num bom estado de conservação. No entanto, o circuito pedonal manifesta algum grau de degradação. Mas, com o cruzamento das três ferramentas de investigação, chega-se à conclusão que, todas as intervenções foram fundamentais, principalmente para a comodidade e segurança dos utilizadores.

Obsolescência Funcional:

A obsolescência funcional define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado, espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados (Carmona, 2003). Com o cruzamento das três ferramentas de investigação considera-se que as intervenções realizadas no castelo estão parcialmente aptas e adequadas ao uso a que lhes corresponde.

No interior do castelo destacam-se várias intervenções, o circuito pedonal, as escadarias metálicas, que dão acesso ao interior das torres e a requalificação da organização das torres. Mas, destaca-se o circuito pedonal como a principal intervenção a ser analisada e, segundo a análise documental e a observação direta no local, este procura responder às necessidades básicas de conforto que um circuito pedonal exige, onde o projeto visa vencer a topografia irregular existente no interior do castelo. No entanto, os objetivos desta solução não foram totalmente alcançados, pois, o esquema do circuito não permite a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, tal como as escadarias de acesso às torres.

Paralela à infraestrutura está a caracterização e dinamização do espaço interior e exterior do castelo. Segundo os entrevistados, este espaço é um espaço público, um espaço agradável, verde, atrativo e que oferece uma paisagem sobre os vales e cumes da montanha. No entanto, é curioso entender que os próprios arruamentos e cruzamentos são utilizados como espaços públicos de convívio, comércio e lazer. Para além do castelo e da sua envolvente, os entrevistados destacam os largos, o largo da igreja e o parque infantil, como os espaços públicos mais utilizados pela população local.

Para além dos aspetos positivos, os entrevistados consideram que todo aquele espaço do castelo deveria ser muito mais dinamizado e utilizado, principalmente pela população local. No entanto, a intervenção foi importante na questão da mobilidade, da conservação e da possibilidade de perda daquele património.

Obsolescência Local:

A obsolescência local define-se pelo espaço urbano, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros (Carmona, 2003).

A análise, à obsolescência local, incide sobre o tema da acessibilidade. Atualmente, o castelo constitui três acessos ao seu interior, mas, só o acesso da porta Sul é que está ativo, tanto a porta Norte como a porta Oeste estão atualmente encerradas e desprovidas de qualquer tipo de acesso exterior, minimizando possíveis dinâmicas entre o exterior e o interior.

O acesso pela porta Sul é feito sobre um enorme rochedo que se encontra sob o castelo, o que dificulta ou impossibilita o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Posto isto, a porta Norte e a porta Oeste podem ser uma alternativa à porta Sul, visto que o acesso à porta Sul não permite a acessibilidade a todos, mas, também, dinamizando o interior do castelo com vários acessos alternativos.

Obsolescência Legal:

A obsolescência legal define-se pelas regras de funcionalidade, que os espaços ou edifícios não têm ou não conseguem ter (Carmona, 2003). Analisando as intervenções realizadas no interior do castelo de Linhares conclui-se que estas influenciaram o uso do castelo, na perspetiva em que o castelo passou a ser mais divulgado e publicitado. Mas, segundo os entrevistados, esta intervenção não acrescentou nada de novo à população local e não se ajustou às necessidades de acessibilidade a todos.

Para além do posto de turismo e do museu, localizados nas duas torres do castelo, os entrevistados consideram que o castelo deveria ser um espaço muito mais dinâmico e mais ativo. Contudo, a opinião dos entrevistados divide-se, um uso público seria melhor porque o uso privado poderia privatizar o espaço do castelo e um uso privado seria muito mais dinâmico e muito mais ativo que um uso público. No entanto, a dinamização do espaço do castelo passava por atividades culturais, lojas para venda de produtos locais, filmes ao ar livre, festas, feira do livro, *workshops*, entre outros.

Obsolescência Imagem:

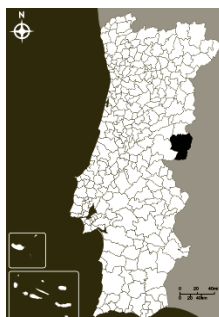
A obsolescência de imagem define-se pelas alterações de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano (Carmona, 2003). A principal análise recai sobre o castelo e a requalificação e revitalização do seu interior.

Para além da forte imagem, o castelo, está perfeitamente situado e incorporado na paisagem rural de Linhares. Desta forma, a requalificação do castelo, contribuiu para a dinamização e valorização do seu espaço interior. Assim, a intervenção não se limitou na valorização do castelo como monumento, mas sim, criar condições de comodidade e segurança aos utilizadores. O castelo de Linhares, sendo um ícone da aldeia, teve de ser compreendido como imagem de marca da aldeia, dessa forma, o castelo tem para os habitantes um valor histórico, simbólico e atualmente é um dos principais pontos turísticos, influenciando turisticamente a aldeia de Linhares. No entanto, os entrevistados, consideram que os turistas não se deslocam a Linhares só para visitar o castelo, mas sim, visitar uma das aldeias históricas de Portugal.

3.2 ESTUDO DE CASO _ MURALHA DE IDANHA-A-VELHA _ RESTAURO DA PORTA NORTE E ARRANJOS EXTERIORES

ESTUDO DE CASO _ MURALHA DE IDANHA-A-VELHA

3.2.1 APRESENTAÇÃO _ MURALHA DE IDANHA-A-VELHA



[Fig. 45] Idanha-a-Velha



[Fig. 46] Muralha Idanha-a-Velha



[Fig. 47] Intervenção: Porta Norte

_ Localização

Castelo Branco – Idanha-a-Nova – Idanha-a-Velha (Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha).

_ Designação

Castelo/Muralha de Idanha-a-Velha; Conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha (Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha).

_ Tipologia

Arquitetura Militar: Castelo; Arqueologia: Conjunto Arquitetónico e Arqueológico (Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha).

_ Categoria / Proteção

Classificado como MN – Monumento Nacional (IGESPAR) / Incluído na proteção do Conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha (Figueiredo, 2001).

_ Grau

Imóvel ou conjunto com valor excecional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional (Figueiredo, 2001).

_ Utilização Inicial / Utilização Atual / Propriedade

Militar: Castelo / Marco histórico-cultural: vestígios do castelo / Pública: estatal (Figueiredo, 2001).

3.2.1.1 História

3.2.1.1.1 Origem / Cronologia

Segundo estudos, a origem de Idanha-a-Velha datará dos finais do século I a. C (Cristóvão. 2008), perfeitamente camuflada na paisagem, sem a exposição impositiva da colina de Monsanto, o qual se apresenta como o seu pano de fundo (Carvalho. 2012).

A época pré-histórica é marcada por alguns acontecimentos significativos, onde a envolvente do seu povoamento passa a estar documentado e no 60 a.C. desenvolve-se a hipotética fundação do município por Júlio César. A época pré-histórica é ainda marcada, no 16 a.C., pela existência documentada da povoação romana e entre 1 a 4 d.C. faz-se referência a *Civitas Igaeditanorum* (Figueiredo, 2001).

O século I é marcado pela construção do Templo de Vénus e no ano 105 faz-se referência aos *Egitania* na inscrição da Ponte de Alcântara (Figueiredo, 2001).

Depois de ser promovida a centro administrativo regional passa a intitular-se *civitas Igaeditanorum* ou *Egitania*, assumindo-se como uma espécie de ponta de lança da administração imperial nos territórios que na atualidade integram a Beira Interior (Carvalho. 2012). A elevação à categoria municipal deu-se no último terço do século I d. C, depois de um forte crescimento no século II (Cristóvão. 2008).

No entanto, a origem deste núcleo populacional terá ocorrido no período tardo-republicano. Mas antes de se constituir como cidade capital, momento associado a um processo de urbanização, poderia então ter-se estabelecido como um núcleo de carácter oficial, conseqüente de uma decisão institucional, levada a cabo num momento de ocupação e estruturação do território e não como um aglomerado populacional secundário (Carvalho. 2012).

Assim, Idanha-a-Velha, lugar ainda de poucas casas, dispostas provavelmente em torno de um edifício público ou de uma pequena área monumental que assinalaria o carácter oficial desse estabelecimento, teria assim patente a marca do poder imperial. Seria então o lugar escolhido pela administração romana para desempenhar um papel de destaque no quadro de um novo modelo de ocupação destes territórios (Carvalho. 2012).

Depois de ser integrada no reino suevo, a cidade, em meados do século VI, é elevada à dignidade episcopal, no entanto é integrada no reino visigótico em 585 (Cristóvão. 2008). No entanto, o século III e IV são marcados pelo amuralhamento da povoação (Figueiredo, 2001).

A história da cidade, de Idanha-a-Velha, torna-se difusa entre o período muçulmano e a integração no reino português. Mas, os séculos IV a VII d.C. marcarão um momento decisivo no processo de plena integração da *Ciuitas Igaeditanorum* no quadro da organização política do Império (Carvalho. 2012).

É no século X que a cerca muralhada sofre uma suposta reconstrução (Figueiredo, 2001).

A sua posição periférica e a autonomia conferida à cidade sugerem a existência de um ambiente social e cultural dualista, com forte tendência moçárabe, mas, a partir de inícios do século XI a cidade entra em declínio. No entanto, a sua posição de charneira, entre o mundo cristão e o muçulmano, expõe a cidade aos constantes ataques cristãos perante o desapoio do califado de Córdoba (Cristóvão. 2008).

Em 1147, após a conquista de Lisboa, a coroa portuguesa conquista definitivamente Idanha-a-Velha, alcançada por Sancho II, e esta é doada aos Templários que manteriam a tutela, continuada depois pela Ordem de Cristo (Cristóvão. 2008).

O século XIII é assinalado por vários acontecimentos, nomeadamente, a concessão de carta de foral por D. Sancho II, segundo o modelo de Ávila / Évora e a reconversão da muralha em 1229; e em 1245 data provável de construção da Torre de Menagem sobre templo romano (Figueiredo, 2001).

No entanto, três séculos mais tarde, século XVI é visível no desenho de Duarte de Armas, no ano 1509, torneiras na Torre de Menagem, de forma pentagonal, que controlava o acesso à barbacã; surgiam, também, nos muros junto da entrada da barbacã. Em 1510, dá-se a concessão de carta de foral e a renovação das muralhas (Figueiredo, 2001).

No decorrer dos tempos, os fracassos no seu povoamento sucedem-se e a cidade, já designada Idanha, agoniza. Assim, D. Manuel I atribui-lhe novo foral em 1510, mas, esta tentativa de renovação municipal, apesar do forte empenho da coroa, teve pouco êxito (Cristóvão. 2008).

Em pleno século XVII, em 1624, D. Filipe III autoriza António de Mascarenhas a armar minas nos muros de Idanha e em 1640, na sequência da Guerra da Independência, integra a segunda linha de defesa. Conseqüente do século anterior, o século XVIII é marcado, em 1708, pelo estado de ruína das muralhas, onde os seus restos arqueológicos foram dispersos por vários museus e entidades particulares (Museu Lapidar Igeditano de António Marrocos, Museu Francisco Tavares Proença Júnior, Museu Nacional de Arqueologia) (Figueiredo, 2001).

Este fracassado processo tem o seu fim em 1819 com a extinção do município de Idanha-a-Velha, então reduzida a lugar da freguesia de Alcafozes. Mas, em 1935 é de novo elevada a freguesia. No entanto, a aldeia e os campos conservam, porém, ainda presentes as estruturas mais ou menos intactas daquele arcaico sistema, mas também vestígios de outras épocas, que a posição periférica do território e a desertificação populacional ajudaram a manter. Foi em reconhecimento deste valor patrimonial e histórico, que o Estado português atribuiu a Idanha-a-Velha a classificação de Monumento Nacional (Cristóvão. 2008).

O século XX distingue-se pelo início da prospeção arqueológica, da responsabilidade de Fernando de Almeida em 1955 e em 1956, a muralha, foi classificada como IIP, Dec. N.º 40 684, DG 146, com a DOF: A chamada "Catedral" e a velha ponte a Este, sobre o Ponsul, em Idanha-a-Velha. E o final do século XX, no dia 12 de fevereiro de 1998, é marcado pela cedência do imóvel ao Instituto Português do Património Arquitetónico (Figueiredo, 2001).

Desde o final do século XX que decorre um projeto integrado de conservação e valorização dos diversos edifícios históricos do conjunto monumental de Idanha-a-Velha, desenvolvido pelo IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico, baseado na estratégia de valorização de toda a povoação (Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha). Assim, entre outras intervenções, nomeadamente a intervenção que originou o estudo de caso, criou-se um passadiço de visita no muro da muralha na zona da "Porta Norte", reconstruindo-se os torreões aí existentes e projetando a reconstrução de uma antiga casa de fundação manuelina para instalação do posto de turismo de Idanha-a-Velha.

3.2.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio

3.2.1.2.1 Descrição

A Muralha caracteriza-se pelo seu traçado ovalado [Fig. 48], contém três portas e ainda o vestígio de uma quarta, integrando numerosos materiais romanos, observando-se, no troço norte, torreões piramidais.

Das três portas, ainda presentes, a Porta Norte [Fig. 49] é a que tem o principal destaque, com duplo arco pleno, constituída por duas torres de planta semicircular. A Porta Sul [Fig. 50] apresenta-se em arco pleno e ladeada por uma torre de planta quadrada. A Porta do sol, localizada a Este, já não existe, sendo assinalada apenas pela interrupção do muro da muralha.

Ainda como curiosidade, no lado Oeste, observam-se vestígios de duas torres quadradas e outra semicircular, fruto de estudos e análises realizadas através das escavações arqueológicas (Figueiredo, 2001).

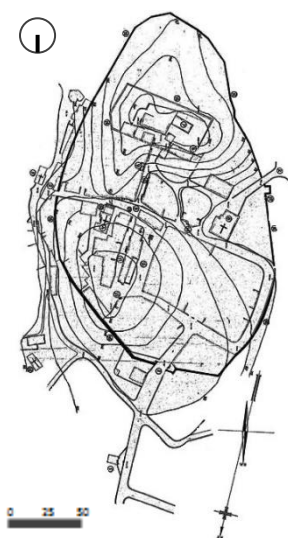
No interior da muralha, encontra-se, para além do aglomerado habitacional e dos equipamentos/estruturas históricas/religiosas, uma torre de menagem de planta retangular sem cobertura, conjugando diferentes tipos de aparelho. Esta estrutura tem uma característica particular, assenta sobre um pódio de templo romano constituído por soco rusticado e base moldurada, sobre esta, apresenta um embasamento escalonado e biselado (Figueiredo, 2001). Caracteriza-se ainda por possuir dois registos, tendo, no primeiro, porta em arco quebrado no alçado norte e no segundo registo com porta em arco pleno com inscrição no tímpano. O alçado Este, Oeste e Sul, apresentam-se com fresta.

3.2.1.2.2 Materialidade

Os materiais identificados, a partir dos estudos/investigação e análises/exames realizados a partir de escavações arqueológicas (Figueiredo, 2001), nas presentes estruturas históricas são: o granito; o xisto; o mármore; a cantaria, a alvenaria; o aparelho isódomo, almofadado e rusticado; o revestimento inexistente; e a telha "romana" (Figueiredo, 2001).

3.2.1.2.3 Intervenções Realizadas (Figueiredo, 2001)

1951 - F. Almeida, com a colaboração de Mendes Corrêa e O. Veiga Ferreira, dá início às escavações junto às muralhas, com a identificação da porta Sul;
1955 - Sondagem na Torre de Menagem;
1957 / 1958 - Consolidação das muralhas; escavações junto às Muralhas e Torre de Menagem;
1960 - Demolição de construção adossada à torre de menagem; estudo e sondagem em toda a extensão da muralha; reconstrução da porta Sul;
1961 - F. Almeida continua as escavações na Torre de Menagem;
1963 - Reconstrução de troço de muralha romana;
1973 - Sob a direção de F. Almeida, procede-se à limpeza e consolidação das ruínas arqueológicas;
1989 / 1991 - IPPC: A. Corte Real dirige a sondagem junto à Porta norte;
1994 - IPPAR / Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (Gabinete de Arqueologia) / FEDER: recuperação e valorização de Idanha-a-Velha." De acordo com o "Plano de Aldeia" do Programa "Aldeias Históricas de Portugal - Beira Interior", está prevista intervenção no imóvel com projeto tutelado pelo IPPAR, da responsabilidade do arquiteto Alexandre Costa.



[Fig. 48] Planta muralha



[Fig. 49] Porta Norte



[Fig. 50] Porta Sul

3.2.2 ANÁLISE _ RESTAURO DA PORTA NORTE E ARRANJOS EXTERIORES

O projeto realizado é da autoria do Atelier 15, Arquiteto Alexandre Alves Costa e Arquiteto Sérgio Fernández. A intervenção realizada situa-se em Idanha-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco. A Muralha de Idanha-a-Velha, designada também como conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha, caracteriza-se por ser uma estrutura militar: castelo e está classificada como Monumento Nacional (Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha).

3.2.2.1 Programa

Num processo a médio longo prazo, decorre um projeto integrado de conservação e valorização dos diversos edifícios históricos constituídos do conjunto monumental de Idanha-a-Velha, promovido pelo IPPAR, atual IGESPAR, baseado na estratégia de valorização de toda a povoação.

Os fatores principais para uma intervenção em Idanha-a-Velha são: o desenvolvimento e a preservação e valorização patrimonial (Atelier 15, 2002).

Segundo o programa estabelecido, com a colaboração do atual IGESPAR e da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, este “nunca distinguiu a necessidade de preservação de um património único, da sua valorização como elemento de dinamização local, no sentido de um turismo qualificado” (Atelier 15, 2002. p164) encarando, ainda, “a beneficiação e construção de raiz de equipamentos ou habitações, de interesse óbvio para os habitantes e fundamentais para a sua fixação, numa tentativa de inverter o processo de desertificação em curso” (Atelier 15, 2002. p164).

Este é um processo que tem sido seguido pela presença de arqueólogos, historiadores, antropólogos e arquitetos.

O processo metodológico da intervenção fundamenta-se através de duas vertentes aparentemente contraditórias como o novo e o velho ou o geral e o particular (Atelier 15, 2002).

A primeira vertente novo/velho, consiste em acabar com a paralisia de desenvolvimento/expansão do aglomerado a que tem estado sujeito, ou seja, desbloquear o desenvolvimento do aglomerado.

A segunda vertente geral/particular prevê, para além da expansão exterior às muralhas, a construção de edifícios totalmente de raiz, ou mesmo na melhoria das condições das habitações e reutilização das habitações abandonadas.

É evidente que qualquer intervenção programada no exterior da povoação implica uma paralela e interligada intervenção no seu interior (Atelier 15, 2002), para garantir uma continuidade formal na aplicação de critérios, para que as vertentes anteriormente referidas sejam fortalecidas. Assim, a aplicação destes critérios evitará o aparecimento de uma paisagem suburbana com as ruturas e trágicas perdas para o conjunto que se tem verificado em quase todos os aglomerados do país.

3.2.2.2 Intervenção

3.2.2.2.1 Análise Documental

A intervenção na Porta Norte, da responsabilidade do atual IGESPAR e da autoria do Atelier 15, é a primeira de um conjunto de intervenções a desenvolver no programa do restauro e valorização da aldeia de Idanha-a-Velha.

Obsolescência Física / Estrutural:

Esta obsolescência reporta sobre o espaço e ou edifício analisa fatores relacionados com as condições ambientais e a fraca manutenção (Carmona, 2003). Assim, o principal ponto de observação é a estrutura física/estrutural da intervenção.

A intervenção realizada diretamente na Porta Norte foi a reconstrução de um arco e dos dois torreões semicirculares que ladeiam a porta. [Fig. 51] Esta reconstrução foi fundamental, visto que a estrutura dos arcos estava parcialmente danificada e a estrutura dos torreões completamente em ruínas. Atualmente apresenta-se num bom estado de conservação, como a restante estrutura da muralha, esta apresenta, no entanto, alguns pormenores de ruína [Fig. 52] fruto da subtileza da intervenção.

Consequente da reconstrução da Porta Norte, referida anteriormente, foi construído uma plataforma de grelha metálica sustentada por estrutura de ferro, alarga-se em varandas semicirculares, revestidas a chapa de cobre, que refazem parcialmente o desenho dos antigos cubelos. Esta nova estrutura de ferro encontra-se em muito bom estado e não apresenta sinais de degradação. [Fig. 53]



[Fig. 51] Porta Norte



[Fig. 52] Muralha: vestígios de ruína



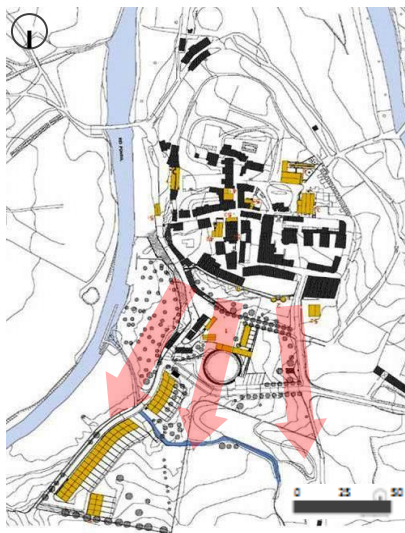
[Fig. 53] Plataforma metálica

Obsolescência Funcional:

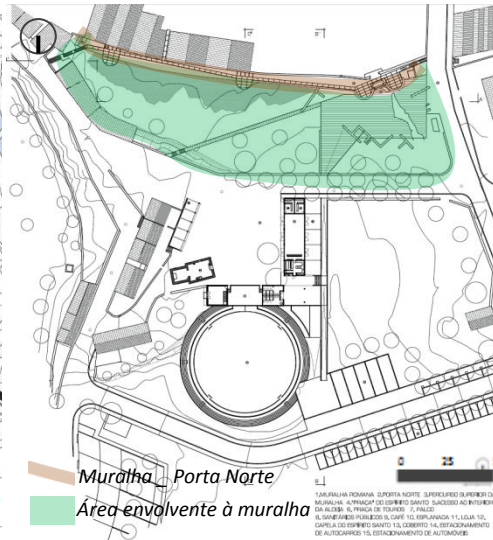
A análise da obsolescência funcional (Carmona, 2003), nomeadamente os espaços e edifícios subtilizados e ou desafetados, define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado.

No entanto, com o plano de expansão da aldeia [Fig. 54], garantindo uma visão mais alargada do conjunto onde se integra a Porta Norte, como elemento dominante, considerou-se uma área de intervenção mais ampla que abrangesse o pano de muralha. [Fig. 55] Tanto a estrutura metálica, que percorre todo o alçado norte da muralha, como todo o novo terreno/praçã, em frente da porta norte, estão atualmente aptos, tendo em vista o contexto geral de um conjunto de intervenções a desenvolver em Idanha-a-Velha.

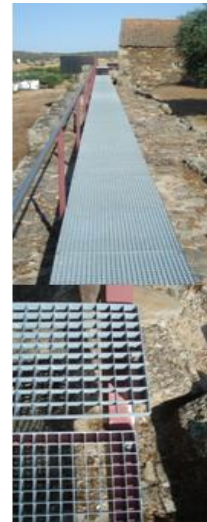
Correspondendo com o uso atual da muralha, o 'percurso metálico', construído sobre a própria muralha, tem um carácter submisso ao deixar ver o próprio muro da muralha, porque todo o pavimento é perfurado. [Fig. 56] Esta decisão arquitetónica está perfeitamente adequada ao uso do percurso na zona superior à muralha.



[Fig. 54] Plano de expansão



[Fig. 55] Área de intervenção envolvente



[Fig. 56] 'Percurso metálico'

Obsolescência Local:

Ao contrário das anteriores, a obsolescência local (Carmona, 2003), está mais relacionada com o espaço, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros.

Paralelamente à reconstrução e valorização da muralha, um dos objetivos desenvolvidos foi os acessos, onde um novo sistema garante a ligação da estrada municipal ao novo núcleo habitacional de Idanha-a-Velha, potencializando assim o acesso direto a Idanha-a-Velha. [Fig. 57] Este novo acesso está equipado com um parque de estacionamento público, por sua vez, este dá acesso, por caminho pedonal e automóvel, ao interior da aldeia, pelo lado da porta romana, conhecida por Porta Norte. [Fig. 58]

Outro objetivo do programa de intervenção em Idanha-a-Velha era secundarizar o atual acesso à aldeia (Atelier 15, 2002), ou seja, reservando essencialmente, o acesso ao interior das muralhas, aos moradores e serviços, transformando e equipando a atual rua paralela à muralha com o novo parque de estacionamento, [Fig. 59] destinado essencialmente aos turistas. Este objetivo é com o intuito de respeitar e preservar o valor histórico, manter a entidade bem reservada da aldeia de Idanha-a-Velha.

Para Oeste da Porta Norte, a muralha é descontinuada por uma abertura que consente o acesso à aldeia, potencializando, o interior da muralha, com mais um acesso pedonal e automóvel, essencialmente para residentes e serviços. No entanto, e particularizando a nova estrutura metálica, o acesso ao 'percurso metálico' é realizado através de três acessos, dois em escadaria e um em rampa. Mas, possibilitando o acesso a todas as pessoas, o percurso não é acessível a pessoas com mobilidade condicionada em toda a sua extensão, porque segue o plano descendente da muralha. [Fig. 55]



[Fig. 57] Estruturas viárias



[Fig. 58] Parque de estacionamento



[Fig. 59] Acessos à nova plataforma

Obsolescência Legal:

Ao analisar os espaço e ou edifícios, é importante entender as suas regras de funcionalidade, que estes não têm ou não conseguem ter, esta análise advém da obsolescência legal (Carmona, 2003).

Todas as intervenções, nomeadamente o ‘percurso metálico’ da muralha e o arranjo da sua envolvente, influenciaram o uso do espaço da muralha, dinamizando e criando soluções de acessibilidade direta á muralha como também equipar a envolvente da muralha com espaços públicos, apetecível ao estacionamento, em alameda arborizada do tipo ‘passeio público’ e que, assim, complementar á o terreiro ou lhe servirá de prolongamento em dias festivos.

Obsolescência Imagem:

Distinta das obsolescências anteriores, a obsolescência de imagem (Carmona, 2003), define-se pela alteração de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano.

Assim, a intervenção não se limitou na valorização da muralha como monumento, mas, segundo o Atelier 15, torná-la legível, apreensível e visitável, valorizar a envolvente e criar um percurso de visita relacionado com o novo sistema de acessos. [Fig. 60]

A Porta Norte é um exemplo, que se encontrava com dois torreões semidestruídos, onde a ideia foi monumentalizar no sentido de a dignificar e transformar num dos elementos carismáticos e de identidade da aldeia. [Fig. 61]

Tal como a Porta Norte o arranjo do terreno exterior foi valorizado, transformado em terreiro, que contém percursos pedonais e um pavimento de lajetas de granito, em frente há mesma, que redesenha, em forma e textura, algumas estruturas romanas descobertas [Fig. 62], como a via de acesso à porta e os muros romanos, detetados por escavações arqueológicas (Atelier 15, 2002). Valorizando e preservando assim toda a história das estruturas romanas naquele local.



[Fig. 60] Muralha

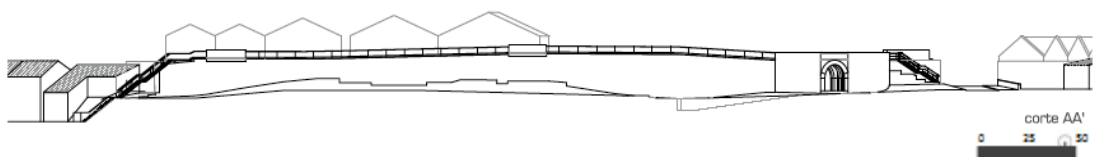


[Fig. 61] Porta Norte



[Fig. 62] Área envolvente à Porta Norte

Como conclusão, é importante referir que algumas opções formais e de conteúdo deste projeto devem ser entendidas em conjunto com os outros projetos, incluídos no programa de restauro e valorização de Idanha-a-Velha, para existir uma coerência geral, de forma a não transformar a intervenção “numa manta de retalhos ou num mostruário de exibicionismos pessoais” (Atelier 15, 2002. P170).



[Fig. 63] Intervenção – Alçado Norte

3.2.2.2 Entrevistas¹¹

Para complementar a informação da análise documental, é utilizada outra técnica de recolha de dados, a entrevista. Esta técnica de recolha de dados permite obter informação sobre fatos observados e/ou opiniões expressas. A entrevista, realizada no local, dirige-se às entidades locais e principalmente à população, tratando-se de informantes indiretos. As entrevistas foram realizadas no dia 27/06/2013, a partir das 09h:00m, até ao final do dia.

Obsolescência Física / Estrutural:

Segundo a análise documental as intervenções realizadas, nomeadamente a reconstrução da muralha e a nova construção do 'percurso metálico', encontram-se em bom estado de conservação. Após a crítica dos entrevistados, chega-se á conclusão que, as estruturas referidas estão bem conservadas, ou seja, "depois da intervenção realizada, a muralha, encontra-se em bom estado de conservação" ¹² recuperando o valor patrimonial que a muralha representa para Idanha-a-Velha.

Obsolescência Funcional:

Os entrevistados afirmam que as intervenções realizadas na muralha e na sua envolvente estão aptas ao uso a que lhes corresponde, tendo em vista o contexto geral de Idanha-a-Velha. Assim, todo o 'percurso metálico' está adequado ao pano da muralha.

No entanto, e considerando o espaço da muralha e a sua envolvente, espaços públicos, os entrevistados afirmam que os espaços públicos mais utilizados pela população residente são no interior da muralha, nomeadamente o espaço envolvente da Sé e o largo da amoreira, "o largo da amoreira pelo convívio, a igreja de Santa Maria (Sé) pelas atividades e exposições que costuma haver" ¹³. Estes são principalmente espaços de convívio e lazer, espaços utilizados para atividades culturais.

Segundo os entrevistados, o espaço da muralha e a sua envolvente, são espaços mais utilizados pelos turistas do que pela população residente. Perante estas afirmações dos entrevistados questiona-se, assim, as intervenções realizadas, até que ponto é que estas se justificam perante o programa estabelecido para Idanha-a-Velha.

Mas os entrevistados criticam positivamente estas intervenções, asseguram que estas foram muito importantes para o desenvolvimento/expansão da aldeia, como também foram criadas condições aos residentes e principalmente aos turistas. Afirmam, até, que depois da intervenção, as muralhas e a própria aldeia, foram muito mais divulgadas.

¹¹ Capítulo VII _ Anexos _ Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ Entrevistas _ p. 138 - 142

¹² Capítulo VII _ Anexos _ Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ Entrevistas _ entrevistado nº 5 _ p. 142

¹³ Capítulo VII _ Anexos _ Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ Entrevistas _ entrevistado nº 3 _ p. 140

Obsolescência Local:

Através da informação retida da análise documental, sabe-se que um dos objetivos desenvolvidos, do programa de valorização de Idanha-a-Velha, foi o dos acessos, potencializando Idanha-a-Velha de novas estruturas viárias. As opiniões dos entrevistados confirmam o sucesso deste objetivo, afirmando que os acessos a Idanha-a-Velha estão muito mais acessíveis e diretos.

Relativamente aos acessos ao interior da muralha, os entrevistados confirmam a eficácia deste tipo de intervenção que foi feita, melhorando assim o acesso ao interior da muralha, afirmando ainda que antes das intervenções só existiam só um acesso e atualmente existem três, facilitando, assim, o acesso direto ao interior da aldeia.

No entanto, um dos objetivos do programa de intervenção passou por secundarizar o atual acesso à aldeia, reservando esses acessos a moradores e serviços, como já foi referido anteriormente.

Para além dos acessos diretos ao interior da aldeia, o acesso ao 'percurso metálico' é realizado por três acessos, dois em escadaria e um em rampa, este último dá acesso direto ao interior da aldeia. Os entrevistados são críticos e, apesar de existir e ser possível o acesso a pessoas com mobilidade condicionada através da rampa, contestam a intervenção porque pessoas com mobilidade condicionada não podem usufruir de toda a extensão do 'percurso metálico', ("... existe um acesso em rampa para a plataforma que pode ser usado por pessoas com mobilidade condicionada só que não usufrui de toda a plataforma.")¹⁴, porque existe um desnível de três degraus sensivelmente a meio do percurso. Porém, não negam a importância que tem para a muralha, não só a nível estético mas também a capacidade que tem de garantir mais um acesso ao interior da aldeia.

Obsolescência Legal:

As intervenções, nomeadamente o 'percurso metálico' e o arranjo da sua envolvente, influenciaram o uso do espaço da muralha e os entrevistados confirmam isso mesmo, "a principal vantagem foi a melhoria do seu estado de conservação"¹⁵, referindo que toda a intervenção foi uma vantagem e não um desvantagem.

Para além das questões relacionadas com as intervenções, os entrevistados foram questionados em relação ao uso e dinamização dessas intervenções. Assim sendo, todos os entrevistados foram unânimes nas suas respostas, com preferência em usos públicos, destinados para atividades culturais, potencializando turisticamente Idanha-a-Velha.

Obsolescência Imagem:

Para lá da valorização, não só como monumento mas também torná-la legível, apreensível e visitável (Atelier15, 2002), a muralha representa para os entrevistados um valor simbólico e histórico. Sendo também um símbolo arquitetónico, para os entrevistados, a muralha influencia turisticamente Idanha-a-Velha, considerando que houve um aumento turístico depois da intervenção realizada na muralha.

¹⁴ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ Entrevistas _ entrevistado nº 2 _ p. 139

¹⁵ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ Entrevistas _ entrevistado nº 5 _ p. 142

3.2.2.2.3 Observação (notas de campo) ¹⁶

Obsolescência Física / Estrutural:

Sabendo que a obsolescência física / estrutural se define pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção, relativamente aos espaços e edifícios, a observação foca-se no estado de conservação da muralha e da nova intervenção.

A primeira observação recai sobre a muralha, esta encontra-se num bom estado de conservação, recuperando do seu estado de ruína com que se encontrava antes da intervenção. [Fig. 64]

A muralha é um foco de atração turística, nela encontram-se pormenores de ruína, fruto da delicadeza e da subtilidade da intervenção, que deixa ao observador ter um breve conhecimento do anterior estado da muralha. [Fig. 65]

A nova plataforma metálica que foi construída, para se aceder à muralha e ao interior da aldeia, e facilitar o acesso e percurso da mesma, encontra-se em muito bom estado conservação, admitindo que haja uma boa manutenção da mesma. [Fig. 66]

A estrutura metálica, construída para aceder á muralha, caracteriza-se por ser toda ela metálica com a estrutura em perfis metálicos e as suas varandas semicirculares são, representando os torreões destruídos, revestidas a chapa de cobre. [Fig. 67]



[Fig. 64] Porta Norte



[Fig. 65] Pormenores de ruína



[Fig. 66] Plataforma metálica



[Fig. 67] Estrutura

Obsolescência Funcional:

Observando, através da obsolescência funcional, a intervenção destaca-se por alguns aspetos que caracterizam o seu uso atual e se este é o mais adequado.

Um desses fatores é a opção que o arquiteto teve em relação ao material vs estética. Por exemplo, todo o pavimento [Fig. 68] da plataforma metálica, desde as escadarias [Fig. 69] o percurso e a rampa, é perfurado [Fig. 70], o que numa primeira análise é bom, não só com o objetivo de deixar ver o muro da muralha, mas, por exemplo, em dias de chuva a circulação pedonal é segura, não escorregando, o que não se verifica em alguns casos em plataformas com pavimentos lisos.

A estrutura metálica caracteriza-se também pelo corrimão que se estende em toda a extensão do 'percurso metálico', permitindo a segurança dos utilizadores, este encontra-se perfeitamente dissimulado na muralha. [Fig. 71]



[Fig. 68] _ Pavimento



[Fig. 69] _ Escadaria



[Fig. 70] _ Pavimento perfurado



[Fig. 71] _Segurança: corrimão

¹⁶ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ Observação (notas de campo) _ p. 143

Obsolescência Local:

Este tipo de obsolescência define-se pelo espaço urbano, avaliando fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros. Perante os fatores de avaliação, a primeira observação recai sobre a malha morfológica da aldeia, esta encontra-se, quase na totalidade, no interior do recinto muralhado, justificando assim o programa de expansão de Idanha-a-Velha. [Fig. 72]

Para se aceder ao interior do recinto muralhado, existem quatro acessos, três são de circulação automóvel e pedonal e um acesso é só pedonal a partir do ‘percurso metálico’, estes acessos garantem perfeitamente o acesso ao interior do recinto muralhado, mesmo permitindo o acesso automóvel o que não se verifica em muitas estruturas militares. Um dos acessos, o acesso pela Porta Norte [Fig. 73], que dava acesso direto ao interior do recinto muralhado, deixou de existir, atualmente está representado monumentalmente e como testemunho do seu valor histórico e simbólico para Idanha-a-Velha.

A principal intervenção, a nova plataforma metálica, é constituída por três acessos, dois deles são em escadaria e um em rampa, o que permite o acesso a qualquer pessoa. Mas, o percurso não é acessível a pessoas com mobilidade condicionada, em toda a sua extensão, devido à existência de três degraus [Fig. 74] a meio do percurso.

No decorrer do percurso metálico existem, em consola e semicirculares, dois espaços que representam e simulam os torreões que foram destruídos [Fig. 75], são espaços muito interessantes, para usufruir das paisagens, muito bem conseguidos pelo arquiteto.



[Fig. 72] Idanha-a-Velha



[Fig. 73] Porta Norte



[Fig. 74] 'Percurso metálico'



[Fig. 75] Simulação do torreão

Obsolescência Legal:

Analisando as regras de funcionalidade, que os espaços não têm ou não conseguem ter, a aldeia de Idanha-a-Velha tem uma característica muito própria, o turismo, e nela são frequentes atividades culturais, nomeadamente exposições, conferências, visitas aos museus, entre outras. [Fig. 76]

Em todo o processo morfológico de uma malha, seja urbana ou rural, existe sempre um ou mais espaços públicos onde a população se encontra, seja pelo convívio, lazer ou pelas infraestruturas comerciais. Os habitantes de Idanha-a-Velha concentram-se no largo da amoreira [Fig. 77], ou seja, o espaço público que está equipado com uma infraestruturas comerciais, o chamado ‘café da aldeia’. Na verdade, a aldeia é carente em espaços com estas características, por isso, quase todos os habitantes se encontram neste espaço público.

Um dos aspetos a avaliar é a possível acessibilidade, ao interior das estruturas militares, em qualquer momento do dia, e a muralha de Idanha-a-Velha e a nova plataforma metálica são completamente acessíveis em qualquer momento do dia. [Fig. 78]



[Fig. 76] Vestígios arqueológicos



[Fig. 77] Largo da amoreira



[Fig. 78] Muralha

Obsolescência Imagem:

As intervenções que alteram os valores da imagem dos espaços e dos edifícios, no património arquitetónico, são muito marcantes e sempre alvo de críticas. Assim, a primeira observação recai sobre a própria muralha, muito bem dissimulada na paisagem [Fig. 79] e no seu ambiente rural. [Fig. 80]

Correspondendo com as características da muralha, a nova plataforma metálica está, igualmente, bem dissimulada com a muralha, com a envolvente e com a própria imagem da aldeia, apenas os espaços em consola e semicirculares, que simulam os torreões, é que se sobressaem, no entanto, respeitam a imagem da muralha. [Fig. 81]



[Fig. 79] Vista sobre Idanha-a-Velha

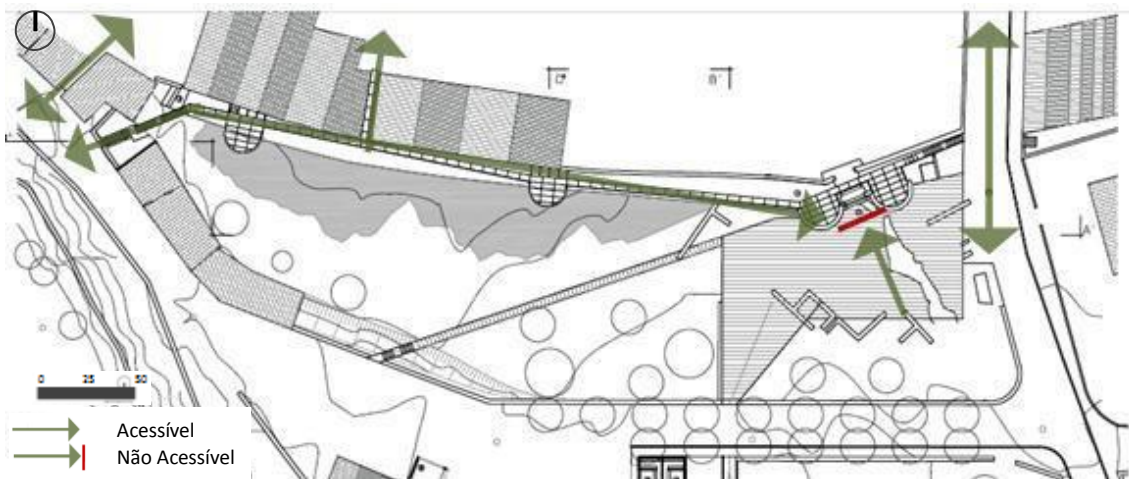


[Fig. 80] Vista sobre a muralha

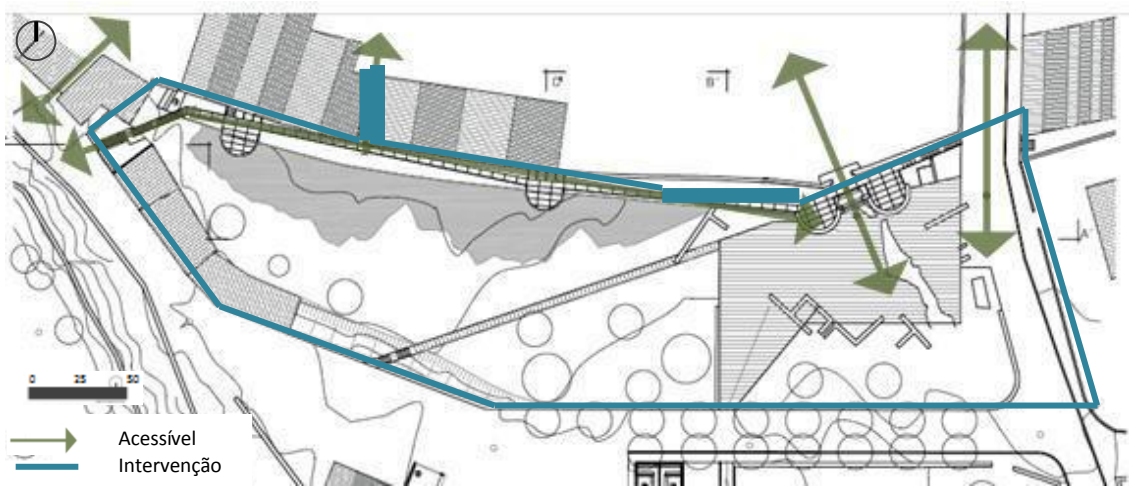


[Fig. 81] Vista sobre a nova intervenção

Análise de acessibilidades após projeto de intervenção e proposta associada:



[Fig. 82] _ Atual Esquema de Acessibilidades



[Fig. 83] _ Proposta do Esquema de Acessibilidades

3.2.3 RESULTADOS FINAIS

A análise do estudo de caso, projeto intitulado como **Restauro da Porta Norte e arranjos exteriores** da responsabilidade do IGESPAR e da autoria do Atelier 15, dividiu-se em três ferramentas de investigação, a análise documental, a entrevista e a observação (notas de campo), sempre complementadas com a fotografia. Assim, é formado um triângulo de três ferramentas de investigação que se complementam umas com as outras, cruzando a informação de cada uma para obter os resultados finais sobre o estudo de caso.



A informação obtida, das três ferramentas de investigação, é estruturada e organizada pelos indicadores de análise, divididos por cinco categorias de tipos de obsolescência, obsolescência física/estrutural, obsolescência funcional, obsolescência local, obsolescência legal e obsolescência de imagem.

Obsolescência Física / Estrutural:

A obsolescência física/estrutural define-se pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção (Carmona, 2003). Assim, os principais focos de estudo são a muralha e a nova estrutura metálica.

A primeira avaliação recai sobre a reconstrução da Porta Norte e da restante muralha. Com cruzamento entre as três ferramentas de investigação, chega-se à conclusão que, tanto a Porta Norte como a restante muralha encontram-se num bom estado de conservação, recuperando o seu valor histórico/simbólico que representam para Idanha-a-Velha.

Esta reconstrução foi extremamente necessária, visto que estruturalmente, antes da intervenção, a Porta Norte e a muralha encontravam-se em ruínas.

Paralelamente à importância que teve a reconstrução estrutural da muralha, o arquiteto também teve um papel semelhante, quando deixa, aos olhos do observador, pormenores de ruína, fruto da delicadeza e sutileza da intervenção, deixando um breve conhecimento do anterior estado da muralha, este facto é confirmado com a própria observação direta no local.

Aliada à reconstrução da muralha encontra-se a nova estrutura metálica, construída para aceder à muralha e ao interior do recinto muralhado, um 'percurso metálico' que percorre todo o alçado Norte da muralha. Através da observação direta no local e pelo parecer dos entrevistados todo o 'percurso metálico' é constituído por um pavimento em grelha metálica suportado por perfis metálicos e as varandas semicirculares são revestidas a chapa de cobre, este encontra-se atualmente num bom estado de conservação e não apresenta sinais de degradação, admitindo assim que haja uma boa manutenção do mesmo.

Obsolescência Funcional:

A obsolescência funcional define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado, espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados (Carmona, 2003). Com o cruzamento das três ferramentas de investigação considera-se que as intervenções realizadas na muralha e na sua envolvente estão aptas e adequadas ao uso a que lhes corresponde.

Perante a análise documental e a observação direta no local, o plano de expansão da aldeia, garantiu uma visão mais alargada do conjunto onde se integra a Porta Norte, considerando-se uma área de intervenção mais ampla que abrangesse o pano de muralha. Tal como a nova estrutura metálica, sobre a muralha, a nova praça, adjacente à muralha, estão perfeitamente adequados a um conjunto de intervenções realizadas em Idanha-a-Velha, espaços capazes de albergar atividades culturais, destinados não só aos residentes locais, mas aos turistas que ali se deslocam, visto que Idanha-a-Velha vive da atividade turística.

Segundo os entrevistados, estes novos espaços são mais utilizados pelos turistas, visto que o espaço público utilizado pelos habitantes locais é o largo da amoreira, um espaço de convívio e lazer, equipado com uma infraestrutura comercial. Após esta análise questionam-se as intervenções realizadas, até que ponto é que se justificam, sabendo que estas serão mais utilizadas pelos turistas e não pelos habitantes locais. Confrontando com esta questão, os entrevistados, ainda assim, defendem as intervenções realizadas em Idanha-a-Velha, asseguram que estas foram muito importantes para o desenvolvimento, divulgação e expansão da aldeia, tornando Idanha-a-Velha um ponto turístico de paragem obrigatória.

Considerando que a principal intervenção do estudo de caso é o 'percurso metálico', construído sobre o alçado Norte da muralha, é importante analisar se este se encontra apto e se o uso é o mais adequado. Assim, correspondendo com o uso atual da muralha, o 'percurso metálico' tem um carácter submisso ao deixar ver o próprio muro da muralha, adequando-se perfeitamente ao uso da muralha. A par desta decisão, estão os elementos arquitetónicos de segurança, por exemplo, todo o pavimento da plataforma metálica e o corrimão. O pavimento da plataforma metálica é perfurado, o que é bom, não só para deixar ver o muro da muralha, mas em dias de chuva a circulação pedonal é segura, não havendo hipótese de escorregar. O corrimão, que percorre toda a extensão do 'percurso metálico', para além de ser funcional, encontra-se perfeitamente dissimulado na muralha.

Obsolescência Local:

A obsolescência local define-se pelo espaço urbano, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros (Carmona, 2003). Perante fatores de avaliação, a primeira análise incide sobre a malha morfológica da aldeia, esta concentra-se, quase na totalidade, no interior do recinto muralhado, assim, justifica-se o programa de expansão e valorização de Idanha-a-Velha, para lá do recinto muralhado.

Dentro deste programa de expansão e valorização de Idanha-a-Velha são vários os objetivos pretendidos. Um dos objetivos desenvolvidos foi os acessos, através da análise documental sabe-se que um novo sistema garante a ligação da estrada municipal, que diverge da estrada nacional, ao novo núcleo habitacional, potencializando Idanha-a-Velha de novas estruturas viárias.

Outro objetivo deste programa era secundarizar o atual acesso ao interior da muralha, do lado Norte, reservado principalmente aos moradores e serviços, assim, transformou-se e equipou-se a atual rua paralela à muralha com o novo parque de estacionamento destinado essencialmente aos turistas, visto que os habitantes locais tem acesso direto ao interior da muralha.

A par do programa de acessibilidades, é importante conhecer quais e como são os acessos ao interior da muralha. Para além do acesso 'principal', do lado norte, paralelo à Porta Norte, existem mais três acessos ao interior do recinto muralhado. A Oeste e Sul, da Porta Norte, encontram-se mais dois acessos, de circulação pedonal e automóvel e a Norte um acesso pedonal a partir da plataforma metálica. Segundo alguns dos entrevistados e confirmado através da análise documental, a muralha só constituía um dos quatro acessos, o da Porta Norte, potencializando, assim, a aldeia com mais três acessos.

No entanto, a nova plataforma metálica é constituída por três acessos, dois em escadaria e um em rampa. O acesso em rampa, que faz a comunicação com o interior do recinto muralhado, possibilita a pessoas com mobilidade condicionada usufruir do 'percurso metálico', mas, não é possível em todo o percurso, pois, este tem um desnível de três degraus sensivelmente a meio da plataforma, devido à estereotomia da muralha. Não desvalorizando a intervenção, os entrevistados são críticos neste tema, pois consideram que as pessoas com mobilidade condicionada deviam poder usufruir de todo o 'percurso metálico'.

Aliado ao 'percurso metálico' existem, em consola e semicirculares, dois espaços que representam os torreões destruídos, espaços funcionais destinados para usufruir da paisagem sobre os vales e cumes das montanhas, um gesto arquitetónico muito bem dominado.

Obsolescência Legal:

A obsolescência legal define-se pelas regras de funcionalidade, que os espaços ou edifícios não têm ou não conseguem ter (Carmona, 2003). Analisando as intervenções realizadas em Idanha-a-Velha conclui-se que estas influenciaram o uso do espaço da muralha e da sua envolvente, dinamizando os espaços públicos e criando soluções de acessibilidade, sendo que "a principal vantagem foi a melhoria do seu estado de conservação".¹⁷

Para além das intervenções anteriormente referidas, Idanha-a-Velha tem uma característica muito própria, o turismo. Assim, as atividades culturais mais frequentes são, exposições, conferências, visitas a museus, entre outras. Os entrevistados confirmam essa tendência turística da aldeia, quando também são da opinião que os usos dos espaços públicos devem ser destinados para atividades culturais.

No entanto, a aldeia de Idanha-a-Velha carece de espaços públicos com infraestruturas que apoiem estas dinâmicas culturais destinadas ao turismo. Por exemplo, o espaço público, o largo da amoreira, é o espaço mais utilizado dos habitantes locais, porque se reúnem no 'café da aldeia'. Todas as infraestruturas culturais estão dispersas pela aldeia, não havendo infraestruturas que apoiem este crescimento virado para o turismo cultural.

¹⁷ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo de Caso _ Muralha de Idanha-a-Velha _ Entrevistas _ entrevistado nº 5 _ p. 142

Obsolescência Imagem:

A obsolescência de imagem define-se pelas alterações de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano (Carmona, 2003). A principal análise recai sobre a muralha e a plataforma metálica.

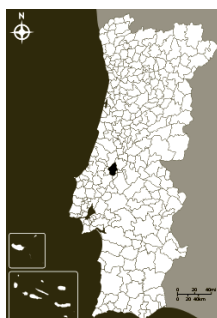
Sabendo que a intervenção não se limitou na valorização da muralha como monumento mas também na valorização da sua envolvente, os entrevistados foram questionados sobre o que a muralha representa ou qual o seu significado. As questões realizadas resultam tendo conhecimento que as intervenções que alteram a imagem dos espaços e ou edifícios são muito marcantes e sempre alvo de críticas, porém, consideram que o valor simbólico e histórico da muralha não desapareceu. Confirmam que, para além de influenciar turisticamente Idanha-a-Velha, houve um aumento turístico depois da intervenção.

As intervenções que estão mais expostas a críticas positivas ou negativas são, a reconstrução da Porta Norte e a muralha, a plataforma metálica e a sua envolvente. Tanto a intervenção na muralha, que respeita a dimensão simbólica e histórica, como a intervenção da plataforma metálica, que respeita o valor da imagem da muralha, e a envolvente, que redesenha, em forma e textura, algumas estruturas romanas descobertas, são intervenções que monumentalizam dignificam e caracterizam um monumento nacional.

3.3 ESTUDO DE CASO _ CASTELO DE TORRES NOVAS _ ENVOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DO CASTELO DE TORRES NOVAS

ESTUDO DE CASO _ CASTELO DE TORRES NOVAS

3.3.1 APRESENTAÇÃO _ CASTELO DE TORRES NOVAS



[Fig. 84] Torres Novas



[Fig. 85] Castelo de Torres Novas



[Fig. 86] Intervenção: circuito pedonal interior/externo

_Localização

Santarém – Torres Novas – Torres Novas (Castelo de Torres Novas).

_Designação

Castelo (Castelo de Torres Novas).

_Tipologia

Arquitetura Militar: Castelo (Castelo de Torres Novas).

_ Categoria / Proteção

Classificado como MN – Monumento Nacional (Castelo de Torres Novas).

_ Grau

Imóvel ou conjunto com valor excepcional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional (Matias, 2005).

_ Utilização Inicial / Utilização Atual / Propriedade

Militar: Castelo / Marco histórico-cultural: turística / Pública: estatal (Matias, 2005).

3.3.1.1 História

3.3.1.1.1 Origem / Cronologia

Os registos históricos não esclarecem com exatidão quais foram os primeiros povos a ocupar Torres Novas. Mas, foram descobertas, em Torres Novas, as ruínas de uma povoação romana e a julgar pelos vestígios arqueológicos, é bem provável que antes dos romanos, outros povos ocupassem este lugar (História de Portugal, 2014). Tal como acontece com Torres Novas, também não há uma data precisa para a construção do castelo.

Antes da reconquista cristã da Península Ibérica, Torres Novas, ou Torris, como era designada nessa altura, estava nas mãos dos Muçulmanos e a zona onde se encontra o castelo de Torres Novas mudou por diversas vezes de possessor ora para os portugueses, ora para os muçulmanos (História de Portugal, 2014).

Mas, depois da reconquista de Lisboa e Santarém, D. Afonso Henriques conquistou definitivamente as terras e o castelo de Torres Novas.

Com a conquista definitiva do Castelo de Torres Novas, D. Afonso Henriques ordenou a reconstrução do mesmo e também o reforço das suas defesas. Foi a partir daí que este local, anteriormente chamado de Torres (Turrís), passou a ser chamado de Torres Novas (História de Portugal, 2014).

Após a morte de D. Afonso Henriques, as obras de reconstrução do castelo continuaram, sob o comando de D. Sancho I. Mas, em 1184 e mais tarde em 1190, os Muçulmanos tentaram reconquistar novamente estas terras, conseguindo mesmo tomar o Castelo de assalto, mas apenas por um curto período de tempo, acabando por ser derrotados pelos soldados portugueses (História de Portugal, 2014).

O final do século 12 é marcado pela reedificação do castelo por D. Sancho I depois da reconquista definitiva do mesmo (Matias, 2005).

Em 1367, por ordem de D. Fernando I, constrói-se o castelo, pelos mestres pedreiros Estêvão Domingues, Estêvão Pais e João Rodrigues (Matias, 2005).

Depois das lutas com Castela, em 1372, onde o castelo é destruído por Henrique II de Castela, o rei D. Fernando I ordenou que fossem feitas obras de ampliação ao castelo e também que a cerca da vila fosse ampliada, essas obras tiveram início em 2 de janeiro de 1374 e terminaram em 1376 (História de Portugal, 2014).

Com o passar do tempo, Torres Novas começou a perder expressão face a outros lugares em seu redor e o Castelo de Torres Novas perdeu a sua importância. E em 1755, depois do terramoto de Lisboa, tendo o castelo sido muito abalado, este ficou totalmente abandonado (História de Portugal, 2014).

Em 1758, as casas de residência do alcaide, de tipo ogival, foram aproveitadas para instalar a cadeia e o carcereiro, já não se pode dizer o mesmo das casas dos soldados, situadas dentro do castelo, estas encontravam-se em ruínas (Matias, 2005).

A 3 de Abril de 1839, D. Maria I concede oficialmente o recinto do castelo à Câmara Municipal de Torres Novas que já o utilizava para servir de cemitério público desde 1835 (Matias, 2005).

A consequência da deterioração do castelo apenas parou quando, em 23 de Junho de 1910, o Castelo de Torres Novas foi considerado como Monumento Nacional (História de Portugal, 2014).

Para além do castelo, em 1923 as muralhas do castelo são cedidas à Câmara Municipal de Torres Novas pelo Ministério da Guerra que continua a ser o legítimo proprietário do castelo segundo as condições estipuladas pela Inspeção Geral de Fortificações e Obras Militares. A Câmara comprometia-se a: sempre que executasse obras de conservação e reparação, que estas fossem fiscalizadas pela referida Inspeção Geral; não dispor do espaço para qualquer fim sem ser autorizada pelo Ministério da Guerra; prover a guarda do castelo como monumento militar (Matias, 2005).

Assim, a Direção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) promoveu algumas obras de consolidação e restauro, quer na década de 1940, quer na década de 1970 (História de Portugal, 2014). Mas, em 1956 sucede-se um desabamento de terras na base do Castelo, do lado Norte destruindo parcialmente as fundações da muralha e de uma torre (Matias, 2005).

Atualmente, o Castelo de Torres Novas encontra-se em bom estado de conservação e é o principal ponto de atração turística de Torres Novas, mas, em Dezembro de 2005 elabora-se a Carta de Risco do imóvel pela DGEMN (Matias, 2005).

3.3.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio

3.3.1.2.1 Descrição

O Castelo de Torres Novas implanta-se no topo de uma colina rodeada pelo Rio Almonda, de difícil acesso dos lados Norte e Oeste. Os vestígios da cerca estão integrados na povoação, servindo de muros de logradouros ou de muros de suporte a habitações, onde uma torre da cerca serve de miradouro, nas proximidades da igreja do Salvador.

Este caracteriza-se pela sua planta poligonal, com dez torres de planta quadrangular, [Fig. 87] acostadas ao pano exterior da muralha. As suas paredes são retilíneas com adarve envolvente, reforçadas por cubelos prismáticos, com merlões quadrangulares em remate, assentes em afloramentos rochosos a Noroeste e Oeste, envolvidos por barbacã a Norte, Este e Sul.

O acesso principal faz-se do lado Sul, através de túnel rasgado sob as antigas casas do alcaide, [Fig. 88] ladeado pelo pano de uma torre nunca reconstruída. Uma segunda porta encontra-se do lado Este, existindo ainda outra porta entaipada na face interna da cortina do mesmo lado. A porta da traição situa-se rasgada numa das torres viradas a Norte, [Fig. 89] com acesso para o recinto por túnel abobadado, [Fig. 90] normalmente considerada como a Torre de Menagem, embora volumetricamente não seja muito diferente das demais.

3.3.1.2.2 Materialidade

Os materiais identificados, na presente estrutura histórica são: cantaria aparelhada e alvenaria com argamassada. As paredes são autoportantes e as torres são em estruturas mistas.

3.3.1.2.3 Intervenções Realizadas (Matias, 2005)

Século 20 - Eletrificação exterior;

1940-1945 - Restauro das torres arruinadas; apeamento e reconstrução de panos de muralha, em alvenaria;

1946 - Levantamento de cortinas das torres; colocação de 14 ameias; cunhais em cantaria para 4 ameias; 2 escadas em cantaria para 2 torres com 18 degraus; 1 escada em alvenaria aparelhada com 9 degraus, do lado Sul; construção de uma abóbada e reparação de outras 2 nas torres e suas portas (incluindo a porta de traição da torre de menagem); consolidação das muralhas;

1955 - Reconstrução do muro do lado Sul;

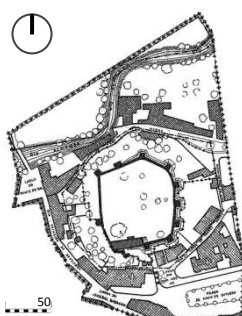
1958 - Obras de conservação nos muros do Castelo: colocação de drenos, plantação de arbustos;

1959 - Consolidação de um troço da muralha;

1960 - Colocação de um monumento comemorativo do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, na zona de proteção do Castelo;

1963 - Procederam-se a várias obras de conservação e consolidação das muralhas;

1971 - Restauro das casas do alcaide e adaptação das mesmas a salão de chá.



[Fig. 87] Planta Castelo



[Fig. 88] Acesso Sul



[Fig. 89] Torre Norte



[Fig. 90] Porta da Traição

3.3.2 ANÁLISE _ ENVOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DO CASTELO DE TORRES NOVAS

O projeto realizado é da autoria do Arquiteto Paisagista Luís Pereira. A intervenção realizada situa-se em Torres Novas, concelho de Torres Novas, distrito de Santarém. O castelo de Torres Novas caracteriza-se por ser uma estrutura militar: castelo e está identificado como Monumento Nacional (Castelo de Torres Novas).

3.3.2.1 Programa

A Câmara Municipal de Torres Novas lançou o seu primeiro Plano de Ação – Turrís XXI, executado entre 2000 e 2006 demonstrando capacidade política para definir e alcançar objetivos exigentes. No entanto, a estratégia para o período entre 2007 e 2013 caracteriza a ideia de Torres Novas como cidade e concelho para visitar, viver e investir (Ferreira *et al*, 2007).

A Cidade Criativa caracteriza-se como um método de planificação estratégica, desenvolvendo o modo como as pessoas nela podem pensar, planejar e agir criativamente. Turrís XXI – Cidade Criativa é um projeto pensado para a Cidade de Torres Novas (Ferreira *et al*, 2007).

É um projeto global e planeado, para requalificar o património da Cidade. Ambiciona-se então, “requalificar o património, revitalizar o centro histórico e contribuir para a requalificação humana através das várias vertentes vivas que emergirão através da Cidade Criativa” (Ferreira *et al*, 2007. P. 4). Este tem em atenção a necessidade de recuperar o património histórico e cultural da Cidade de Torres Novas.

A prioridade deste programa é o enquadramento de toda a cidade, definindo as principais intervenções, num plano com vantagens sobre o ato isolado e descontínuo de recuperação e edificação, visa a total revitalização do património do centro histórico (Ferreira *et al*, 2007).

O programa ou projeto de Torres Novas – Cidade Criativa recai sobre a requalificação do património municipal do centro histórico, na dinamização museológica e educativa dos seus espaços, com o intuito de promover a sua vivência.

O objetivo final deste programa é criar uma cidade viva, local de encontro e de interatividade, fonte de recursos e de conhecimentos que estimule a criação e a formação, o usufruto cultural e de lazer. Assim, integram-se vários espaços a recuperar, adaptar ou edificar, nomeadamente o castelo. Este programa ou projeto está voltado para as necessidades futuras, atuando e refletindo sobre o legado e a memória do passado, mas sempre consciente da realidade presente (Ferreira *et al*, 2007).

3.3.2.2 Intervenção

3.3.2.2.1 Análise Documental

A intervenção ‘Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas’ (2009), da responsabilidade do Município de Torres Novas e da autoria do Arquiteto Paisagista Luís Pereira, é a primeira de um conjunto de intervenções a desenvolver no programa Turrís XXI – Cidade Criativa de Torres Novas.

Obsolescência Física / Estrutural:

Esta obsolescência reporta sobre o espaço e ou edifício analisa fatores relacionados com as condições ambientais e a fraca manutenção (Carmona, 2003). Assim, o principal ponto de observação é a estrutura física/estrutural da intervenção.

O castelo de Torres Novas tem sido alvo de intervenções [Fig. 91/92] que visam assegurar a consistência das suas torres e ameado. A erosão e as mazelas causadas pelas aves deixaram-no em estado que ameaçava mesmo o desmoronamento de algumas torres. [Fig. 93]

Para além do castelo, a alcaidaria [Fig. 94] sofreu obras de recuperação. Para além da cobertura, foram consolidadas todas as estruturas de suporte e outros melhoramentos gerais.



[Fig. 91] Antes da intervenção

[Fig. 92] Depois da intervenção

[Fig. 93] Torre

[Fig. 94] Alcaidaria

Obsolescência Funcional:

A análise da obsolescência funcional (Carmona, 2003), nomeadamente os espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados, define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado.

No interior do castelo, realizou-se a remodelação do jardim, [Fig. 95] que não está em conformidade com a filosofia da verdadeira rentabilização do espaço, mas sim numa perspetiva de outro tipo de iniciativas lúdico-culturais. Para além do jardim, o castelo está dotado de um novo e moderno sistema de iluminação [Fig. 96] e de um pequeno anfiteatro [Fig. 97] que permitirá maior polivalência ao espaço.

A alcaidaria [Fig. 98] do castelo também foi alvo de uma proposta de atração turística e lúdica como complemento ao castelo. Para isso, foi instalada a componente de museologia arqueológica, pois se considera apropriado à sua exposição. Para além da alcaidaria, na torre abobada do castelo também foi instalada a componente de museologia.



[Fig. 95] Jardim

[Fig. 96] Iluminação Artificial

[Fig. 97] Anfiteatro

[Fig. 98] Alcaidaria

Obsolescência Local:

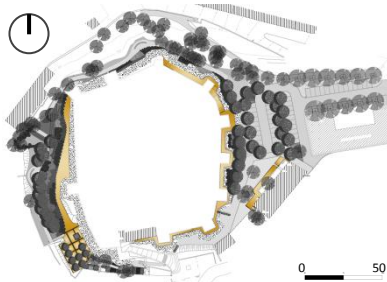
Ao contrário das anteriores, a obsolescência local (Carmona, 2003), está mais relacionada com o espaço, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros.

Uma importante intervenção foi a obra de envolvência do castelo, [Fig. 99] um autêntico jardim multifacetado e ajustado à riqueza histórico-patrimonial do berço da cidade e do concelho. A intervenção estende-se até à envolvência dos atuais Paços do Concelho e contempla a muralha da Cerca que também foi alvo de uma recuperação.

Com esta requalificação foi necessário a criação de um parque de estacionamento junto à Câmara Municipal e entrada do castelo, visto que esta zona é carenciada a esse nível. Junto a este parque de estacionamento, poder-se-á dar início ao percurso pedonal ao longo das muralhas do castelo.

Durante este percurso é possível encontrar zonas de estadia e contemplação com bancos, [Fig. 100] de onde se poderá usufruir da paisagem envolvente ou, somente descansar. Todo este percurso está enquadrado com a vegetação arbórea existente, as muralhas, um de prado florido, vegetação arbustiva nos taludes predominantemente de espécies locais [Fig. 101] e aromáticas e naturalmente as vistas sobre a cidade de Torres Novas.

No entanto, no final deste percurso existia uma barreira física, uma parede, [Fig. 102] que não permitia a ligação deste percurso, com o caminho junto às muralhas, no entanto este problema foi resolvido com a construção de um pórtico, com acesso através de umas escadas de ferro, que permite a continuidade do percurso como um todo, garantindo um percurso que percorre toda a envolvente ao castelo.



[Fig. 99] Projeto de Revitalização do Castelo



[Fig. 100] Circuito Pedonal



[Fig. 101] Vegetação Envolvente



[Fig. 102] Pórtico

Obsolescência Legal:

Ao analisar os espaços e ou edifícios, é importante entender as suas regras de funcionalidade, que estes não têm ou não conseguem ter, esta análise advém da obsolescência legal (Carmona, 2003).

Tal como já foi referido anteriormente, no interior do castelo, realizou-se a remodelação do jardim, devidamente adaptado, acolhe de forma pontual diversas atividades, nomeadamente, atividades próprias dos serviços educativos, atividades culturais compatíveis e atividades adequadas há dignidades e aos cuidados que o espaço requer.

Para além do espaço interior do castelo, tanto a alcaidaria como a torre abobadada do castelo são espaços que adquiriram a componente museológica. A alcaidaria é atualmente um núcleo museológico, bar e sala de chá, com o objetivo de ser um espaço de atração turística e lúdica. A torre abobada é atualmente um museu, exclusivamente associado à história do castelo, que permite ao visitante o conhecimento da história do monumento e, com ela, a história da cidade de Torres Novas.

No que se refere ao exterior do castelo, nomeadamente, o percurso envolvente ao castelo, e para além de todos os momentos de contemplação perante a paisagem sobre a cidade, o percurso é munido de um pequeno anfiteatro em madeira para organização de pequenos eventos culturais que será integrado no talude junto às muralhas, com um palco em madeira, podendo assim o público usufruir do espetáculo com um belo cenário natural de fundo.

Obsolescência Imagem:

Distinta das obsolescências anteriores, a obsolescência de imagem (Carmona, 2003), define-se pela alteração de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano.

Desta forma, a requalificação e revitalização da envolvente do castelo, contribuiu assim, para a dinamização desta zona da cidade de Torres Novas, atraindo a população a um vivência e reconhecimento do seu passado histórico.

Sendo o Castelo de Torres Novas o ícone da cidade terá de ser compreendido como a imagem de marca da cidade. A nível turístico é fundamental que o castelo funcione como ponte de informação para a promoção dos outros espaços da cidade.

Com este leque de intervenções, pretendeu-se dignificar a memória histórica do principal monumento da cidade.

3.3.2.2 Entrevistas¹⁸

Para complementar a informação da análise documental, é utilizado outra técnica de recolha de dados, a entrevista. Esta técnica de recolha de dados permite obter informação sobre fatos observados e/ou opiniões expressas. A entrevista, realizada no local, dirige-se às entidades locais e principalmente à população, tratando-se de informantes indiretos. As entrevistas foram realizadas no dia 29/06/2013, a partir das 10h:00m, até ao final do dia.

Obsolescência Física / Estrutural:

Segundo a opinião dos entrevistados, o castelo de Torres Novas encontra-se num bom estado de conservação, melhorando, radicalmente, o seu estado de ruína. O castelo de Torres Novas recupera assim o seu valor histórico e simbólico para os torrejanos.

Obsolescência Funcional:

O castelo, considerado pelos entrevistados, é um espaço público, no entanto, os espaços públicos mais utilizados de Torres Novas são a praça, o jardim da cidade e o circuito pedonal à volta do castelo. Estes espaços públicos são frequentemente utilizados pelos torrejanos e turistas que por ali passam, são espaços de convívio, nomeadamente a praça, espaços de lazer, o jardim da cidade, e espaços para a prática do desporto, principalmente no jardim da cidade e no circuito à volta do castelo.

Para além de considerarem o espaço do castelo um espaço público alguns dos entrevistados faz uma chamada de atenção ao horário de funcionamento, considerando que o horário de funcionamento/visita do castelo devia ser alargado.

Os entrevistados, consideram o espaço exterior e interior do castelo um espaço agradável, caracterizado por ser um espaço verde onde se pode usufruir das vistas sobre a cidade. No entanto, o espaço do castelo “é um espaço pouco utilizado pelos torrejanos, onde a maior parte dos visitantes que se deslocam ao castelo são turistas”.¹⁹ Onde existem condições para que o espaço interior do castelo seja um espaço muito mais dinâmico e atrativo.

Sabendo que o castelo foi sempre um local de visita para os turistas, quase todos os entrevistados afirma que o número de visitantes aumentou, devido às obras de recuperação do castelo, sendo mais divulgado e publicitado.

Mas, a importância desta intervenção não se reflete só no interior do castelo, mas, também, no seu exterior, com a construção de um circuito pedonal que liga o espaço envolvente do castelo ao interior do castelo.

¹⁸ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo de Caso _ Castelo de Torres Novas _ Entrevistas _ p. 146 - 150

¹⁹ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo de Caso _ Castelo de Torres Novas _ Entrevistas _ entrevistado nº 1 _ p. 146

Obsolescência Local:

No que se refere à acessibilidade, depois da intervenção, os entrevistados consideram que o castelo é de fácil acesso, no entanto, referem que o acesso a pessoas com mobilidade condicionada é inexistente.

Segundo a análise documental existem quatro acessos possíveis ao interior do castelo, mas, os entrevistados afirmam que atualmente, depois da intervenção, só se acede ao interior por dois acessos, mas o entrevistado nº1 refere que só estão esses dois abertos ao público por comodismo do funcionário que se encontra no castelo.

Um fator positivo para o castelo é o circuito pedonal na sua envolvente, onde os entrevistados consideram que para além de se criarem mais condições de acessibilidade ao interior do castelo, criam-se dinâmicas entre o exterior e o interior do castelo, favorecendo e dinamizando o espaço interior do castelo.

Obsolescência Legal:

No contexto geral, os entrevistados consideram que a intervenção influenciou o uso do castelo, passando a ser mais divulgado e publicitado. No entanto, as vantagens não foram muitas, apenas para a conservação do castelo e pelo arranjo exterior, pois os entrevistados consideram que as vantagens foram praticamente para os turistas e que para os torrejanos acaba por ser igual.

Para além das intervenções realizadas no castelo e na sua envolvente, os entrevistados foram questionados em relação ao uso e dinamização do castelo. Assim, o uso público é o elegido pelos entrevistados, destacam o espaço do castelo como um potencial para albergar atividades de lazer no âmbito desportivo e ambiental, já que o projeto visou a remodelação do jardim.

Obsolescência Imagem:

O castelo de Torres Novas é de facto um grande ponto turístico da cidade, mas para os entrevistados o castelo não tem só um valor turístico mas sim um valor simbólico e histórico para os torrejanos.

Sabendo que o castelo influencia turisticamente a cidade, os entrevistados consideram que houve um certo aumento, mas não muito significativo, de turistas, porque antes da intervenção realizada, a cidade de Torres Novas e o castelo já eram alvo de atração turística.

3.3.2.2.3 Observação (notas de campo)²⁰

Obsolescência Física / Estrutural:

Sabendo que a obsolescência física / estrutural se define pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção, relativamente aos espaços e edifícios, a observação foca-se no estado de conservação do castelo e da nova intervenção.

Segundo o levantamento feito no local, o castelo [Fig. 103] e as estruturas metálicas, [Fig. 104] encontradas nas torres do castelo para usufruir da paisagem através de binóculos, e as escadas metálicas [Fig. 105] que se encontram pontualmente no decorrer do percurso envolvente ao castelo, encontram-se em muito bom estado de conservação.



[Fig. 103] Castelo



[Fig. 104] Estrutura Metálica



[Fig. 105] Escadas Metálicas

Obsolescência Funcional:

Observando, através da obsolescência funcional, a intervenção destaca-se por alguns aspetos que caracterizam o seu uso atual e se este é o mais adequado.

O programa de intervenção desenvolvido para a cidade de Torres Novas reflete-se, também, no interior do castelo, equipado com um belo jardim e circuitos pedonais, para além da reabilitação da alcaidaria, das instalações sanitárias [Fig. 106] e dos binóculos miradouros. [Fig. 107]

Para além do castelo, o circuito pedonal, envolvente ao castelo, está equipado com duas escadarias metálicas para aceder ao interior do castelo, tornando-o funcional e adequado às necessidades exigidas. No entanto, o pavimento destas estruturas são em chapa metálica o que em dias de chuva a circulação pedonal pode se tornar perigosa. [Fig. 108]

Contudo, a segurança dos que visitam o castelo é importante, por isso, a zona mais alta do recinto amuralhado está equipado com um corrimão de ferro [Fig. 109] e todo o espaço interior e exterior do castelo está equipado com camaras de vigilância. [Fig. 110]



[Fig. 106] Inst. Sanitárias



[Fig. 107] Binoculo



[Fig. 108] Escadas Metálicas



[Fig. 109] Corrimão



[Fig. 110] Sistema de Vigilância

²⁰ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo de Caso _ Castelo de Torres Novas _ Observação (notas de campo) _ p. 151

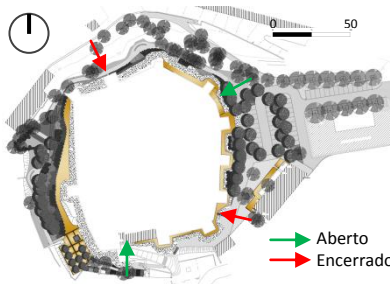
Obsolescência Local:

Este tipo de obsolescência define-se pelo espaço urbano, avaliando fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros.

A principal análise recai sobre o tema da acessibilidade. Existem, atualmente, quatro acessos para se aceder ao interior do castelo, [Fig. 111] mas só dois é que são utilizados, os restantes estão fechados. No entanto, todos os acessos ao interior do castelo são em escadaria, [Fig. 112] o que dificulta ou impossibilita o acesso a pessoas com mobilidade condicionada.

O percurso pedonal que rodeia o castelo permite a ligação / comunicação do exterior ao interior do castelo. Este está equipado com diversos mobiliários urbanos, iluminação, bancos, bebedouros, corrimão de madeira e escadas em estrutura metálica. [Fig. 113]

Um dos objetivos foi potencializar as vistas que o castelo proporciona sobre a cidade de Torres Novas e para isso foi colocado, em duas das torres do castelo, sobre plataformas metálicas, dois binóculos miradouros.



[Fig. 111] Planta de Acessos



[Fig. 112] Escadas de Acesso



[Fig. 113] Escadarias Metálicas

Obsolescência Legal:

Analisando as regras de funcionalidade, que os espaços não têm ou não conseguem ter, o espaço do castelo cumpre com algumas regras, nomeadamente o horário de funcionamento, o espaço do castelo abre de segunda a sexta das 09h:00m – 17h:00m e a entrada é livre. [Fig. 114] Este horário de funcionamento pode ser uma desvantagem para a própria dinamização do castelo, não só pela hora de encerramento mas também pelos dias úteis, considerando que o sábado e o domingo podiam ser dias utilizados para diversas atividades e visitas, não só de locais mas também de eventuais turistas.

Considerando que o castelo tem capacidades para albergar diversas atividades, este recebe anualmente, no último fim-de-semana de Junho, a feira medieval, [Fig. 115] no entanto considera-se que o castelo exhibe poucas atividades.

Obsolescência Imagem:

As intervenções que alteram os valores da imagem dos espaços e dos edifícios, no património arquitetónico, são muito marcantes e sempre alvo de críticas.

O castelo de Torres Novas apresenta-se com uma imagem nova esquecendo o estado de ruína com que se encontrava anteriormente. [Fig. 116]

Para além da forte imagem com que o castelo se apresenta este situa-se mesmo no centro da cidade rodeado de equipamentos culturais, zonas de lazer, zona de comércio e no respetivo centro histórico. [Fig. 117]



[Fig. 114] Horário de Funcionamento



[Fig. 115] Feira Medieval

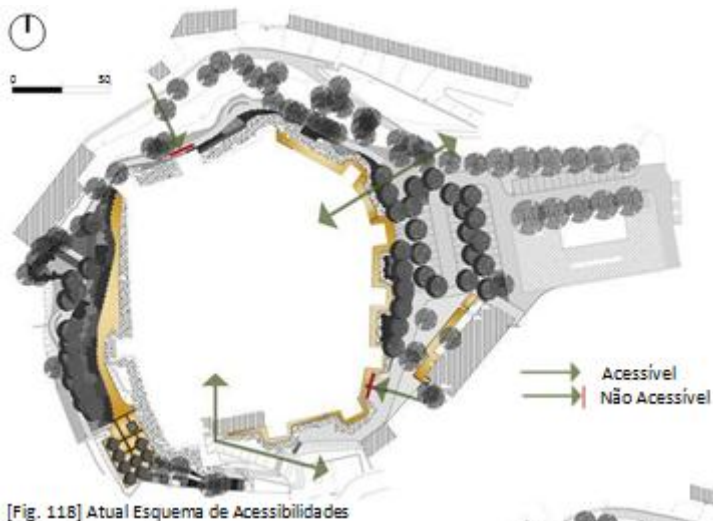


[Fig. 116] Castelo

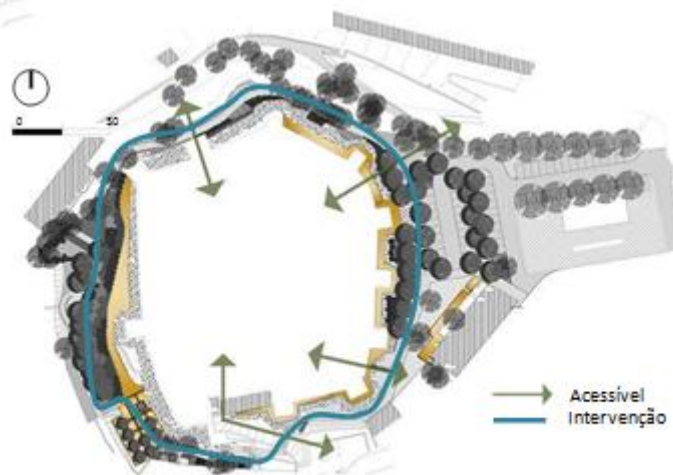


[Fig. 117] Centro da Cidade

Análise de acessibilidades após projeto de intervenção e proposta associada:



[Fig. 118] Atual Esquema de Acessibilidades



[Fig. 119] Proposta do Esquema de Acessibilidades

3.3.3 RESULTADOS FINAIS

A análise do estudo de caso, projeto intitulado como **Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas** da responsabilidade do Município de Torres Novas e da autoria do Arquiteto Paisagista Luís Pereira, dividiu-se em três ferramentas de investigação, a análise documental, a entrevista e a observação (notas de campo), sempre complementadas com a fotografia. Assim, é formado um triângulo de três ferramentas de investigação que se complementam umas com as outras, cruzando a informação de cada uma para obter os resultados finais sobre o estudo de caso.



A informação obtida, das três ferramentas de investigação, é estruturada e organizada pelos indicadores de análise, divididos por cinco categorias de tipos de obsolescência, obsolescência física/estrutural, obsolescência funcional, obsolescência local, obsolescência legal e obsolescência de imagem.

Obsolescência Física / Estrutural:

A obsolescência física/estrutural define-se pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção (Carmona, 2003). Assim, os principais focos de estudo são o castelo e o novo percurso envolvente.

Com o cruzamento das três ferramentas de investigação, principalmente com a observação direta no local, o estado físico / estrutural do castelo e das estruturas metálicas, encontradas nas torres do castelo e no percurso exterior ao castelo, apresentam-se num bom estado de conservação. Segundo a análise documental, o estado prévio do castelo apresentava-se num estado que ameaçava o desmoronamento de algumas torres. No entanto, segundo a opinião dos entrevistados, o estado atual do castelo recupera o seu valor histórico e simbólico para os torrejanos.

Obsolescência Funcional:

A obsolescência funcional define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado, espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados (Carmona, 2003). Com o cruzamento das três ferramentas de investigação considera-se que as intervenções realizadas no castelo e na sua envolvente estão aptas e adequadas ao uso a que lhes corresponde.

No interior do castelo destacam-se várias intervenções, nomeadamente, a remodelação do jardim, numa perspetiva lúdico-cultural, um novo e moderno sistema de iluminação e camaras de vigilância, um pequeno anfiteatro, dois binóculos miradouros e dois museus, no interior da alcaidaria e na torre abobadada.

É também de destacar a requalificação na zona envolvente do castelo. Um grande e multifacetado jardim, equipado com um percurso pedonal que rodeia todo o perímetro do castelo. Este está equipado com escadarias metálicas que dão acesso ao interior do castelo, permitindo assim a ligação exterior / interior. No entanto, a ligação exterior / interior não é possível a pessoas com mobilidade condicionada, pois, todos os acessos são em escadaria.

Segundo os entrevistados, o castelo é considerado um espaço público, no entanto, os espaços públicos mais utilizados pelos torrejanos são a praça, o jardim da cidade e o percurso em torno do castelo. São espaço que se caracterizam pelo convívio, lazer e espaços para a prática do desporto. Mas, caracterizam o interior e exterior do castelo, um espaço verde onde se pode usufruir das vistas sobre a cidade. Apesar de ser um espaço onde a maior parte dos utilizadores são os turistas, existe condições para que o espaço do castelo seja muito mais dinâmico e atrativo.

Obsolescência Local:

A obsolescência local define-se pelo espaço urbano, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros (Carmona, 2003).

A análise, à obsolescência local, incide sobre o tema da acessibilidade. Atualmente, o castelo é constituído por quatro acessos, mas, só dois é que são utilizados, minimizando possíveis dinâmicas entre o exterior e o interior. Mas, estes são feitos através de escadarias, o que dificulta ou impossibilita o acesso a pessoas com mobilidade condicionada.

Contudo, a requalificação da envolvente do castelo, ou seja, o percurso pedonal, foi bem conseguido pelo arquiteto, pois, este percurso cria mais condições de acessibilidade ao interior do castelo, cria dinâmicas entre o exterior e, de certa forma, ajuda a potencializar o próprio espaço interior do castelo. Este está enquadrado com o castelo, com a vegetação arbórea e com as vistas sobre a cidade de Torres Novas.

Obsolescência Legal:

A obsolescência legal define-se pelas regras de funcionalidade, que os espaços ou edifícios não têm ou não conseguem ter (Carmona, 2003).

Uma das principais intervenções, no interior do castelo, foi a remodelação do jardim, acolhe de forma pontual diversas atividades, atividades próprias dos serviços educativos, atividades culturais e atividades adequadas há dignidades e aos cuidados que o espaço requer. Juntamente com a remodelação do jardim estão as requalificações dos espaços da alcaidaria e da torre abobada, transformados num núcleo museológico, bar e sala de chá e num museu associado à história do castelo, respetivamente. Mas, segundo os entrevistados, as vantagens destas intervenções foram praticamente para os turistas, destacam o castelo como um potencial espaço para albergar diversas atividades considerando que o castelo exibe poucas atividades. No entanto, consideram que estas influenciaram o uso do castelo, passando a ser mais divulgado e publicitado. Contudo, o horário de funcionamento pode ser uma desvantagem para a própria dinamização do castelo, não só pela hora de encerramento (17h:00m) mas também pelos dias úteis, considerando que o sábado e o domingo podiam ser utilizados para diversas atividades e visitas.

Para além do interior, o exterior do castelo, também, é munido de atividades. O percurso envolvente ao castelo, para além de todos os momentos de contemplação sobre a paisagem urbana da cidade, é equipado com um pequeno anfiteatro para organização de pequenos eventos culturais, podendo assim o público usufruir do espetáculo com um belo cenário natural de fundo.

Obsolescência Imagem:

A obsolescência de imagem define-se pelas alterações de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano (Carmona, 2003). A principal análise recai sobre o castelo e a requalificação da sua envolvente.

Para além da forte imagem, o castelo, situa-se mesmo no centro da cidade rodeado de equipamentos culturais, zonas de lazer e zonas de comércio, tornando-se um grande ponto turístico da cidade com valor histórico e simbólico para os torrejanos. O castelo de Torres Novas, sendo um ícone da cidade, teve de ser compreendido como imagem de marca da cidade, dessa forma, a requalificação e revitalização da envolvente do castelo, contribuiu assim, para a dinamização desta zona da cidade de Torres Novas. Assim, dignificou-se a memória histórica do principal monumento da cidade.

ANÁLISE COMPARATIVA

_ Informação obtida da análise documental, das entrevistas e da observação (notas de campo)

3.4 CASOS DE ESTUDO

_ CASTELO DE LINHARES _ REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CASTELO DE LINHARES

_ MURALHA DE IDANHA-A-VELHA _ RESTAURO DA PORTA NORTE E ARRANJOS EXTERIORES

_ CASTELO DE TORRES NOVAS _ ENVOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DO CASTELO DE TORRES NOVAS

3.4.1 ANÁLISE COMPARATIVA _ ESTUDOS DE CASO

A análise de cada estudo de caso, Requalificação e Revitalização do Espaço Interior do Castelo de Linhares, Restauro da Porta Norte e Arranjos Exteriores da Muralha de Idanha-a-Velha e Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas, dividiu-se em três ferramentas de investigação, a análise documental, a entrevista e a observação (notas de campo), sempre complementadas com a fotografia.

A informação obtida, das três ferramentas de investigação, é estruturada e organizada pelos indicadores de análise, divididos por cinco categorias de tipos de obsolescência, obsolescência física / estrutural, obsolescência funcional, obsolescência local, obsolescência legal e obsolescência de imagem. Assim, compara-se as cinco categorias de tipos de obsolescência de cada estudo de caso.

Obsolescência Física / Estrutural:

Sabendo que a obsolescência física / estrutural se define pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção, a análise comparativa recai sobre os estados físicos e estruturais, tanto dos castelos como das posteriores intervenções.

No caso do Castelo de Linhares, a estrutura apresenta-se com uma ligeira falta de manutenção, observam-se diferentes graus de degradação na estrutura e a presença de vegetação nos alçados Norte e Oeste. Nos casos da Muralha de Idanha-a-Velha e no Castelo de Torres Novas, as estruturas apresentam-se num bom estado de conservação, recuperando o valor histórico e simbólico.

Para a Muralha de Idanha-a-Velha esta reconstrução foi extremamente necessária, visto que estruturalmente, antes da intervenção, a Porta Norte e a muralha encontravam-se em ruínas. No caso do Castelo de Torres Novas, o estado prévio ameaçava o desmoronamento de algumas torres.

A intervenção realizada no castelo de Linhares, tanto as escadarias metálicas como o interior das torres apresentam-se num bom estado de conservação. No entanto, o circuito pedonal manifesta algum grau de degradação. Este desenha-se em plataformas de betão com base quadrangular e a sua estrutura é constituída por perfis metálicos, algumas das peças estão parcialmente soltas e já se observa a armação.

Ao contrário da intervenção no Castelo de Linhares, as intervenções, realizadas na Muralha de Idanha-a-Velha e no Castelo de Torres Novas, encontram-se em muito bom estado de conservação e não apresentam sinais de degradação, admitindo assim que haja uma boa manutenção.

No caso da Muralha de Idanha-a-Velha, o arquiteto deixa aos olhos do observador, pormenores de ruína, fruto da delicadeza e subtileza da intervenção, deixando um breve conhecimento do anterior estado da muralha. Aliada à reconstrução da muralha encontra-se a nova estrutura metálica, construída para aceder à muralha e ao interior do recinto muralhado, um 'percurso metálico' que percorre todo o alçado Norte da muralha. Este é constituído por um pavimento em grelha metálica suportado por perfis metálicos e as varandas semicirculares são revestidas a chapa de cobre.

Obsolescência Funcional:

Já anteriormente referida, a obsolescência funcional define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado, espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados. Assim, através das ferramentas de investigação, considera-se que todas as intervenções realizadas em todos os estudos de caso estão parcialmente aptas e adequadas ao uso a que lhes corresponde.

No interior do Castelo de Linhares destacam-se várias intervenções, o circuito pedonal, as escadarias metálicas, que dão acesso ao interior das torres e a requalificação da organização das torres. Mas, destaca-se o circuito pedonal como a principal intervenção, esta procura responder às necessidades básicas de conforto que um circuito pedonal exige, onde o projeto visa vencer a topografia irregular existente no interior do castelo. No entanto, os objetivos desta solução não foram totalmente alcançados, pois, o esquema do circuito não permite a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.

Paralela à infraestrutura está a caracterização e dinamização do espaço interior e exterior do castelo. Este é um espaço público, um espaço agradável, verde, atrativo e que oferece uma paisagem sobre os vales e cumes da montanha. Mas, segundo os entrevistados, todo aquele espaço do castelo deveria ser muito mais dinamizado e utilizado, principalmente pela população local. Ainda assim, a intervenção foi importante na questão da mobilidade, da conservação e da possibilidade de perda daquele património.

No caso da Muralha de Idanha-a-Velha, destaca-se o plano de expansão da aldeia, onde garantiu uma visão mais alargada do conjunto onde se integra a Porta Norte, considerando-se uma área de intervenção mais ampla que abrangesse o pano de muralha. Tal como a nova estrutura metálica, sobre a muralha, a nova praça, adjacente à muralha, estão perfeitamente adequados a um conjunto de intervenções realizadas em Idanha-a-Velha, espaços capazes de albergar atividades culturais, destinados não só aos residentes locais, mas aos turistas que ali se deslocam.

Sabendo que, através dos entrevistados, estes novos espaços são mais utilizados pelos turistas e não pelos habitantes locais, questionam-se as intervenções realizadas, até que ponto é que se justificam. Contudo, estas foram muito importantes para o desenvolvimento, divulgação e expansão da aldeia.

No Castelo de Torres Novas destacam-se várias intervenções, no interior, a remodelação do jardim, numa perspetiva lúdico-cultural, um novo e moderno sistema de iluminação e camaras de vigilância, um pequeno anfiteatro, dois binóculos miradouros e dois museus, no interior da alcaidaria e na torre abobada, no exterior, um grande e multifacetado jardim, equipado com um percurso pedonal que rodeia todo o perímetro do castelo. Este está equipado com escadarias metálicas que dão acesso ao interior do castelo, permitindo assim a ligação exterior / interior. No entanto, a ligação exterior / interior não é possível a pessoas com mobilidade condicionada, pois, todos os acessos são em escadaria.

Obsolescência Local:

A análise, à obsolescência local, incide sobre o tema da acessibilidade.

O Castelo de Linhares constitui três acessos ao seu interior, mas, só o acesso da porta Sul é que está ativo, a porta Norte e a porta Oeste estão atualmente encerradas e desprovidas de qualquer tipo de acesso exterior, minimizando possíveis dinâmicas entre o exterior e o interior. O acesso pela porta Sul dificulta ou impossibilita o acesso a pessoas com mobilidade condicionada visto que é feito sobre um enorme rochedo que se encontra sob o castelo. Posto isto, a porta Norte e a porta Oeste podem ser uma alternativa à porta Sul, dinamizando o interior do castelo com vários acessos alternativos.

No Castelo de Torres sucede-se exatamente o mesmo, este é constituído por quatro acessos, mas, só dois é que são utilizados, minimizando possíveis dinâmicas entre o exterior e o interior. Estes são feitos através de escadarias, o que dificulta ou impossibilita o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Contudo, a requalificação da envolvente do castelo, o percurso pedonal, cria dinâmicas entre o exterior e o interior potencializando o próprio espaço interior do castelo.

Ao contrário dos casos anteriormente referidos, a Muralha de Idanha-a-Velha usufrui de todos os acessos, dinamizando a ligação exterior / interior.

A primeira análise incide sobre a malha morfológica da aldeia, esta concentra-se, quase na totalidade, no interior do recinto muralhado, assim, justifica-se o programa de expansão e valorização de Idanha-a-Velha, para lá do recinto muralhado. Dentro deste programa de expansão e valorização são vários os objetivos pretendidos, nomeadamente, os acessos, potencializando Idanha-a-Velha de novas estruturas. Outro objetivo deste programa era secundarizar o atual acesso ao interior da muralha, do lado Norte, reservado aos moradores e serviços.

A par do programa de acessibilidades, é importante saber quais e como são os acessos ao interior da muralha. Para além do acesso 'principal', a Norte, existem mais três acessos ao interior do recinto muralhado, a Oeste, a Sul e um terceiro paralelo ao acesso principal. A Oeste e Sul são acessos de circulação pedonal e automóvel e o terceiro acesso é a partir da plataforma metálica.

A plataforma metálica é constituída por três acessos, dois em escadaria e um em rampa. O acesso em rampa, faz a comunicação com o interior do recinto muralhado, possibilita a pessoas com mobilidade condicionada usufruir do 'percurso metálico', mas, não é possível em todo o percurso, pois, este tem um desnível de três degraus sensivelmente a meio da plataforma, devido à estereotomia da muralha.

Com a análise comparativa, verifica-se que, ao contrário da Muralha de Idanha-a-Velha, o Castelo de Linhares e o Castelo de Torres Novas não usufruem de todos os acessos constituintes das respetivas estruturas medievais. Posto isto, os acessos ao interior dos espaços medievais são importantes, para dinamizar e potencializar as ligações entre o exterior e o interior.

Obsolescência Legal:

A obsolescência legal analisa as regras de funcionalidade, que os espaços ou edifícios não tem ou não conseguem ter.

No caso do Castelo de Linhares, as principais intervenções são o circuito pedonal, as escadarias metálicas e a requalificação da organização das torres. Estas influenciaram o uso do castelo, na perspectiva em que o castelo passou a ser mais divulgado e publicitado. Mas, segundo os entrevistados, o castelo deveria ser um espaço muito mais dinâmico e mais ativo, através de atividades culturais.

Na Muralha de Idanha-a-Velha destaca-se a plataforma metálica e todo o programa de expansão da aldeia, influenciando a envolvente e o uso do espaço da muralha, dinamizando os espaços públicos e criando soluções de acessibilidade. Visto que a aldeia vive do turismo, as atividades culturais mais frequentes são, exposições, conferências, visitas a museus, entre outras.

As principais intervenções, no Castelo de Torres Novas, são a remodelação do jardim, que acolhe de forma pontual diversas atividades, atividades próprias dos serviços educativos, atividades culturais e atividades adequadas há dignidades e aos cuidados que o espaço requer; as requalificações dos espaços da alcaidaria e uma das torres, transformados num núcleo museológico, bar e sala de chá e num museu associado à história do castelo, respetivamente; e o percurso envolvente ao castelo, equipado com um pequeno anfiteatro para organização de pequenos eventos culturais, podendo assim o público usufruir do espetáculo com um belo cenário natural de fundo, para além de todos os momentos de contemplação sobre a paisagem urbana da cidade.

Obsolescência imagem:

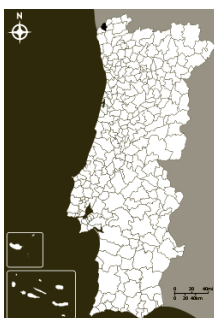
A análise da obsolescência de imagem recai sobre as alterações de imagem dos espaços ou dos edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano.

Segundo a análise realizada sobre os três estudos de caso conclui-se que qualquer um está perfeitamente situado e incorporado na paisagem, rural ou urbana, onde a respetiva intervenção contribui para a dinamização e valorização do seu espaço interior e exterior. Para além de serem um ícone da sua própria localidade, os três estudos de caso, o Castelo de Linhares, a Muralha de Idanha-a-Velha e o Castelo de Torres Novas, têm de ser compreendidos como uma imagem de marca, dessa forma, têm para os habitantes um valor histórico, simbólico e atualmente são o principal foco turístico.

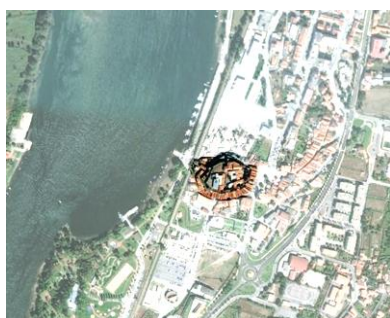
CAPITULO IV _ ESTUDO DO LOCAL

ESTUDO DO LOCAL _ CASTELO D. DINIS DE VILA NOVA DE CERVEIRA

4.1 APRESENTAÇÃO _ CASTELO D. DINIS



[Fig. 120] V. N. Cerveira



[Fig. 121] Castelo D. Dinis



[Fig. 122] Centro Histórico

Localização

Vila Nova de Cerveira – Vila Nova de Cerveira – Vila Nova de Cerveira (Castelo de Vila Nova de Cerveira).

Designação

Castelo de Vila Nova de Cerveira (Castelo de Vila Nova de Cerveira).

Tipologia

Arquitetura Militar: Castelo (Castelo de Vila Nova de Cerveira).

Categoria / Proteção

Monumento (Noé, 1992) – Classificado como IIP _ Imóvel de Interesse Público (Castelo de Vila Nova de Cerveira).

Grau

Imóvel ou conjunto com valor tipológico, estilístico ou histórico ou que se singulariza na massa edificada, cujos elementos estruturais e características de qualidade arquitetónica ou significado histórico deverão ser preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Imóvel de Interesse Público (Noé, 1992).

Utilização Inicial / Utilização Atual / Propriedade

Militar: Castelo / Turística: Pousada / Privada: pessoa coletiva (Noé, 1992).

4.1.1 História

4.1.1.1 Origem / Cronologia

A presença humana por estas regiões remonta à pré-história, vários são os achados paleolíticos referenciados na bacia do Minho. No primeiro milénio a.C., e na Idade do Ferro, existe um quadro e conhecimento mais vasto. Na área do concelho são identificados vários povoados, castros de tipo agrícola, dos quais se destaca o Castro de Lovelhe (Ramalho, 2006).

No século IX, em 1096, o Rio Minho assume o papel de fronteira, o que originou a necessidade de estabelecer pontos fortificados que defendessem com alguma regularidade o seu curso. Assim, Afonso Henriques entregaria a construção dos principais castelos e áreas administrativas a nobres que garantissem fidelidade e eficácia, no caso de Cerveira teria sido entregue à população cerveirense (Ramalho, 2006).

A partir do início do século XIII, todas as preocupações estratégicas da região e todo o interesse régio passaram para as construções militares. Assim, surge com D. Dinis, um novo tipo de estrutura militar, assim como a alteração dos seus princípios de construção e implantação (Almeida, 2000).

O castelo foi essencial na atribuição da carta de foral, construído por volta de 1320, surge fruto de alterações nas estratégias militar e da evolução do conceito de defesa (Almeida, 2000). A sua localização terá tido em conta fatores estratégicos, erguido sobre um morro contíguo à margem do Rio Minho, controlava a passagem entre Portugal e Espanha, assim como o fluxo de embarcações. Em termos arquitetónicos o castelo encontra-se na transição entre o românico e o gótico, onde os princípios góticos dominam a estrutura (Ramalho, 2006).

Uma outra transformação trazida pelo gótico consiste no regresso à fortificação de povoados, mediante a construção de cercas. Atualmente, o castelo contém oito torres distribuídas de uma forma desigual pelo pano muralhado, reforçando a capacidade de defesa do castelo. Mais tarde, surge a construção da barbacã, segunda linha da muralha, que atualmente, as edificações das ruas César Maldonado e Costa Pereira, se encontram adoçadas, sendo o primeiro alinhamento de casas a ser construído, que terá começado a formar-se, relativamente, a partir do século XVI (Almeida, 2000).

A documentação refere a instalação de 100 famílias, o que num espaço tão pequeno eram impossível acomodar. E é no início do século XIV que surgem as linhas diretoras da malha urbana de Vila Nova de Cerveira. No século XVII, surgem as preocupações militares e estratégicas que orientariam a evolução da vila e a sua vivência (Almeida, 2000).

Após os confrontos de 1657 houve a necessidade de fortificar mais adequadamente a povoação e defender a passagem do rio que se poderia fazer com alguma facilidade frente a Cerveira. Entre 1660 e 1665, por ordem de D. Diogo de Lima, construíam-se a fortaleza moderna de Vila Nova de Cerveira, a par da construção da atalaia, e do forte de Lovelhe (Ramalho, 2006).

Mas, nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX assiste-se à decadência da estrutura fortificada moderna, mas também a um dos momentos de maior impulso construtivo de carácter particular e pública da história da vila de Cerveira (Ramalho, 2006).

Ao longo do século XIX, a vila foi crescendo e foram construindo novos e importantes edifícios, não alheia a esta evolução, surgem importantes infraestruturas como a linha de caminho-de-ferro (Ramalho, 2006).

Ao contrário do século XIX, o século XX, até aos anos oitenta, não trouxe alterações significativas à malha urbana da vila. No entanto, com o crescimento da vila a fortaleza moderna foi-se destruindo. No início dos anos 70, surge a construção da estrada nacional e só nos finais dos anos 90 a vila começa a assumir terrenos como prolongamento da malha urbana. No entanto, nos anos 80, o castelo D. Dinis vê construída no seu interior a atual pousada D. Dinis (Ramalho, 2006).

4.1.2 Características Arquitetónicas do Estado Prévio

4.1.2.1 Descrição

O castelo caracteriza-se pela sua planta oval, formada por oito torres quadrangulares desenvolvidas no perímetro exterior da muralha, integrando o baluarte de S. Miguel sobre o rio e conservando parte da barbacã virada ao terreiro da vila.

O principal acesso ao castelo faz-se através da porta da barbacã, em arco quebrado, integrado no corpo retangular da capela de N^a. S^a da Ajuda, que aproveita inferiormente o espaço de implantação até à muralha, criando a entrada para o castelo em cotovelo (Noé, 1992). O seu frontispício tem cunhais de cantaria, um frontão triangular, e no segundo piso uma porta com frontão interrompido e varandim

corrido (Noé, 1992). A barbacã segue depois para Este com muros arredondados ou em ângulo agudo, mas depois da torre o seu traçado é apenas visível na organização da malha urbana.

Seguindo o acesso principal, passando pela porta da barbacã, surge uma segunda entrada, uma dupla porta, a primeira na muralha entre a Capela da Senhora da Ajuda e a torre, tendo arco quebrado sobre pés direitos; a segunda fica na torre adjacente, com duplo vão e arco pleno.

No interior do castelo, corre em todo o perímetro do castelo o adarve, situado na espessura da muralha e com escadas de pedra para acesso. As torres, já sem o seu coroamento, têm diferentes alturas. As torres a Oeste conservam parapeito saliente. O baluarte do castelo encontra-se com moldura no muro exterior, tem acesso por uma pequena porta de arco pleno, designada por porta da traição, junto à qual existe uma cisterna.

Entre as várias construções intramuros conserva-se parte da antiga residência dos governadores, com porta em arco quebrado. E ainda, toda a estrutura da recente Pousada D. Dinis.

4.1.2.2 Materialidade

Os materiais identificados, do castelo, são a estrutura de granito com aparelho aparente, paredes autoportantes, estrutura mista em cantaria (Noé, 1992).

4.1.2.3 Intervenções Realizadas (Noé, 1992)

1969 - Consolidação, tratamento de paredes e diversos;

1977 - Trabalhos não previstos;

1977 / 1982 - Adaptação do castelo a pousada;

1980 - Beneficiação do conjunto amuralhado compreendendo a defesa de pavimentos dos adarves; equipamento de cozinhas, copa, bar e lavandaria; projeto de adaptação parcial de casa 1 e 2 para instalação da central telefónica;

1982 - Obras de recuperação de coberturas e arranjos exteriores;

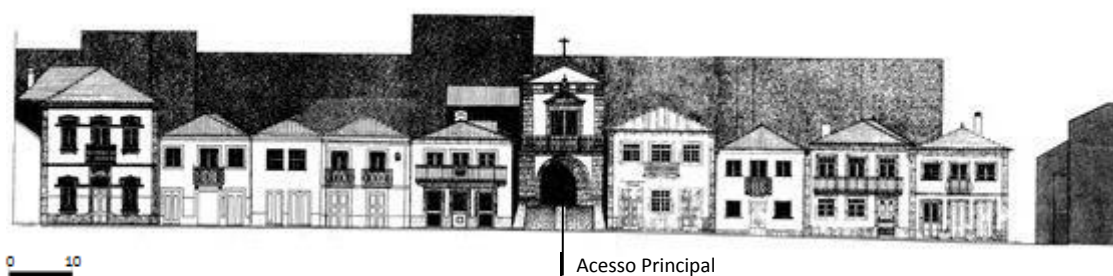
1983 - Alteração do sistema do termo – ventilação da lavandaria, trabalhos de beneficiação;

1984 - Beneficiação do caminho de ronda;

1985 - Trabalhos de beneficiação;

2004 - Aprovação da candidatura do “Plano Diretor das Fortalezas transfronteiriças do Vale do Minho”, no âmbito do Programa Interreg III (CIEFAL-ICOMOS, 2008);

2006 - Apresentação pública do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico, coordenado pelo arquiteto Sandro Lopes e pela arqueóloga Paula Ramalho, da Câmara Municipal (CIEFAL-ICOMOS, 2008).



[Fig.123] Alçado Este

4.2 ANÁLISE _ ESTADO ATUAL _ CASTELO D. DINIS

A última intervenção realizada no castelo D. Dinis é da autoria do Arquiteto Alcino Soutinho, adaptação das habitações intramuros a pousada, nos anos 80. Um projeto inédito e único que aborda de forma pioneira, o tema da reconversão urbana, tendo por isso encontrado ao longo de todo o percurso muitas contrariedades ao nível de política e gestão urbana, sendo apenas inaugurada, aproximadamente, 10 anos depois de o projeto se ter iniciado.

4.2.1 Programa

No início do séc. XX, com a instalação dos novos Paços do Concelho e do Hospital no exterior da muralha medieval, o castelo deixa de se apresentar como o centro da Vila indo sendo progressivamente abandonado, deixando as suas habitações intramuros entregues à degradação.

É neste contexto que em 1971 surge a ideia de aproveitar o conjunto edificado intramuros para a instalação de uma pousada, vontade já manifestada em 1958 pela Câmara Municipal alegando a inexistência de estruturas hoteleiras e a necessidade de proceder à requalificação do Castelo que se encontrava bastante abandonado, vendo na instalação de uma Pousada, uma ótima oportunidade para o fazer (Venda, 2008).

O Arquiteto Alcino Soutinho conseguiu trabalhar com as habitações intramuros através de um critério de aproveitamento das construções existentes, com o objetivo de manter a memória dos espaços, assegurando de certa forma a coerência do conjunto (Venda, 2008). Deste modo, a intervenção no castelo para a adaptação a pousada incidiu maioritariamente na reorganização dos interiores das habitações, destinadas ao alojamento dos hóspedes, mantendo os edifícios mais simbólicos, como a Igreja da Misericórdia e a antiga Câmara, adaptada a zonas de estar e de lazer.

Este projeto consegue abordar um tema de difícil resolução, ao nível programático, alcançando uma integração equilibrada entre o ambiente medieval do núcleo urbano com um corpo de características contemporâneas, numa relação perfeita entre a memória e a criação (Venda, 2008).

Esta adaptação a pousada funcionaria, sensivelmente, durante 20 a 25 anos, dando-se assim o encerramento da atividade da Pousada no início do século XXI. Assim, todo o espaço do Castelo Medieval continua atualmente como um espaço obsoleto que carece de dinâmicas sociais, económicas e culturais, juntamente com a inatividade do equipamento da pousada.²¹

²¹ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Programa _ Cedência da pousada D. Dinis _ p. 153

4.2.1 Análise Documental

A última intervenção no Castelo D. Dinis foi da responsabilidade do Grupo Pestana com a aprovação da DGEMN a par da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, da autoria do Arquiteto Alcino Soutinho, nos anos 80.

Obsolescência Física / Estrutural:

Esta obsolescência reporta sobre o espaço e ou edifício analisa fatores relacionados com as condições ambientais e a fraca manutenção (Carmona, 2003). Assim, o principal ponto de observação é a estrutura física/estrutural do castelo.

O castelo D. Dinis de Vila Nova de Cerveira tem sido alvo de várias intervenções que visam assegurar a estrutura física do castelo, conservando a sua configuração antiga, ainda que muito alterada pela passagem do tempo, as remodelações e diferentes usos sucessivos.

A quase totalidade dos elementos conservados do castelo D. Dinis foram restaurados e reabilitados em numerosas ocasiões, principalmente a partir do momento em que tem utilização como pousada. Atualmente o castelo e a pousada apresentam-se com uma ligeira falta de manutenção na sua estrutura.

Obsolescência Funcional:

A análise da obsolescência funcional (Carmona, 2003), nomeadamente os espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados, define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado.

No interior do castelo, a intervenção mais significativa foi realmente a da pousada, [Fig. 124] esta foi a última intervenção realizada no castelo, nos anos 80. Já referenciada, a pousada encontra-se atualmente inativa, e à procura de soluções está a Câmara Municipal, para recuperar todo aquele património e devolver as suas origens à população cerveirense.

Para além de todo aquele equipamento em desuso, o espaço interior do castelo é dotado com alguns espaços verdes, [Fig. 125] circuitos pedonais [Fig. 126] e ainda a igreja matriz, [Fig. 127] que mantém a sua principal função.



[Fig. 124] Pousada



[Fig. 125] Espaços verdes



[Fig. 126] Circuitos pedonais



[Fig. 127] Igreja Matriz

Obsolescência Local:

Ao contrário das anteriores, a obsolescência local (Carmona, 2003), está mais relacionada com o espaço, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros.

O castelo está dotado de dois acessos, a Norte e a Este, mas, atualmente e depois do encerramento da pousada, só um acesso se mantém ativo, o acesso Este, considerado o acesso principal ao interior do espaço do castelo. A porta Norte pode ser uma alternativa no acesso ao interior do castelo, visto que só existe o acesso Este.

Ao contrário do castelo, o estado atual da envolvente está completamente modificado relativamente à sua situação original devido ao crescimento da vila e do seu tecido urbano. O caminho de ronda, que existe envolto do castelo, encontra-se inacessível, devido ao gradeamento colocado, para proteção das traseiras das casas que se encontram acostadas a este. Este poderá ser potencializado como um ponto de partida para criação de um novo acesso ao interior do castelo.

Obsolescência Legal:

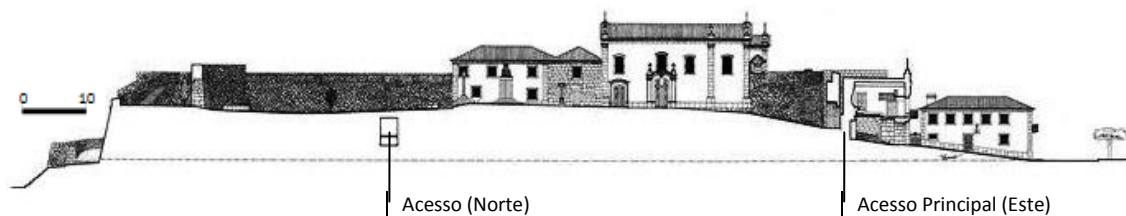
Ao analisar os espaços e ou edifícios, é importante entender as suas regras de funcionalidade, que estes não têm ou não conseguem ter, esta análise advém da obsolescência legal (Carmona, 2003).

Tal como já foi referido anteriormente, o interior do castelo, encontra-se totalmente desprovido de atividades, uso ou qualquer tipo de dinâmica social ou cultural. No entanto, a igreja da Misericórdia mantém em ativo as missas realizadas todos os domingos. A par desta atividade religiosa, estão também algumas atividades culturais que vão dinamizando o espaço do castelo, nomeadamente, a queima de judas²², a procissão ECO-HOME, a Bienal das Artes²³, teatro²⁴, exposições culturais²⁵ e a feira medieval.²⁶

Obsolescência Imagem:

Distinta das obsolescências anteriores, a obsolescência de imagem (Carmona, 2003), define-se pela alteração de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano.

Sendo o Castelo D. Dinis de Vila Nova de Cerveira o ícone da cidade terá de ser compreendido como a imagem de marca da vila. Assumindo o seu valor histórico e simbólico da vila, o castelo, a nível turístico é fundamental que funcione como ponte de informação para a promoção e dinamização do seu espaço e dos outros espaços do centro histórico da vila.²⁷ É na periferia do castelo que se encontram as mais importantes dinâmicas económicas, culturais, turísticas e artísticas da vila.



[Fig. 128] Corte Longitudinal

²² Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Análise Documental _ queima de judas _ p. 153

²³ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Análise Documental _ bienal de artes _ p. 154

²⁴ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Análise Documental _ teatro _ p. 154

²⁵ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Análise Documental _ exposições culturais _ p. 155

²⁶ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Análise Documental _ feira medieval _ p. 156

²⁷ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Análise Documental _ Pousada D. Dinis _ p. 156

4.2.2 Entrevistas²⁸

Para complementar a informação da análise documental, é utilizada outra técnica de recolha de dados, a entrevista. Esta técnica de recolha de dados permite obter informação sobre fatos observados e/ou opiniões expressas. A entrevista, realizada no local, dirige-se às entidades locais e principalmente à população local e turista, tratando-se de informantes indiretos. As entrevistas foram realizadas durante os meses de Julho, Agosto e Setembro do ano 2013.

Tal como a análise documental, a informação obtida é estruturada pelos indicadores de análise, referidos no capítulo I – Tratamento de dados, divididos por cinco categorias de tipos de obsolescência (física/estrutural, funcional, local, legal e imagem).

Obsolescência Física / Estrutural:

Apesar de se observar, pontualmente, alguns vestígios de pouca conservação / manutenção, a opinião dos entrevistados é unânime, considerando que no geral a estrutura do castelo está com fraca manutenção. Justificam esta afirmação com o encerramento da própria pousada e com a falta de atividades no interior do castelo, o que leva o castelo ao abandono.

Obsolescência Funcional:

O espaço do castelo é considerado pelos entrevistados um espaço público ou que deveria ser público, no entanto, alguns dos entrevistados não consideram público pelo facto de se encontrar encerrado. Apesar de considerarem o castelo um espaço ‘semipúblico’, os espaços públicos mais frequentados de Vila Nova de Cerveira são a praça, o parque do castelinho e o largo da feira, este último é muito utilizado pelos turistas. Estes espaços são utilizados, principalmente, pelo comércio, convívio e lazer.

Tal como já foi referido anteriormente, o espaço do castelo é um espaço público ou ‘semipúblico’, porque alguns dos entrevistados consideram até um espaço privado porque se encontra encerrado ao público e aquando do funcionamento da pousada era destinado só aos clientes da pousada. Apesar do seu encerramento ao público os entrevistados consideram um espaço muito pouco utilizado, onde deveria ser potencializado com várias e dinâmicas atividades.

Obsolescência Local:

No que se refere à acessibilidade ao castelo, os entrevistados consideram que o castelo poderia ser mais acessível, mas, conservando e não alterando o existente.

Segundo a análise documental existem dois acessos possíveis ao interior do castelo, mas só o acesso a Este é que é utilizado. Para alguns dos entrevistados seria um fator positivo criar mais do que um acesso ao interior do castelo, para dinamizar o seu espaço interior e para criar um circuito de diferentes acessos, “entrar por um lado e sair por outro”²⁹. Contudo, alguns dos entrevistados defendem a conservação e são contra a alteração do estado original do castelo.

²⁸ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Entrevistas _ p. 157 - 170

²⁹ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Entrevistas _ entrevistado nº 1 _ p. 157

Obsolescência Legal:

No contexto geral, os entrevistados consideram que a intervenção da pousada influenciou o uso do castelo, passando a ser mais divulgado e publicitado. No entanto, as vantagens não foram muitas, apenas para a conservação das infraestruturas do castelo, para os turistas, que queriam usufruir da pousada, e para alguns cerveirenses criou postos de emprego. Mas, para os entrevistados, esta intervenção acabou por privatizar o espaço do castelo, deixou de ser considerado um espaço de livre acesso, um espaço que “deixou de ser de Cerveira”³⁰.

Para além da intervenção realizada, os entrevistados foram questionados em relação ao uso e dinamização do castelo. Assim, o uso público é o preferido pelos entrevistados, destacam o espaço do castelo como um potencial para se transformar num espaço cultural, como por exemplo, museus, salas de exposições, galerias, lojas tradicionais, bares, restaurantes, entre outros.

Obsolescência Imagem:

O castelo D. Dinis de Vila Nova de Cerveira tem de facto um valor histórico e simbólico, mas, segundo os entrevistados, o castelo tem acima de tudo um valor sentimental e de orgulho para os cerveirenses. Apesar de ser um possível potencial turístico, os entrevistados consideram que o castelo não é o principal motivo de deslocação dos turistas a Vila Nova de Cerveira, considerando que existe sempre um menor número de turistas que acabam por visitar o castelo.

Os entrevistados consideram ainda que o castelo está muito bem centralizado com o núcleo urbano e potencialmente localizado, para que qualquer atividade resulte no seu interior.

4.2.3 Observação (notas de campo) ³¹

A observação consiste num elemento fundamental para a pesquisa, complementada com as notas de campo que regista tudo aquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no desenvolvimento da recolha de informação. Assim, a observação (notas de campo) complementa a análise documental e as entrevistas, fechando um triângulo entre as três técnicas de recolha de informação, para além das fotografias recolhidas em arquivo e produzidas pelo autor.

Todas as notas executadas no local justificam e complementam a análise documental, realizada através de documentos escritos (PDM; imprensa local; revistas; publicações periódicas; livros; memória descritiva do projeto; ...) e não escritos (representações gráficas; levantamentos arquitetónicos; desenhos técnicos de projetos; ...) e as entrevistas realizadas à população local.

Obsolescência Física / Estrutural:

Sabendo que a obsolescência física / estrutural se define pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção, relativamente aos espaços e edifícios, a observação foca-se no estado de conservação do castelo.

Segundo o levantamento realizado no local, o castelo D. Dinis encontra-se em bom estado de conservação, no entanto, verifica-se pontualmente uma ligeira falta de manutenção na sua estrutura, ou seja, é visível alguma vegetação. Tal como o castelo, identifica-se alguma vegetação rasteira nas zonas de circulação pedonal, nomeadamente na zona norte, impedindo o acesso pedonal.

Para além da estrutura física do castelo, os edifícios correspondentes à Pousada D. Dinis, encontram-se com presença de humidade nas fachadas correspondentes.

³⁰ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Entrevistas _ entrevistado nº 2 _ p. 158

³¹ Capítulo IX _ Anexos _ Estudo do Local _ Castelo D. Dinis _ Observação (notas de campo) _ p. 171

Obsolescência Funcional:

Observando, através da obsolescência funcional, a intervenção destaca-se por alguns aspetos que caracterizam o seu uso atual e se este é o mais adequado.

O espaço interior do castelo está equipado com alguns espaços verdes e circuitos pedonais, para além de todos os edifícios da pousada e da igreja matriz.

A última intervenção realizada, nomeadamente a pousada, cai em desuso, aproximadamente vinte anos depois. Atualmente todo este equipamento encontra-se fechado e sem utilidade. Mas, ao contrário dos equipamentos da pousada, a igreja matriz mantém a sua funcionalidade.

Obsolescência Local:

Este tipo de obsolescência define-se pelo espaço urbano, avaliando fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros.

A principal observação recai sobre a atual acessibilidade ao castelo. Existem atualmente dois acessos ao interior do castelo, a Norte [Fig. 129] e a Este, [Fig. 130] mas, só a porta Este, a porta principal de acesso ao castelo, é que se encontra funcional. A porta Norte, que dá acesso ao interior da pousada, especificamente ao espaço do restaurante, encontra-se encerrada, após o encerramento da pousada, no entanto, este acesso era destinado ao serviço, entrada e saída de cargas e descargas e de funcionários. Com isto, este acesso poderá ser uma alternativa de ligação ao interior do castelo.

O principal acesso ao castelo, acesso Este, é feito em rampa, mas, este é difícil de se realizar para pessoas com mobilidade condicionada, devido à pendente com que se encontra e ao tipo de pavimento irregular. [Fig. 131]

Para além dos acessos ao interior do castelo, o caminho de ronda, que existe entorno do castelo, encontra-se inacessível, devido ao gradeamento colocado, para proteção das traseiras das casas que se encontram acostadas a este. Este poderá ser potencializado como um ponto de partida para criação de um novo acesso ao interior do castelo. [Fig. 132]



[Fig. 129] Porta Norte



[Fig. 130] Porta Este



[Fig. 131] Acesso principal



[Fig. 132] Caminho de ronda

Obsolescência Legal:

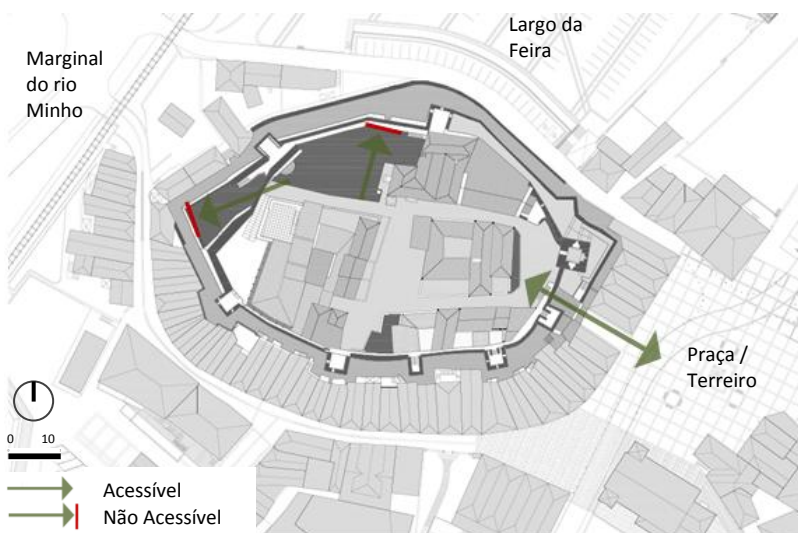
Analisando as regras de funcionalidades, que os espaços não têm ou não conseguem ter, o espaço interior do castelo cumpre com algumas regras, nomeadamente com o horário de funcionamento. Para proteger do vandalismo, o acesso ao castelo encontra-se encerrado no horário noturno, no entanto, encontra-se aberto todos os dias durante todo o horário diurno, aberto à população local e visitante.

Atualmente, o uso do castelo passa por usufruir das vistas que tem sobre a montanha, a vila e o rio Minho. No entanto, no interior do castelo não são frequentes atividades culturais. Só se encontram em ativo as missas realizadas todos os domingos, na igreja da misericórdia. Contudo, o castelo é palco durante a Bienal das Artes e na feira medieval que se realiza todos os anos no final do mês de Agosto.

Obsolescência Imagem:

As intervenções que alteram os valores da imagem dos espaços e dos edifícios, no património arquitetónico, são muito marcantes e sempre alvo de críticas. No entanto, o castelo D. Dinis está perfeitamente situado e incorporado na paisagem urbana de Vila Nova de Cerveira, abraçado de importantes dinâmicas económicas da vila, nomeadamente, o comércio, estruturas residenciais, equipamento cultural, espaço de lazer, entre outros.

Análise de acessibilidades do local de intervenção:



[Fig. 133] Atual Esquema de Acessibilidades



[Fig. 134] Proposta do Esquema de Acessibilidades

4.3 RESULTADOS FINAIS

A análise do estudo do local, dividiu-se em três ferramentas de investigação, a análise documental, a entrevista e a observação (notas de campo), sempre complementadas com a fotografia. Assim, é formado um triângulo de três ferramentas de investigação que se complementam umas com as outras, cruzando a informação de cada uma para obter os resultados finais sobre o estudo do local.



A informação obtida, das três ferramentas de investigação, é estruturada e organizada pelos indicadores de análise, divididos por cinco categorias de tipos de obsolescência, obsolescência física/estrutural, obsolescência funcional, obsolescência local, obsolescência legal e obsolescência de imagem.

Obsolescência Física / Estrutural:

A obsolescência física/estrutural define-se pelos fatores ambientais, o envelhecimento e a fraca manutenção (Carmona, 2003). Assim, os principais focos de estudo são o castelo e o novo percurso envolvente.

Com o cruzamento das três ferramentas de investigação, principalmente com a análise documental e a observação direta no local, sabe-se que o castelo tem sido alvo de várias intervenções que visam assegurar o estado físico / estrutural do castelo, conservando a sua configuração antiga, alterada pela passagem do tempo, pelas remodelações e pelos diferentes usos. Os elementos conservados do castelo foram restaurados e reabilitados, principalmente a partir do momento em que tem utilização como pousada, ou seja, esta intervenção foi uma vantagem para a conservação e manutenção do castelo e seus constituintes.

Atualmente verifica-se uma ligeira falta de manutenção na estrutura do castelo e no equipamento da pousada. Os entrevistados, justificam este acontecimento devido ao encerramento da própria pousada e com a falta de atividades no interior do castelo, o que leva aparentemente o castelo ao abandono.

Obsolescência Funcional:

A obsolescência funcional define-se pelo uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado, espaços e edifícios subutilizados e ou desafetados (Carmona, 2003).

Apesar dos entrevistados considerarem o espaço do castelo um espaço semipúblico, pelas razões anteriormente referidas, e sabendo que a intervenção mais significativa foi realmente a da pousada, que se encontra atualmente inativa, os entrevistados consideram o castelo D. Dinis um espaço muito pouco utilizado, onde deveria ser potencializado com várias e dinâmicas atividades, e à procura de soluções está a Câmara Municipal, interessada em recuperar todo aquele património e devolver as suas origens à população cerveirense.

Obsolescência Local:

A obsolescência local define-se pelo espaço urbano, avalia fatores de mudança, acessibilidade, custos de trabalho, entre outros (Carmona, 2003).

A análise, à obsolescência local, incide sobre o tema da acessibilidade. O castelo é constituído por dois acessos, a Norte e a Este, mas, atualmente, só um acesso se mantém ativo, o acesso Este, considerado o acesso principal ao interior do castelo. A porta Norte poderá ser uma alternativa no acesso ao castelo, visto que só existe o acesso Este.

Para alguns dos entrevistados seria um fator positivo criar mais do que um acesso ao interior do castelo, para dinamizar o seu espaço interior e para criar um circuito de diferentes acessos. Contudo, alguns dos entrevistados defendem a conservação e são contra a alteração do estado original do castelo.

Ao contrário do castelo, o estado atual da envolvente está completamente modificado relativamente à sua situação original devido ao crescimento da vila e do seu tecido urbano. O caminho de ronda, que existe envolto do castelo, encontra-se inacessível. Este poderá ser potencializado como um ponto de partida para a criação de um novo acesso ao interior do castelo.

Obsolescência Legal:

A obsolescência legal define-se pelas regras de funcionalidade, que os espaços ou edifícios não têm ou não conseguem ter (Carmona, 2003).

Sabendo que a pousada foi a principal intervenção realizada no interior do castelo, os entrevistados consideram que esta influenciou o uso do castelo, passando a ser mais divulgado e publicitado. Mas, esta intervenção acabou por privatizar o espaço do castelo, deixando de ser considerado um espaço de livre acesso. Após o encerramento da pousada, o interior do castelo, encontra-se totalmente desprovido de atividades, uso ou qualquer tipo de dinâmica social ou cultural.

Atualmente, o uso do castelo passa por usufruir das vistas que tem sobre a montanha, a vila e o rio Minho, no entanto, os entrevistados consideram que o castelo deveria voltar a ser um espaço público, um potencial para se transformar num espaço cultural.

Obsolescência Imagem:

A obsolescência de imagem define-se pelas alterações de imagem dos espaços e ou edifícios, avaliando a paisagem e o ambiente urbano (Carmona, 2003). A principal análise recai sobre o castelo e a requalificação da sua envolvente.

Para além de ser o ícone da arquitetura militar de Vila Nova de Cerveira, o castelo, terá de ser compreendido como uma imagem de marca. Assumindo o seu valor histórico e simbólico da vila, o castelo, é fundamental que a nível turístico funcione como ponte de informação para a promoção e dinamização do seu espaço e dos outros espaços do centro histórico da vila. É na periferia do castelo que se encontram as mais importantes dinâmicas económicas, culturais, turísticas e artísticas da vila.

CAPITULO V _ CONCLUSÃO

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da investigação todo o processo de análise e estudo teve como propósito o contributo sobre o espaço urbano nos castelos de origem medieval. Procurou-se entender e analisar estas estruturas históricas devido às suas carências funcionais. A recuperação destes monumentos são, na sua maior parte, espaços que carecem da presença do homem e que foi o responsável pela sua origem. Paralelamente à análise das estruturas medievais estão os espaços urbanos obsoletos, que são um dos principais problemas e que caracteriza e define os espaços exteriores e interiores em desuso das estruturas de origem medieval.

Tal como se definiu no início da investigação, a fundamentação teórica dividiu-se em três grandes conceitos, estes acompanham toda a investigação teórica, refletindo-se na análise dos estudos de caso. Como primeiro conceito encontra-se o estudo do Património, este define o património arquitetónico e caracteriza a evolução da arquitetura militar medieval até ao século XXI. Como segundo conceito destaca-se a análise dos Espaços Urbanos, estruturado em diferentes categorias, onde se define o conceito de espaço público; caracteriza-se o espaço público, o espaço privado, os espaços públicos privatizados e os espaços urbanos obsoletos; e identifica-se as tipologias de obsolescência, analisando fatores temporais dos espaços urbanos obsoletos. E como terceiro e último conceito destaca-se a caracterização do centro histórico, identificando e analisando tipos de revitalização dos centros históricos.

Assim, a fundamentação teórica é o ponto de partida para corresponder com os objetivos estabelecidos no início da investigação.

5.1.1 Resposta aos objetivos

A resposta ao primeiro objetivo – **identificar diferentes tipos de revitalização do espaço urbano em castelo de origem medieval** – enquadra diferentes tipos de revitalização do espaço urbano existentes em castelos de origem medieval e a sua definição fundamentou-se na análise dos estudos de caso. A partir de um conjunto de critérios previamente definidos procedeu-se à designação de quais os castelos de origem medieval a estudar e analisar, através de conceitos e metodologias de análise realizou-se a análise entre as estruturas militares de origem medieval e o espaço urbano.

Antes da seleção dos estudos de caso foi realizado um breve levantamento de 44 intervenções em estruturas militares de origem medieval, onde o raio de seleção acolhia a região norte, a região centro e a região de Lisboa e Vale do Tejo, organizando a pesquisa e análise pelos respetivos distritos de cada região. Assim, depois do levantamento prévio de 44 intervenções em estruturas militares de origem medieval, verifica-se que em 6 intervenções a tendência analisada foi sobre a revitalização dos seus espaços, melhorando de forma significativa a acessibilidade, a mobilidade e a transformação de identidade, através de estratégias de mudança.

No caso do Castelo de Pena de Aguiar, teve lugar uma intervenção de consolidação e restauro nas dependências do castelo, compreendendo as paredes que ameaçavam ruir, o gradeamento de zonas mais perigosas no interior da muralha e a construção de passagens de segurança metálicas. Desse modo, a autarquia local pretende criar um circuito integrado de turismo compreendendo o castelo, as três minas romanas de Vila Pouca de Aguiar e o santuário rupestre de Panóias, em Vila Real.

No caso do Castelo de Celorico da Beira pretendeu-se a requalificação do Castelo e da Torre de Menagem que visaram a recuperação do património cultural do concelho. Além da intervenção arqueológica desenvolvida, a obra de requalificação do castelo, pautou-se pela demolição de algumas estruturas e pela implantação dos percursos pedonais. A intervenção assentou na recuperação de todo o recinto interior do castelo, onde foram criados circuitos internos de visita, através da colocação de grelhas metálicas. O objetivo destes circuitos será dar indicações aos visitantes de como a visita ao recinto se poderá processar. No entanto, o facto de o circuito não ser fechado, possibilita a animação dos visitantes por outras áreas do recinto. Esta área conta ainda com a construção de um anfiteatro ao ar livre com uma lotação de cerca de 120 pessoas, procura proporcionar condições para o desenrolar de diversas atividades e espetáculos ao ar livre dentro do monumento.

No caso do Castelo de Linhares pretendeu-se a requalificação do castelo e a revitalização do seu espaço interior, devolvendo à comunidade um espaço cultural, tornando-o num espaço atrativo. Esta intervenção visou a criação de um percurso em plataformas de betão, para facilitar o trajeto pedonal, a renovação da organização interna das torres, entre outras. Estas intervenções foram fundamentais para a comodidade e segurança dos utilizadores. A intervenção realizada no interior do castelo, nomeadamente o circuito pedonal, responde às necessidades básicas de conforto que um circuito pedonal exige, onde o projeto visa vencer a topografia irregular existente no interior do castelo, no entanto, os objetivos desta solução não foram totalmente alcançados, pois, o esquema do circuito não permite a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. Para além de ser um espaço público, um espaço histórico e cultural, o castelo, constitui dois equipamentos turísticos, o posto de turismo de Linhares e um museu. Desta forma, a requalificação do castelo, contribuiu para a dinamização e valorização do seu espaço interior.

No caso do Castelo de Pinhel, foram iniciadas obras de revitalização sob a orientação do IPPAR, atual IGESPAR. Com a solução do problema, o castelo recebeu, em 2005, o primeiro miradouro virtual da Europa, com projeto e implantação, para que se pudesse usufruir das vistas sobre as montanhas de Pinhel, distrito da Guarda.

No caso da Muralha de Idanha-a-Velha pretendeu-se o restauro da sua estrutura e a revitalização dos espaços exteriores. Esta intervenção está integrada num projeto de conservação e valorização dos diversos edifícios históricos constituídos do conjunto monumental de Idanha-a-Velha, baseado na estratégia de valorização de toda a povoação. O processo metodológico da intervenção fundamenta-se através de duas vertentes aparentemente contraditórias como o novo e o velho ou o geral e o particular, consiste em acabar com a paralisia de desenvolvimento/expansão do aglomerado a que tem estado sujeito, desbloqueando o desenvolvimento do aglomerado, e antevê, para além da expansão exterior às muralhas, a construção de edifícios totalmente de raiz, ou mesmo na melhoria das condições das habitações e reutilização das habitações abandonadas, respetivamente. Perante tal, é evidente que qualquer intervenção programada no exterior da povoação implica uma paralela e interligada intervenção no seu interior, para garantir uma continuidade formal na aplicação de critérios, para que as vertentes anteriormente referidas sejam fortalecidas. No entanto, com o plano de expansão da aldeia, garantindo uma visão mais alargada do conjunto onde se integra a Porta Norte, como elemento dominante, considerou-se uma área de intervenção mais ampla que abrangesse o pano de muralha. Assim, conseqüente da reconstrução da Porta Norte, foi construído um percurso que se desenvolve numa plataforma de grelha metálica sustentada por estrutura de ferro. Contudo, a principal intenção da intervenção foi a reconstrução e consolidação da estrutura e a valorização da muralha como monumento, tornando-a legível, apreensível e visitável.

No caso do Castelo de Torres Novas pretendeu-se a recuperação estrutural do castelo e a revitalização da sua envolvente. Esta intervenção integra um plano de ação – Turrís XXI _ Cidade Criativa, um projeto que visa a total requalificação e revitalização do património do centro histórico da cidade. O objetivo final deste programa é criar uma cidade viva, local de encontro e de interatividade, fonte de recursos e de conhecimentos que estimule a criação e a formação, o usufruto cultural e de lazer. Assim, integram-se vários espaços a recuperar, adaptar ou edificar, nomeadamente o castelo. A principal intervenção foi a obra de envolvente do castelo, um autêntico jardim multifacetado e ajustado à riqueza histórico-patrimonial do berço da cidade e do concelho. A intervenção estende-se em todo o perímetro do castelo, garantindo assim um percurso que percorre toda a envolvente do castelo, potencializando os acessos ao interior do castelo, contribuindo para a dinamização do espaço interior do castelo com o espaço urbano da cidade de Torres Novas, atraindo a população a um vivência e reconhecimento do seu passado histórico.

Em resposta ao segundo objetivo – **extrair estratégias para revitalização do espaço urbano em castelos de origem medieval** – e depois de identificar os diferentes tipos de revitalização do espaço urbano como resposta ao primeiro objetivo, é possível extrair diferentes estratégias, através dos três estudos de caso.

Em relação às características físicas e estruturais após intervenção, a análise recai sobre os estados físicos estruturais, tanto nos castelos como nas intervenções em estudo. No caso do Castelo de Linhares, a estrutura apresenta-se com uma ligeira falta de manutenção, observando-se diferentes graus de degradação, no entanto, nos casos da Muralha de Idanha-a-Velha e do Castelo de Torres Novas, as estruturas apresentam-se num bom estado de conservação. Posto isto, as intervenções realizadas na parte estrutural dos castelos foi extremamente necessária e importante, restaurando as suas estruturas do estado de ruína e recuperando o seu valor histórico e simbólico, com principal destaque nas intervenções realizadas na Muralha de Idanha-a-Velha e no Castelo de Torres Novas. No que concerne sobre a última intervenção em estudo, ou seja, o projeto de análise, a intervenção realizada no Castelo de Linhares, nomeadamente o circuito pedonal, manifesta algum grau de degradação, este caracteriza-se pelo desenho em plataformas de betão com base quadrangular e a sua estrutura é constituída por perfis metálicos, algumas das peças estão parcialmente soltas e já se observa a armação. Ao contrário desta intervenção, as intervenções, realizadas na Muralha de Idanha-a-Velha e no Castelo de Torres Novas, encontram-se em muito bom estado de conservação e não apresentam sinais de degradação, admitindo assim que haja uma boa manutenção. No caso da Muralha de Idanha-a-Velha, a nova estrutura metálica, construída para aceder à muralha e ao interior do recinto muralhado, é constituída por um pavimento em grelha metálica suportado por perfis metálicos e as varandas semicirculares são revestidas a chapa de cobre.

Em relação às características funcionais, a análise recai sobre o uso atual dos espaços e ou edifícios, avaliando se estão atualmente aptos ou se o seu uso é o mais adequado. No caso do Castelo de Linhares destacam-se várias intervenções, mas, destaca-se o circuito pedonal como a principal intervenção, onde procurou responder às necessidades básicas de conforto que um circuito pedonal exige, onde o projeto visa vencer a topografia irregular existente no interior do castelo. Mas segundo a observação direta no local, os objetivos desta solução não foram totalmente alcançados, pois, o esquema do circuito não permite a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. Ainda assim, a intervenção foi importante na questão da mobilidade, da conservação e da possibilidade de perda daquele património. No caso da Muralha de Idanha-a-Velha, destaca-se a nova estrutura metálica, sobre a muralha, perfeitamente adequada a um conjunto de intervenções realizadas em Idanha-a-Velha, um espaço capaz de albergar atividades culturais e destinado não só a turistas mas também aos residentes locais.

No Castelo de Torres Novas destacam-se várias intervenções, mas a mais significativa é no exterior, um grande e multifacetado jardim, equipado com um percurso pedonal que rodeia todo o perímetro do castelo, onde este potencializa o acesso ao interior do castelo, permitindo assim a ligação exterior / interior e a dinamização do espaço interior do castelo com o espaço urbano da cidade de Torres Novas.

Em questões de acessibilidade, verifica-se que, ao contrário da Muralha de Idanha-a-Velha, o Castelo de Linhares e o Castelo de Torres Novas não usufruem de todos os acessos constituintes das respetivas estruturas medievais, minimizando possíveis dinâmicas entre o exterior e o interior. Estes poderiam beneficiar de vários acessos alternativos, para potencializar e dinamizar o interior dos castelos. Mas, no caso da Muralha de Idanha-a-Velha todos os acessos são utilizados, dinamizando a ligação exterior / interior. O que permite o acesso ao interior da muralha dependentemente de cada necessidade. E ao analisar a nova intervenção, a plataforma metálica, verifica-se que foram tomados todos os requisitos de acessibilidade e mobilidade, pois esta é constituída por três acessos, dois em escadaria e um em rampa. O acesso em rampa possibilita a pessoas com mobilidade condicionada usufruir do 'percurso metálico' que faz a comunicação com o interior do recinto muralhado.

Relativamente às regras de funcionalidade, que os espaços ou edifícios não tem ou não conseguem ter, todos os estudos de caso foram beneficiados e influenciados quanto ao uso das respetivas estruturas medievais, através das novas intervenções, na perspetiva em que os castelos passaram a ser mais divulgados e publicitados. No caso da Muralha de Idanha-a-Velha influenciou a envolvente e o uso do espaço da muralha, dinamizando os espaços públicos e criando soluções de acessibilidade.

Para finalizar falta referir as alterações de imagem dos espaços ou dos edifícios, onde se avalia a paisagem e o ambiente urbano. Neste caso verifica-se que todas as intervenções dos respetivos estudos de caso estão perfeitamente situados e incorporados na paisagem, rural ou urbana, onde a respetiva intervenção contribui para a dinamização e valorização do seu espaço interior e exterior.

A resposta ao terceiro e último objetivo – **definir a nível espacial uma solução para Revitalizar o Castelo Medieval D. Dinis** – é também conseguida através dos dois objetivos anteriores, onde se pretendeu verificar e definir uma proposta de revitalização para aplicar no projeto de arquitetura. Assim, o projeto tem como principal objetivo a revitalização do Castelo D. Dinis reinterpretando a forma como pode ser recuperado um equipamento importante para a revitalização, não só do seu interior, mas, do local onde se encontra inserido, devolvendo á população um espaço que cai em desuso no início do século XXI, e que atualmente se dirige só à curiosidade do turista.

A solução pretendida caracteriza-se pela necessidade de criar um equilíbrio entre o 'objeto/espaço castelo' a recuperar e a nova intervenção, sendo que a intervenção deverá definir uma nova forma de interpretar o espaço da arquitetura militar de origem medieval.

A interpretação da arquitetura militar de origem medieval e como o espaço interior e exterior deve funcionar é fundamental na revitalização de um equipamento deste tipo, logo, pretende-se perceber qual a dinâmica que este tipo de espaço, no coração do centro histórico, oferece ou pode oferecer, numa visão centrada em objetivos de competitividade e modernidade, mobilizando, para o efeito, políticas económicas, culturais, sociais e ambientais, visto que, o espaço destas estruturas militares teve que se adaptar às novas necessidades socio culturais, para uma melhor compreensão da sua arquitetura e da sua relação com o espaço urbano, principalmente com a sua envolvente, do lado Norte o largo da feira, sendo o principal fator económico comercial, do lado Este a praça, sendo o principal fator cultural e social, e do lado Oeste a marginal do rio Minho e do parque do castelinho, como principal fator ambiental, um método de planificação estratégica, desenvolvendo à população o modo como as pessoas podem pensar, planear e agir criativamente.

A definição da solução pretende recuperar, requalificar e principalmente revitalizar, mas também inovar e criar, com o intuito de colocar o Castelo D. Dinis ao alcance da população do concelho cerveirense.

Assim, é fundamental correlacionar a intervenção com a fundamentação teórica, principalmente com as cartas internacionais, nomeadamente, a Carta de Toledo de 1986, a Carta do Restauro de 1972 e a Carta de Ravello de 1995. Estas destacam-se pela salvaguarda dos centros históricos e definem princípios e objetivos, baseados em critérios específicos.

Segundo a Carta de Toledo, os centros históricos devem fazer parte de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização. Contudo, os valores a preservar são o carácter histórico da cidade, como por exemplo, as relações entre os diferentes espaços urbanos; a forma e aspeto dos edifícios, que se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem, entre outros. Assim, a participação e a implicação dos habitantes de todo o concelho de Vila Nova de Cerveira são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda do Castelo D. Dinis, devem ser procuradas em todas as circunstâncias, e favorecidas pela necessária tomada de consciência de todas as gerações.

Assim, tomando consciência das restrições e limitações das intervenções sustentadas, a Carta do Restauro, propõe, por exemplo, um estudo amplo que abarcasse tanto a obra original como as diferentes intervenções históricas testemunhadas no monumento; um registo tanto gráfico (levantamento e anotações) como fotográfico; o respeito que a passagem do tempo tenha deixado no monumento, com as suas diferentes fases cronológicas e adições ou transformações, testemunho da sua evolução, entre outras. Perante tal, ficam assegurados todos os critérios para salvaguarda e restauração, dos conjuntos de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, particularmente de um edifício/monumento ou centro histórico de Cerveira. Contudo, é fundamental tomar consciência sobre os aspetos estruturais de restauro do património arquitetónico, como define a Carta de Ravello, esta desenvolve os princípios gerais, a base conceptual de toda a atuação restauradora, como por exemplo, a necessária reversibilidade das intervenções, ou seja, qualquer tipo de restauro, ampliação ou intervenção deverá prevenir uma futura intervenção, outra perspectiva que não tem que ser afetada por nenhuma intervenção anterior, para o qual se deve prever a sua possível desmontagem sem prejudicar em nenhum momento o monumento histórico. Portanto, será importante seguir com todos estes princípios, principalmente cumprindo com a total reversibilidade de toda a intervenção.

5.1.2 Conclusões Gerais

Em forma de conclusão e após a correlação entre a fundamentação teórica e a análise dos estudos de caso, verificasse que os castelos de origem medieval exigiram no último século uma recuperação e revitalização completa das suas estruturas e espaços urbanos.

A reinterpretção destes espaços e a ligação entre eles surge como uma das principais premissas na intervenção de uma estrutura militar, sendo claro nos casos dos castelos de origem medieval a importância da recuperação e revitalização que definem o espaço como património. Um dos principais desafios parte da perceção do espaço e da necessidade de compreender o contexto do local, desta forma torna-se possível estruturar uma proposta que crie novas dinâmicas e que seja inovadora na interpretação dos espaços tentando incluir o conceito de revitalização urbana em centros históricos.

A intervenção a realizar prende-se com a procura de um fator de inovação no ato de intervir num espaço público pré-existente sendo fundamental a perceção dos espaços como uma estratégia de preservação e revalorização de espaços em desuso, com a consciência que posteriormente se possa remover, segundo os princípios das cartas internacionais anteriormente referidas.

No âmbito da revitalização a interpretação do espaço urbano deverá partir da reinterpretação do conceito de espaço público, desta forma torna-se evidente a necessidade de inovar na relação e caracterização dos espaços como ponto principal na intervenção, integrando todo o espaço urbano do centro histórico numa nova dinâmica espacial que pretende transformar o Castelo D. Dinis numa nova experiência para o utilizador.

A intervenção a realizar no Castelo D. Dinis, pretende trabalhar as relações dos espaços e as ligações entre os mesmos, transpondo o ideal de espaço público do exterior para o interior do castelo.

A análise realizada aos estudos de caso permitiu desenvolver um programa estruturado segundo as necessidades atuais de uma estrutura militar de origem medieval e inserido num contexto de revitalização.

O processo de revitalização do castelo deverá partir da sensibilidade, principalmente em relação às preexistências, sendo necessário encontrar o equilíbrio entre a intervenção a realizar e os elementos a manter sem nunca perder a identidade do edifício. Desta forma, a análise ao edifício é fundamental de forma a perceber que tipo de construção é, como funciona, de que forma pode ser alterada ou mantida, os materiais, entre outros.

O estudo do local torna-se fundamental no processo de revitalização de um determinado espaço inserido num contexto histórico, não só à escala do edifício mas também ao nível da estrutura urbana.

No caso concreto do centro histórico de Cerveira onde se insere o Castelo D. Dinis, a organização de bases medievais marca grande parte a organização do espaço e acaba por definir dinâmicas muito sólidas que por vezes não funcionam devido à conjuntura social atual. Sendo um centro histórico de bases medievais, torna-se complicado alterar dinâmicas de funcionamento, sendo que a proposta a apresentar poderá passar pela criação de alternativas aos fluxos principais e à criação de novas dinâmicas junto ao castelo. O projeto de revitalização deverá inovar na abordagem ao castelo, pensando na envolvente urbana em geral, criando novas dinâmicas que permitam centralizar os fluxos e insiram o projeto numa estratégia de revitalização de todo o centro histórico.

A intervenção a realizar no Castelo D. Dinis, como foi referido, não só pretende criar novas alternativas para o centro histórico, como pretende relacionar alguns espaços de interesse através de uma intervenção que permita uma nova visão sobre o centro histórico e sobre a forma como a revitalização pode alterar ou criar alternativas.

A revitalização a realizar no Castelo D. Dinis é baseada em dois objetivos, o primeiro está relacionado com a interpretação do espaço do castelo assumindo claramente a sua estrutura medieval e inovando na caracterização e interpretação dos espaços; e o segundo está relacionado com o estudo e intervenção na organização urbana através de opções de projeto que possam criar alternativas às dinâmicas do funcionamento do espaço inovando na intervenção urbana, no âmbito da revitalização engloba não só a envolvente próxima ao edifício mas também o centro histórico em geral.

CAPITULO VI _ BIBLIOGRAFIA

6.1 BIBLIOGRAFIA GERAL

1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa. *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada*. (1995). Lisboa: ELBRU

Aldeias Históricas de Portugal. Linhares. História e Património. Disponível em:
<http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/ahp.htm> [19/12/2013]

Borja, J. (2006). *Espaço público, condição da cidade democrática: A criação de um lugar de intercâmbio*. *Arquitextos*, 072, 03. Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353> [23/07/2013]

Boura, M. (s.d.). Aldeias Históricas de Portugal. AHP, A Rede. Coordenadora da AJBT – Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias. Disponível em:
<http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/ahp.htm> [19/12/2013]

Carta De Cracóvia. *Princípio para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. (2000).

Carta de Amsterdão. *Carta Europeia do Património Arquitetónico*. (1975).

Carta de Ravello. *Sobre los aspectos estructurales de la restauración monumental*. (1995).

Carta do Restauro. *Instruções para os critérios das restaurações arquitetónicas*. Ministério de Instrução Pública, Governo de Itália: (1972).

Carta de Toledo. *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. (1986).

Conceição, M. (1997). Castelo de Linhares. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1402 [02/12/2013]

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972.

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. Resolução da Assembleia da República n.º 5/91. Assinada em Granada, a 3 de Outubro de 1985, aprovada em 16 de Outubro de 1990.

Correia, L. (2007). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitetónico [150 –1949]*. (Dissertação de mestrado não publicada), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Portugal.

Figueiredo, P. (2001). Muralhas e Torre de Menagem de Idanha-a-Velha. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9319 [05/06/2013]

História de Portugal: O Guia Online da História de Portugal. (2014).
Disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/castelo-de-torres-novas/> [26/11/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico*. Património. Castelo de Linhares. Disponível em:
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70524/> [02/12/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico*. Património. Castelo de Torres Novas. Disponível em:
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70606/> [26/11/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico*. Património. Castelo de Vila Nova de Cerveira. Disponível em:
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70700/> [21/09/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico*. Património. Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha. Disponível em:
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70554/> [22/06/2013]

Lopes, J. (2009). *(Diver)cidade: espaços públicos interculturais*. Revista Virus.
Disponível em: <http://www.revistavirus.net/media/virus6txt.pdf> [23/07/2013]

Maldonado, L., Rivera, D., & Vela, F. (eds. lits.) (2005). *Los estudios preliminares en la restauración del patrimonio arquitectónico*. Madrid: Mairea.

Matias, C. (2005). Castelo de Torres Novas. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1987

Meneguello, C. (sd). *O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos*. Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em:
<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=6FBBB19C79C05114F57DA50396B3EF21?id=523>
[25/07/2013]

Morgado, C. (2005). *Protagonismo de la ausencia: Interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado*. Dissertação de doutoramento em Urbanismo. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura.

Noé, P. (1992). Castelo de Vila Nova de Cerveira / Pousada de D. Diniz. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3484 [25/09/2013]

Ramalho, P. (2006). *A Vila de Cerveira, das suas Origens à Atualidade*. Plano de Pormenor De Salvaguarda do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira. Vila Nova de Cerveira: Gabinete Técnico Local (GTL), Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Santos, J. (2008). As Fortificações Medievais Enquanto Património: *Novos Condicionantes na Evolução das Cidades* – O Caso de Portugal. V. 10, n. 2. Disponível em:
<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/1211/1186> [24/07/2013]

Solà-Morales, I. (2002). *Territórios*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili.

6.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa. *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada*. (1995). Lisboa: ELBRU

Albarello, L. et al. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Aldeias Históricas de Portugal. *Linhares*. História e Património. Disponível em: <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/ahp.htm> [19/12/2013]

Almeida, C. (2000). *Pelos Caminhos do Património de Vila Nova de Cerveira*. Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.

Atelier 15. (2002). *Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha*. IPPAR – Departamento de Estudos, (Nº 2), p. 164-181.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

Borja, J., & Muxi, Z. (2003). *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa.

Borja, J. (2006). *Espaço público, condição da cidade democrática: A criação de um lugar de intercâmbio*. Arqtextos, 072, 03. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.072/353> [23/07/2013]

Boura, M. (s.d.). *Aldeias Históricas de Portugal. AHP, A Rede*. Coordenadora da AJBT – Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias. Disponível em: <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/ahp.htm> [19/12/2013]

Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. Lisboa: DGOTDU.

Caetano, L. (1999). *Reabilitação e Revitalização dos centros históricos urbanos: O exemplo de Zaragoza*. *Cadernos de Geografia*, (Nº 18), p 15-37.

Carmona, M., Tiesdell, S., Heath, T. & OC, T. (2003). *Public Places - Urban Spaces: The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press.

Carta De Cracóvia. *Princípio para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. (2000).

Carta de Amsterdão. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. (1975).

Carta de Ravello. *Sobre los aspectos estructurales de la restauración monumental*. (1995).

Carta do Restauro. *Instruções para os critérios das restaurações arquitectónicas*. Ministério de Instrução Pública, Governo de Itália: (1972).

Carta de Toledo. *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. (1986).

Carvalho, P. (2012). IGAEDIS (Idanha-a-Velha). *A mais expressiva marca do império romano na atual Beira Interior*. Portugal Romano.com: Revista de Arqueologia Romana. (Ano 1 – Nº 2).

CIEFAL-ICOMOS, CIS Galicia, Escola Superior Gallaecia. (2008). *Catálogo, Digitalização e Valorização das Fortalezas Defensivas da Fronteira Galiza Norte de Portugal: CADIVAFOR*. CIEFAL, CIS Galicia, E.S. Gallaecia.

Conceição, M. (1997). *Castelo de Linhares*. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1402 [02/12/2013]

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972.

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. Resolução da Assembleia da República n.º 5/91. Assinada em Granada, a 3 de Outubro de 1985, aprovada em 16 de Outubro de 1990.

Cristóvão, J. (2008). *A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha*. Guia Para uma Visita. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

De Bruyne, P. Herman, J. & Shoutheete, P. (1991). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

Fernandes, I. (2005). Arqueologia Medieval em Portugal: 25 Anos de Investigação. *Portugalia*, Nova Série, (Vol. 26), 2005. Pág. 159 – 160

Ferreira, P. et al. (2007). *Cidade Criativa*. Município de Torres Novas: Gabinete do Presidente.

Figueiredo, P. (2001). *Muralhas e Torre de Menagem de Idanha-a-Velha*. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9319 [05/06/2013]

Ghel, J. (2006). *La humanización del espacio urbano: La vida social entre los edificios*. Barcelona: Editorial Reverté.

Gil, A. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas S. A.

Groat, L. & Wang, D. (2002). *Architectural Research Methods*. Canada: John Wiley & Sons, Inc.

História de Portugal: O Guia Online da História de Portugal. (2014).
Disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/castelo-de-torres-novas/> [26/11/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico*. Património. Castelo de Linhares. Disponível em:
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70524/> [02/12/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico. Património*. Castelo de Torres Novas. Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70606/> [26/11/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico*. Património. Castelo de Vila Nova de Cerveira. Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70700/> [21/09/2013]

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. *Inventário do Património Arquitetónico. Património*. Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha. Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70554/> [22/06/2013]

Lopes, J. (2009). *(Diver)cidade: espaços públicos interculturais*. Revista Virus.

Disponível em: <http://www.revistavirus.net/media/virus6txt.pdf> [23/07/2013]

Matias, C. (2005). *Castelo de Torres Novas*. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1987

Meneguello, C. (sd). *O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos*. Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em:

<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=6FBBB19C79C05114F57DA50396B3EF21?id=523> [25/07/2013]

Morgado, C. (2005). *Protagonismo de la ausencia: Interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado*. Dissertação de doutoramento em Urbanismo. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura.

Noé, P. (1992). *Castelo de Vila Nova de Cerveira / Pousada de D. Dinis*. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Forte de Sacavém. Disponível em:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3484 [25/09/2013]

Queirós, F. (2007). *Reabilitação de Centros Históricos*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ramalho, P. (2006). *A Vila de Cerveira, das suas Origens à Atualidade*. Plano de Pormenor De Salvaguarda do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira. Vila Nova de Cerveira, Portugal: Gabinete Técnico Local (GTL), Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Santos, J. (2008). *As Fortificações Medievais Enquanto Património: Novos Condicionantes na Evolução das Cidades – O Caso de Portugal*. V. 10, n. 2. Disponível em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/1211/1186> [24/07/2013]

Serrão, J. (1986). *História de Portugal*. (Vol. 8). Lisboa: Editorial Verbo.

Solà-Morales, I. (2002). *Territórios*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili.

Sousa, C. (2010). *Do Cheio Para o Vazio: Metodologia e Estratégia na Avaliação de Espaços Urbanos Obsoletos*. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Lisboa: Instituto Superior Técnico Universidade Técnica de Lisboa.

Venda, C. (2008). *Reabilitação e Reconversão de Usos: O Caso das Pousadas como Património*. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Lisboa: Instituto Superior Técnico Universidade Técnica de Lisboa.

Yin, R. (2003). *Case Study Research. Design and Methods* (3rd ed.). California: Sage Publications.

6.3 ÍNDICE DE IMAGENS

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	CRÉDITOS DE IMAGEM	PÁGINA
Fig. 1	Linhares	http://terrasdeportugal.wikidot.com/celorigo-da-beira	39
Fig. 2	Castelo de Linhares	Google Earth - Linhares	
Fig. 3	Intervenção: circuito pedonal	Autor	
Fig. 4	Planta de cobertura	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001402	41
Fig. 5	Torre de Menagem e do Relógio	Autor	
Fig. 6-9	Portas de Acesso	Autor	
Fig. 10	Circuito Pedonal	Autor	42
Fig. 11	Escadaria Metálica	Autor	
Fig. 12	Proteção	Autor	
Fig. 13	Interior das Torres	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001402	43
Fig. 14	Topografia Irregular	Autor	
Fig. 15	Circuito Pedonal	Autor	
Fig. 16	Escadaria	Autor	44
Fig. 17	Acesso à Torre	Autor	
Fig. 18	Planta de Acessos	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001402	
Fig. 19	Acesso Sul	Autor	44
Fig. 20	Acesso Principal	Autor	
Fig. 21	Espaço Interior	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001402	
Fig. 22	Monumento: Castelo	Autor	44
Fig. 23	Castelo	Autor	
Fig. 24	Aldeia Histórica	http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/ahp.htm	
Fig. 25	Castelo _ Alçado Sul	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001402	46
Fig. 26	Castelo _ Corte Longitudinal	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001402	
Fig. 27	Alçado Norte	Autor	
Fig. 28	Vegetação: Zona Norte	Autor	46
Fig. 29	Corrimão	Autor	
Fig. 30	Circuito Pedonal	Autor	

Fig. 31	Bebedouro	Autor	47
Fig. 32	Binóculo Miradouro	Autor	
Fig. 33	Binóculo: Estrutura Base	Autor	
Fig. 34	Estrutura Madeira: Estado	Autor	
Fig. 35	Acesso Norte	Autor	
Fig. 36	Acesso Oeste	Autor	
Fig. 37	Acesso Sul	Autor	
Fig. 38	Acesso Adarve	Autor	
Fig. 39	Castelo: Vista Aérea	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001402	48
Fig. 40	Corrimão	Autor	
Fig. 41	Espaço Oeste	Autor	
Fig. 42	Iluminação	Autor	
Fig. 43	Atual Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pelo www.monumentos.pt	
Fig. 44	Proposta do Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pelo www.monumentos.pt	
Fig. 45	Idanha-a-Velha	http://www.memoriaportuguesa.com/comidinha-a-velha	52
Fig. 46	Muralha Idanha- a-Velha	Google Earth – Muralha de Idanha-a-Velha	
Fig. 47	Intervenção: Porta Norte	http://viagensdaminhaobjectiva.blogspot.pt	
Fig. 48	Planta muralha	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9319	55
Fig. 49	Porta Norte	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319	
Fig. 50	Porta Sul	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319	
Fig. 51	Porta Norte	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319	57
Fig. 52	Muralha: vestígios de ruína	Autor	
Fig. 53	Plataforma metálica	Autor	
Fig. 54	Plano de expansão	Autor; com base nos planos cedidos pelo Atelier 15	
Fig. 55	Área de intervenção envolvente	Autor; com base nos planos cedidos pelo Atelier 15	58
Fig. 56	Percurso metálico	Autor	
Fig. 57	Estruturas viárias	Autor; com base nos planos cedidos pelo Atelier 15	
Fig. 58	Parque de estacionamento	Autor	
Fig. 59	Acessos à nova plataforma	Autor	
Fig. 60	Muralha	Autor	59
Fig. 62	Porta Norte	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00009319	
Fig. 63	Área envolvente à Porta Norte	Autor	
Fig. 63	Intervenção _ Alçado Norte	Autor; com base nos planos cedidos pelo Atelier 15	

Fig. 64	Porta Norte	Autor	62
Fig. 65	Pormenores de ruína	Autor	
Fig. 66	Plataforma metálica	Autor	
Fig. 67	Estrutura	Autor	
Fig. 68	Pavimento	Autor	
Fig. 69	Escadaria	Autor	
Fig. 70	Pavimento perfurado	Autor	
Fig. 71	Segurança: corrimão	Autor	
Fig. 72	Idanha-a-Velha	Autor; com base nos planos cedidos pelo Atelier 15	63
Fig. 73	Porta Norte	http://viagensdaminhaobjectiva.blogspot.pt	
Fig. 74	Percurso Metálico	Autor	
Fig. 75	Simulação do torreão	Autor	
Fig. 76	Vestígios arqueológicos	Autor	
Fig. 77	Largo da amoreira	http://www.rotasturisticas.comfotov.phpid=26513	
Fig. 78	Muralha	Autor	
Fig. 79	Vista sobre Idanha-a-Velha	http://www.portugalromano.com201207igaedis-idanha-a-velha	
Fig. 80	Vista sobre a muralha	Autor	
Fig. 81	Vista sobre a nova intervenção	Autor	
Fig. 82	Atual Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pelo Atelier 15	
Fig. 83	Proposta do Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pelo Atelier 15	
Fig. 84	Torres Novas	http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:LocalTorresNovas.svg	70
Fig. 85	Castelo de Torres Novas	Google Earth – Torres Novas	
Fig. 86	Intervenção: circuito pedonal interior / exterior	http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt201205torres-novas.html	
Fig. 87	Planta Castelo	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1987	72
Fig. 88	Acesso Sul	Autor	
Fig. 89	Torre Norte	Autor	
Fig. 90	Porta da Traição	Autor	

Fig. 91	Antes da intervenção	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001987	74
Fig. 92	Depois da intervenção	Autor	
Fig. 93	Torre	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00001987	
Fig. 94	Alcaidaria	Autor	
Fig. 95	Jardim	Autor	
Fig. 96	Iluminação Artificial	Autor	
Fig. 97	Anfiteatro	Autor	
Fig. 98	Alcaidaria	Autor	
Fig. 99	Projeto de Revitalização do Castelo	Autor; com base nos planos cedidos pela Camara Municipal de Torres Novas	75
Fig. 100	Circuito Pedonal	Autor	
Fig. 101	Vegetação Envolvente	Autor	
Fig. 102	Pórtico	Autor	
Fig. 103	Castelo	Autor	79
Fig. 104	Estrutura Metálica	Autor	
Fig. 105	Escadas Metálicas	Autor	
Fig. 106	Inst. Sanitárias	Autor	
Fig. 107	Binóculo	Autor	
Fig. 108	Escadas Metálicas	Autor	
Fig. 109	Corrimão	Autor	
Fig. 110	Sistema de Vigilância	Autor	
Fig. 111	Planta de Acessos	Autor; com base nos planos cedidos pela Camara Municipal de Torres Novas	80
Fig. 112	Escadas de Acesso	Autor	
Fig. 113	Escadarias Metálicas	Autor	
Fig. 114	Horário de Funcionamento	Autor	81
Fig. 115	Feira Medieval	Autor	
Fig. 116	Castelo	Autor	
Fig. 117	Centro da Cidade	http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2012/05/torres-novas.html	
Fig. 118	Atual Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pela Camara Municipal de Torres Novas	
Fig. 119	Proposta do Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pela Camara Municipal de Torres Novas	
Fig. 120	V. N. Cerveira	http://en.wikipedia.org/wiki/File:LocalVilaNovaDeCerveira.svg	91
Fig. 121	Castelo D. Dinis	Google Earth – Castelo D. Dinis de Vila Nova de Cerveira	
Fig. 122	Centro Histórico	Cerveira. (2009). Revista Municipal. Nº 37. Julho 2009. Pág. 74	
Fig. 123	Alçado Este	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003484	93
Fig. 124	Pousada	Autor	95
Fig. 125	Espaços Verdes	Autor	
Fig. 126	Circuitos Pedonais	Autor	
Fig. 127	Igreja Matriz	Autor	
Fig. 128	Corte Longitudinal	http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003484	96
Fig. 129	Porta Norte	Autor	99
Fig. 130	Porta Este	Autor	
Fig. 131	Acesso Principal	Autor	
Fig. 132	Caminho de Ronda	Autor	
Fig. 133	Atual Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pela Camara Municipal de V. N. Cerveira	100
Fig. 133	Proposta do Esquema de Acessibilidades	Autor; com base nos planos cedidos pela Camara Municipal de V. N. Cerveira	

CAPITULO VII _ ANEXOS

LISTA DAS ESTRUTURAS MILITARES das REGIÕES NORTE, CENTRO e LISBOA e VALE DO TEJO			
Região	Distrito	Castelo	Intervenção
Norte	Aveiro	Castelo de Santa Maria da Feira	Obras de beneficiação
	Braga	Castelo de Guimarães	Exposições e concertos
		Castelo de Lanhoso	Consolidação das estruturas
	Bragança	Castelo de Algoso	Recuperação e valorização do conjunto
		Castelo de Ansiães	Centro interpretativo
		Castelo de Bragança	Museu histórico militar
		Castelo de Freixo de Espada à Cinta	Plano de intervenção na envolvente
	Viana do Castelo	Castelo de Melgaço	Núcleo museológico
		Praça-forte de Valença	Obras de beneficiação
	Vila Real	Castelo de Chaves	Reconstrução e recuperação
		Castelo de Montalegre	Núcleo museológico
		Castelo de Pena de Aguiar	Circuito integrado de turismo
		Castelo de Santo Estêvão	Consolidação e restauro
	Viseu	Castelo de Lamego	Sede de escoteiros
		Castelo de Penedono	Consolidação e restauro
Centro	Castelo Branco	Castelo de Belmonte	Anfiteatro
		Castelo de Castelo Branco	Funicular
		Castelo de Castelo Novo	Núcleo museológico
		Muralha de Idanha-a-Velha	Restauro da porta norte e arranjos exteriores
		Castelo de Penamacor	Obras de consolidação
		Castelo de Rosmaninhal	Instalação do cemitério
	Coimbra	Castelo da Lousã	Obras de conservação
		Castelo de Germanelo	Marco geodésico
		Castelo de Montemor-o-Velho	Casa de chã
		Castelo da Penela	Espaço museológico
		Castelo de Soure	Obras de consolidação
	Guarda	Castelo da Guarda	Consolidação e recuperação
		Castelo de Mendo	Espaço museológico
		Castelo de Celorico da Beira	Requalificação e revitalização
		Castelo de Linhares	Requalificação e revitalização
		Castelo de Pinhel	Revitalização
		Castelo de Sortelha	Conservação e restauro
		Castelo de Trancoso	Miradouro virtual
		Castelo do Sabugal	Anfiteatro
	Leiria	Castelo de Leiria	Espaço museológico
Castelo de Óbidos		Pousada	
Castelo de Pombal		Recuperação e valorização	
Lisboa e Vale do Tejo	Lisboa	Castelo de Pirescoxe	Espaço cultural
		Castelo de Sintra	Parque natural
		Castelo de Torres Vedras	Museu
	Santarém	Castelo de Abrantes	Valorização do conjunto
		Castelo de Almourol	Espaço museológico
		Castelo de Torres Novas	Envolvência e recuperação

**REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO,
CASTELO DE LINHARES**

Autor IGESPAR
Intervenção Requalificação e Revitalização
Ano do Projeto 1997

Localização Guarda/ Celorico da Beira / Linhares
Categoria/Proteção Classificado como MN – Monumento Nacional
Grau Imóvel ou conjunto com valor excecional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional.
Utilização Inicial Militar: Castelo
Utilização Atual Marco histórico-cultural: turística

Descrição

O Castelo é constituído por dois recintos muralhados fechados, de traçado irregular de configuração alongada e perfil sinuoso, adaptados à topografia e desnivelados, descrevendo vários ângulos retos e um semicírculo no ângulo Noroeste.

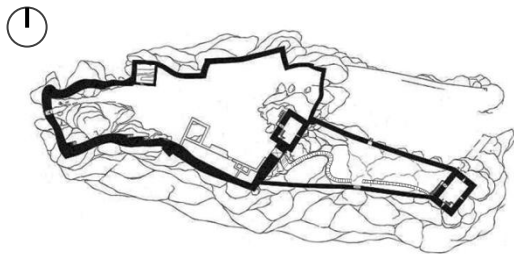
O recinto do lado Oeste, de maior perímetro, corresponde à cidadela, enquanto o recinto do lado Este integraria a primitiva povoação. Apresenta duas torres: a Torre de Menagem de planta retangular e a Torre de Relógio, também de planta retangular, no lado Este.

O castelo possui quatro portas, em todo o seu perímetro, uma primeira orientada a Sul; uma outra no pano de muralha orientada a Norte; uma terceira no pano que separa os dois recintos; a Porta da Traição no lado Oeste.

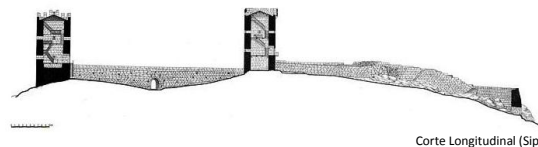
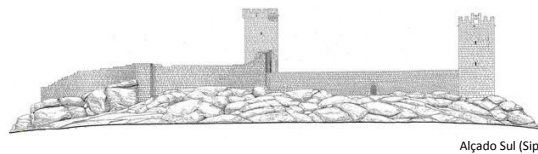
A intervenção

A aldeia de Linhares está incluída no Programa das Aldeias Históricas. O Programa das Aldeias Históricas foi formulado pelo governo português em 1991 e desde então restaurou algumas aldeias históricas da Beira Interior, nomeadamente, Linhares da Beira. Este programa caracteriza-se por uma estratégia de desenvolvimento e valorização, do interior da Região Centro, centrada na promoção de recursos genuínos e diferenciadores como história, cultura e património.

Assim, em 1997, iniciou-se a realização de um projeto de requalificação do Castelo de Linhares, que, pretendeu a revitalização do seu espaço interior, devolvendo à comunidade um espaço cultural, tornando-o num espaço atrativo de Linhares da Beira. Ao longo dos anos, o castelo, sofreu várias e numerosas intervenções, no entanto, a mais recente intervenção visou a renovação das escadarias metálicas, a proteção da parte interna do adarve com guardas, a criação de um percurso em plataformas de betão, para facilitar o trajeto pedonal, e a renovação da organização interna das torres.



Planta Piso 0 (Sipa)



Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Castelo de Linhares, Linhares, Celorico da Beira. Entrevistado nº 1 Maria Silva (residente local, comerciante)
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não foi muita a intervenção que foi feita, mas melhorou significativamente.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os largos e o envolvente do castelo. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os largos são pelo convívio com a população e o envolvente do castelo é pelo espaço verde e pelo parque infantil. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas poderia ser mais, poderia ser mais explorado, tanto para a população local como para os turistas. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, deveria ser muito mais utilizado, principalmente pelos locais. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Penso que não, na minha opinião mantem-se igual, o castelo sempre foi visitado. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, deveria ser muito mais dinâmico. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Ao interior do castelo não, como já conhecem e como não existem atividades para atrair a população ninguém frequenta o castelo. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Usei das vistas que o castelo proporciona e tiram fotografias. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, na altura foi importante, principalmente na questão da mobilidade.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas para pessoas idosas não e para pessoas com mobilidade condicionada impossível. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorou no sentido que criaram plataformas que facilitam o acesso e o circuito interno e mesmo os corrimões para segurança, mas como disse anteriormente, para pessoas com mobilidade reduzida é difícil aceder ao interior e para pessoas com mobilidade condicionada é impossível. Mas mesmo essas plataformas são perigosas, quando estão molhadas escorregam e já vi muita gente a sair magoada porque escorregou nessas plataformas. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, sem dúvida. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem três acessos, mas tanto antes como depois da intervenção só se utiliza um acesso, o acesso principal. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas só o principal é que é utilizado para aceder. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, depois não havia controlo da entrada e saída das pessoas e também é perigoso porque na envolvente do castelo existem terrenos privados e podiam ser prejudicados.

Legal

Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?

- Sim, talvez haja mais publicidade.

Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?

- Não considero que haja desvantagens mas sim vantagens, na questão da acessibilidade, apesar que esta intervenção poderia ter sido muito melhor, tanto na acessibilidade como no material escolhido. Penso que o material não respeita o valor, o significado do castelo, não respeita o antigo. A aldeia de Linhares está classificada como património histórico, e a população local não pode fazer nada em suas casas, isto tudo é património, se a população local não pode fazer nada, como é que foi aceite aquele material? Não se entende.

Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?

- Talvez privado. Dinamizava-se o espaço do castelo com lojinhas tradicionais para venda de produtos locais, nomeadamente o mel e o artesanato, e para que todos possam assistir à confeção desses produtos.

Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?

- Dinamizava o espaço do castelo com lojinhas locais para venda de produtos locais, nem que se tivesse que pagar um valor simbólico pelo aluguer do espaço. É importante dinamizar e criar atividades em Linhares, nomeadamente no castelo, porque os turistas estão aproximadamente 1 hora a visitar e depois vão embora porque não existe nada que os cativa a permanecerem mais tempo.

O que representa ou qual o significado do castelo?

- O castelo tem um valor histórico e simbólico para Linhares. Atualmente é o principal ponto turístico de Linhares.

Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente Linhares?

- Sim, sem dúvida.

Considera que houve um aumento turístico em Linhares por causa do castelo?

- Sempre houve turistas em Linhares e o castelo não funciona turisticamente por si só. A aldeia de Linhares funciona como um todo. Em média, por fim-de-semana, 3 autocarros se deslocam a Linhares, por semana, 250 pessoas e por mês, 2 000 pessoas, aproximadamente.
-

Imagem

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Linhares, Linhares, Celorico da Beira.</p> <p>Entrevistado nº 2</p> <p>Célia Ferreira (residente local, rececionista INATEL)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Comparativamente com outros não sei, mas não considero que esteja com fraca manutenção. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, melhorou.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ As próprias ruas de Linhares. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ As ruas são boas para caminhadas, é um gosto pessoal. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Em horários definidos sim mas de noite não deveria ser. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, é um espaço muito agradável. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, um dos motivos é a fraca acessibilidade do transporte, nomeadamente o autocarro, que condiciona o número de pessoas que visitam o castelo. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, na minha opinião sim, acabou por ser mais divulgado. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, poderia ser muito mais utilizado, fazer mais atividades, ter outra utilidade sem degradar o existente. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, para a população o espaço do castelo já é comum. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Principalmente observar a paisagem e tiram fotografias. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, porque se não iria perder-se todo aquele património. Mas para mim o circuito que foi feito não foi muito bem conseguido, principalmente pelo tipo de material utilizado.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, houve uma pequena melhoria para as pessoas que já conseguiam ir, mas para as pessoas idosas continua muito difícil e para as pessoas com mobilidade condicionada continua impossível. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O acesso que se fazia ao interior do castelo era através da porta principal, atualmente esse acesso ainda perdura. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. Apesar de existirem mais duas possibilidades de acesso ao interior do castelo. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, claro que sim. Mesmo os acessos até ao castelo devem ser mais facilitados.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ À partida sim, é mais publicitado e mais divulgado. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ No geral só houve vantagens, mas a intervenção não foi muito bem conseguida quando se fala na acessibilidade porque não é acessível a todos. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Depende do uso, depende do que o privado faria, mas um uso privado talvez fosse melhor que um público, porque um uso público talvez tivesse ao abandono ou sem utilidade. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tanta coisa. Seria interessante, por exemplo, filmes ao ar livre, atividades culturais, festas, feiras do livro, ginástica ao ar livre, <i>workshops</i>, entre outros.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem um valor histórico e simbólico. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. Atualmente é um ponto de atração para os turistas. <p>Considera que houve um aumento turístico em Linhares por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Pelo conjunto da aldeia sim, só o castelo não. Linhares é um todo e o castelo é um ponto que pertence a esse todo e tudo funciona em rede. A aldeia de Linhares precisa de muitas mais atividades, mais divulgação, apostar mais, é uma aldeia histórica e tem potencial para isso.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Linhares, Linhares, Celorico da Beira.</p> <p>Entrevistado nº 3</p> <p>Paulo Silva (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas já se começa a ver alguma degradação no circuito que foi feito.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O largo em frente da igreja. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É um espaço de convívio, onde se encontra o comércio. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, está sempre aberto e é um espaço que todos nós podemos entrar. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, é um espaço verde e proporciona boas vistas. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Pelos locais sim, já conhecem e raramente se deslocam ao interior. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Talvez, agora é mais divulgado, mas não aumento muito o número de visitantes. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas poderia ser muito mais ativo. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É assim, costumam passear pelo envolvente mas é muito raro entrarem para o seu interior. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Talvez passear, usufruir das vistas e visitarem as torres. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, para manter o castelo conservado.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas a intervenção que foi realizada não traz vantagens para pessoas com dificuldade de mobilidade. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O acesso que é feito ao castelo mantém-se o mesmo de sempre, simplesmente colocou-se um corrimão para ajudar as pessoas a subir o rochedo, porque de resto mantem-se igual. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo em si tem três acessos, mas sempre se utilizou um acesso, o acesso principal. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim só o principal. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, por exemplo o acesso que está a norte poderia ser utilizado para as pessoas com mobilidade condicionada acederem ao interior do castelo.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não sei se influenciou, o uso mantém-se o mesmo. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na minha opinião só houve vantagens, mas as vantagens que houve foi só para os turistas, para os locais não trouxe nada de novo. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Acho que qualquer um pode ser válido, o que é preciso é dinamizar e criar atividades no interior do castelo. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O espaço do castelo é muito bom para atividades culturais, atividades de lazer, com todo aquele espaço verde pode-se fazer muita coisa.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem sem dúvida um valor histórico e simbólico e é um forte ponto turístico. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico em Linhares por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A aldeia de Linhares, turisticamente, funciona como um todo e sempre houve turistas a visitar Linhares, nomeadamente o castelo.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Linhares, Linhares, Celorico da Beira.</p> <p>Entrevistado nº 4</p> <p>Maria Gomes (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na minha opinião está bem conservado. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Em Linhares, o espaço público são os arruamentos e os largos que existem no cruzamento desses arruamentos. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ São simplesmente espaços de convívio e de encontro. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, é um espaço verde. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, principalmente pela população local. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na minha opinião acho que se mantém na mesma, sempre foi visitado. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas podia se fazer muito mais atividades. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O envolvente do castelo sim, para passear. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Usufruir das vistas, tirar fotografias e visitar as torres. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mantém o castelo conservado e melhorou a acessibilidade ao castelo e no interior do castelo.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Em termos de acessibilidade não. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorou a questão da acessibilidade mas não para todos. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sempre existiu o mesmo acesso ao castelo. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, assim as pessoas podiam entrar por um acesso e sair por outro, seria interessante.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Talvez, mas na minha opinião não influenciou muito. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na minha opinião não houve desvantagens, mas quando se fez a intervenção no castelo podia se pensar em muitas mais coisas. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Talvez público, porque se fosse privado todo aquele espaço podia deixar de ser o que era. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Eu potenciava aquele espaço com lojinhas tradicionais para venda de produtos locais, seria importante para Linhares.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem sempre um valor histórico e simbólico. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico em Linhares por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Talvez aja mais turistas em Linhares mas não vêm só pelo castelo.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Linhares, Linhares, Celorico da Beira.</p> <p>Entrevistado nº 5</p> <p>Luís Cardoso (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, desde que a intervenção foi feita até agora tem-se mantido conservado. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, também era esse o objetivo.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Talvez o parque infantil por causa dos meus filhos. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Está perto de casa e os meus filhos gostam de ir até ao parque. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, é de livre acesso a todos. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, claro que sim. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Podia ser muito mais. As pessoas de Linhares já conhecem, por isso não vão muito ao castelo. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Penso que não, penso que se mantem mais ou menos o mesmo numero de visitantes. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O uso está bem, mas poderia se fazer muitas mais coisas. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Disfrutar da paisagem. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo está sempre aberto, as torres não, mas em termos de acessibilidade não está disponível para todos. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorou a questão da acessibilidade, mas continuo a dizer que não está acessível a todos. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim e existem possibilidades para isso. Todos nós temos o direito de poder frequentar o espaço interior do castelo. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem três acessos mas só se pode aceder por um. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas como disse só um acesso é que está aberto, esse acesso é o da porta sul. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, ficava muito mais interessante entrar por um lado e sair por outro.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, talvez. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na minha opinião só houve vantagens, mas continua haver problemas para resolver. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, talvez. Um uso privado talvez privatiza-se o espaço do castelo. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Gostava que existissem atividades ao ar livre, tanto de dia como de noite, por exemplo, de dia podia fazer coisas ligadas ao desporto e de noite ligadas ao cinema, espetáculos, festas, entre outros.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem valor histórico e simbólico. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente Linhares?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico em Linhares por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Só por causo do castelo não, mas é sem duvida um local sempre visitado.

Tipos de obsolescência:	<p>Notas de Campo: _ Castelo de Linhares, Linhares, Celorico da Beira.</p> <p>Castelo de Linhares</p>
Física / Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> • Identifica-se uma ligeira falta de manutenção na estrutura do castelo; • Presença de vegetação no alçado Norte; • Entorno do castelo, principalmente zona Norte e zona Oeste, com vegetação muito alta, impedindo o acesso ao castelo; • Observam-se diferentes graus de degradação na estrutura do castelo; • O corrimão do acesso principal apresenta-se com alguma degradação; • O circuito pedonal do interior do castelo apresenta-se em plataformas de betão com base quadrangular e a sua estrutura base com perfis metálicos; • O circuito pedonal do interior do castelo já se apresenta com alguma degradação, em algumas peças já se observa a armação e algumas já estão meias soltas;
Funcional	<ul style="list-style-type: none"> • A intervenção que foi realizada, nomeadamente o circuito pedonal, não foi muito bem conseguida. O esquema do circuito não permite que a acessibilidade seja permitida a todos os que visitam o castelo, o seu material moderno (betão) entra em conflito com o antigo (alvenaria) e em dias de chuva o circuito pedonal escorrega; • O espaço interior do castelo está equipado com um bebedouro com água potável e também um caixote para o lixo; • O acesso feito às torres é em estrutura metálica e o seu acesso é feito em escadaria, o seu material moderno, tal como o circuito pedonal, entra em conflito com o material antigo e em dias de chuva escorrega, tornando-se um acesso perigoso; • Todo o perímetro do segundo espaço está vedado com um corrimão, para proteger a queda daquelas que circulam sobre a muralha, este está perfeitamente dissimulado; • Na segunda área do castelo, sobre a muralha, encontra-se um binoculo miradouro, serve para usufruir da paisagem que a cota elevada do castelo nos oferece, o ponto negativo é que para utilizar este equipamento é preciso 1€ e neste momento encontra-se indisponível; • A estrutura base do binoculo miradouro é em madeira, ocupa toda a largura da muralha e já se encontra em estado de degradação;
Local	<ul style="list-style-type: none"> • A porta Norte e a porta Oeste (porta falsa) estão encerradas; • A porta Norte tem condições para ser acessível a pessoas com mobilidade condicionada; • Implementado sistema de segurança nas zonas baixas do castelo, para não ser possível aceder ao castelo pela própria muralha. Esteticamente esta estrutura não está muito bem conseguida; • A porta Oeste (porta falsa) podia ser outra alternativa para aceder ao interior do castelo; • O acesso principal e único ao castelo, para pessoas com mobilidade reduzida, faz-se com um certa dificuldade, para pessoas com mobilidade condicionada, é impossível ser feito; • O exterior do castelo tem potencialidade para receber um elevado número de veículos; • O acesso principal ao castelo é feito sobre o rochedo que se encontra em torno do castelo, o que dificulta a acessibilidade; • O circuito pedonal não tem continuidade para o segundo espaço do castelo, este apresenta-se com uma vasta área verde; • Os acessos à zona superior da muralha são em escadarias de alvenaria, são bastantes irregulares, estreitas e perigosas, não se encontram com qualquer tipo de proteção, nomeadamente um simples corrimão;
Legal	<ul style="list-style-type: none"> • O uso atual do castelo passa por usufruir das zonas verdes que compõe os dois espaços do castelo, usufruir da paisagem, devido á cota do castelo e ao binoculo miradouro e o posto de turismo e ‘museu’ que se encontram no interior das duas torres de menagem; • As torres de menagem tem regras de funcionalidade, ou seja, todas as quartas feiras encontram-se encerradas;
Imagem	<ul style="list-style-type: none"> • O castelo está perfeitamente situado e incorporado na paisagem rural de Linhares; • Muito interessante a forma como resolveram a iluminação do castelo. Os focos de luz estão dissimulados entre as pedras; • Esteticamente, o corrimão do acesso principal está bem dissimulado; • A localização do castelo proporciona vistas excelentes; • Encontra-se na porta Norte, no interior do castelo, um quadro elétrico e que está de fácil acesso a qualquer pessoa;

**RESTAURO DA PORTA NORTE E ARRANJOS EXTERIORES,
MURALHA DE IDANHA-A-VELHA**

Autor Atelier 15 _ Arq. Alexandre Alves Costa & Arq. Sérgio Fernandez
Intervenção Restauro da Porta Norte e Arranjos Exteriores
Ano do Projeto 2000

Localização Castelo Branco/ Idanha-a-Nova / Idanha-a-Velha
Categoria/Proteção Classificado como MN – Monumento Nacional; Incluído na proteção do Conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha
Grau Imóvel ou conjunto com valor excecional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional

Utilização Inicial Militar: Castelo
Utilização Atual Marco histórico-cultural: vestígios do castelo

Descrição A Muralha caracteriza-se pelo seu traçado ovalado, contém três portas e ainda o vestígio de uma quarta, integrando numerosos materiais romanos, observando-se, no troço norte, torresões piramidais. Das três portas, a Porta Norte é a que tem o principal destaque, com duplo arco pleno, constituída por duas torres de planta semicircular. No lado Oeste, observam-se vestígios de duas torres quadradas e outra semicircular. No interior da muralha, encontra-se, para além do aglomerado habitacional e dos equipamentos/estruturas históricas/religiosas, uma torre de menagem de planta retangular sem cobertura. Esta estrutura tem uma característica particular, assenta sobre um pódio de templo romano constituído por soco rústico e base moldurada, sobre esta, apresenta um embasamento escalonado e biselado.

A intervenção Num processo a médio longo prazo, decorre um projeto integrado de conservação e valorização dos diversos edifícios históricos constituídos do conjunto monumental de Idanha-a-Velha, promovido pelo IPPAR, atual IGESPAR, baseado na estratégia de valorização de toda a povoação. Os fatores principais para uma intervenção em Idanha-a-Velha são: o desenvolvimento e a preservação e valorização patrimonial.

A intervenção realizada diretamente na Porta Norte foi a reconstrução de um arco e dos dois torreões semicirculares que ladeiam a porta. Esta reconstrução foi fundamental, visto que a estrutura dos arcos estava parcialmente danificada e a estrutura dos torreões completamente em ruínas. Consequente da reconstrução da Porta Norte, foi construído uma plataforma de grelha metálica sustentada por estrutura de ferro, alarga-se em varandas semicirculares, revestidas a chapa de cobre, que refazem parcialmente o desenho dos antigos cubelos.



Monumento: Muralha de Idanha-a-Velha



Intervenção: Porta Norte (autor)



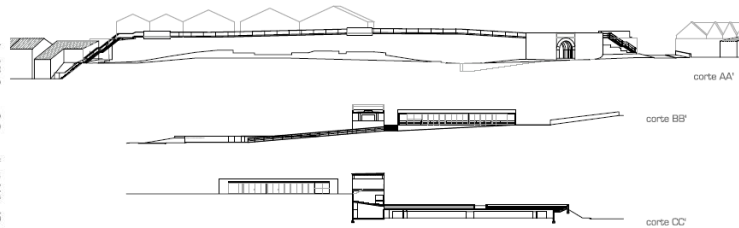
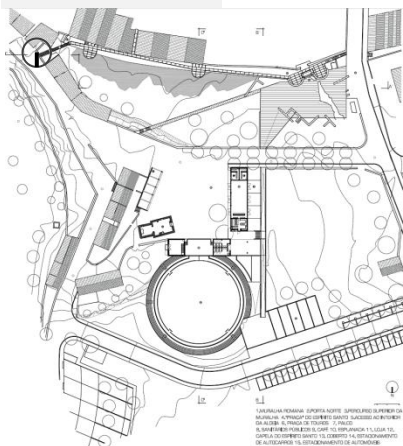
Muralha: vestígios de ruína (autor)



Plataforma metálica (autor)



Intervenção na muralha (autor)



Planta Cobertura (Atelier 15)

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Muralha de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova. Entrevistado nº 1 Paulo Inácio (rececionista do posto de turismo)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço da muralha e a própria muralha com fraca manutenção? Porquê? ➤ Não, está muito bem conservado. Considera que com a intervenção realizada a muralha melhorou o seu estado de conservação? ➤ Sim.</p>
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Idanha-a-Velha? ➤ O espaço envolvente da Sé. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ Costuma haver concertos no interior da Sé e exposições. Considera o espaço da muralha um espaço público? Porquê? ➤ Sim. Considera que o espaço da muralha é um espaço agradável? ➤ Sim. Considera que a muralha é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ É muito utilizado, principalmente por turistas. Depois da intervenção realizada a muralha é mais visitado e utilizado? Porquê? ➤ Sim. Considera que o uso atual, na muralha, é o mais adequado? ➤ Sim, este espaço funciona praticamente com atividades culturais. A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer? ➤ Sim, qualquer tipo de atividade é feito no interior da muralha. Da população, local ou visitante, que se desloca à muralha, quais são as atividades mais frequentes? ➤ Os turistas tiram fotografias. Considera importante a intervenção que foi realizada na muralha? ➤ Sim.</p>
Local	<p>Considera o espaço da muralha de fácil acesso? ➤ Sim, dentro do espaço da muralha sim, mas à própria muralha não, ou seja, a estrutura metálica não é acessível a quem possui mobilidade condicionada, só num acesso é que é possível aceder a essa estrutura e usufruir de uma pequena parte dessa plataforma. Depois da intervenção o acesso à muralha ficou mais acessível? ➤ Sim, mas para quem tem mobilidade condicionada não está totalmente acessível. O acesso à muralha deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Sim, se o acesso à plataforma fosse feito em rampa daria acesso a todos. Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior da muralha? E depois da intervenção? ➤ Só existia um acesso e agora existe três. Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder à muralha? ➤ Sim. Considera um fator positivo que a muralha tenha mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim.</p>
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso da muralha? ➤ Sim, para melhor. Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção? ➤ Só existem vantagens, não estava tão visível e estruturalmente já se encontrava em ruínas. Considera que, no interior da muralha, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim, um uso público é melhor. Se tivesse possibilidade como dinamizava a muralha? ➤ Com atividades culturais.</p>
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado da muralha? ➤ Tudo o que se encontra em Idanha-a-Velha tem valor histórico. Sendo um símbolo arquitetónico, a muralha influencia turisticamente Idanha-a-Velha? ➤ Claro, possivelmente ninguém cá vinha, apesar que este espaço funciona como um todo. Considera que houve um aumento turístico em Idanha-a-Velha por causa da muralha? ➤ Sim, sem dúvida.</p>

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Muralha de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova. Entrevistado nº 2 António Gonçalves (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço da muralha e a própria muralha com fraca manutenção? Porquê? ➤ Não, já esteve, mas depois da intervenção apresenta-se bem conservada. Considera que com a intervenção realizada a muralha melhorou o seu estado de conservação? ➤ Sim e muito.</p>
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Idanha-a-Velha? ➤ O largo da amoreira. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ Simplesmente é onde a população de encontra e é onde está o café da aldeia. Considera o espaço da muralha um espaço público? Porquê? ➤ Sim. Considera que o espaço da muralha é um espaço agradável? ➤ Sim. Considera que a muralha é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Esta aldeia é um bocado isolada, mas até se deslocam aqui muitos turistas e tudo o que se passa aqui é dentro da muralha. Depois da intervenção realizada a muralha é mais visitado e utilizado? Porquê? ➤ Sim, tem mais condições, foi tudo arranjado, está tudo conservado e é local histórico que faz parte do património português. Considera que o uso atual, na muralha, é o mais adequado? ➤ Sim, sem dúvida. Considero que não existe muito mais margem para se fazer outras coisas. A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer? ➤ Sim porque tudo é feito dentro do espaço da muralha, toda a aldeia está no interior do espaço da muralha. Da população, local ou visitante, que se desloca à muralha, quais são as atividades mais frequentes? ➤ A vida aqui é pacata, o que traz uma certa dinâmica a Idanha são os turistas. Considera importante a intervenção que foi realizada na muralha? ➤ Sim. A muralha estava em total ruína.</p>
Local	<p>Considera o espaço da muralha de fácil acesso? ➤ O interior da muralha, ou seja, a aldeia, sim, mas para a própria muralha existe um certa dificuldade para pessoas com mobilidade condiciona, porque os acessos são em escada, mas existe um acesso em rampa para a plataforma que pode ser usado por pessoas com mobilidade condicionada só que não usufrui de toda a plataforma. Depois da intervenção o acesso à muralha ficou mais acessível? ➤ Sim, nesse aspeto foi muito importante. O acesso à muralha deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ No geral está bem, as pessoas com mobilidade condicionada é que tem menos vantagens no acesso à muralha. Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior da muralha? E depois da intervenção? ➤ Só um, agora existe três, dois acessos nas laterais e um intermédio. Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder à muralha? ➤ Sim. Considera um fator positivo que a muralha tenha mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim.</p>
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso da muralha? ➤ Sim, para melhor. Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção? ➤ Só existem vantagens, principalmente o seu estado de conservação. Considera que, no interior da muralha, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Um uso público. Se tivesse possibilidade como dinamizava a muralha? ➤ As atividades culturais são as mais indicadas para este local.</p>
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado da muralha? ➤ Tudo tem valor, e tudo aqui é património. Sendo um símbolo arquitetónico, a muralha influencia turisticamente Idanha-a-Velha? ➤ Sim é um ponto de atração como a igreja de Santa Maria. Considera que houve um aumento turístico em Idanha-a-Velha por causa da muralha? ➤ Sim, não só por causa da muralha, mas sem dúvida que também vem pela muralha.</p>

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Muralha de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova. Entrevistado nº 3 Maria Almeida (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço da muralha e a própria muralha com fraca manutenção? Porquê? ➤ Não. Considera que com a intervenção realizada a muralha melhorou o seu estado de conservação? ➤ Sim.</p>
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Idanha-a-Velha? ➤ O largo da amoreira e quando à atividades a igreja de Santa Maria. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ O largo da amoreira pelo convívio, a igreja de Santa Maria é pelas atividades e exposições que costuma haver. Considera o espaço da muralha um espaço público? Porquê? ➤ Sim. Considera que o espaço da muralha é um espaço agradável? ➤ Sim. Considera que a muralha é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ A população usufrui porque vive dentro do espaço amuralhado, mas Idanha-a-Velha também recebe muitas turistas. Depois da intervenção realizada a muralha é mais visitado e utilizado? Porquê? ➤ Penso que sim. Considera que o uso atual, na muralha, é o mais adequado? ➤ Sim. A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer? ➤ Tudo é feito dentro do espaço amuralhado, por isso, qualquer atividade que se faça é sempre dentro do espaço amuralhado. Da população, local ou visitante, que se desloca à muralha, quais são as atividades mais frequentes? ➤ Os turistas tiram fotografias e visitam as exposições. Considera importante a intervenção que foi realizada na muralha? ➤ Sim.</p>
Local	<p>Considera o espaço da muralha de fácil acesso? ➤ Sim. Depois da intervenção o acesso à muralha ficou mais acessível? ➤ Sim, antes estava completamente em ruínas. O acesso à muralha deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Sim. Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior da muralha? E depois da intervenção? ➤ Só um, agora existe três. Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder à muralha? ➤ Sim. Considera um fator positivo que a muralha tenha mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim.</p>
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso da muralha? ➤ Sim. Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção? ➤ O seu estado de conservação transformou-se radicalmente. Considera que, no interior da muralha, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim. Se tivesse possibilidade como dinamizava a muralha? ➤ Com atividades culturais.</p>
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado da muralha? ➤ Tem tudo um valor aqui, um valor simbólico e histórico. Sendo um símbolo arquitetónico, a muralha influencia turisticamente Idanha-a-Velha? ➤ Sim é sempre um ponto atrativo. Considera que houve um aumento turístico em Idanha-a-Velha por causa da muralha? ➤ Não foi só por causa da muralha, isto funciona como um conjunto.</p>

Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Muralha de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova. Entrevistado nº 4 Patrícia Leitão (turismo)
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço da muralha e a própria muralha com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, tanto a muralha como o resto da aldeia, depois do investimento que se fez, ficou tudo muito bem conservado. <p>Considera que com a intervenção realizada a muralha melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Idanha-a-Velha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O largo da amoreira. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O convívio com a população. <p>Considera o espaço da muralha um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que o espaço da muralha é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que a muralha é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Depois da intervenção realizada a muralha é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, agora é mais divulgado. <p>Considera que o uso atual, na muralha, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Toda a aldeia encontra-se dentro das muralhas, por isso, sim. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca à muralha, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os turistas tiram fotografias e visitam os pontos turísticos. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada na muralha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Local	<p>Considera o espaço da muralha de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Depois da intervenção o acesso à muralha ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, antes estava completamente em ruínas. <p>O acesso à muralha deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior da muralha? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Só existia um, agora existem três. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder à muralha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera um fator positivo que a muralha tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso da muralha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O seu estado de conservação melhorou muito. <p>Considera que, no interior da muralha, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava a muralha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Com atividades culturais.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado da muralha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sendo património nacional tem sempre muito valor. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, a muralha influencia turisticamente Idanha-a-Velha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico em Idanha-a-Velha por causa da muralha?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Há sempre turistas interessados em ver a nova estrutura metálica e o espaço da igreja de Santa Maria.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Muralha de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova. Entrevistado nº 5 José Ramos (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço da muralha e a própria muralha com fraca manutenção? Porquê? ➤ Não, depois da intervenção realizada, a muralha, encontra-se em bom estado de conservação. Considera que com a intervenção realizada a muralha melhorou o seu estado de conservação? ➤ Sim.</p>
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Idanha-a-Velha? ➤ O largo da amoreira. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ O convívio com a população. Considera o espaço da muralha um espaço público? Porquê? ➤ Sim. Considera que o espaço da muralha é um espaço agradável? ➤ Sim, apesar do seu clima abrasador, considero um espaço agradável. Considera que a muralha é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Muitos turistas até se deslocam à muralha. Depois da intervenção realizada a muralha é mais visitado e utilizado? Porquê? ➤ Sim, agora é muito mais divulgada e publicitada. Considera que o uso atual, na muralha, é o mais adequado? ➤ Sim. A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer? ➤ Sim. Da população, local ou visitante, que se desloca à muralha, quais são as atividades mais frequentes? ➤ Essencialmente os turistas tiram fotografias e visitam os pontos turísticos. Considera importante a intervenção que foi realizada na muralha? ➤ Sim.</p>
Local	<p>Considera o espaço da muralha de fácil acesso? ➤ Sim. Depois da intervenção o acesso à muralha ficou mais acessível? ➤ Sim. O acesso à muralha deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Sim, por causa das pessoas com mobilidade condicionada. Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior da muralha? E depois da intervenção? ➤ No desenho original só existia um, agora existem três. Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder à muralha? ➤ Sim. Considera um fator positivo que a muralha tenha mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim.</p>
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso da muralha? ➤ Sim. Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção? ➤ A principal vantagem foi a melhoria do seu estado de conservação. Considera que, no interior da muralha, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim. Se tivesse possibilidade como dinamizava a muralha? ➤ Essencialmente com atividades culturais.</p>
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado da muralha? ➤ Tem sempre um valor histórico. Sendo um símbolo arquitetónico, a muralha influencia turisticamente Idanha-a-Velha? ➤ Sim. Considera que houve um aumento turístico em Idanha-a-Velha por causa da muralha? ➤ Penso que sim.</p>

Tipos de obsolescência:	<p>Notas de Campo: _ Muralha de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova.</p> <p>Muralha de Idanha-a-Velha</p>
Física / Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> • O estado de conservação da muralha encontra-se bom; • Na muralha encontram-se pormenores de ruína; • A estrutura metálica que foi construída, para aceder à muralha e facilitar o acesso e percurso da mesma, encontra-se em muito bom estado;
Funcional	<ul style="list-style-type: none"> • A plataforma, construída para aceder á muralha, é toda ela metálica com a estrutura em perfis metálicos; • A escadaria e todo o circuito da plataforma metálica são perfurados, o que é bom para em dias de chuva não escorregar; • Todo o circuito metálico está equipado com corrimão;
Local	<ul style="list-style-type: none"> • Toda a aldeia está dentro do recinto muralhado; • Existem 3 acessos diretos ao interior do recinto muralhado, todos são de circulação automóvel; • O acesso pela porta Norte deixou de existir; • A nova plataforma tem 3 acessos possíveis, dois deles são em escadaria e um em rampa, o que permite o acesso a qualquer pessoa, mas o circuito não é acessível, a pessoas com mobilidade condicionada, em toda a sua extensão; • No decorrer do percurso metálico existem, em consola de forma ovalada, dois espaços que representam e simulam os torreões que foram destruídos, são espaços muito interessantes e que na minha opinião muito bem conseguidos pelo arquiteto;
Legal	<ul style="list-style-type: none"> • Na aldeia de Idanha-a-Velha são frequentes atividades culturais, nomeadamente exposições, conferencias e visitas aos museus; • A população local concentra-se quase toda no café da aldeia; • Em qualquer momento do dia pode-se aceder à plataforma metálica;
Imagem	<ul style="list-style-type: none"> • A muralha de Idanha-a-Velha encontra-se bem dissimulada na paisagem; • A nova plataforma metálica está bem dissimulada com a muralha, apenas as plataformas que simulam os torreões é que se sobressaem;

**ENVOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO,
CASTELO DE TORRES NOVAS**

Autor
Intervenção
Ano do Projeto

Arq. Paisagista Luís Pereira
Envolvência e Recuperação
2009

Localização
Categoria/Proteção
Grau

Santarém/ Torres Novas / Torres Novas
Classificado como MN – Monumento Nacional
Imóvel ou conjunto com valor excecional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional.

Utilização Inicial
Utilização Atual

Militar: Castelo
Marco histórico-cultural: turística

Descrição

O Castelo de Torres Novas implanta-se no topo de uma colina rodeada pelo Rio Almonda, de difícil acesso dos lados Norte e Oeste. As suas paredes são retilíneas com adarve envolvente, reforçadas por cubelos prismáticos, com merlões quadrangulares em remate, assentes em afloramentos rochosos a Noroeste e Oeste, envolvidos por barbacã a Norte, Este e Sul. O acesso principal faz-se do lado Sul, através de túnel rasgado sob as antigas casas do alcaide, ladeado pelo pano de uma torre nunca reconstruída. Uma segunda porta encontra-se do lado Este, existindo ainda outra porta entaipada na face interna da cortina do mesmo lado. A porta da traição situa-se rasgada numa das torres viradas a Norte, com acesso para o recinto por túnel abobadado, normalmente considerada como a Torre de Menagem, embora volumetricamente não seja muito diferente das demais.

A intervenção

A Câmara Municipal de Torres Novas lançou o seu primeiro Plano de Ação – Turris XXI. Turris XXI – Cidade Criativa é um projeto pensado para a Cidade de Torres Novas, um projeto global e planeado, para requalificar o património da Cidade. Este tem em atenção a necessidade de recuperar o património histórico e cultural da Cidade de Torres Novas. A prioridade deste programa é o enquadramento de toda a cidade, definindo as principais intervenções, visa a total revitalização do património do centro histórico. O programa ou projeto de Torres Novas – Cidade Criativa recai sobre a requalificação do património municipal do centro histórico, na dinamização museológica e educativa dos seus espaços, com o intuito de promover a sua vivência. O objetivo final deste programa é criar uma cidade viva, local de encontro e de interatividade, fonte de recursos e de conhecimentos que estimule a criação e a formação, o usufruto cultural e de lazer. Assim, integram-se vários espaços a recuperar, adaptar ou edificar, nomeadamente o castelo. Este programa ou projeto está voltado para as necessidades futuras, atuando e refletindo sobre o legado e a memória do passado, mas sempre consciente da realidade presente.



Monumento: Castelo de Torres Novas



Intervenção: circuito envolvente (autor)



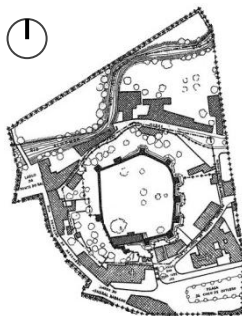
Alcaidaria (autor)



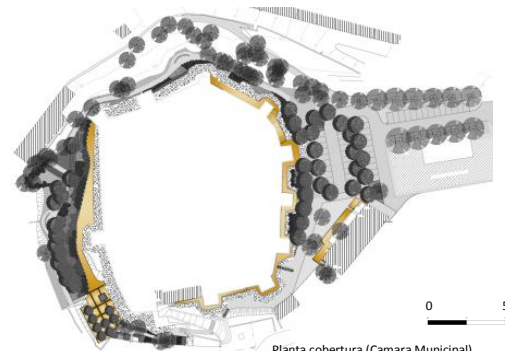
Acesso sul (autor)



Espaço interior: jardim (autor)



Planta Castelo: estado prévio (Sipa)



Planta cobertura (Camara Municipal)

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Torres Novas, Torres Novas, Torres Novas.</p> <p>Entrevistado nº 1</p> <p>Eduardo Costa (residente local, comerciante)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, talvez até esteja exagerado. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, sim, e de que maneira.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Torres Novas?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A praça. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Para além de ser o meu local de trabalho é um espaço de convívio. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, apesar de ter um horário de funcionamento. O espaço do castelo abre às 9:00 e encerra às 12:00 horas, abre à 13:00 e encerra às 17:00 horas e está encerrado ao fim-de-semana, é um funcionário da camara que abre e fecha as portas do castelo. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, absolutamente. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É pouco utilizado, principalmente pela população local, tem mais visitantes de fora. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Mantem-se igual. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, é um local agradável. Esta cidade tem a necessidade de ter jardins como o do castelo. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, já conhecem e por isso não usufruem do espaço do castelo e também porque é de difícil acesso, não pelas entradas mas pelas subidas íngremes até ao castelo. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Talvez seja tirar fotografias e usufruir das paisagens que o castelo e as torres do castelo proporcionam sobre a cidade. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, não só no castelo mas tudo no que o envolve.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, quase todo o automóvel chega até ao castelo e isso é uma maravilha. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os acessos estão na mesma, o circuito exterior e interior é que sofreram intervenção. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os acessos estão muito bons, apesar de que os acessos ao interior do castelo são feitos através de escadas. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ No castelo em si existem três, mas os acessos que eram e que atualmente se utilizam são os mesmos dois. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas como referi anteriormente o funcionário só abre dois acessos, o terceiro não abre simplesmente por comodismo. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Positivo, mas pela limitação de funcionários, isso não acontece.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim e não, os turistas continuam a ir como iam antes da intervenção. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ As vantagens foram praticamente para os turistas, para os locais acaba por ser igual. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Um uso público. Se bem que neste momento não existem atividades, só pontualmente a feira medieval e alguma atividade da camara. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma ideia era transformar o edifício da alcaidaria num restaurante.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sem dúvida que tem um valor simbólico e histórico. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente a cidade?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, bastante. <p>Considera que houve um aumento turístico na cidade por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não se nota muito, é praticamente igual. Vê-se um aumento de turistas espanhóis e turistas que visitam Torres Novas e que acabam por ir ao castelo.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Torres Novas, Torres Novas, Torres Novas.</p> <p>Entrevistado nº 2</p> <p>António Pereira (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, pelo contrário está muito bem conservado. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, sem dúvida.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Torres Novas?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A praça ou os jardins da cidade. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ São espaços de convívio e excelentes para uma boa caminhada. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, apesar de ter um horário de funcionamento. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, sem dúvida. Apesar do seu espaço verde é um bom local para se usufruir da paisagem sobre Torres Novas. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Pelos torrejanos sim mas é um local muito visitado. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, penso que sim. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na minha opinião sim, conserva e respeita e respeita o antigo e um espaço verde é sempre é sempre bem-vindo a Torres Novas. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Alguns torrejanos costumam frequentar durante as suas caminhadas, mas o horário de funcionamento não facilita muito a visita ao interior do castelo. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Usufruir da paisagem e tirar fotografias. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, principalmente para conservação do castelo.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas nem todas as pessoas podem aceder ao interior do castelo. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, principalmente para pessoas com mobilidade condicionada. Mesmo o horário de funcionamento deveria ser mais facilitado. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo em si tem três acessos possíveis, mas só se utilizam dois acessos. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, cria dinâmica entre o exterior e interior do castelo.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, sem dúvida. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A principal vantagem foi a conservação que foi feita na estrutura do castelo. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Um uso público é sempre melhor que um uso privado. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Atividades culturais, atividades de lazer ligadas ao desporto.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Um castelo tem sempre um valor simbólico e histórico. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente a cidade?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico na cidade por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Acredito que uma percentagem de turistas que se deslocam a Torres Novas é por causa do castelo.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Torres Novas, Torres Novas, Torres Novas.</p> <p>Entrevistado nº 3</p> <p>Pedro Matos (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, depois da intervenção que foi feita o castelo está muito bem conservado. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Torres Novas?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A praça. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É um espaço de convívio e comércio. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, principalmente depois da intervenção que foi realizada. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, o castelo recebe muitos turistas. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, agora é muito mais divulgado. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, penso que sim. É um espaço onde se podem fazer muitas atividades. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O interior não, mas vê-se muita gente a caminhar em seu redor. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os turistas tiram muitas fotografias mas o mais bonito do castelo é a paisagem que proporciona sobre a cidade de Torres Novas. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas podia existir uma rampa para as pessoas com dificuldade ou mesmo com mobilidade condicionada acederem ao interior do castelo. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas podia ficar melhor. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, como já referi, principalmente para as pessoas com mobilidade condicionada. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem três acessos possíveis, mas só se utilizam dois acessos. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, era interessante existir um circuito entre o exterior e o interior.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A principal vantagem para os torresjanos foi o circuito que foi criado em torno do castelo. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Um uso público é melhor. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Principalmente com atividades de lazer ligadas ao desporto para aproveitar todo aquele espaço verde.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Para além do seu valor simbólico e histórico, o castelo é um ponto turístico de Torres Novas. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente a cidade?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico na cidade por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim acho que sim.

Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Castelo de Torres Novas, Torres Novas, Torres Novas. Entrevistado nº 4 Maria Rodrigues (residente local)
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Torres Novas?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não tenho muito tempo livre mas, ao final do dia costumo correr pelos jardins e pelo circuito pedonal à volta do castelo. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ São espaço muito agradáveis, principalmente para a prática de desporto e lazer. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, principalmente para a prática de desporto e lazer. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O interior do castelo talvez. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, acredito que sim. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Como atividade de lazer penso que não, porque, tal como eu, as pessoas fazem as suas caminhadas ao final da tarde e o castelo já se encontra fechado. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os turistas desfrutam da paisagem e tirar fotografias. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas acho que não se pensou muito naquelas pessoas que tem dificuldade em subir escadas. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É óbvio que os acessos melhoraram, mas mesmo assim podiam fazer com que os acessos ao interior do castelo fossem possíveis para todos. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, exatamente pelo que já referi e mesmo o horário deveria ser mais flexível. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sempre existiram os acessos atuais. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, principalmente para que o circuito exterior do castelo pode-se de alguma forma entrar e sair do castelo por distintos acessos.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ De alguma forma sim. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A principal vantagem foi que o castelo ficou muito mais visível, muito mais atrativo e criaram-se condições para se fazer qualquer tipo de atividades. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Penso que um uso público é melhor. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Eu tenho um gosto particular no que toca a atividades ligadas ao lazer e desporto e penso que o castelo tem potencial para organizar esse tipo de atividades, tanto no exterior como no interior.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo é sempre um valor simbólico e um registo histórico que todos os torrejanos se orgulham. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente a cidade?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico na cidade por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Castelo de Torres Novas, Torres Novas, Torres Novas.</p> <p>Entrevistado nº 5</p> <p>Fernando Oliveira (residente local)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Está muito bem conservado. <p>Considera que com a intervenção realizada o castelo melhorou o seu estado de conservação?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, claramente.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em Torres Novas?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A praça e às vezes os jardins. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A praça porque é um espaço de convívio e de comércio, os jardins são para a prática de desporto. <p>Considera o espaço do castelo um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, todos os cidadãos têm direito a usufruir aquele espaço. <p>Considera que o espaço do castelo é um espaço agradável?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, desde que se fez obras no castelo aquele espaço ficou muito agradável. <p>Considera que o castelo é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, poderia ser muito mais utilizado. <p>Depois da intervenção realizada o castelo é mais visitado e utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, é muito mais divulgado. <p>Considera que o uso atual, no castelo, é o mais adequado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, mas tem capacidades para se fazer muitas mais atividades. <p>A população local costuma frequentar este espaço como uma atividade de lazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Vê-se muitos mais turistas no interior do castelo do que a população de Torres Novas. <p>Da população, local ou visitante, que se desloca ao castelo, quais são as atividades mais frequentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Principalmente é subir às torres e desfrutar de excelentes vistas sobre a cidade. <p>Considera importante a intervenção que foi realizada no castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim.
Local	<p>Considera o espaço do castelo de fácil acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Depois da intervenção o acesso ao castelo ficou mais acessível?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>O acesso ao castelo deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim podia ser mais facilitado para aquelas pessoas com mobilidade condicionada. <p>Antes da intervenção realizada, quantos acessos existiam ao interior do castelo? E depois da intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Existem três acessos mas muitas vezes só dois é que estão abertos. <p>Esses acessos ainda existem? São utilizados para aceder ao castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera um fator positivo que o castelo tenha mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, na minha opinião deveriam estar todos abertos, para as pessoas entrarem e saírem por distintos acessos.
Legal	<p>Considera que esta intervenção influenciou o uso do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, agora está muito mais interessante. <p>Quais foram as vantagens ou desvantagens desta intervenção?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ As vantagens que teve são visíveis, melhorou a sua conservação, o seu espaço interior, o seu espaço envolvente, os acessos e com isto é muito mais divulgado e publicitado do que antes. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público é melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na minha opinião um uso público, neste tipo de património é sempre melhor, não se pode é deixar cair em desuso e sem manutenção. <p>Se tivesse possibilidade como dinamizava o castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Para mim este castelo está equipado com um espaço de verde que tem todas as condições para receber atividades de lazer, ligadas ao ambiente, ao desporto, entre outros.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Nunca deixará de ser um símbolo histórico, mas hoje em dia é um grande ponto de atração turística. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo influencia turisticamente a cidade?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que houve um aumento turístico na cidade por causa do castelo?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, todo o turista que se desloca a Torres Novas por causa do castelo acaba por visitar outros locais da cidade e acabam por criar dinâmicas económicas, sociais e culturais, com isto, enriquecem e valorizam a qualidade de vida dos torrejanos.

Tipos de obsolescência:	<p>Notas de Campo: _ Castelo de Torres Novas, Torres Novas, Torres Novas.</p> <p>Castelo de Torres Novas</p>
Física / Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> • O estado atual do castelo classifica-se como muito bom; • As estruturas metálicas, nomeadamente todas as escadarias e as estruturas dos binóculos miradouros, estão em muito bom estado;
Funcional	<ul style="list-style-type: none"> • O espaço interior do castelo está equipado com um belo jardim e circuitos pedonais, para além do edifício da alcaidaria e das instalações sanitárias; • Duas escadarias que ligam o circuito pedonal ao castelo são de chapa metálica e a sua estrutura são em perfis metálicos. Estas em dias de chuva escorregam muito, o que pode provocar alguns acidentes; • Todo o espaço interior do castelo está equipado com camaras de vigilância; • Parte do recinto amuralhado, na zona mais alta, está equipada com um corrimão de ferro;
Local	<ul style="list-style-type: none"> • Existem vários acessos para aceder ao castelo, ruas, escadarias, rampas, circuitos pedonais, entre outros, é acessível de automóvel; • Existem atualmente 4 acessos possíveis para se aceder ao interior castelo, mas só 2 é que estão abertos; • Todos os acessos ao interior do castelo são em escadaria, o que dificulta o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e mobilidade condicionada; • Um belo e recente circuito pedonal circunda o castelo, onde se encontram algumas das entradas que dão acesso ao interior do castelo; • O circuito que circunda o castelo está todo equipado com iluminação artificial, bancos, bebedouros e um corrimão de madeira; • No interior do castelo existem várias escadarias que dão acesso ao recinto amuralhado, este dá acesso às torres de menagem; • As torres de menagem estão equipadas com umas plataformas metálicas elevadas, onde podemos desfrutar das paisagens sobre a cidade de Torres Novas. Algumas das torres estão equipadas com binóculos miradouros, estes são totalmente gratuitos;
Legal	<ul style="list-style-type: none"> • O castelo de Torres Novas recebe a festa da feira medieval anualmente, no dia 28 de Junho; • Considera-se que o castelo exibe poucas atividades, tanto para os torrejanos como para os turistas que o visitam; • A intervenção que foi realizada no castelo intitula-se de Envolvência e Recuperação do Castelo de Torres Novas, inaugurada a 5 de Setembro de 2009; • O castelo de Torres Novas cumpre com algumas regras, nomeadamente o horário de funcionamento, abre de segunda a sexta das 09.00-17.00 H e a entrada é livre;
Imagem	<ul style="list-style-type: none"> • O castelo de Torres Novas encontra-se bem no centro da cidade; • Na periferia do castelo encontram-se equipamentos culturais, zonas de lazer, zonas de comércio e o respetivo centro histórico;

vila nova de cerveira




DIA DOS AVÓS E DO IDOSO

O Parque do Castelheiro, em Vila Nova de Cerveira, é este ano o espaço escolhido para a realização, a 26 do corrente mês de maio, a partir das 9h, do Dia dos Avós e do Idoso.

Presenciada pelo Secretariado Diocesano da Pastoral Social e, em conjunto com o seu presidente, o padre Antão Coutinho, deverá desenvolver actividades de animação situadas ao tema, designadamente, poesia, música, teatro, história e rapécia.

O programa definitivo deverá ser conhecido nos próximos dias. No entanto, porém, que, além de alto-miúdos, é esperada a participação de avós espanhóis.

FÉRIAS DE VERÃO NO AQUAMUSEU

O Aquamuseu do Rio Minho, vai proporcionar, entre os dias 9 e 12 de Julho, uma série de actividades pedagógicas para crianças dos 7 aos 13 anos. O desafio é "tomarem-se" cientistas, de maneira a descobrir alguns dos segredos da água e dos seus habitats.

Durante esses dias, as crianças terão oportunidade de montar um aquário, realizar análises físico-químicas da água, observar ao microscópio amostras de água e viajar pelo estuário do rio Minho de forma a observar a sua biodiversidade e identificar alguns dos seus problemas e ameaças. As actividades decorrem entre as 14h30 e as 17h30.

CEDENCIA DA POUSADA D. DINIS ESTÁ PARA BREVE

Chega ao fim o processo em torno da utilização dos espaços da Pousada D. Dinis, após o encerramento, em 2008, pelo Grupo Pestana para alegadas obras. O presidente do executivo garante que, neste momento, "tudo está bem encaminhado" com o apuramento, "em breve", da assinatura do protocolo de cedência de três espaços para gestão municipal.

Estes são "os avanços atuais" de um contacto entre o autarca local e a Direcção-Geral de Tesouro e Finanças, no sentido de encontrar uma solução definitiva para a ocupação dos edifícios do Castelo já em estado de degradação. José Manuel Carpinheira confirma que a autarquia vai ficar responsável pela dinamização do antigo bar e recepção da Pousada, bem como do espaço contíguo que tem funcionado como galeria de arte.

Quanto ao espaço de alojamento, a informação disponibilizada pela Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças ao autarca é a pretensão de continuar com a mesma actividade, existindo já um promotor interessado para a sua dinamização. José Manuel Carpinheira mostra-se satisfeito com este desenvolvimento.

Recorde-se que o antigo castelo da vila, com origens no século 13, está classificado como Monumento Nacional.

FOTOMOTA

Fotografia e Custódia Pereira

tel: 221 790 451 / 491 247 332



vale mais

SERRA D'ARGA
TERRA ESQUECIDA
E CONDENADA

Revista: Vale Mais
 Editora: Lince Editora
 Data: Julho 2013
 Edição: Nº 19
 Assunto: Pág. 37



VILA NOVA DE CERVEIRA

FBC inaugura exposições "Plural Out Project" e "Residências12"



"QUEIMA DE JUDAS" NO CASTELO DE CERVEIRA

O espectáculo de teatro "Queima de Judas" regressou ao Castelo de Cerveira. No transito dia 30 cumpriu-se uma tradição de sucesso. A organização é da responsabilidade da Câmara Municipal e a produção esteve a cargo das Comédias do Minho. A direção do espectáculo foi de Gonçalo Fonseca e Tânia Almeida e o evento deste ano contou com a participação do Grupo de Teatro Amador de Cerveira - Outra Cena.

A "Queima de Judas" é uma festa popular que tem lugar no sábado que antecede a Páscoa, na qual se recupera o ritual pagão da morte do ano velho e da chegada da primavera. Nesta representação de pendor judaico-cristão, condena-se Judas, o traidor, e festeja-se a Ressurreição de Jesus Cristo.

A "Queima de Judas" de Cerveira tornou-se, após várias edições com sucesso, no maior espectáculo de teatro comunitário do Vale do Minho, durante a Semana Santa. Muita coisa pode acontecer durante a representação, mas uma coisa é certa... Judas é condenado à fogueira! Antes da sua morte, é lido o seu testamento, no qual é deixado ao Concelho e ao País, um conjunto de conselhos e críticas.

86 **VILA NOVA DE CERVEIRA** o jornal do Vale do Minho

"JUDINHAS" DECORAM RUAS

A Câmara Municipal lançou o desafio e os convecinianos aderiram. O resultado são centenas de "judinhas" espalhadas por ruas e montanhas de estabelecimentos comerciais, uma atracção apreciada para os visitantes, que encorajam nesta época a Vila mais colorida e decorada com bonecos de todos os tamanhos.

A figura de Judas inspira a criatividade popular e assim nasceram os "judinhas", bonecos toscos, constituídos à base de pedação de madeira e "vestidos" com farrapos coloridos. A imaginação de cada um faz o resto. Os "judinhas", porém, têm por norma "vida curta". Criados em ateliês, são exibidos no dia da queima de Judas, quando a população é convidada a brandir os bonecos.

Deste desafio fizeram parte também o ateliê e o processo de "judinhas".



vale mais

NELSON PUGA
FÍSICO CERVEIRENSE
CUIDA DA SAÚDE DO PORTO

SEMANA SANTA
EM VALENÇA

ERNESTO PORTUGUES
PREMIADO COM
O PRÉMIO DE ARTE

CARLOS VIEIRA
JORNALISTA DE CERVEIRA
E DO SUDESTE

Revista: Vale Mais
 Editora: Lince Editora
 Data: Abril 2013
 Edição: Nº 16
 Assunto: Pág. 56



BIENAL

Outro dos destaques artísticos deste conceito é a sua Bienal. Uma das mais importantes do norte do país tem sobrevivido à turbulência do país, e todos os anos, abre portas. Desde 1978 que este evento, que tem o cognome de Vila das Artes a esta localidade, se realiza, tendo já alcançado uma dimensão que há muito extravasou fronteiras. No concurso deste ano foram al-

cançadas as expectativas, quanto ao número de candidatos e em relação à qualidade das obras apresentadas. Sobretudo, no que respeita ao alcance internacional da Bienal de Cerveira. O Concurso Internacional da 17ª Bienal de Cerveira contou com 590 candidatos, um acréscimo de 30% em relação à edição anterior (2011), sendo que mais de metade são estrangei-

ros. No total foram mais de mil obras a concurso (mais 40% que na 16ª edição), representando áreas criativas como a Pintura, Gravura, Fotografia, Vídeo, Performance, Cerâmica, Escultura, de artistas de 46 países de quatro continentes diferentes (América, Ásia, África e Europa). Foram pré-seleccionadas 134 obras e 99 artistas de 14 países distintos.



MICRO-CASA SUSTENTÁVEL

Arquitetos cerveiroses premiados na América. O atelier de César Marques, um jovem arquiteto de Vila Nova de Cerveira, está com o seu ateliê, acaba de ver o seu projeto para uma micro-casa ser reconhecido nos Estados Unidos. Este é baseado na estrutura de uma árvore. O "TreeHouse Unit" recebeu uma menção na "Microhousing Ideas Competition", promovida pela "Denver Architectural League". Com uma abordagem conceptual baseada na estrutura de uma árvore, o projeto apresenta um edifício com oito habitações para construção junto a um rio. Tendo em mente a "sustentabilidade ambiental e a integração no meio envolvente", o projeto de César Marques estabelece diferentes níveis de utilização do espaço. Os materiais considerados são realizáveis e assumindo a cortiça particular relevância, sendo a energia gerada por painéis solares. Cada habitação apresenta uma área de 35 m².



CERVEIRA AO PIANO

Este ano são os Ala dos Nazarenos e Fátima Moura no primeiro concerto da "Cerveira ao Piano" 2013 que decorre no auditório municipal, nos todos os anos este certame irá ao encontro figuras de renome no panorama musical do nosso país. Com organização da Câmara Municipal, os concertos terão lugar nos dias 9 e 10 de agosto, sendo que o primeiro já se realizou no passado 27 de julho.

URGE SOLUÇÃO NAS MINAS DE COVAS

"O que não sabemos e, pelo visto, as entidades que tutelam o Ambiente e a Marinha também não é que a causa desta descarga de resíduos de minério nas águas do rio se deve ao facto de ter sido iniciada "a espreitada de melhoria no controlo do escoamento das águas superficiais na área interior de Covas", da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., que entregou essa obra, por muito barato, no valor de € 37.851,50 à FESE-Energia e Novas Oportunidades, Lda." A constatação é do Grupo de Estudo e Preservação do Património - Vilarmarques (GEPPAV) que, anteriormente, tinha denunciado um acidente ambiental no Rio Coira "quando as suas águas surgiram opacas, com uma forte coloração amarelada".

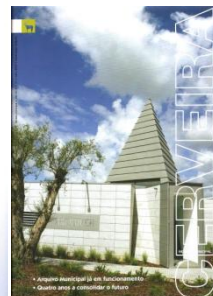


Revista: Vale Mais
 Editora: Lince Editora
 Data: Agosto 2013
 Edição: Nº 20
 Assunto: Pág. 47



A aposta crescente no teatro, por parte do Município de Cerveira, tem vindo a criar no público o gosto pela arte nascida em Atenas, apetência visível na afluência e na participação que os espetáculos sempre registam. O Dia Mundial do Teatro festejou-se, por isso, da melhor forma, a rir, com a comédia "Mamã?!", mas Março foi um mês particularmente rico em termos teatrais. "Mamã?!" foi levado ao palco pela companhia "Peripécia Teatro", no passado dia 28 de Março. O Cine Teatro dos Bombeiros vibrou durante mais de 70 minutos, com a história de uma bailarina de cabaret grávida, despedida e abandonada pelo namorado, mas epíclode por um amigo músico. A companhia "Peripécia Teatro" foi fundada em 2004 por dois actores espanhóis e um português: Noelia Dominguez, Angel Fragua e Sérgio Agostinho. Dedica-se a espetáculos originais que assentem num trabalho de grande disciplina e rigor ao nível da interpretação e de intensa componente física e visual, privilegiando, em cada espectáculo, uma linguagem cénica atrevida e universal.

Também no Cine Teatro dos Bombeiros, desta vez para celebrar os 400 anos do nascimento do Padre António Vieira, o grupo "Há Cultura" tinha apresentado, no dia 10 de Março, a peça de teatro "Vieira, A Voz Visível". Tratou-se de um espectáculo promovido pela Câmara Municipal, através dos serviços da Biblioteca Municipal. O trabalho dos actores foi dividido em três partes. Na primeira fez-se a reconstrução de um sermão, na segunda parte destacou-se a leitura das cartas e na última reuniram-se textos e ideias para reflexão. Refira-se que a peça em causa - "Vieira, A Voz Visível" - foi apoiada pelo Ministério da Cultura e pela Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas. Entre 13 e 15 de Março, Cerveira assistiu à peça "Contre-Bando - A Dança da Lampreia", produzida pela companhia "Comédias do Minho" com encenação, dramaturgia e coreografia de Madalena Victorino. A companhia de teatro "Comédias do Minho" voltou a levar o teatro a Cerveira já durante o mês de Abril, com "Queima de Judas", representado nas ruas do Centro Histórico, no dia 11, no âmbito da Semana Santa. O grupo regressou em Junho, com a peça "Um grão caído na terra", um projecto com encenação e interpretação de Gonçalo Fonseca e texto e dramaturgia de Pedro Elias. "Um grão caído na terra" nasceu do testemunho real de Omer Goldman, jovem israelita que, em 2008, se recusou a prestar serviço militar. A personagem, sem nome, faz dez anos, é chamada a servir o estúdio e recusa. Dialoga com o soldado, o juiz, o pai, a carcereira, a companheira de cela. Atravessa a solidão e o desespero. Entre as paredes do prisão, sonha com um vento que a leva pelo céu.



Revista: Cerveira
 Editora: ruicunha design
 Data: Julho 2009
 Edição: Nº 37
 Assunto: Pág. 54



Antiga Pousada D. Dinis será centro de exposições culturais

Até ao final deste mês de março, o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira conta ter finalizado todo o processo de cedência dos edifícios do Castelo Dom Dinis. Entre eles, a Pousada que se encontra de portas fechadas há três anos.

O edifício já reuniu com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de onde saiu com a promessa de que a antiga Pousada D. Dinis seria transformada num centro de exposições culturais, aberto também a privados. José Manuel Carpinheira tem de apresentar uma proposta fundamentada, se possível já um ante-projeto.

O objetivo do município passa por transformar a pousada, construída pela adaptação do secular castelo da localidade, num "espaço aberto à comunidade", com gestão municipal que pode incluir "exposições culturais e até alojamento", mas também com privados, para explorar um bar e um restaurante.

A gestão de todo aquele património pode vir a ficar nas mãos do executivo municipal durante 20 ou 30 anos, sendo que continuará a ser propriedade do Estado.

As obras serão realizadas pelo município com recurso a fundos comunitários. A Câmara Municipal pretende assumir a gestão de forma a tornar possível o acesso público ao castelo da vila, limitado desde o encerramento da pousada.

A gestão de todo aquele património pode vir a ficar nas mãos do executivo municipal durante 20 ou 30 anos, sendo que continuará a ser propriedade do Estado.

A pretensão da necessidade de obras no imóvel, classificado como Monumento Nacional e com origens no século XIII, a pousada foi encerrada em dezembro de 2008. O projeto de intervenção acabou por receber "panaceia negativa" do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. Do Grupo Pestana, a posse do edifício voltou à ENATUR (Empresa Nacional de Turismo), que, no ano passado, e entregou à DGTF.



Revista: Vale Mais
 Editora: Lince Editora
 Data: Março 2012
 Edição: Nº 03
 Assunto: Pág. 21



FESTA DAS TRADIÇÕES E SABORES DA ALDEIA, EM COVAS

Com o objetivo de atrair mais pessoas através de um regresso às origens, a freguesia de Covas, em Vila Nova de Cerveira, promove a IV Festa das Tradições e Sabores da Aldeia.

No certame não faltaram as taquitas, além da animação e de jogos populares.

Numa organização conjunta do Grupo de Danças Divino Salvador de Covas e da Unidade Local de Covas, a autarquia local explica que se trata de um certame de angariação de verbas para estas duas associações.

Rui Esteves garante que esteve em destaque "aquilo que é mais genuíno na freguesia".

Os jovens e emigrantes são o público-alvo deste viver as tradições.

A III Festa das Tradições e Sabores da Aldeia, na freguesia de Covas, urtiu-se com a malícia do povo, seguida da abertura da festa e das barracas.

De 15 a 18 de agosto, um vasto programa integrou almoços e jantares tradicionais, encontro de bandas, concertos alternativos e dj's, cantares ao desafio, ranchos, noite jovem, e ainda uma concentração e passeio de motorizadas.



CENTRO HISTÓRICO REGRESSOU À IDADE MÉDIA

O Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira regressou à Idade Média com mais uma edição da Festa da História, numa organização da Câmara Municipal, com o apoio do Logos Cerveira, Associação de Artesãos do Vale do Minho e Associação Velha Lamparina.

Durante a Festa da História, o burgo encheu-se de cor e de música, ao mesmo tempo que a feira, com os seus artesãos e mercadores, deu vida às ruas comerciais e criou um espaço de encontro entre portugueses e galegos que a fronteira e o rio que em outros tempos dividia.

Ao longo dos três dias existiu animação de rua com teatro, música, malabristas, dança do ventre, demonstração de ofícios e feia noturna. No acampamento medieval podia-se visitar



FOTO MOTA

Fotografia @ Custódia Pereira
 www.facebook.com/delmota
 mail: fotomota@lince.pt
 151 790 406 / 966 247 111
 C. O. Rua 150 Amoroso
 V. N. de Cerveira



Revista: Vale Mais
 Editora: Lince Editora
 Data: Setembro 2013
 Edição: Nº 21
 Assunto: Pág. 41




Entre 31 de Agosto e 2 de Setembro, Vila Nova de Cerveira revisitou o passado com o regresso à época medieval, traduzido na IV Festa, que invadiu o Centro Histórico da Vila, espalhando cor e alegria pelas ruas principais, numa organização da Câmara Municipal, com produção a cargo da "Comédias do Minho" e "Temporarius - Recreaciones" (da Corunha).

IV Festa Medieval tomou conta do Centro Histórico

O programa da IV edição de Festa Medieval começou com uma ceia, no Castelo de Cerveira, a cargo da Pousada D. Dinis. Numa cerimónia a preceito, os convivas foram recebidos pelos "senhores do castelo", ao som dos tambores e das gaitas. Estava anunciado o repasto, que também teve na ementa muitas brincadeiras e boa disposição, garantidas por personagens como o bobo, os malabaristas, e uma bruxa, entre outros.

Na manhã seguinte, o prego de abertura oficial da Festa Medieval ouviu-se pelas 10 horas, pelas vozes do presidente da Região de Turismo do Alto Minho, Francisco Sampaio, e do Presidente da Câmara Municipal, José Carpinheira. A seguir fez-se a recitação do anúncio da outorga do foral à Vila Nova de Cerveira, pelo rei D. Diniz, a 1 de Outubro de 1321, numa produção da companhia "Comédias do Minho".

De realçar que, este ano, três dezenas de Cerveirenses inscreveram-se individualmente para a festa, decididos a recriar os antepassados medievos, tarefa que exigiu uma cuidada preparação, dirigida pela encenadora Ana Vereta, da "Comédias do Minho".

À noite representou-se o "Auto da burla do amor", a obra que inspirou Shakespeare para "Romeu e Julieta". A produção foi da responsabilidade do "Teatro Assombrado".

Durante a IV Festa Medieval, ouviu-se música trovadoresca no Centro Histórico, e houve animação para todos os gostos, sempre a lembrar os tempos idos, com exposições de falcoaria, oficinas, exposições tendas de comens e bebes e de venda de artesanato e outros produtos.




Revista: Cerveira
 Editora: ruicunha design
 Data: Janeiro 2008
 Edição: Nº 34
 Assunto: Pág. 42



VILA NOVA DE CERVEIRA

Câmara assinou protocolo com a ULSAM

A Câmara Municipal assinou um protocolo com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) com o objetivo de promover cuidados especializados de saúde junto da população. Em causa está o apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário.

No âmbito deste protocolo, o município destacou um psicólogo, que vai trabalhar com a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) do Centro de Saúde de Cerveira, o que permitirá alargar o campo de ação desta unidade, onde existem outros profissionais de saúde, mas não havia recursos humanos ao nível da Psicologia, tal como acontece na generalidade dos concelhos do Alto Minho, com exceção a Viana do Castelo.

Os destinatários deste apoio serão pessoas individuais, famílias e grupos mais vulneráveis. Estes beneficiários serão identificados pela UCC ou através de outros meios, como acontece por exemplo com doentes que, tendo alta hospitalar, têm indicação por parte do hospital para acompanhamento psicológico.

Pousada D. Dinis

O resultado, do encontro entre José Manuel Carpinheira, líder do município, e técnicos da da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, no sentido de encontrar uma solução definitiva para a ocupação dos edifícios do Castelo já em estado de degradação, foi que alguns espaços da antiga Pousada Dom Dinis vão ser cedidos, através de protocolo, à Câmara Municipal, e outros vão ser alvo de concurso público para encontrar um investidor privado.

Quanto a outros edifícios, visto que a vontade da DGTF é fazer mais algumas investidas no sentido de encontrar um investidor privado interessado em ter uma atividade ligada ao alojamento, o objetivo é abrir um concurso público. Para José Manuel Carpinheira é muito importante evitar a degradação dos edifícios, e também ir de encontro à vontade manifestada pela população. Agora, o restante espera que estas ideias sejam aplicadas no papel e no terreno "muito rapidamente".

Vontade da população para Pousada D. Dinis

José Manuel Carpinheira reuniu de novo com os técnicos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, com vista à divulgação das vontades da população quanto à utilização das antigas instalações da Pousada D. Dinis.

José Manuel Carpinheira apresentou a "vontade" manifestada peloserveirenses de instalar, naquele espaço, serviços municipais e outras atividades, por entidades públicas ou privadas.

Através de um inquérito, na página municipal, na Internet, os cidadãos tiveram a oportunidade de escolher o destino a dar aos edifícios da antiga pousada D. Dinis.

O antigo castelo da vila, com origens no século 13, está classificado como Monumento Nacional.

Lampréia do rio Minho Um prato de excelência

Mais uma vez, a Lampréia do rio Minho volta a ser a protagonista de um autêntico festival de sabores durante os meses de fevereiro e março. O famoso cicloclismo vai ser servido todos os fins-de-semana e não só, à mesa dos restauranteserveirenses. A iniciativa tem por tema "Lampréia do Rio Minho - Um Prato de Excelência" e é uma organização da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e da Admimnho.

Catorze restauranteserveirenses aderiram à edição este ano, o que significa que se comprometem a incluir nas suas ementas, todos os fins-de-semana, pratos-de lampréia. Esta iniciativa gastronómica começou em 2010, enquanto parceria entre a Admimnho e os municípios do Vale do Minho e tem sido marcada pelo sucesso. Visa a promoção de um recurso local com forte impacto na economia local - a lampréia - reforçando a imagem do Vale do Minho como um destino gastronómico de excelência.




Revista: Vale Mais
 Editora: Lince Editora
 Data: Fevereiro 2013
 Edição: Nº 14
 Assunto: Pág. 60

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Residentes de Vila Nova de Cerveira</p> <p>Entrevistado nº 1</p> <p>Maria da Conceição Castro (funcionária da Biblioteca Municipal, residente do centro da vila)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, porque está fechado.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em VNC?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Parque do castelinho. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É um espaço agradável, tem condições de conforto e a sua paisagem é excelente. <p>Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Infelizmente não, mas deveria ser. Como pode ser um espaço público se o castelo está sempre fechado. <p>Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, porque está fechado maior parte do tempo, só abre para atividades do teatro (2x por ano) e ao domingo para a realização da missa da misericórdia (12:00h).
Local	<p>O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, sem dúvida, trazia certamente mais vantagens. <p>Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, quando entramos dá a sensação que não temos saída e temos que voltar ao mesmo sítio por onde entramos, poderia existir um circuito, entrar por um lado e sair por outro. <p>Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, em muitos aspetos, já anteriormente referidos.
Legal	<p>O espaço do castelo D. Dinis teve benefícios/vantagens com a integração da pousada? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, porque enquanto a pousada funcionava havia manutenção, a mesma trazia algum movimento a V. N. Cerveira e ao castelo, sendo que o grupo de pessoas que frequentava a pousada era de uma elite considerada alta. ➤ Não, porque faziam, os próprios da pousada, restrições das pessoas que podiam aceder ou usufruir da pousada ou mesmo do espaço do castelo. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, um uso público seria melhor, porque todas as pessoas devem ter direito a usufruir deste espaço. <i>"O castelo é nosso"</i>. <p>Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Seria interessante que o espaço do castelo e os edifícios da pousada se transformassem em museu, sala de exposições, lojas tradicionais, bares, galerias, entre outros.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo D. Dinis em V. N. Cerveira?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem um valor simbólico e histórico e acima de tudo tem um valor sentimental. <p>Será necessário que o castelo D. Dinis tenha um novo significado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Poderá ser necessário consoante a intervenção. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo D. Dinis influencia turisticamente V. N. Cerveira?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Infelizmente o castelo não é o principal motivo de deslocação dos turistas a V. N. Cerveira, poderá ser, se no futuro existirem atividades no seu interior. Se existirem essas atividades, é para V. N. Cerveira uma mais-valia, como por exemplo o parque do castelinho. <p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, pelo contrário. <p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, considero que está muito bem localizado, sendo uma potencialidade a explorar o facto de estar no centro da vila.

Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Residentes de Vila Nova de Cerveira Entrevistado nº 2 Jorge Roleira (antigo residente do centro histórico da vila)
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, principalmente no interior, nos edifícios da antiga pousada.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em VNC?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Parque do castelinho. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É um espaço verde, a sua paisagem é excelente e está equipado por uma ecopista. <p>Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Neste momento não considero, porque nunca se sabe quando e a que horas está aberto ao público, estando muitas vezes encerrado. <p>Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, muito pouco, porque não existem atividades.
Local	<p>O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, tem que se conservar o que tem. <p>Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, porque não gostava que o castelo se alterasse, como por exemplo, a entrada a norte que foi construída na sequência da pousada, para entrada e saída dos funcionários e cargas e descargas, não existia e nesse local existiam duas casas. <p>Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, pelos mesmos motivos referidos anteriormente.
Legal	<p>O espaço do castelo D. Dinis teve benefícios/vantagens com a integração da pousada? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, porque o castelo deixou de ser o que era. Durante o funcionamento da pousada, sendo um uso privado, o espaço do castelo privatizou-se e deixou de ser de livre acesso. <i>“Deixou de ser de Cerveira”</i>. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, para se poder usufruir do espaço do castelo. <i>“Um espaço que é nosso”</i>. <p>Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Seria interessante que o espaço do castelo e os edifícios da pousada se transformassem em bares, discotecas, lojas tradicionais, restaurantes, entre outros.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo D. Dinis em V. N. Cerveira?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem um valor simbólico e acima de tudo tem um valor sentimental, era um local onde os jovens se encontravam para as suas brincadeiras, como por exemplo, o parque do castelinho. <p>Será necessário que o castelo D. Dinis tenha um novo significado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, pelo facto de ser pousada. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo D. Dinis influencia turisticamente V. N. Cerveira?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Infelizmente os turistas não vêm pelo castelo, mas seria um fator positivo que os turistas viessem pelo castelo. <p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não. <p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, considero que está bem localizado e uma das potencialidades do castelo é que embeleza a vila.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Residentes de Vila Nova de Cerveira Entrevistado nº 3 Joaquim Carvalho (antigo residente do centro histórico da vila, atual residente do centro da vila)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ Sim, porque o castelo não tem atividades e porque a pousada está fechada.</p>
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em VNC? ➤ A praça / terreiro. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ É um espaço de ponto de encontro com alguns amigos e onde posso estar sentado numa explana a tomar um café. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Neste momento não, mas já considerei um espaço público. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Sim, porque não existem suficientes atividades, tem três a quatro atividades por ano, a queima de judas, bienal de arte, missa todos os domingos e a procissão ECO-HOME que se realiza anualmente.</p>
Local	<p>O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Sim, porque só existe um acesso. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Não considero um problema, mas se existisse outro acesso seria muito melhor. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim, para facilitar o acesso ao parque de estacionamento e faria com que existisse um circuito.</p>
Legal	<p>O espaço do castelo D. Dinis teve benefícios/vantagens com a integração da pousada? Porquê? ➤ Sim, porque a pousada criou emprego aos cerveirenses, a própria pousada melhorou as infraestruturas do castelo e das habitações já existentes e trouxe sempre alguma gente a V.N. Cerveira. Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim, uma atividade pública faria com que o castelo continua-se aberto a todos. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Seria interessante que o espaço do castelo e os edifícios da pousada se transformassem em atividades culturais (exposições, teatros, bibliotecas), bares, lojas tradicionais, restaurantes, entre outros.</p>
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo D. Dinis em V. N. Cerveira? ➤ O castelo tem um valor simbólico e histórico, mas acima de tudo tem um valor sentimental e de orgulho. Será necessário que o castelo D. Dinis tenha um novo significado? ➤ Sim, porque nós, cerveirenses, vemos o castelo ou o espaço do castelo como sendo 'a pousada' e não como 'o castelo'. Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo D. Dinis influencia turisticamente V. N. Cerveira? ➤ Infelizmente os turistas não vêm pelo castelo, mas sim por outros motivos. Seria positivo que os turistas viessem a V. N. Cerveira pelo castelo onde este tem potencial para ser um local atrativo. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não, considero que está bem localizado e é um fator positivo a sua localização.</p>

Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Residentes de Vila Nova de Cerveira Entrevistado nº 4 António Barbosa (antigo residente do centro histórico da vila – interior do castelo)
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, por causa do encerramento da pousada.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em VNC?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O parque do castelinho. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É um espaço onde pratico exercício físico e é um espaço que está equipado com uma ecopista. <p>Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, porque se encontra encerrado, só abre exclusivamente para a realização da missa da misericórdia. Mas concordo com o seu encerramento durante a noite por causa do vandalismo.
Local	<p>O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, essencialmente deveria estar aberto durante o dia. <p>Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não considero um problema, já é um acesso tradicional. <p>Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, porque os cerveirenses foram habituados a usufruir só de um acesso. ➤ Sim, porque dinamizava o castelo.
Legal	<p>O espaço do castelo D. Dinis teve benefícios/vantagens com a integração da pousada? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, porque ficou um espaço mais privado. ➤ Sim, porque fez-se a manutenção de infraestruturas e durante o funcionamento da pousada cativava as pessoas a visitar V. N. Cerveira e o próprio castelo. <p>Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, uma atividade pública permitia o acesso a todos. <p>Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Seria interessante que o espaço do castelo e os edifícios da pousada se transformassem em bares, zona comercial, restaurantes, uma pequena cidade, entre outros.
Imagem	<p>O que representa ou qual o significado do castelo D. Dinis em V. N. Cerveira?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O castelo tem um valor histórico, onde representa a monarquia, mas acima de tudo tem um valor sentimental. <p>Será necessário que o castelo D. Dinis tenha um novo significado?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, antigamente dizia-se, “<i>vamos à vila</i>” (interior do castelo), com a integração da pousada diz-se, “<i>vamos à pousada</i>”, antigamente os moradores do interior do castelo eram conhecidos como “<i>os da vila</i>”. <p>Sendo um símbolo arquitetónico, o castelo D. Dinis influencia turisticamente V. N. Cerveira?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Infelizmente os turistas não vêm pelo castelo, mas um menor número de turistas acabam por visitar o castelo. <p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não. <p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, considero que está bem localizado.

Tipos de obsolescência:	Entrevista:_ Turistas Entrevistado nº 1 (entrevista realizada no interior do castelo)
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, talvez por falta de atividades.
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerqueira?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A praça. <p>O que motiva a frequentar esses espaços?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ É um espaço comum, onde as pessoas se encontram e é um espaço agradável para se tomar um café sentado numa esplanada. <p>Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, porque é um monumento do património histórico. <p>Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Penso que sim, não se vê muita gente a visitar o castelo, talvez tenha que existir alguma coisa que atraia as pessoas a visitá-lo.
Local	<p>O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, penso que o castelo está sempre aberto a visitas. <p>Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não considero um problema, mas se existisse mais acessos talvez seria uma vantagem para o castelo e para quem o quer visitar. <p>Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim, pelas razões referidas anteriormente, ou seja, se existissem outros acessos ao interior do castelo talvez aumenta-se o número de visitas ao interior do castelo.
Legal	<p>Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sim. <p>Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Neste espaço poderiam existir restaurantes, bares, lojas tradicionais, espaços culturais, entre outros.
Imagem	<p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, pelo contrário, é um castelo muito bonito. <p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Não, está bem localizado, está centralizado.

Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Turistas Entrevistado nº 2 (entrevista realizada no interior do castelo)
Física / Estrutural	Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ É assim, existe algum descuido com a vegetação na estrutura do castelo, mas não considero que esteja com fraca manutenção.
Funcional	Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerveira? ➤ Quando me desloco a Cerveira, aos sábados, costumo frequentar muito a praça, mas muito depende do local de estacionamento, se estacionar junto do rio, já não me desloco até á praça mas sim até ao parque do castelinho. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ A praça é um espaço de convívio e é um espaço agradável para se tomar um refrigerante sentado numa esplanada. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Sim, pelo menos deveria ser. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Na minha opinião, penso que sim, porque na realidade não se vê muito movimento de pessoas a entrar e sair do castelo.
Local	O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Não, acho que está bastante acessível. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Não. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim, poderia ser uma vantagem se tivesse um acesso desde o cais.
Legal	Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Seria interessante que neste espaço existissem bares, cafés, restaurantes, entre outros.
Imagem	Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não, pela sua localização central torna-se um ponto de atração turístico.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista:_ Turistas Entrevistado nº 3 (entrevista realizada no interior do castelo)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ Não considero que esteja com fraca manutenção, tem um pouco de vegetação na própria muralha, mas este ar de envelhecido dá-lhe uma certa beleza.</p>
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerqueira? ➤ A praça e parque do castelinho. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ A praça é um local agradável para almoçar ou tomar uma bebida. O parque do castelinho é um sítio puro, a sua paisagem é magnífica. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Sim, é um espaço que todos os cidadãos têm direito. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Talvez, não se vê grande movimento de pessoas a entrar e sair do castelo.</p>
Local	<p>O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Talvez, mas o acesso está bem localizado, está frontal à praça. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Não considero um problema. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Tal como referi na questão anterior, não considero um problema entrar e sair pelo mesmo acesso, mas se existisse mais um acesso talvez fosse um fator positivo para o castelo.</p>
Legal	<p>Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Dinamizava este espaço com lojas tradicionais com produtos locais e espaços culturais.</p>
Imagem	<p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não, a sua localização é por si só uma vantagem.</p>

Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Turistas Entrevistado nº 4 (entrevista realizada no interior do castelo)
Física / Estrutural	Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ Sim, tem muita vegetação e em algumas partes muito alta.
Funcional	Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerqueira? ➤ A praça. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ A praça é um local agradável e confortável, com muito comércio, principalmente ligado à restauração. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Sim, é um espaço que toda a gente pode entrar. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Talvez sim, porque não existe muito movimento de pessoas a entrar e sair do castelo.
Local	O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Não, penso que é facilitado. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Não. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Talvez não, retirava a essência que é o castelo, o significado de defesa conjuntamente com as muralhas cria um sentimento de mistério e curiosidade.
Legal	Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim, pelo facto de ser um espaço público de livre acesso a todos. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Lojas tradicionais, cafés, bares, entre outros.
Imagem	Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não.

Tipos de obsolescência:	Entrevista:_ Turistas Entrevistado nº 5 (entrevista realizada no interior do castelo)
Física / Estrutural	Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ Sim, até parece que está abandonado.
Funcional	Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerveira? ➤ A praça e o largo da feira. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ Principalmente o comércio. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Sim, é um espaço que todos podem visitar. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Sim, porque não tem atividades, não tem comércio, só consegue ser atrativo pela sua arquitetura.
Local	O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Sim, deveria estar mais aberto aos visitantes. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Não. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim, criava dinâmicas de fora para dentro e de dentro para fora, seria como se fosse um local de visita num circuito urbano.
Legal	Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim, porque um uso privado talvez condiciona-se o acesso ao castelo. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Para mim, o castelo, poderia ser um prolongamento da praça e que fosse um ponto de ligação entre o cais e a praça..
Imagem	Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não.

Tipos de obsolescência:	Entrevista:_ Turistas Entrevistado nº 6 (entrevista realizada no interior do castelo)
-------------------------	--

Física /
Estrutural

Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?

- Não, simplesmente necessitava de uma limpeza.

Funcional

Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerveira?

- O parque do castelinho.

O que motiva a frequentar esses espaços?

- É um local agradável, um espaço onde gosto de passear com a minha família.

Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê?

- Sim, é de livre acesso.

Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê?

- Sim, não tem qualquer tipo de atividade.

Local

O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê?

- Sim, por exemplo, gostava de sentir o mesmo sentimento que tenho ao entrar na praça, um espaço livre cheio de comércio e atividades.

Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso?

- Não, mas poderia existir mais.

Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê?

- Sim, dinamizava o espaço.

Legal

Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê?

- Sim e não, um uso privado que dinamiza-se bem este espaço e que não interferisse no livre acesso ao castelo poderia ser uma solução.

Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis?

- Poderia existir restaurantes, bares, cafés, ou mesmo, equipamentos desportivos.

Imagem

Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem?

- Não.

Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila?

- Não.

Tipos de obsolescência:	Entrevista:_ Turistas Entrevistado nº 7 (entrevista realizada no interior do castelo)
Física / Estrutural	Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ Não.
Funcional	Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerveira? ➤ O parque do castelinho. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ É um espaço muito agradável, um espaço limpo e verde. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Sim. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Sim, se existem atividades talvez fosse mais utilizado.
Local	O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Sim. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Não é um problema. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim, era capaz de dinamizar o espaço do castelo.
Legal	Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Teria de ser um uso público para não privatizar o espaço do castelo. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Com atividades culturais e zona de comércio.
Imagem	Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não, não mesmo. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não, está muito bem localizado.

Tipos de obsolescência:	Entrevista: _ Turistas Entrevistado nº 8 (entrevista realizada no interior do castelo)
Física / Estrutural	Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ Talvez em alguns locais, mas no geral parece-me bem.
Funcional	Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerveira? ➤ Não venho muitas vezes a Vila Nova de Cerveira, mas o castelo chamou-me atenção. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ Talvez a sua arquitetura. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Sim, claro. Não sei se funciona como tal, mas pelo menos deveria ser um espaço público. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Desde que estou aqui, não tenho visto muitas pessoas a entrar e sair do castelo.
Local	O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ A entrada fica de frente para a praça principal, por isso, o acesso está completamente acessível a todos. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Não, acho que não. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim, poderia ser positivo o facto de entrar por um lado e sair por outro.
Legal	Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Na minha opinião, deveria se lembrar o modo de vida que tinham as pessoas aqui dentro, ou seja, todas as atividades, todas as vivências que se formaram aqui, deveriam de certa forma, ser lembradas.
Imagem	Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não, de modo algum. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não, pelo contrário, está muito bem localizado.

Tipos de obsolescência:	Entrevista:_ Turistas Entrevistado nº 9 (entrevista realizada no exterior do castelo)
-------------------------	--

Física /
Estrutural

Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê?

- Não.

Funcional

Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerveira?

- O largo da feira.

O que motiva a frequentar esses espaços?

- Desloco-me a Cerveira quase todos os sábados para vir à feira de compras.

Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê?

- Sim, penso que sim.

Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê?

- Talvez seja pouco utilizado. Como não há atividades no castelo, as pessoas já não se deslocam até ele.

Local

O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê?

- Sim, podiam existir mais acessos.

Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso?

- Não é um problema, mas como já referi, pelo menos mais um acesso era importante.

Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê?

- Sim, dinamiza completamente o espaço.

Legal

Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê?

- Sim, talvez um uso público seria melhor.

Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis?

- Com atividades culturais, zona de comércio, hotelaria, concertos, entre outros.

Imagem

Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem?

- Não, pelo contrário, é de facto um bonito castelo.

Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila?

- Não, a sua localização é perfeita para que qualquer atividade resulte no seu interior, é preciso é levar as pessoas até lá.

Tipos de obsolescência:	<p>Entrevista: _ Turistas Entrevistado nº 10 (entrevista realizada no exterior do castelo)</p>
Física / Estrutural	<p>Considera o espaço do castelo e o próprio castelo com fraca manutenção? Porquê? ➤ O edifício da antiga pousada sim, mas o castelo aparentemente, visto de fora, está bem e o espaço interior está limpo, nota-se que não está abandonado.</p>
Funcional	<p>Que espaço público costuma frequentar no seu tempo livre em V. N. Cerqueira? ➤ A praça e o parque do castelinho. O que motiva a frequentar esses espaços? ➤ A praça porque é onde está o comércio e o parque do castelinho é porque é um espaço de lazer e familiar. Considera o castelo D. Dinis um espaço público? Porquê? ➤ Sim, porque todos têm o direito de visitar e usufruir do castelo. Considera que o castelo D. Dinis é um espaço pouco utilizado? Porquê? ➤ Sim, porque se encontra fechado e porque não existem atividades.</p>
Local	<p>O acesso ao castelo D. Dinis deveria ser mais facilitado? Porquê? ➤ Não, tem bom acesso. Considera um problema o facto de entrar e sair do castelo D. Dinis pelo mesmo acesso? ➤ Sim, por questões de segurança. Considera um fator positivo que o castelo D. Dinis tivesse mais do que um acesso? Porquê? ➤ Sim, pelas mesmas razões e para criar diferentes dinâmicas de acessibilidade ao interior do castelo.</p>
Legal	<p>Considera que, no interior do castelo, um uso público seria melhor que um uso privado? Porquê? ➤ Sim, porque talvez um uso público tem mais facilidade em dinamizar o espaço interior. Como acha que deveria dinamizar o castelo D. Dinis? ➤ Na minha opinião seria com atividades infantis, como por exemplo, ATL-Atividades em Tempos Livres, OTL-Ocupação de Tempos Livres e criar espaços, em simultâneo com as crianças, para os adultos.</p>
Imagem	<p>Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente a paisagem? ➤ Não. Considera que o castelo D. Dinis afeta negativamente o ambiente urbano da vila? ➤ Não, o castelo dá uma imagem bonita à vila.</p>

Tipos de obsolescência:	<p>Notas de Campo: _ Castelo D. Dinis, Vila Nova de Cerveira.</p> <p>Castelo D. Dinis</p>
Física / Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> • No geral o estado de conservação do castelo encontra-se bom, mas, verifica-se, pontualmente, uma ligeira falta de manutenção na sua estrutura; • Tanto nos circuitos pedonais como na estrutura do castelo, identifica-se alguma vegetação rasteira; • Identifica-se, em um dos espaços da zona Norte do castelo, vegetação alta, impedindo o acesso ao mesmo; • Algumas das fachadas da pousada encontram-se com presença de humidade;
Funcional	<ul style="list-style-type: none"> • O espaço interior do castelo está equipado com alguns espaços verdes e circuitos pedonais, para além de todos os edifícios da pousada e da igreja matriz; • Ao contrário dos equipamentos da pousada, que se encontram em desuso, a igreja matriz mantém a sua funcionalidade; • Todo o circuito amuralhado, na zona alta do castelo, encontra-se equipado com um corrimão, tal como as escadas de acesso ao mesmo;
Local	<ul style="list-style-type: none"> • Existem dois acessos para se aceder ao castelo; • A porta principal, a porta Este, continua a ser a porta principal de acesso ao interior do castelo. A porta Norte, que liga diretamente ao interior da pousada, encontra-se atualmente encerrada. Existindo assim só um acesso ao interior do castelo; • A porta Norte pode ser uma alternativa para se aceder ao interior do castelo; • Entorno do castelo, existe o ‘caminho da ronda’, que neste momento se encontra inacessível, devido ao gradeamento que colocaram para não se aceder ao mesmo; • O principal acesso ao castelo é feito em rampa, mas, esta é difícil de se realizar, para pessoas com mobilidade condicionada, devido ao tipo de pavimento e á pendente com que se encontra; • Os três dos quatro acessos à zona superior da muralha são em escadaria de alvenaria, são bastantes irregulares, estreitas e perigosas, no entanto, estão equipadas com um corrimão;
Legal	<ul style="list-style-type: none"> • No interior do castelo não são frequentes atividades culturais. Só se encontram em ativo as missas realizadas todos os domingos, na igreja da misericórdia. No entanto, o castelo é palco durante a Bienal das Artes e na feira medieval que se realiza todos os anos no final do mês de Agosto; • O interior do castelo só está acessível no horário diurno, no horário noturno encontra-se encerrado; • O principal local de convívio, da população local e visitante, encontra-se no terreiro, diante da porta principal do castelo, uma zona onde predominam os equipamentos ligados à restauração; • O uso atual do castelo passa por usufruir das vistas que tem sobre a montanha, a vila, o rio Minho e a vizinha Espanha;
Imagem	<ul style="list-style-type: none"> • O castelo de Vila Nova de Cerveira assume a sua presença no centro do núcleo histórico. A sua localização proporciona vistas excelentes; • Na periferia do castelo encontram-se as mais importantes dinâmicas económicas da vila;

Revitalização do Castelo D. Dinis
Diogo Belchior Carvalho

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

**MESTRADO INTEGRADO
EM ARQUITETURA E URBANISMO**

REVITALIZAÇÃO DO CASTELO D. DINIS

Vila Nova de Cerveira

1.2 _ MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Diogo Belchior Carvalho
Orientador: Prof. Dr. Arq. Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

Índice

1. Considerações Gerais _ Constituição do Projeto.....	3
2. Condicionantes e Motivações Geográficas.....	5
3. Condições e Motivações Urbanísticas	5
4. Opções Conceptuais e Morfológicas.....	6
5. Opções Tecnológicas e Construtivas	7
6. Opções de Conforto Ambiental.....	7
7. Opções de Mobilidade / Acessibilidade	7

1. Considerações Gerais _ Constituição do Projeto

_ Objeto do Trabalho e Localização

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa ao Projeto de Revitalização do Castelo D. Dinis, situado no centro histórico de Vila Nova de Cerveira. O projeto contempla também a ocupação e reabilitação de uma habitação, confinada à primeira linha de muralha que rodeia o castelo. A habitação está localizada na rua Costa Pereira, esta é constituída e marcada pelas primeiras habitações extramuros do centro histórico de Vila Nova de Cerveira.

O projeto pretende revitalizar o espaço do castelo e seus equipamentos, devolver á população um espaço que cai em desuso no início do século XXI. De forma a dinamizar o espaço interior do castelo foram criados dois novos acessos de forma a criar novas dinâmicas e fluxos ativos na circulação pedonal, que ajudem a introduzir este monumento histórico e seus equipamentos no contexto urbano de Vila Nova de Cerveira.

_ Objetivos

O projeto tem como principal objetivo a revitalização do Castelo D. Dinis reinterpretando a forma como pode ser recuperado um equipamento importante para a revitalização, não só do seu interior, mas, do local onde se encontra inserido, devolvendo á população um espaço que cai em desuso no início do século XXI, e que atualmente se dirige só à curiosidade do turista.

A intervenção caracteriza-se pela necessidade de criar um equilíbrio entre o 'objeto/espaço castelo' a recuperar e a nova intervenção, sendo que o projeto de intervenção define uma nova forma de interpretar o espaço da arquitetura militar de origem medieval.

Para o efeito, entenderam-se as dinâmicas que este tipo de espaço, oferece ou pode oferecer, numa visão centrada em objetivos de competitividade e modernidade, mobilizando, para o efeito, políticas económicas, culturais, sociais e ambientais, visto que, o espaço do Castelo D. Dinis e todos os equipamentos tem que se adaptar às novas necessidades socio culturais, para uma melhor compreensão da sua arquitetura e da sua relação com o espaço urbano, principalmente com a sua envolvente, do lado Norte o largo da feira, sendo o principal fator económico comercial, do lado Este a praça, sendo o principal fator cultural e social, e do lado Oeste a marginal do rio Minho e do parque do castelinho, como principal fator ambiental, um método de planificação estratégica, desenvolvendo à população o modo como as pessoas podem pensar, planear e agir criativamente.

A definição da solução pretende recuperar, requalificar e principalmente revitalizar, mas também inovar e criar, com o intuito de colocar o Castelo D. Dinis ao alcance da população do concelho cerveirense. Assim, pretende-se inovar ao criar dois novos acessos que permitam novas dinâmicas de circulação e relação entre o exterior e o interior do espaço do castelo, mas sempre com a preocupação de manter e respeitar a imagem e a arquitetura pura e dura do castelo, através dos princípios de reversibilidade, assegurando todos os critérios para salvaguarda e restauração, do edifício/monumento histórico de Cerveira.

O projeto de intervenção pretende ser inovador na interpretação dos espaços, ligações e funcionamento entre as partes e introduzindo o fator 'local' no interior e exterior do castelo. Este fator da envolvente local deverá ser interpretado de forma mais interventiva em todo o projeto, influenciando o funcionamento interior dos equipamentos e dos próprios espaços interiores do castelo criando uma ligação entre as características do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira e o edifício a reabilitar. Pretende-se ainda com esta intervenção melhorar as condições de acessibilidade a todos os espaços interiores do castelo, permitindo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.

A revitalização deverá influenciar as dinâmicas da envolvente, principalmente da Rua Costa Pereira e da habitação que será alvo de uma intervenção e da Rua do Cais. Desta forma, pretende-se criar alternativas de circulação no Centro Histórico, principalmente a ligação do espaço interior do castelo

com a sua envolvente, nomeadamente, o terreiro/prça, a Rua do Cais, que dá acesso ao largo da feira e a Rua Costa Pereira, que dá acesso à marginal do rio Minho, ambas ligam o terreiro/prça à marginal do rio Minho. Pretende-se também com a intervenção manter a identidade do castelo e da habitação intervencionada, assumindo o projeto de intervenção como uma parte integrante da evolução dos espaços, respeitando os princípios da reversibilidade, com a consciência que posteriormente se pode remover.

_ Breve Descrição

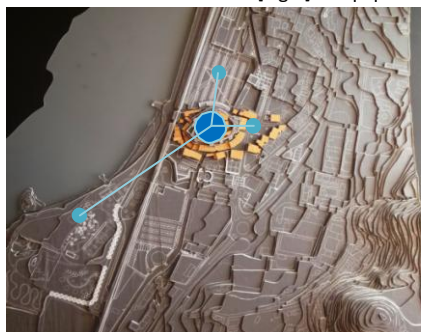
O Projeto contempla a revitalização do espaço e equipamentos do castelo, propõe a elaboração de dois novos acessos ao interior do Castelo D. Dinis. O projeto foi desenvolvido tendo em conta os novos acessos, a legislação e as normas técnicas aplicáveis, a segurança dos utilizadores, as condições de acessibilidade e o valor patrimonial do castelo e da sua envolvente. O projeto de intervenção pretende não descaracterizar, tanto o monumento do castelo como o edifício de habitação, assumindo a intervenção a realizar através de uma alteração formal e material, sempre com os princípios da reversibilidade. Serão mantidos os elementos mais significativos do edifício da habitação, mantendo parte das paredes portantes, cobertura em madeira e todas as fachadas, no caso do castelo é mantida integralmente toda a sua estrutura arquitetónica.

O projeto, como foi referido anteriormente, propõe a elaboração de dois novos acessos ao interior do castelo. O acesso proposto a Oeste do castelo, designado como 'zona 1', é composto por duas comunicações verticais, uma caixa de escadas e um elevador, e uma ponte que faz a ligação das comunicações verticais com o espaço interior do castelo, este faz a ligação entre a Rua Costa Pereira e o castelo, mas também, é criada uma plataforma de acesso ao 'caminho de ronda', localizado na primeira linha de muralha. Já o acesso proposto a Norte do castelo, designado como 'zona 2', é composto por um espaço amplo e aberto que comunica com o espaço interior do castelo, fazendo a ligação entre a Rua do Cais e o castelo.

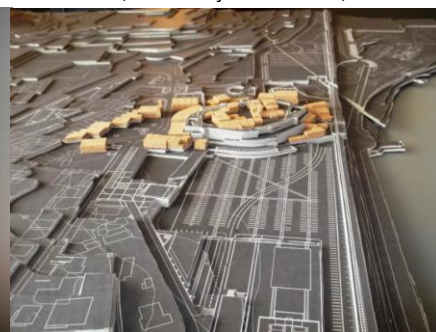
O acesso na 'zona 1' está introduzido numa habitação da Rua Costa Pereira, esta é composta por dois pisos, ambos acessíveis pelas duas comunicações verticais. Os dois pisos da habitação caracterizam-se pelo seu espaço amplo que se destinará para atividades sócio culturais correlacionadas com o castelo D. Dinis, livres de quaisquer opções temáticas.



[Fig.1] Centro Histórico e Castelo D. Dinis [Fig.2] ■ Equipamento da Pousada; ■ Habitação reabilitada; → Acessos Propostos



[Fig.3] Relação com a envolvente



[Fig.4] Topografia do Castelo D. Dinis

2. Condicionantes e Motivações Geográficas

O Castelo D. Dinis encontra-se inserido no Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira, Distrito de Viana do Castelo. A proposta na 'zona 1' encontram-se a Oeste do castelo localizada na Rua Costa Pereira e a proposta na 'zona 2' encontra-se a Norte do castelo localizada na Rua do Cais. Assim, na envolvente do castelo encontra-se a Rua do Cais a Norte, o terreiro/prança a Este, onde se encontra o primeiro e principal acesso ao interior do castelo, a Rua Costa Pereira a Sul e a marginal do rio Minho a Este. O castelo está inserido no cimo de um morro que influenciou toda a evolução da malha urbana da vila e desafiou toda a proposta no tema da acessibilidade. O projeto, nomeadamente a proposta da 'zona 1', contempla a ocupação de uma habitação residencial, atualmente desocupada, que se localiza quase no limite na Rua Costa Pereira com o cruzamento da marginal do rio Minho. Esta habitação sobressai acima das restantes habitações encostadas à muralha devido à sua escala, por se caracterizar uma habitação de dois pisos, o que ajuda na elaboração da proposta relativamente às comunicações verticais, resolvidas a partir desta para comunicar com a cota do castelo. Assim, permite ter umas vistas privilegiadas sobre toda a vila e principalmente sobre o rio Minho.

3. Condições e Motivações Urbanísticas

O projeto proposto contempla, para além da proposta de revitalização dos equipamentos da antiga Pousada D. Dinis, dois novos acessos ao interior do castelo o que permite interpretar todo um espaço e não espaços particularizados do castelo, tentando resolver vários problemas relacionados com as dinâmicas entre o Centro Histórico e o Castelo D. Dinis. Interpretando o espaço como um todo pretende-se definir novas dinâmicas no Centro Histórico de forma a dinamizar outros espaços e é claro o espaço interior do castelo. As propostas de intervenção pretendem valorizar o espaço interior do castelo para futuras intervenções e uma reabilitação sustentada de todos os equipamentos da pousada D. Dinis, que se encontra em desuso e à procura de soluções.

Relativamente à proposta na 'zona 1' pretende-se recuar os alçados dos dois volumes de comunicação vertical em relação aos alçados da habitação intervencionada de forma a respeitar em perfil a imagem urbana que esta tem sobre a rua e os edifícios envolventes que caracterizam o perfil da rua. O projeto resolve, através da criação dos volumes a acessibilidade entre a Rua Costa Pereira e o castelo. As diversas entradas para os volumes respeitam a topografia local, desta forma a entrada principal situada no alçado sul, situada na Rua Costa Pereira encontra-se ao nível da rua, tal como a entrada através do 'caminho de ronda' assim como o acesso feito a partir do castelo. As diferenças de cotas são resolvidas no interior dos dois volumes de comunicação vertical.

Relativamente à proposta na 'zona 2' pretende-se beneficiar do atual acesso em cave ao interior do castelo, de forma a respeitar a imagem estrutural e arquitetónica do castelo. Desta forma, é proposto uma escavação em galeria no espaço jardim do castelo, aproveitando a estrutura do acesso em cave que se desenvolve abaixo do jardim do castelo. Assim, a escavação em galeria permite um espaço amplo e aberto com a introdução de uma escadaria para vencer as diferentes cotas.

O projeto pretende desta forma, resolver a inserção do espaço interior do castelo no contexto existente e dinamizar de forma ativa os acessos entre o interior e exterior do castelo.

4. Opções Conceptuais e Morfológicas

O desenvolvimento do conceito do projeto baseia-se nas necessidades do Centro Histórico e do Castelo D. Dinis e na preservação da identidade e memória do Castelo D. Dinis integrando esta revitalização num contexto contemporâneo e multifacetado. Para além destes elementos foi também importante ter em conta a interpretação e articulação funcional dos espaços de forma a manter a identidade da arquitetura militar de origem medieval e inovando na criação e definição de novos acessos perante os espaços existentes. Pretende-se com esta intervenção a resolução de diversos problemas relacionados com o espaço interior e exterior do castelo.

Na intervenção pretende-se valorizar o castelo e as suas características diferenciando de forma evidente qualquer intervenção realizada. O castelo destaca-se como o principal elemento arquitetónico, desta forma pretende-se conservar toda a estrutura existente não afetando desta forma as características originais.

Relativamente à proposta na 'zona 1' pretende-se conservar todos os elementos da habitação como a cobertura, os pavimentos, os elementos de suporte como perfis metálicos e todos os alçados, não descaracterizando o edifício de habitação, segundo os princípios da reversibilidade, com a consciência que posteriormente se possa remover. Os dois volumes de comunicação vertical surgem com medidas controladas de forma a não ultrapassar a altura máxima do castelo. O volume do elevador será revestido a chapa de aço corten de forma a marcar a intervenção através de uma alteração de material mas mantendo um aspeto visual inserido no contexto envolvente. Este material permite facilmente criar uma relação visual com a telha desgastada dos diversos edifícios envolventes, mas ao mesmo tempo marca claramente a intervenção pela sua textura e características físicas. O segundo volume onde se desenvolve a caixa de escadas será revestido com um ripado de madeira de forma a marcar a intervenção através de uma alteração de material leve mas mantendo um aspeto visual inserido no contexto envolvente. Este material permite facilmente criar uma relação visual com o castelo, devido às suas características puras e naturais, mas ao mesmo tempo marca claramente a intervenção pela sua textura. Mas no seu interior, as escadas construídas em lajes de betão destacam-se pelo distinto material, que estão patentes no alçado Oeste do volume e que adornam o desenho arquitetónico do mesmo. Tal como o primeiro volume, a ponte que liga o castelo com os dois volumes é revestida a chapa corten.

Relativamente à proposta na 'zona 2' pretende-se a continuidade dos materiais da 'zona 1' de forma a marcar as duas propostas como um só projeto. O muro de contenção será semelhante ao volume da caixa de escadas, representado pela madeira e as escadarias em aço corten, semelhante ao volume do elevador e da ponte.

A construção dos volumes surgiu da necessidade de resolver diversos problemas da envolvente do castelo. Os distintos volumes são resultado de diversos alinhamentos originados pela envolvente interna ou externa do castelo e da habitação, das necessidades e da organização pretendida.

5. Opções Tecnológicas e Construtivas

A proposta na 'zona 1' é constituída por três elementos, dos quais dois volumes verticais (elevador e caixa de escadas) e um horizontal (ponte). A proposta na 'zona 2' é constituída por um espaço amplo com a introdução de umas escadarias.

Relativamente à proposta na 'zona 1', a estrutura do volume do elevador será constituído por um muro de betão revestido em chapas de aço corten. A estrutura do volume da caixa de escadas será toda ela executada através de perfis metálicos desenvolvendo-se em toda a altura do volume. No entanto, esta estrutura será revestida com placas de gesso cartonado pintado no interior da habitação, ou seja, no primeiro e segundo piso da habitação, mas, no exterior da habitação, toda a estrutura metálica será revestida com um ripado de madeira, as escadas serão executadas em lajes de betão para obter um desenho em alçado pretendido e a cobertura será executada também com uma laje de betão com todos os elementos constituintes de uma cobertura plana, segundo o projeto de execução, necessários a uma boa impermeabilização da mesma. A estrutura da ponte será executada através de perfis metálicos revestidos a chapas de aço corten.

Relativamente à proposta na 'zona 2' será executada uma escavação em galeria e a sua parede estrutural, que envolve todo o espaço, será executada e composta por madeira e as escadarias em perfis metálicos revestidas a aço corten.

6. Opções de Conforto Ambiental

_ Térmica

O conforto térmico será assegurado através do correto isolamento de todos os elementos verticais e horizontais. As paredes serão devidamente isoladas segundo indicação no projeto de execução assim como as coberturas evitando qualquer ponto térmica.

_ Ventilação

A ventilação do volume da caixa de escadas da 'zona 1', no interior da habitação, será garantida através da configuração das caixilharias que permitem a passagem de ar de forma a manter uma correta ventilação, mas, no exterior da habitação, a ventilação será garantida através dos ripados de madeira, ou seja, através das aberturas entre ripas, permitindo assim uma boa ventilação.

7. Opções de Mobilidade / Acessibilidade

No que respeita às condições de mobilidade e acessibilidade, os acessos à habitação a partir da rua serão garantidos à cota da rua, e os espaços interiores estão completamente amplos o que permite uma boa circulação interior. A proposta na 'zona 1' garante a acessibilidade a todos, permitindo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, com a introdução de um elevador que garante a comunicação entre pisos da habitação e a comunicação entre a Rua Costa Pereira e o castelo, e a diferença de cota entre o castelo e a ponte será vencida através de uma rampa com inclinação de 6%, permitindo assim a pessoas com mobilidade condicionada aceder ao interior do castelo sem qualquer tipo de obstáculo.



[Fig.5] Intervenções



[Fig.6] Intervenção (zona 1)



[Fig.7] Intervenção (zona 2)

Revitalização do Castelo D. Dinis
Diogo Belchior Carvalho

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

MESTRADO INTEGRADO
EM ARQUITETURA E URBANISMO

REVITALIZAÇÃO DO CASTELO D. DINIS

Vila Nova de Cerveira

1.3 _ CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

Diogo Belchior Carvalho
Orientadora: Prof. Dr. Arq. Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

Índice

1. Disposições Iniciais	3
Cláusula 1ª – Objeto	3
Cláusula 2ª – Projeto	3
Cláusula 3ª – Lista de Quantidades e Preços Unitários	4
Cláusula 4ª Materiais e Técnicas de Execução	4
Cláusula 5ª Implantação	4
Cláusula 6ª Estaleiro de Obra	5
Cláusula 7ª – Amostras e Modelos	5
2. Obrigações do Empreiteiro	6
Cláusula 8ª - Preparação e planeamento da execução da obra	6
Cláusula 9ª - Prazo de Execução da Empreitada	6
Cláusula 10ª - Condições Gerais de Execução dos Trabalhos	7
Cláusula 11ª - Erros ou Omissões do Projeto e de Outros Documentos	7
Cláusula 12ª - Menções Obrigatórias no Local dos Trabalhos	7
Cláusula 13ª - Obrigações Gerais.....	8
Cláusula 14ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho	8
3. Obrigações do Promotor ou Dono da Obra	9
Cláusula 15ª - Preço e Condições de Pagamento	9
4. Representação das Partes e Controlo da Execução do Contrato	9
Cláusula 16ª - Representação do Empreiteiro.....	9
Cláusula 17ª - Representação do Dono da Obra	10
Cláusula 18ª - Livro de registo de obra.....	10
5. Receção e Liquidação da Obra	10
Cláusula 19ª - Inspeções.....	10
Cláusula 20ª - Receção Provisória	10
Cláusula 21ª - Prazo de Garantia	11
Cláusula 22ª - Receção Definitiva	11
6. Disposições Finais	12
Cláusula 23ª - Deveres de Informação	12
Cláusula 24ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	12
Cláusula 25ª – Legislação Aplicável	12

1. Disposições Iniciais

Cláusula 1ª – Objeto

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir na execução das tarefas necessárias a Revitalização do Castelo D. Dinis, localizado no Centro Histórico da Vila Nova de Cerveira.

2 - A empreitada tem por objeto a realização dos trabalhos definidos, quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no projeto de execução e neste caderno de encargos.

3 - O projeto a considerar para os efeitos do estabelecido no número anterior é o definido na Cláusula 2ª.

4 - As condições técnicas de execução dos trabalhos da empreitada são as deste caderno de encargos.

Cláusula 2ª – Projeto

A execução da empreitada contempla as seguintes peças desenhadas:

Levantamento:

- 2.1 – Planta de Localização _Esc. 1/2000
- 2.2 – Estado Prévio Planta de Implantação _ Perfil _Esc. 1/500
- 2.3 – Estado Prévio Planta da Área de Intervenção _Esc. 1/200
- 2.4 – Estado Prévio Plano de Revitalização piso -1 _Esc. 1/200
- 2.5 – Estado Prévio Plano de Revitalização piso 0 _Esc. 1/200
- 2.6 – Estado Prévio Plano de Revitalização piso 1 _Esc. 1/200
- 2.7 – Estado Prévio Planta P0; P1; P cobertura (z1); P cobertura (z2) _Esc 1/100
- 2.8 – Estado Prévio Cortes AA'; DD' (z1); AA' (z2); _Esc 1/100
- 2.9 – Estado Prévio Cortes BB'; CC' (z1); BB'; CC' (z2); _Esc 1/100
- 2.10 – Estado Prévio Alçado Este; Oeste; _Esc 1/100

Projeto Base:

- 2.11 – Planta da Área de Intervenção _Esc. 1/200
- 2.12 – Planta da Área de Intervenção piso -1 _Esc. 1/200
- 2.13 – Planta da Área de Intervenção piso 0 _Esc. 1/200
- 2.14 – Planta da Área de Intervenção piso 1 _Esc. 1/200
- 2.15 – Planta da Área de Intervenção piso cobertura _Alterações _Esc. 1/200
- 2.16 – Planta da Área de Intervenção piso -1 _Alterações _Esc. 1/200
- 2.17 – Planta da Área de Intervenção piso 0 _Alterações _Esc. 1/200
- 2.18 – Planta da Área de Intervenção piso 1 _Alterações _Esc. 1/200
- 2.19 – Planta piso 0; piso 1; piso 2; piso 3 (z1) _Esc 1/100
- 2.20 – Planta piso 4; P cobertura (z1); piso 0; P cobertura (z2) _Esc 1/100
- 2.21 – Corte AA'; BB' (z1) _Esc 1/100
- 2.22 – Corte CC'; DD' (z1); HH'; II' (z2) _Esc: 1/100
- 2.23 – Corte EE'; FF' (z1); GG'; JJ' (z2) _Esc: 1/100
- 2.24 – Alçado Este; Oeste (z1); Sul; Oeste (z2) _Esc: 1/100
- 2.25 – Alçado Oeste (z1) _Esc: 1/100
- 2.26 – Planta piso 0; piso 1; piso 2; piso 3 (z1) _Alterações _Esc 1/100
- 2.27 – Planta piso 4; P cobertura; piso 0; P cobertura (z1) _Alterações _Esc 1/100
- 2.28 – Cortes AA'; BB' (z1) _Alterações _Esc 1/100
- 2.29 – Cortes CC'; DD' (z1); HH'; II' (z2) _Alterações _Esc: 1/100
- 2.30 – Cortes EE'; FF' (z1); GG'; JJ' (z2) _Alterações _Esc: 1/100
- 2.31 – Alçados Este; Oeste (z1); Sul; Oeste (z2) _Alterações _Esc: 1/100

Projeto Execução:

- 2.32 – Planta de Tosco_ Planta P0; P1; P2; P3; P4 (z1) _Esc. 1/50
- 2.33 – Planta de Trabalho_ Planta P0; P1; P2; P3 (z1) _Esc. 1/50
- 2.34 – Planta de Trabalho_ Planta P4; P cobertura (z1)_Esc. 1/50
- 2.35 – Corte A A'; B B' (z1) _Esc: 1/50
- 2.36 – Corte C C'; D D' (z1) _Esc: 1/50
- 2.37 – Alçado Este; Oeste (z1) _Esc: 1/50
- 2.38 – Cortes Construtivos_ Pormenor 1; 2; 3; 4; 5; 6 _Esc: 1/20
- 2.39 – Cortes Construtivos_ Pormenor 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13 _Esc: 1/20
- 2.40 – Detalhe Construtivo _ Pormenor A1; A2; A3 _Esc: 1/5

Clausula 3ª – Lista de Quantidades e Preços Unitários

1 – Todos os elementos alusivos a Preços e Medições estarão incluídos na secção 1.5_Medições e Orçamentos deste Caderno de Encargos referente ao Projeto.

2 – O orçamento deve incluir todas as tarefas inerentes à execução dos respetivos trabalhos, bem como andaimes, plataformas, material de proteção, transporte para a obra e dentro da obra, cargas e descargas, fornecimento de telas finais, testes e ensaios, os custos do estaleiro, etc.

Clausula 4ª Materiais e Técnicas de Execução

1 - Os materiais e técnicas de execução a utilizar na obra, devem respeitar tudo aquilo que a seu respeito se refere nas Especificações incluídas no ponto 1.4_Condições Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

2 – A execução dos diversos trabalhos deverão respeitar as peças desenhadas do projeto de execução.

3 – Os elementos cuja qualidade não seja referenciada ou materiais cuja marca comercial ou características técnicas não seja referida no projeto deverão ser definidos pelo autor do Projeto.

4 – Se proposto, será permitida a alteração de marca dos materiais devendo os mesmos apresentar qualidade semelhante e deverão ser aprovados pelo autor do projeto e autoridade de fiscalização da obra.

5 – Todos os elementos, materiais ou processos construtivos que não estejam especificados no projeto deverão ser previamente discutidos e aprovados pelo autor do projeto e empreiteiro.

6 – Todos os elementos que não estejam especificamente definidos e que necessitem de especificações, deverão ser definidos pelo autor do projeto e o empreiteiro mediante informações e notificações por escrito da empresa responsável pelo material.

7 – No final dos trabalhos, todos os elementos deverão ser limpos e apresentar um acabamento pretendido e em consonância com o projeto.

Clausula 5ª Implantação

1 - Sendo uma Reabilitação/Ampliação parte da implantação coincide com o seu local atual e a segunda parte será definida com base nas peças desenhadas do projeto. Qualquer dúvida deverá ser discutida com o autor do projeto.

2 - A implantação da obra será feita pelo Empreiteiro, a partir dos elementos do Projeto e de outros que eventualmente lhe venham a ser fornecidos pela Fiscalização. Só depois da fiscalização se ter pronunciado por escrito, poderá a implantação feita pelo Empreiteiro ser considerada definitiva e só então ele poderá iniciar os trabalhos.

Clausula 6ª Estaleiro de Obra

A preparação, montagem e desmontagem do estaleiro para execução da obra devera incluir as seguintes etapas:

- Montagem e desmontagem de máquinas;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias do pessoal, redes provisórias de abastecimento de águas, saneamento e eletricidade;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias da fiscalização;
- Vedação do recinto da obra, com tapume em madeira ou metálico pintado e estrutura em tubular revestido a tecido serapilheira ou similar, nos moldes impostos pela legislação e pelo dono de obra, de modo a oferecer a necessária privacidade da obra;
- Tomada de conhecimento, pelo empreiteiro, do estado atual das instalações, nomeadamente os acessos, já que se prevê que elas lhe serão entregues como se encontram, não sendo aceites reclamações do empreiteiro, baseadas na falta de conhecimento do estado atual do terreno, ou de quaisquer trabalhos a realizar, pelo que este deverá no local, fazer os reconhecimentos ou levantamentos necessários à elaboração da sua proposta;
- Obtenção de todas as licenças e autorizações, junto dos departamentos respetivos da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados, etc.;
- Eventuais indemnizações a terceiros, por danos ou estragos provocados durante a realização dos trabalhos;
- Manutenção e garantia das condições de acessibilidade em todas as circunstâncias e durante o tempo que durar a obra;
- Colocação de placa com identificação do dono da obra, projetista, empreiteiro e demais elementos exigidos pelas autoridades respetivas.
- Todos os demais trabalhos preparatórios necessários que se tornem indispensáveis para o correto cumprimento do objetivo da empreitada;
- Apresentação, no início dos trabalhos e no prazo máximo de quinze dias de todas as amostras dos materiais a aplicar;
- Toda e qualquer alteração, adaptação ou alternativa ao projeto não poderão ser executadas pelo empreiteiro sem o acordo prévio e por escrito com o autor do projeto;
- Durante o período de execução da obra, o empreiteiro será responsável pela manutenção e conservação de todos os percursos alternativos, de acordo com as indicações dos serviços competentes;
- O empreiteiro será responsável pelo fornecimento de meios, equipamentos e quaisquer outros elementos que sejam solicitados pela fiscalização, nomeadamente instalações, equipamento informático, material de escritório e de comunicações, consumíveis, cobertura fotográfica e/ou vídeo, etc.
- O empreiteiro deve cumprir na íntegra o estipulado no Plano de Segurança e Saúde e Plano de Gestão Ambiental.

Cláusula 7ª – Amostras e Modelos

1 - Durante o desenvolvimento da obra, será necessário, numa fase prévia a sua aplicação, elaborar amostras e modelos de todos os materiais, acabamentos e elementos de construção (Carpintarias, armaduras de iluminação, pinturas, rebocos, etc.) a utilizar. Todos os modelos e amostras devem ser aprovados pelas autoridades competentes.

2 - As diversas amostras e modelos deverão ser a escala natural e deverão ser testadas de forma a perceber o seu comportamento. Os diversos testes e opções deverão ser aprovados por escrito e em seguida comunicados ao empreiteiro que não poderá iniciar qualquer trabalho antes da aprovação final.

3 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode tornar obrigatória a realização de quaisquer outros ensaios além dos previstos, acordando previamente, se necessário, com o empreiteiro sobre as regras de decisão a adotar.

4 - Se os resultados dos ensaios referidos no número anterior não se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

2. Obrigações do Empreiteiro

Cláusula 8ª - Preparação e planeamento da execução da obra

1 – O empreiteiro é o responsável:

a) Pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no Plano de Segurança e Saúde e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção, escavação e demolição;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor.

c) Por todas as licenças, aprovações, certificações e contactos necessários a entrada em funcionamento de todas as instalações integradas na obra. Antes da entrada em funcionamento todos os elementos deverão ser inspecionados pela fiscalização da obra.

2 – A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 – O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, pela sua natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra.

Cláusula 9ª - Prazo de Execução da Empreitada

1 – O prazo de execução será especificado na calendarização da obra.

2 – A execução dos trabalhos inicia-se no prazo de 30 dias após a data da celebração do Contrato.

3 - O requerimento do empreiteiro, devidamente fundamentado, o dono da obra poderá conceder uma prorrogação do prazo global ou dos prazos parciais de execução da empreitada.

4 - O requerimento previsto na cláusula anterior deverá ser acompanhado dos novos planos de trabalhos e de pagamentos, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento.

5 – Quando haja lugar à execução de trabalhos a mais, o prazo de execução da obra é proporcionalmente prorrogado segundo os seguintes termos:

a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;

b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de prazo de execução no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.

Cláusula 10ª - Condições Gerais de Execução dos Trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com este Caderno de encargos, medições e orçamento, peças desenhadas e outras peças contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 – Os trabalhos incluídos correspondem a totalidade da qualificação da empresa instaladora, logo, deve ser incluído na proposta todos os materiais e respetivos acessório, mão-de-obra, meios auxiliares e todos os elementos necessários a instalação para que o resultado final apresente as características descritas na Memória descritiva, Condições Técnicas Especiais e Peças desenhadas.

3 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, fica o empreiteiro obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da Cláusula 2ª.

4 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos neste caderno de encargos e no Projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e apresentando por escrito as alterações propostas e uma proposta em desenho. As propostas deverão ser aprovadas pelo autor do projeto.

5 – É da responsabilidade da empresa instaladora execução da instalação dos diversos elementos, incluindo o termo de responsabilidade para a execução dos trabalhos assim como a colocação em funcionamento e a entrega de manuais sumários de instruções.

6 – A empresa instaladora irá colaborar com os diversos colaboradores e meios, para que exista uma boa colaboração entre as diversas entidades responsáveis pelas várias instalações.

Cláusula 11ª - Erros ou Omissões do Projeto e de Outros Documentos

1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.

2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo autor do projeto, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.

3 - O autor do projeto é responsável pelos trabalhos de correção dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

Cláusula 12ª - Menções Obrigatórias no Local dos Trabalhos

1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local de trabalho, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, etc.

2 – O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 – O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter à disposição de todos os interessados o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 – Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 13ª - Obrigações Gerais

1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 – A assistência ao pessoal será da responsabilidade do empreiteiro, assim como todos os encargos resultantes da aplicação das leis de segurança, em particular a secção referente ao Seguro de Trabalho.

4 – O empreiteiro devera prestar a assistência necessária ao pessoal vítima de qualquer acidente ocorrido no local de trabalho.

5 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada deverão estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

6 – É da responsabilidade do empreiteiro o cumprimento da legislação em vigor sobre Trabalho, Segurança Social, Seguros, Salários, etc. Referentes ao pessoal relacionado com a obra.

Cláusula 14ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, ocorrendo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - Em caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor da fiscalização da obra pode tomar, as providências que se revelem necessárias.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor da fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

5 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor da fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

3. Obrigações do Promotor ou Dono da Obra

Cláusula 15ª - Preço e Condições de Pagamento

- 1 – Deverá ser realizados, pelo dono da obra ao construtor, o pagamento de uma quantia inicial acordada no contrato de forma a iniciar os trabalhos.
- 2 – Em princípio, os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais.
- 3 – Em regra, os pagamentos são efetuados no prazo de 30 dias, com o limite máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura.
- 4 – As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidas pelo diretor da fiscalização da obra.
- 5 – No caso de falta de apresentação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor da fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor da fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
- 6 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis.

4. Representação das Partes e Controlo da Execução do Contrato

Cláusula 16ª - Representação do Empreiteiro

- 1 - O empreiteiro poderá, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, confiar a direção técnica da empreitada a um diretor de obra com a qualificação mínima de Engenheiro Técnico.
- 2 - Após a assinatura do contrato, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor da obra, indicando a sua qualificação técnica. Esta informação será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo se a desempenhar essa função com competência e assiduidade.
- 3 - O diretor técnico da empreitada deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
- 5 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor técnico da empreitada, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
- 6 - O empreiteiro ou o seu representante permanecerá no local da obra durante a sua execução, devendo estar habilitado a responder perante o diretor da fiscalização da obra sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

Cláusula 17ª - Representação do Dono da Obra

1 - Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 18ª - Livro de registo de obra

1 - O empreiteiro devesa organizar um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor da fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor da fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

5. Receção e Liquidação da Obra

Cláusula 19ª - Inspeções

1 – O Autor do Projeto, Dono de Obra e Entidade Fiscalizadora poderão realizar inspeções que se considerem necessárias na obra, fábrica ou laboratório nos quais sejam executados trabalhos relacionados com a obra em curso.

2 – A verificação da qualidade e comportamento dos diversos materiais a utilizar pode necessitar a deslocação dos responsáveis (Autor do projeto, Fiscalização, etc.) fora do recinto da obra sendo a deslocação da responsabilidade da empresa instaladora responsável pelo material.

Cláusula 20ª - Receção Provisória

1 – A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo após a conclusão do total ou parte da obra, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 – Na eventualidade de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 – O procedimento de receção provisória deverá obedecer a normativa em vigor.

Cláusula 21ª - Prazo de Garantia

1 - O prazo de garantia pode variar de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos:

- a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
- b) 5 anos, no caso de defeitos relacionados com os elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
- c) 2 anos, no caso de defeitos relacionados com os equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 - Durante o prazo de garantia o empreiteiro é obrigado a fazer, à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal da obra nas condições previstas.

4 - Não serão incluídos na garantia, os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 22ª - Receção Definitiva

1 - No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 - A receção definitiva depende, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso da vistoria referida no nº 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

6. Disposições Finais

Cláusula 23ª - Deveres de Informação

- 1 – Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato.
- 2 – Os diversos intervenientes devem avisar de imediato os restantes organismos responsáveis de qualquer circunstância que previsivelmente impeça o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 24ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

- 1 – O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos necessários.
- 2 - Todas os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos na legislação em vigor, devendo ser especificados os trabalhos a realizar.
- 3 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor da fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
- 4 – No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 5 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

Cláusula 25ª – Legislação Aplicável

Todos os elementos previstos no Caderno de encargos deverão respeitar e aplicar a Legislação em vigor nas diferentes especialidades e deverão reger-se pelos princípios da boa prática profissional.

Revitalização do Castelo D. Dinis
Diogo Belchior Carvalho

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

MESTRADO INTEGRADO
EM ARQUITETURA E URBANISMO

REVITALIZAÇÃO DO CASTELO D. DINIS

Vila Nova de Cerveira

1.4 _ CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS

Diogo Belchior Carvalho
Orientadora: Prof. Dr. Arq. Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

Índice

1 Movimentos de Terras	3
1.1 Escavação em galeria	3
2 Demolições	4
2.1 Demolição de parede divisória interior de alvenaria revestida	4
2.2 Desmontagem de cobertura de telhas em cobertura inclinada	4
2.3 Demolição de escada de madeira	5
3 Betão Armado	6
3.1 Muro de betão	6
4 Alvenarias	7
4.1 Alvenarias Interiores	7
Sistema "KNAUF" de estrutura autoportante de placas de gesso laminado	7
Parede dupla com sistema "KNAUF" de estrutura autoportante de placas de gesso laminado	8
5 Tetos	10
Teto falso contínuo de placas de gesso laminado, sistema "KNAUF".	10
6 Revestimento Parede Exterior	11
6.1 Revestimento mural com painel de madeira	11
6.2 Pano exterior de fachada ventilada de chapa de aço	11
6.3 Gabiões	12
7 Revestimento Pavimentos	13
7.1 Pavimento contínuo de betão simples	13
8 Carpintarias	14
8.1 Porta Interior	14
8.2 Porta Exterior	14
9 Coberturas	15
9.1 Cobertura plana não acessível, não ventilada, com godó, impermeabilização através de lâminas asfálticas.	15
10 Impermeabilizações	16
10.1 Impermeabilização de cornija com produtos asfálticos	16
11 Pintura	17
11.1 Pintura com tinta plástica de paramentos exteriores	17
11.2 Pintura plástica sobre paramentos interiores de gesso projetado ou placas de gesso laminado..	17
12 Diversos	18
12.1 Elevador	18

1 Movimentos de Terras

1.1 Escavação em galeria

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

Escavação de terras em galeria, em solo de argila semidura, com meios manuais, até atingir a cota de profundidade indicada no Projeto. Incluindo, escoramento e entivação para uma proteção através de pranchas, travessas e escoras de madeira, acabamento de paramentos e base de escavação, extração de terras para fora da escavação, remoção dos materiais escavados e carregamento em camião.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Volume medido sobre as secções teóricas da escavação, segundo documentação gráfica de Projeto.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificada a possível existência de servidões, elementos enterrados, redes de infraestruturas ou qualquer tipo de instalações que possam ser afetadas pelas obras a iniciar. Deverá dispor-se da informação topográfica e geotécnica necessária, recolhida no correspondente estudo geotécnico do terreno realizado por um laboratório acreditado na área técnica correspondente, e que incluirá, entre outros dados: tipo, humidade e compacidade ou consistência do terreno. Serão dispostos pontos fixos de referência em lugares que possam ser afetados pela escavação, aos quais serão referidas todas as leituras de cotas de nível e deslocamentos horizontais e verticais dos pontos do terreno. Será verificado o estado de conservação dos edifícios contíguos e das construções próximas que possam ser afetados pelas escavações.

DO EMPREITEIRO:

Se existissem instalações em serviço que possam ver-se afetados pelos trabalhos a realizar, serão solicitadas às correspondentes empresas fornecedoras a sua colocação e, no seu caso, a solução a adotar, assim como as distâncias de segurança a instalações aéreas de condução de energia elétrica. Notificará o Diretor de Execução da obra, com a devida antecedência, o começo das escavações. No caso de se realizar qualquer tipo de entivação do terreno, será apresentado ao Diretor da Obra, para a sua aprovação, os cálculos justificativos da solução a adotar.

FASES DE EXECUÇÃO:

Implantação geral e fixação dos pontos e níveis de referência. Escavação em sucessivas camadas horizontais e extração de terras. Acabamento de fundos com extração das terras. Montagem de pranchas, travessas e escoras de madeira, para a formação da entivação. Cravagem de todos os elementos. Desmontagem gradual da entivação. Carga para camião das terras escavadas.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

A base da escavação ficará nivelada, limpa e ligeiramente compactada.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

As escavações ficarão protegidas contra infiltrações e ações de erosão ou desmoronamento por parte das águas pluviais. Serão tomadas as medidas oportunas para assegurar que as suas características geométricas permanecem inamovíveis. Enquanto se realiza a consolidação definitiva das paredes e fundo das escavações serão conservadas as entivações realizadas, que só poderão ser retiradas, total ou parcialmente, com prévia verificação do Diretor da Obra, e na forma e prazos que este determine. Serão tomadas as medidas necessárias para impedir a degradação do fundo da escavação perante a ação das chuvas ou outros agentes meteorológicos, no intervalo de tempo entre a escavação e a finalização dos trabalhos de colocação de instalações e posterior enchimento das valas.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á o volume teórico executado segundo especificações de Projeto, sem incluir os incrementos por excessos de escavação não autorizados, nem o enchimento necessário para reconstruir a secção teórica por defeitos imputáveis ao Empreiteiro. Medir-se-á a escavação uma vez realizada e antes de que sobre esta se efetue algum tipo de enchimento. Se o Empreiteiro fechasse a escavação antes de verificada a medição, entender-se-á que se sujeita ao que unilateralmente determine o Diretor de fiscalização.

2 Demolições

2.1 Demolição de parede divisória interior de alvenaria revestida.

Características TÉCNICAS:

Demolição de parede divisória interior de alvenaria revestida, formada por tijolo furado simples de 3 cm de espessura, com meios manuais, sem afetar a estabilidade dos elementos construtivos contíguos. Incluindo p/p de demolição dos seus revestimentos (gesso, argamassa, azulejos, etc.), instalações encastradas e caixilharia, desmontagem prévia das folhas; limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que os elementos a demolir não estão submetidos a cargas transmitidas por elementos estruturais.

FASES DE EXECUÇÃO:

Demolição manual da alvenaria e dos seus revestimentos. Fragmentação do entulho em peças manejáveis. Remoção e acumulação de entulho. Limpeza dos restos da obra. Carga de entulho para camião ou contentor.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente demolida segundo especificações de Projeto.

2.2 Desmontagem de cobertura de telhas em cobertura inclinada

Características TÉCNICAS:

Arranque de cobertura de telha cerâmica canudo e elementos de fixação, cravada sobre ripas a menos de 20 m de altura, em cobertura inclinada de quatro águas com uma pendente média de 30%; com meios manuais. Incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto.

FASES DE EXECUÇÃO:

Desmontagem dos elementos. Remoção e armazenamento do material desmontado. Limpeza dos restos da obra. Carga do material desmontado e os restos de obra para camião ou contentor.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Será medida a superfície realmente desmontada segundo especificações de Projeto.

2.3 Demolição de escada de madeira

Características TÉCNICAS:

Demolição de escada de estrutura, degraus e guarda de madeira com meios manuais e motosserra. Incluindo p/p de limpeza, eliminação de fixações, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

As zonas a demolir terão sido identificadas e marcadas. O elemento objeto da demolição não estará submetido à ação de cargas ou momentos, e será verificada a estabilidade da restante estrutura e elementos da sua envolvente, que se deverão encontrar devidamente escorados. Deverão ter-se concluído todas as atividades prévias previstas no Projeto de Demolição correspondente: medidas de segurança, anulação e neutralização por parte das empresas fornecedoras dos ramais de ligação das instalações, trabalhos de campo e ensaios e escoramentos necessários. Terão sido tomadas as medidas de proteção indicadas no correspondente Estudo de Segurança e Saúde, tanto em relação aos operários encarregados da demolição como com terceiras pessoas, vias, elementos públicos ou edifícios contíguos. Deverá dispor-se em obra dos meios necessários para evitar a formação de pó durante os trabalhos de demolição e dos sistemas de extinção de incêndios adequados.

DO EMPREITEIRO:

Terá recebido por escrito a aprovação, por parte do Diretor da Obra, do seu programa de trabalho, conforme o Projeto de Demolição.

FASES DE EXECUÇÃO:

Demolição do elemento com motosserra. Fragmentação do entulho em peças manejáveis. Remoção e acumulação de entulho. Limpeza dos restos da obra. Carga manual de entulho para camião ou contentor.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

Não serão deixadas partes instáveis do elemento demolido parcialmente, e a zona de trabalho estará limpa de entulho.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Enquanto continuarem a ser realizados trabalhos de reabilitação e não se tenha consolidado definitivamente a zona de trabalho, serão mantidos os escoramentos previstos.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente demolida segundo especificações de Projeto.

3 Betão Armado

3.1 Muro de betão

Características TÉCNICAS:

Formação de muro de betão, de 30 cm de espessura média, realizado com betão C25/30 (XC1(P); D12; S3; Cl 0,4) fabricado em central, e betonagem com bomba, e aço A400 NR, com uma quantidade aproximada de 50 kg/m³, executado em condições complexas. Montagem e desmontagem do sistema de cofragem nas duas faces dos muros até 3 m de altura, com painéis metálicos modulares com acabamento tipo industrial para revestir. Incluindo p/p de formação de juntas, separadores, distanciadores para cofragens e acessórios, e tapamento de orifícios resultantes após a remoção da cofragem.

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL:

Elaboração, transporte e colocação em obra do betão:

- NP EN 206-1. Betão. Parte 1: Especificação, desempenho, produção e conformidade.
- NP ENV 13670-1. Execução de estruturas em betão. Parte 1: Regras gerais.

Montagem e desmontagem do sistema de cofragem:

- NP EN 1992. Eurocódigo 2: Projeto de estruturas de betão.
- NP ENV 13670-1. Execução de estruturas em betão. Parte 1: Regras gerais.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Volume medido sobre a secção teórica de cálculo, segundo documentação gráfica de Projeto, descontando as aberturas de superfície maior de 2 m².

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Verificar-se-á a existência das armaduras de espera no plano de apoio do muro, que apresentará uma superfície horizontal e limpa.

Ambientais:

Serão suspensos os trabalhos de betonagem quando chova com intensidade, neve, exista vento excessivo, uma temperatura ambiente superior a 40°C ou se preveja que dentro das 48 horas seguintes possa descer a temperatura ambiente abaixo dos 0°C.

DO EMPREITEIRO:

Deverá dispor-se na obra de uma série de meios, em previsão de que se produzam alterações bruscas das condições ambientais durante a betonagem ou posterior período de presa, não podendo começar a betonagem dos diferentes elementos sem a autorização por escrito do Diretor da Obra.

FASES DE EXECUÇÃO:

Limpeza e preparação da superfície de apoio. Marcação. Colocação das armaduras com separadores homologados. Formação de juntas. Montagem do sistema de cofragem a duas faces do muro. Betonagem e compactação do betão. Desmontagem do sistema de cofragem. Cura do betão. Limpeza da superfície de coroamento do muro. Tapamento dos orifícios resultantes após a remoção do sistema de cofragem. Reparação de defeitos superficiais.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

Evitar-se-á a circulação de veículos e a colocação de cargas nas proximidades do tardo do muro, até que se execute a estrutura do edifício.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será evitada a atuação sobre o elemento de ações mecânicas não previstas no cálculo.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á o volume teórico executado segundo especificações de Projeto, descontando as aberturas de superfície maior de 2 m².

4 Alvenarias

4.1 Alvenarias Interiores

Sistema "KNAUF" de estrutura autoportante de placas de gesso laminado

MEDIDAS PARA ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE ENTRE OS DIFERENTES PRODUTOS, ELEMENTOS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS QUE COMPÕEM A UNIDADE DE OBRA:

Todo o elemento metálico em contacto com o painel estará protegido contra a corrosão. As tubagens que passem entre painéis estarão devidamente isoladas para evitar condensações.

Características TÉCNICAS:

Fornecimento e montagem de parede múltipla sistema W 112 "KNAUF" autoportante, de 98 mm de espessura total, sobre fita acústica "KNAUF", colocada na base da parede, formado por uma estrutura simples de perfis de chapa de aço galvanizado de 48 mm de largura, à base de montantes (elementos verticais) separados 600 mm entre eles, com disposição normal "N" e canais (elementos horizontais) de cada lado do qual se aparafusam quatro placas no total (duas placas tipo Standard (A) em cada face, de 12,5 mm de espessura cada placa); isolamento acústico através de painel de lã mineral natural (LMN), não revestido, fornecido em rolos, Ultracoustic R "KNAUF INSULATION", de 45 mm de espessura, segundo EN 13162, resistência térmica 1,2 m²C/W, condutibilidade térmica 0,037 W/(m°C), na alma. Inclui p/p de implantação dos perfis, vãos e aberturas; colocação em todo o seu perímetro de fitas ou bandas estanques, na superfície de apoio ou contacto dos perfis com os paramentos; ancoragens de calhas e montantes metálicos; corte e fixação das placas através de parafusos; tratamento de vãos e aberturas; execução de cantos; tratamento de juntas através de pasta e fita de juntas; colocação das caixas de mecanismos elétricos e de passagem de instalações, com a prévia marcação da sua localização nas placas e perfuração das mesmas, e limpeza final. Totalmente finalizado e pronto para aplicar primário, pintar ou revestir.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto, sem duplicar esquinas nem encontros, descontando as aberturas de superfície maior de 8 m² e a metade das aberturas para as de superfície entre 5 e 8 m².

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Antes de iniciar os trabalhos, verificar-se-á que se encontram terminadas a estrutura, a cobertura e a fachada, estando colocada nesta a caixilharia e respetivos vidros. Dispor-se-á em obra dos aros e pré-aros de portas e armários. A superfície horizontal de assentamento das placas deve estar nivelada e o pavimento, se possível, colocado e terminado, salvo quando o pavimento possa ficar danificado durante os trabalhos de montagem; neste caso, deverá estar terminada a base de assentamento. Os tetos da obra estarão acabados, sendo necessário que a superfície inferior da laje fique revestida se não se vão colocar tetos falsos. As instalações, quer de abastecimento de água e aquecimento como de eletricidade, devem encontrar-se com as tomadas de planta em espera, para a sua distribuição posterior pelo interior das paredes. As tubagens de ventilação e os tubos de queda estarão colocados.

FASES DE EXECUÇÃO:

Marcação e traçado na laje inferior e na superior das paredes a realizar. Colocação de banda de estanquidade e canais inferiores, sobre pavimento finalizado ou base de assentamento. Colocação de banda de estanquidade e canais superiores, sob lajes. Colocação e fixação dos montantes sobre os elementos horizontais. Colocação das placas para o fecho de uma das faces da parede, através de fixações mecânicas. Colocação dos painéis de lã mineral entre os montantes. Fecho da segunda face com placas, através de fixações mecânicas. Implantação das caixas de mecanismos elétricos e de passagem de instalações, e perfuração posterior das placas. Tratamento das juntas entre placas. Colocação das caixas de mecanismos elétricos e de passagem de instalações.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

O conjunto ficará monolítico, estável perante esforços horizontais, plano, de aspeto uniforme, apurado e sem defeitos.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegida contra golpes. Serão evitadas as humidades e a colocação de elementos pesados sobre os painéis.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, sem duplicar esquinas nem encontros, descontando as aberturas de superfície maior de 8 m² e a metade das aberturas para as de superfície entre 5 e 8 m².

Parede dupla com sistema "KNAUF" de estrutura autoportante de placas de gesso laminado.

MEDIDAS PARA ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE ENTRE OS DIFERENTES PRODUTOS, ELEMENTOS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS QUE COMPÕEM A UNIDADE DE OBRA:

Todo o elemento metálico em contacto com o painel estará protegido contra a corrosão. As tubagens que passem entre painéis estarão devidamente isoladas para evitar condensações.

Características TÉCNICAS:

Fornecimento e montagem de parede dupla com estrutura dupla "KNAUF" autoportante, de 126 mm de espessura total, sobre fita acústica "KNAUF", colocada na base da parede, formado por uma estrutura dupla de perfis de chapa de aço galvanizado de 48 + 48 mm de largura, à base de montantes (elementos verticais) separados 600 mm entre eles, com disposição normal "N" e canais (elementos horizontais) de cada lado do qual aparafusam-se duas placas no total (uma placa tipo Standard (A) em cada face, de 15 mm de espessura cada placa). Inclusive p/p de implantação dos perfis, vãos e aberturas; colocação em todo o seu perímetro de fitas ou bandas estanques, na superfície de apoio ou contacto dos perfis com os paramentos; ancoragens de calhas e montantes metálicos; corte e fixação das placas através de parafusos; tratamento de vãos e aberturas; execução de cantos; tratamento de juntas através de pasta e fita de juntas; colocação das caixas de mecanismos elétricos e de passagem de instalações, com a prévia marcação da sua localização nas placas e perfuração das mesmas, e limpeza final. Totalmente finalizado e pronto para aplicar primário, pintar ou revestir (sem incluir neste preço o isolamento a colocar entre montantes).

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto, sem duplicar esquinas nem encontros, descontando as aberturas de superfície maior de 8 m² e a metade das aberturas para as de superfície entre 5 e 8 m².

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Antes de iniciar os trabalhos, verificar-se-á que se encontram terminadas a estrutura, a cobertura e a fachada, estando colocada nesta a caixilharia e respetivos vidros. Dispor-se-á em obra dos aros e pré-aros de portas e armários. A superfície horizontal de assentamento das placas deve estar nivelada e o pavimento, se possível, colocado e terminado, salvo quando o pavimento possa ficar danificado durante os trabalhos de montagem; neste caso, deverá estar terminada a base de assentamento. Os tetos da obra estarão acabados, sendo necessário que a superfície inferior da laje fique revestida se não se vão colocar tetos falsos. As instalações, quer de abastecimento de água e aquecimento como de eletricidade, devem encontrar-se com as tomadas de planta em espera, para a sua distribuição posterior pelo interior das paredes. As tubagens de ventilação e os tubos de queda estarão colocados.

FASES DE EXECUÇÃO:

Marcação e traçado na laje inferior e na superior das paredes a realizar. Colocação de banda de estanquidade e canais inferiores, sobre pavimento finalizado ou base de assentamento. Colocação de banda de estanquidade e canais superiores, sob lajes. Colocação e fixação dos montantes sobre os elementos horizontais. Colocação das placas para o fecho de uma das faces da parede, através de fixações mecânicas. Fecho da segunda face com placas, através de fixações mecânicas. Implantação das caixas de mecanismos elétricos e de passagem de instalações, e perfuração posterior das placas. Tratamento das juntas entre placas. Colocação das caixas de mecanismos elétricos e de passagem de instalações.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

O conjunto ficará monolítico, estável perante esforços horizontais, plano, de aspeto uniforme, apurado e sem defeitos.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegida contra golpes. Serão evitadas as humidades e a colocação de elementos pesados sobre os painéis.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, sem duplicar esquinas nem encontros, descontando as aberturas de superfície maior de 8 m² e a metade das aberturas para as de superfície entre 5 e 8 m².

5 Tetos

Teto falso contínuo de placas de gesso laminado, sistema "KNAUF".

Características TÉCNICAS:

Fornecimento e montagem de teto falso contínuo, situado a uma altura menor de 4 m, liso D112 "KNAUF" (12,5+27+27), formado por uma placa de gesso laminado A / EN 520 - 1200 / comprimento / 12,5 / bordo afinado, Standard "KNAUF" aparafusada a uma estrutura metálica de aço galvanizado de mestras primárias 60/27 mm separadas cada 1000 mm entre eixos e suspensas da laje ou elemento de suporte através de suspensões combinadas cada 900 mm, e mestras secundárias fixas perpendicularmente às primárias através de cavaletes e colocadas com uma modulação máxima de 500 mm entre eixos, inclusive p/p de fixações, parafusos, resolução do perímetro e pontos singulares, massa de juntas, fita de juntas e acessórios de montagem. Totalmente terminado e preparado para aplicar primário e revestir.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida entre paramentos, segundo documentação gráfica de Projeto, sem descontar aberturas para instalações.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que os paramentos verticais estão terminados, e que todas as instalações situadas abaixo da laje estão devidamente dispostas e fixadas à mesma.

FASES DE EXECUÇÃO:

Implantação dos eixos da estrutura metálica. Nivelção e fixação do perfil em U no perímetro e colocação da fita acústica de dilatação. Sinalização dos pontos de ancoragem à laje ou elemento de suporte. Nivelção e suspensão dos perfis primários e secundários da estrutura. Aparafusamento e colocação das placas. Tratamento de juntas.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

O conjunto terá estabilidade e será indeformável. Cumprirá as exigências de planeza e nivelamento.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegida contra golpes.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, sem deduzir as aberturas de superfície menor de 1 m².

6 Revestimento Parede Exterior

6.1 Revestimento mural com painel de madeira

Características TÉCNICAS:

Fornecimento e colocação de revestimento decorativo de paramentos interiores através de painel de fibras de madeira e resinas sintéticas de densidade média (MDF), hidrófugo, sem recobrimento, de 19 mm de espessura, cravado sobre travejamento de ripas de madeira de 5x5 cm, dispostas cada 40 cm, aparafusadas sobre a superfície regularizada de paramentos verticais interiores. Incluindo p/p de preparação e limpeza da superfície, formação de encontros, cortes do material e remates perimetrais.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto, descontando as aberturas de superfície maior de 2 m².

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que não existem irregularidades no suporte, cuja superfície deve ser lisa e estar seca e limpa.

FASES DE EXECUÇÃO:

Preparação e limpeza da superfície a revestir. Marcação da disposição de juntas, aberturas e encontros. Implantação das ripas do travejamento. Corte e disposição dos painéis. Colocação sobre o travejamento. Resolução do perímetro de revestimento. Limpeza da superfície.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

O revestimento ficará plano. Terá bom aspeto. A fixação ao suporte será adequada.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegido contra golpes e roçadelas.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, descontando as aberturas de superfície maior de 2 m².

6.2 Pano exterior de fachada ventilada de chapa de aço

MEDIDAS PARA ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE ENTRE OS DIFERENTES PRODUTOS, ELEMENTOS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS QUE COMPÕEM A UNIDADE DE OBRA:

Não será colocado em contacto direto o aço com outros metais nem com gessos.

Características TÉCNICAS:

Execução de pano exterior de fachada ventilada através de revestimento de chapa de aço com resistência à corrosão atmosférica melhorada (aço corten) S355J0WP segundo NP EN 10025-5, de 2,0 mm de espessura, cortada à medida para colocar com fixações mecânicas, com uma massa superficial de 16,49 kg/m², fixa com ancoragens pontuais, reguláveis nas três direções, de aço inoxidável AISI 304, fixados ao paramento suporte de betão ou alvenaria de tijolo maciço ou perfurado ($f_{ck} \geq 150$ kp/cm²) com calços especiais. Incluindo p/p de cortes, realização de orifícios, proteção da entrada de água na parte superior e nas esquinas dos painéis, formação de padieiras, parapeitos, ombreiras e reentrâncias, realização de encontros e peças especiais.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto, descontando as aberturas de superfície maior de 2 m².

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que foi terminado completamente a execução da estrutura, que o suporte tenha ganho totalmente presa, que está seco e limpo de qualquer resto de obra, que o pano interior está totalmente terminada e com a planimetria adequada, e que os pré-aros dos vãos estão colocados.

AMBIENTAIS:

Serão suspensos os trabalhos quando a temperatura ambiente seja inferior a 5°C ou superior a 40°C, chuva, neve ou a velocidade do vento seja superior a 50 km/h.

FASES DE EXECUÇÃO:

Limpeza e preparação da superfície suporte das ancoragens. Marcação da disposição das chapas e pontos de ancoragem. Fixação das ancoragens ao paramento suporte. Fixação das chapas. Realização de todos os trabalhos necessários para a execução das aberturas. Aprumo, nivelção e alinhamento das chapas. Limpeza do paramento.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

O conjunto terminado terá uma cor uniforme e apresentará uma superfície regular e sem defeitos.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegido durante as operações que lhe possam provocar manchas ou danos mecânicos. Será evitada a atuação sobre o elemento de ações mecânicas não previstas no cálculo.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, descontando as aberturas de superfície maior de 2 m².

6.3 Ripado de Madeira

Todas as diferentes peças de madeira, serão cuidadosamente executadas, segundo os preceitos técnicos e as indicações fornecidas ao adjudicatário, a que compete, antes da execução da obra, apresentar ao autor do projeto e à fiscalização os respetivos detalhes e as amostras que forem julgadas necessárias. Antes da execução das carpintarias, serão igualmente apresentadas ao autor do projeto, amostras da madeira a utilizar, donde sairá aquela que for considerada em condições de servir para toda a madeira a aplicar.

As samblagens de ligação das diferentes peças de madeira, serão sempre feitas com a maior perfeição e com dimensões e formas proporcionadas aos esforços a que virão estar sujeitas.

Todos os trabalhos de limpos, serão com muita perfeição, segundo os preceitos da melhor técnica e de harmonia com as dimensões afixadas no projeto e pormenores respetivos.

Todas as madeiras serão isentas de nós e de emendas, e deverão apresentar-se em obra devidamente aparelhadas.

7 Revestimento Pavimentos

7.1 Pavimento contínuo de betão simples

Características TÉCNICAS:

Execução de pavimento contínuo de betão simples de 10 cm de espessura, realizado com betão C12/15 (XO(P); D12; S3; CI 1,0) fabricado em central e betonagem com bomba; tratado superficialmente com argamassa para camada de desgaste, cor Cinzento Natural, composta de cimento, inertes selecionados de quartzo, pigmentos orgânicos e aditivos, com um rendimento aproximado de 3 kg/m², polvilhamento manual sobre o betão ainda fresco. Incluindo p/p de limpeza da superfície suporte, espalhamento e vibração do betão através de régua vibradora, inserção ou ligação dos elementos exteriores (caixas, sumidouros, sifões de pavimento, etc.) das redes de instalações executadas sob o pavimento, afagamento mecânico de toda a superfície até conseguir que a argamassa fique totalmente integrada no betão e limpeza final da superfície acabada. Sem incluir a preparação da camada base existente, juntas de trabalho ou de betonagem, de retração, de dilatação nem juntas perimetrais.

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL:

Elaboração, transporte e colocação em obra do betão:

- NP EN 206-1. Betão. Parte 1: Especificação, desempenho, produção e conformidade.
- NP ENV 13670-1. Execução de estruturas em betão. Parte 1: Regras gerais.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida em projeção horizontal, segundo documentação gráfica de Projeto.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que a superfície suporte reúne as condições de qualidade e forma previstas.

AMBIENTAIS:

Serão suspensos os trabalhos de betonagem quando chova com intensidade, neve, exista vento excessivo, uma temperatura ambiente superior a 40°C ou se preveja que dentro das 48 horas seguintes possa descer a temperatura ambiente abaixo dos 0°C.

DO EMPREITEIRO:

Deverá dispor-se na obra de uma série de meios, em previsão de que se produzam alterações bruscas das condições ambientais durante a betonagem ou posterior período de presa, não podendo começar a betonagem dos diferentes elementos sem a autorização por escrito do Diretor da Obra. Será garantido que este tipo de trabalhos sejam realizados por pessoal qualificado e com o controlo de empresas especializadas.

FASES DE EXECUÇÃO:

Limpeza da superfície suporte. Implantação das juntas e panos de trabalho. Aplicação de níveis através de pontos, mestras de betão ou régua. Rega da superfície base. Betonagem e compactação do betão. Aplicação manual da argamassa, assegurando-se do total cobrimento do betão fresco. Afagamento mecânico da superfície.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

A superfície do pavimento apresentará uma textura uniforme e não possuirá segregações.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será proibido todo o tipo de circulação sobre o pavimento durante as 72 horas seguintes à betonagem, exceto a necessária para realizar os trabalhos de execução de juntas e controlo de obra.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á, em projeção horizontal, a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto.

8 Carpintarias

8.1 Porta Interior

Características TÉCNICAS:

Fornecimento e colocação de porta interior de correr para caixilho metálico, cega, de uma folha de 203x82,5x3,5 cm, de painel de aglomerado, contraplacado com carvalho E, envernizada em oficina, envernizada em oficina; aro de madeira maciça. Incluindo guarnição do mesmo material e acabamento que a folha, ferragens de pendurar, de fechadura e puxador com alavanca para fecho de alumínio, série básica. Ajuste da folha, fixação das ferragens e ajuste final. Totalmente montada e testada.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Número de unidades previstas, segundo documentação gráfica de Projeto.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que estão colocados os pré-aros de madeira nas paredes interiores. Será verificado que as dimensões do vão e do pré-aro, assim como o sentido de abertura, correspondem com os de Projeto.

FASES DE EXECUÇÃO:

Colocação das ferragens de pendurar. Colocação da folha. Colocação das ferragens de fecho. Colocação de acessórios.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

O conjunto será sólido. As folhas ficarão apuradas e ajustadas.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegido frente a golpes e salpicos.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á o número de unidades realmente executadas segundo especificações de Projeto.

8.2 Porta Exterior

Características TÉCNICAS:

Fornecimento e colocação de porta de entrada na habitação de 203x82,5x4 cm, folha com assoldado horizontal de tábuas de madeira maciça de iroko (kambala), envernizada em oficina; aro de madeira maciça. Incluindo guarnição do mesmo material e acabamento que a folha, ferragens de pendurar, fechadura e puxador par sobre espelho retangular de ferro forjado, série básica. Ajuste da folha, fixação das ferragens e ajuste final. Totalmente montada e testada.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Número de unidades previstas, segundo documentação gráfica de Projeto.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que as dimensões do vão e do pré-aro, assim como o sentido de abertura, correspondem com os de Projeto.

FASES DE EXECUÇÃO:

Colocação das ferragens de pendurar. Colocação da folha. Colocação das ferragens de fecho. Colocação de acessórios.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

Solidez do conjunto. Aprumo e ajuste das folhas.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegido frente a golpes e salpicos.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á o número de unidades realmente executadas segundo especificações de Projeto.

9 Coberturas

9.1 Cobertura plana não acessível, não ventilada, com godó, impermeabilização através de lâminas asfálticas.

MEDIDAS PARA ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE ENTRE OS DIFERENTES PRODUTOS, ELEMENTOS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS QUE COMPÕEM A UNIDADE DE OBRA:

Impermeabilização asfáltica: será evitado o contacto com óleos, gorduras, petróleos e dissolventes. Camada separadora: serão utilizados produtos não permeáveis à leitada de argamassas e betões. Será prestada especial atenção às incompatibilidades de utilização que se especificam nas fichas técnicas dos diferentes elementos que puderam compor a cobertura (suporte resistente, formação de pendentes, barreira de vapor, isolamento térmico, impermeabilização e camadas separadoras).

Características TÉCNICAS:

Formação de cobertura plana não acessível, não ventilada, com godó, tipo convencional, pendente de 1% a 5%, composta pelos seguintes elementos: FORMAÇÃO DE PENDENTES: com guias de rincões, laroz e juntas com mestras de tijolo cerâmico furado duplo e camada de 10 cm de espessura média à base de argila expandida de 350 kg/m³ de densidade, descarregada a seco e consolidada na superfície com leitada de cimento, proporcionando uma resistência à compressão de 1 MPa e com uma condutibilidade térmica de 0,087 W/(m°C); acabamento com camada de regularização de argamassa de cimento M-5 de 4 cm de espessura, talochada e limpa; ISOLAMENTO TÉRMICO: painel de espuma de polisocianurato soldável, de 40 mm de espessura, resistência térmica 1,38 m²C/W, protegido superiormente com betume asfáltico oxidado e inferiormente com véu de vidro; IMPERMEABILIZAÇÃO: tipo monocamada, colada, formada por uma camada de betume modificado com elastómero SBS, LBM(SBS)-40/FP (140), com armadura de feltro de poliéster não tecido de 150 g/m², de superfície não protegida, totalmente colada com maçarico; CAMADA SEPARADORA SOB PROTEÇÃO: geotêxtil não tecido composto por fibras de poliéster entrelaçadas, com uma massa superficial de 200 g/m²; CAMADA DE PROTEÇÃO: Camada de seixo rolado de 16 a 32 mm de diâmetro, isenta de finos, espalhada com uma espessura média de 10 cm.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida em projeção horizontal, segundo documentação gráfica de Projeto, desde as faces interiores dos parapeitos ou muretes perimetrais que a limitam.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que a superfície da base resistente é uniforme e plana, está limpa e não possui resíduos de obra. Será verificado que os paramentos verticais de moldes, platibanda e outros elementos construtivos se encontram terminados.

AMBIENTAIS:

Serão suspensos os trabalhos quando chova, neve ou a velocidade do vento seja superior a 50 km/h, devendo aplicar-se em condições térmicas ambientais que se encontrem dentro das margens prescritas nas correspondentes especificações de aplicações.

FASES DE EXECUÇÃO:

Marcação dos pontos singulares. Marcação das pendentes e traçado de rincões, larozes e juntas. Formação de pendentes com guias de rincões, laroz e juntas com mestras de tijolo. Enchimento de juntas com poliestireno expandido. Descarga a seco da argila expandida até alcançar o nível das mestras, e consolidação com leitada de cimento. Derramamento, espalhamento e nivelamento com régua da camada de argamassa de regularização. Revisão da superfície base na qual se realiza a fixação do isolamento de acordo com as exigências da técnica a utilizar. Corte, ajuste e colocação do isolamento. Limpeza e preparação da superfície na qual se tem de aplicar a membrana. Colocação da impermeabilização. Colocação da camada separadora sob proteção. Colocação e espalhamento da camada de proteção de godó.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

Serão básicas as condições de estanquidade e grossura da camada de brita.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será evitado o derrame de resíduos de obra sobre a camada de godo.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á, em projeção horizontal, a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, desde as faces interiores dos parapeitos ou muretes perimetrais que a limitam.

10 Impermeabilizações

10.1 Impermeabilização de cornija com produtos asfálticos

Características TÉCNICAS:

Formação de impermeabilização em cornija com camada de betume modificado com elastómero SBS LBM(SBS)-50/G-FP (150R), com armadura de feltro de poliéster reforçado e estabilizado de 150 g/m², com autoproteção mineral, tipo monocamada, totalmente aderida ao suporte com primário asfáltico, tipo EA; tratamento de encontros com paramentos verticais através da colocação de perfil de chapa de aço galvanizado, banda de reforço e banda de acabamento. Incluindo p/p de limpeza e preparação da superfície, sobreposições e cordão de vedação aplicado entre o perfil metálico e o paramento.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida em projeção horizontal, segundo documentação gráfica de Projeto, desde as faces interiores dos parapeitos ou muretes perimetrais que a limitam.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que a superfície da base resistente é uniforme e plana, está limpa e não possui resíduos de obra.

AMBIENTAIS:

Serão suspensos os trabalhos quando chova com intensidade, neve ou exista vento excessivo.

FASES DE EXECUÇÃO:

Limpeza e preparação da superfície que se vai impermeabilizar. Aplicação de primário na superfície a impermeabilizar. Colocação da banda de reforço. Colocação da impermeabilização. Colocação da banda de acabamento. Colocação dos perfis metálicos. Aplicação do cordão de vedação entre o perfil e o paramento vertical.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

A impermeabilização será estanque à água e contínua, e terá uma adequada fixação ao suporte e um correto tratamento de juntas. A camada de proteção será estanque à água e conservará a integridade frente à ação destrutiva dos agentes atmosféricos. O conjunto construtivo terá resistência e compatibilidade de deformações com a estrutura e com a cobertura do edifício.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Medir-se-á, em projeção horizontal, a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, desde as faces interiores dos parapeitos ou muretes perimetrais que a limitam.

11 Pintura

11.1 Pintura com tinta plástica de paramentos exteriores.

Características TÉCNICAS:

Formação em fachadas de camada de acabamento para revestimentos contínuos bicamada com tinta plástica, cor branca, textura lisa, através da aplicação de uma demão de primário de tinta auto limpável, baseada em resinas de Pliolite e dissolventes orgânicos, como fixador de superfície, e duas demãos de acabamento com tinta plástica lisa, acabamento mate, diluído com 10% de água, à base de um copolímero acrílico-vinílico, impermeável à água da chuva e permeável ao vapor de água, anti bolor, (rendimento: 0,1 l/m² cada demão). Incluindo p/p de preparação e limpeza prévia do suporte de argamassa industrial, em bom estado de conservação, através de escovas ou elementos adequados e lixagem de pequenas aderências e imperfeições; formação de juntas, cantos, arestas e remates nos encontros com paramentos, revestimentos ou outros elementos assentes na sua superfície.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto, com o mesmo critério que o suporte base.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que a superfície a revestir não apresenta restos de anteriores aplicações de tinta, manchas de óxido, de bolor ou de humidade, pó nem eflorações. Será verificado que estão assentes e montados todos os elementos que devem ser fixados ao paramento.

AMBIENTAIS:

Serão suspensos os trabalhos quando a temperatura ambiente seja inferior a 5°C ou chova.

FASES DE EXECUÇÃO:

Preparação, limpeza e lixagem prévia do suporte. Aplicação de uma demão de primário. Aplicação de duas demãos de acabamento.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

Será impermeável à água e permeável ao vapor de água. Terá bom aspeto.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, com o mesmo critério que o suporte base.

11.2 Pintura plástica sobre paramentos interiores de gesso projetado ou placas de gesso laminado.

Características TÉCNICAS:

Formação de camada de tinta plástica com textura lisa, cor branca, acabamento mate, sobre paramentos horizontais e verticais interiores de gesso projetado ou placas de gesso laminado, através da aplicação de uma demão de primário de resinas acrílicas em dispersão aquosa como fixador de superfície e duas demãos de acabamento com tinta plástica em dispersão aquosa tipo II (rendimento: 0,125 l/m² cada demão). Inclusive p/p de preparação do suporte através de limpeza.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Superfície medida segundo documentação gráfica de Projeto, com o mesmo critério que o suporte base.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que a superfície a revestir não apresenta restos de aplicações anteriores de tinta, manchas de óxido, de gordura ou de humidade, imperfeições nem eflorações. Será verificado que se encontram adequadamente protegidos os elementos como caixilharias e envidraçados dos salpicos de tinta.

AMBIENTAIS:

Serão suspensos os trabalhos quando a temperatura ambiente seja inferior a 6°C ou superior a 28°C.

FASES DE EXECUÇÃO:

Preparação da superfície suporte. Aplicação da demão de primário. Aplicação das demãos de acabamento.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

Terá bom aspeto.

CONDIÇÕES DE FINALIZAÇÃO:

Será protegido o revestimento recém executado.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á a superfície realmente executada segundo especificações de Projeto, com o mesmo critério que o suporte base.

12 Diversos

12.1 Elevador

Características TÉCNICAS:

Fornecimento e instalação completa de ascensor elétrico de aderência de 0,63 m/s de velocidade, 4 paragens, 450 kg de carga nominal, com capacidade para 6 pessoas, nível básico de acabamento na cabina de 1000x1250x2200 mm, com iluminação elétrica permanente de 50 lux no mínimo, manobra coletiva de descida, portas interiores automáticas de aço inoxidável e portas exteriores automáticas em aço para pintar de 800x2000 mm. Incluindo ganchos de fixação, lâmpadas de iluminação da abertura, guias, cabos de tração e passa-cabos, amortecedores de fosso, contrapesos, portas de acesso, grupo trator, quadro e cabo de manobra, caixilho, chassis e portas de cabina com acabamentos, limitador de velocidade e para-quedas, botoneiras de piso e de cabina, seletor de paragens, instalação elétrica, linha telefónica e sistemas de segurança. Totalmente montado, ligado e testado pela empresa instaladora através dos respetivos ensaios (incluídos neste artigo).

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PROJETO:

Número de unidades previstas, segundo documentação gráfica de Projeto.

CONDIÇÕES PRÉVIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS ANTES DA EXECUÇÃO DAS UNIDADES DE OBRA DO SUPORTE:

Será verificado que os paramentos do poço do ascensor possuem uma resistência mecânica suficiente para suportar as ações devidas ao funcionamento da maquinaria e que estão construídos com materiais incombustíveis e duradouros.

FASES DE EXECUÇÃO:

Marcação de guias e níveis. Colocação dos pontos de fixação. Instalação das lâmpadas de iluminação da abertura. Montagem de guias, cabos de tração e passa-cabos. Colocação dos amortecedores do fosso. Colocação de contrapesos. Colocação das portas de acesso. Montagem do grupo trator. Montagem do quadro e ligação do cabo de manobra. Montagem do caixilho, o chassis e as portas de cabina com os seus acabamentos. Instalação do limitador de velocidade e do para-quedas. Instalação das botoneiras de piso e de cabina. Instalação do seletor de paragens. Ligação com a rede elétrica. Instalação da linha telefónica e dos sistemas de segurança. Realização de ensaios.

ENSAIOS:

Ensaio de funcionamento.

Regulamentação aplicável: Regras técnicas das instalações elétricas de baixa tensão

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Será protegida contra golpes.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO EM OBRA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Medir-se-á o número de unidades realmente executadas segundo especificações de Projeto.

Revitalização do Castelo D. Dinis
Diogo Belchior Carvalho

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

MESTRADO INTEGRADO
EM ARQUITETURA E URBANISMO

REVITALIZAÇÃO DO CASTELO D. DINIS

Vila Nova de Cerveira

1.5 _ MEDIÇÕES E ORÇAMENTOS

Diogo Belchior Carvalho
Orientadora: Prof. Dr. Arq. Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014

Índice

1. Estimativa Orçamental	3
2. Mapa de Medições e Orçamento.....	4

1. Estimativa Orçamental

Refere-se a presente Estimativa Orçamental ao Projeto para o Castelo D. Dinis, localizado no Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo.

Em cumprimento com a legislação em vigor e tendo em conta os preços atualmente praticados na região, a construção importa em:

Total da Estimativa Orçamental: 161.133,98 €

Importa em Cento e Sessenta e Um Mil, cento e trinta e três euros e noventa e oito cêntimos.

2. Mapa de Medições e Orçamento

Revitalização do Castelo D. Dinis										
MAPA DE MEDIÇÕES e Orçamento										
Art.º	Descrição dos trabalhos	Unid.		Dimensões			Quantidades		Preço	
		Unid.	N.º	Comprim.	Largura	Altura	Parciais	Totais	Parcial	Total
	Movimentos de Terras									
1.1	Escavação em galeria em solo de argila semi-dura, com meios manuais, com entivação, remoção dos materiais escavados e carregamento em camião.									
		m ³	1	8,00	8,00	4,00	256	256	284,00 €	72.704,00 €
2	Demolições									
2.1	Demolição de parede divisória interior de alvenaria revestida, formada por tijolo furado simples de 3 cm de espessura, com meios manuais, e carga manual de entulho para camião ou contentor.									
		m ²	1	5,00		2,80	14		5,00 €	
		m ²	1	4,00		2,50	10			
		m ²	1	4,50		2,50	11,25			
		m ²	1	1,50		2,50	3,75			
		m ²	1	2,70		2,50	6,75	45,75		228,75 €
2.2	Desmontagem de cobertura de telhas em cobertura inclinada. Arranque de cobertura de telha cerâmica canudo e elementos de fixação, cravada sobre ripas a menos de 20 m de altura, em cobertura inclinada de quatro águas com uma pendente média de 30%, com meios manuais e carga manual de entulho para camião ou contentor.									
		m ²	1				22,95	22,95	16,00 €	367,20 €

2.3	Demolição de escada de estrutura , degraus e guarda de madeira com meios manuais e motosserra, e carga manual de entulho para camião ou contentor.								11,52 €	
		m ²	1					6		69,12 €
3	Betão Armado									
3.1	Muro de betão armado com formação de aberturas , 2F, H<=3 m, espessura 20 cm, realizado com betão C25/30 (XC1(P); D12; S3; Cl 0,4) fabricado em central, e betonagem com bomba, e aço A400 NR, 50 kg/m ³ ; montagem e desmontagem do sistema de cofragem metálica, com acabamento tipo industrial para revestir.									11,52 €
		m ³	1	7,20	0,20	15,50	22,32	22,32		257,13 €
4	Alvenarias									
4.1	Alvenarias de Interiores									
4.1.1	Fornecimento e montagem de paredes interiores constituídas por 2 placas de gesso laminado Standart (normal) BA13a com 13mm de espessura numa face, 1 camada de lâ derocha com 45mm e com estrutura horizontal em perfis metálicos galvanizados RAIA 48 e estrutura vertical em perfis metálicos galvanizados Montantes 48. Com banda de papel em juntas e barramento de juntas com massa de secagem rápida GR2 incluindo todos os trabalhos e materiais necessários ao seu perfeito acabamento e funcionalidade.									17,37 €
		m ²	1	5,60		2,83	15,85	15,85		275,28 €

4.1.2	Parede dupla "KNAUF" (15+48 + 48+15)/600 (48 + 48) LM - (2 Standard (A)) com placas de gesso laminado, sobre fita acústica "KNAUF", formado por uma estrutura dupla, com disposição normal "N" dos montantes; isolamento acústico através de painel de lã mineral natural (LMN), não revestido, fornecido em rolos, Ultracoustic R "KNAUF INSULATION", de 45 mm de espessura, na alma; 126 mm de espessura total.								42,30 €	
		m ²	1	5,00		2,83	14,15			
		m ²	1	5,00		2,89	14,45			
		m ²	1	2,40		2,83	6,79			
		m ²	1	2,40		2,89	6,94			
		m ²	1	5,60		2,89	16,18			
		m ²	1	1,60		2,83	4,53			
		m ²	1	1,60		2,89	4,62	67,66		2.862,19 €
5	Tectos									
5.1	Tecto falso contínuo, liso D112 "KNAUF" suspenso com estrutura metálica (12,5+27+27), formado por uma placa de gesso laminado A / EN 520 - 1200 / comprimento / 12,5 / bordo afinado, Standard tipo "KNAUF" ou equivalente, isolamento acústico através de painel de lã mineral natural (LMN), não revestido, fornecido em rolos, Ultracoustic R "KNAUF INSULATION", de 45 mm de espessura. Incluindo trabalhos e materiais necessários ao seu perfeito funcionamento									
		m ²	2				8,19	16,38	42,30 €	692,87 €

6		Revestimento de Paredes Exteriores							
6.1	Revestimento mural com painel de madeira. Revestimento com painel de contraplacado fenólico de 10 mm de espessura, com a face à vista revestida com chapa de madeira de carvalho, cravado a ripas de madeira de pinho de 5x5 cm aparafusadas ao paramento vertical. Incluindo trabalhos e materiais necessários ao seu perfeito funcionamento.							52,00 €	
		m ²	1	5,00		8,00	8,00		416,00 €
6.2	Pano exterior de fachada ventilada de chapa de aço com resistência à corrosão atmosférica melhorada (aço corten) S355J0WP, de 1,5 mm de espessura, cortada à medida para colocar com fixações mecânicas, com uma massa superficial de 12,36 kg/m ² , fixa com com ancoragens pontuais, reguláveis nas três direcções, de aço inoxidável AISI 304, fixados ao paramento suporte com calços especiais.							118,00 €	
		m ²	1			210,00	210,00		24.780,00 €
6.3	Ripas de Madeira, Fornecimento e colocação de ripas de pinho tratado em autoclave, incluindo todas as peças de fixação aos pórticos metálicos, de acordo com as peças desenhadas.							2.842,00 €	
		Unid.	1				14,50		41.209,00 €

7		Revestimento de Pavimentos								
7.1	<p>Pavimento contínuo de betão simples de 2 cm de espessura, realizado com betão C12/15 (X0(P); D12; S3; Cl 1,0) fabricado em central e betonagem com bomba, espalhamento e vibração manual; tratado superficialmente com argamassa para camada de desgaste, cor Cinzento Natural, com inertes de quartzo, pigmentos e aditivos, rendimento 3 kg/m², com acabamento através de afagamento mecânico.</p>									19,51 €
		m ²	2				8,19	16,38		319,57 €
8		Carpintarias								
8.1	<p>Porta interior de correr para caixilho metálico, cega, de uma folha de 100x200, de painel de aglomerado, contraplacado com carvalho recomposto, envernizada em oficina, envernizada em oficina; aro de madeira maciça; guarnição do mesmo material e acabamento que a folha; com ferragens de pendurar e de fecho.</p>									206,80 €
		Unid.	2							413,60 €
8.2	<p>Porta exterior de correr de entrada de aço galvanizado de uma folha, 100x200 mm de vão e altura de passagem, acabamento pintado com resina de epóxi cor branca, fechadura com três pontos de fecho, e pré-aro.</p>									437,19 €
		Unid.	1							437,19 €

8.3	Porta exterior de entrada de aço galvanizado de uma folha, 100x200 mm de vão e altura de passagem, acabamento pintado com resina de epóxi cor branca, fechadura com três pontos de fecho, e pré-aro.								415,19 €	
		Unid.	1						415,19 €	1.265,98 €
9	Coberturas									
9.1	Cobertura plana não acessível, não ventilada, com godo, tipo convencional, pendente do 1% ao 5%, composta por: formação de pendentes: betão leve de resistência à compressão 2,5 MPa, confeccionado em obra com argila expandida, e cimento Portland com calcário, com espessura média de 10 cm; isolamento térmico: painel de espuma de poliisocianurato soldável, de 40 mm de espessura; impermeabilização monocamada colada: camada de betume modificado com elastómero SBS, LBM(SBS)-40/FP (140), totalmente colada com maçarico; camada separadora sob protecção: geotêxtil de fibras de poliéster (200 g/m ²); camada de protecção: 10 cm de seixo rolado de 16 a 32 mm de diâmetro.									
		m ²	1				16,19	16,19	69,37 €	1.123,10 €

10		Impermeabilizações								
10.1	Impermeabilização de cornija com camada de betume modificado com elastómero SBS LBM(SBS)-50/G-FP (150R), auto-protegida, tipo monocamada, aderida ao suporte com primário asfáltico, tipo EA; tratamento de encontros com paramentos verticais através da colocação de perfil de chapa de aço galvanizado, banda de reforço e banda de acabamento.									29,41 €
		m ²	1	5,00		1,60	8,00	8,00		235,28 €
11		Pinturas								
11.1	Pintura com tinta plástica de paramentos exteriores. Revestimento decorativo de fachadas com tinta plástica lisa, para a realização da camada de acabamento em revestimentos contínuos bicamada; limpeza e lixagem prévia do suporte de argamassa industrial, demão de primário e duas demãos de acabamento (rendimento: 0,1 l/m ² cada demão), para além de tratamento contra a presença de bolor ou humidades em 10% da sua superfície.									10,74 €
		m ²	4	5,00		1,40	7,00	28,00		300,72 €
11.2	Tinta plástica com textura lisa , cor branca, acabamento mate, sobre paramentos horizontais e verticais interiores de gesso projectado ou placas de gesso laminado, demão de primário e duas demãos de acabamento (rendimento: 0,125 l/m ² cada demão).									8,98 €

		m ²	6	5,00		2,83	14,15	84,90		762,40 €
12	Diversos									
	Elevador eléctrico de aderência de 0,63 m/s de velocidade, 3 paragens, 450 kg de carga nominal, com capacidade para 6 pessoas, nível básico de acabamento na cabina de 180x180x250 cm, manobra universal simples, portas interiores automáticas de aço inoxidável e portas exteriores automáticas em aço para pintar de 800x2000 mm.									13.265,39 €
Total da Estimativa Orçamental										161.133,98 €

Revitalização do Castelo D. Dinis
Diogo Belchior Carvalho

Vila Nova de Cerveira, Março de 2014